FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.725 SEGUNDA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2024 R$ 6,90

ENTREVISTA DA 2ª

Nouriel Roubini

Juros nos EUA ficarão altos, e Brasil deve cortar gastos

Conhecido como Doutor Apocalipse por prever a crise de 2008, o economista adverte que a taxa para papéis do Tesouro dos EUA de dez anos pode subir a 5% ao ano, o que obrigaria emergentes como o Brasil a manter juros elevados por mais tempo. "Um cenário global mais difícil implica que o Brasil tem que fazer mais ajustes macroeconômicos", diz. A14

Governo acena ao agro com linha de crédito

O governo Lula anunciou na abertura da Agrishow, principal feira agrícola do país, um plano para capitalizar produtores rurais endividados, com linha de crédito flexível e juros atrativos. Mercado p.10

Lalo de Almeida/Folhapress

FOME INVADE CASA DE RIBEIRINHOS E CRIANÇAS FICAM SEM MERENDA EM MARAJÓ

Família vive em meio ao lixo em Breves (PA), maior cidade do arquipélago; transporte escolar falho e pobreza ampliam insegurança alimentar Cotidiano B1

Luan Santana fará show em setembro BrunoSantos/Folhapress

Energia de Itaipu é a mais cara das grandes usinas

Gasto com ações socioambientais e excesso de pessoal são as razões, diz estudo

Levantamento da Frente Nacional de Consumidores de Energia comprova antiga percepção: entre as grandes hidrelétricas do país, o custo de geração da usina binacional de Itaipu é o que mais pesa no bolso dos brasileiros.

Em 2023, a tarifa da usina para as 31 distribuidoras que são obrigadas a comprar a sua energia ficou em R$ 294 pelo MWh (megawatt-hora). O valor é quase o triplo do praticado por outras oito grandes hidrelétricas.

Especialistas afirmam que essa diferença de preço não tem razões técnicas, mas políticas. A hidrelétrica banca projetos públicos socioambientais, no Brasil e no Paraguai, e o modelo binacional provoca inchaço de pessoal.

A direção de Itaipu diz que não teve acesso ao estudo, mas afirma que sua produção não tem paralelo e que as ações ambientais geram "bem-estar e desenvolvimento às sociedades brasileira e paraguaia". Mercado p.1

Luiz Felipe Pondé

Deus nos deixa mais inteligentes

A teologia é exercício intelectual sofisticado, principalmente quando não está a serviço da direita evangélica nem de versões à esquerda, que querem nos fazer crer que o PT seja a representação pura da santidade política democrática. Ilustrada C3

Brasileiros somam 35% dos imigrantes em Portugal

Os brasileiros são 35% do 1,04 milhão de estrangeiros que vivem em Portugal, mantendo-se como a principal comunidade imigrante, segundo dados parciais de 2023. Isso significa que o Brasil subiu cinco pontos percentuais em relação a 2022. Mundo A13

CGU aponta benefício ilegal a ministro em caso Codevasf

Relatório da Controladoria-Geral da União afirma que pavimentação de 80% de estrada bancada com dinheiro de emenda do então deputado Juscelino Filho (União Brasil-MA) beneficiaria somente propriedades do atual ministro das Comunicações do governo Lula (PT).

Juscelino é investigado pela PF por suspeita de integrar organização criminosa envolvida em desvios na estatal Codevasf. Em nota, o ministro diz que obra de pavimentação conecta 11 povoados e era demanda antiga da população do interior do Maranhão. Política A4

Lula busca meio-termo para dilema da desoneração

O Planalto quer encontrar até 20 de maio, na Marcha dos Prefeitos, resposta para impasse na desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios. A pedido de Lula, STF suspendeu o benefício, irritando prefeitos e parlamentares. Mercado p.2

ISSN 1414-5723
34725

Ex-chefe da PRF completa 8 meses preso na Papuda

Política A8

EDITORIAIS A2

Previdência volta a ameaçar o Tesouro

Sobre perspectivas de piora do déficit do INSS com envelhecimento da população e aumento do salário mínimo.

Quinquênio da vergonha

Acerca de benefício para elite do funcionalismo.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Previdência volta a ameaçar o Tesouro

Com envelhecimento e mudanças no trabalho, governo e Congresso precisam consertar distorções do sistema para equilibrar contas públicas

Apenas cinco anos após a mais recente reforma da Previdência, a perspectiva é de dificuldades crescentes para o financiamento das aposentadorias e pensões, a principal despesa do Orçamento federal.

As alterações de 2019 poupariam cerca de R$ 1 trilhão em uma década e permitiriam estabilizar o gasto do INSS em torno de 8,2% do PIB em 2040 —acima dos 7,92% estimados para este ano, mas quase quatro pontos percentuais a menos do que seria gasto sem a reforma.

Ressalte-se que a estimativa para 2040 subiu a 8,45% do PIB no projeto de lei orçamentária de 2025. No entanto fatores como o envelhecimento da população e decisões do governo e do Congresso indicam que o quadro será bem mais desafiador do que o indicado por essas projeções.

Uma das questões essenciais é a vinculação do piso das aposentadorias ao salário mínimo. A política do atual governo de correção do mínimo acima da inflação amplia as despesas do INSS —quase R$ 400 milhões anuais a mais para cada real adicional no mínimo.

Mais correto seria desvincular os benefícios previdenciários do piso salarial, mantendo mecanismos que garantam o poder de compra a longo prazo. Porém tal proposta ainda é um tabu no país.

O governo pretende economizar R$ 28,6 bilhões em quatro anos com revisão de benefícios e digitalização de processos, mas especialistas projetam gastos adicionais até maiores em razão, entre outras medidas, da aceleração na concessão de novas aposentadorias e pensões —que também deriva da informatização, como no caso da perícia médica remota.

Quanto às receitas, no Brasil e na maior parte dos países a principal fonte do sistema é a cobrança sobre a folha de pagamento.

Pouco se fala de sua precarização, causada por mudanças no mundo do trabalho como redução de contratos formais em favor de micro e pequenas empresas, cujas contribuições são menores —outro erro de política pública infelizmente popular no mundo político nacional.

Outra decisão ruim é a redução das contribuições previdenciárias de prefeituras menores.

O correto seria incentivar contribuições de empresas e de trabalhadores autônomos, e não aprofundar a assimetria ante a já alta cobrança imposta sobre a folha de pagamento nos moldes da CLT. O Brasil cobra 28,5%, somando a parcela da empresa e do trabalhador, um patamar próximo à media de nações europeias.

Sem estruturar o financiamento da Previdência e outros gastos importantes, como saúde e educação, governo nenhum no país conseguirá estabilizar as contas públicas e afastar definitivamente o risco de instabilidade econômica.

Quinquênio da vergonha

Lira busca se distanciar de proposta escandalosa e merecerá elogios se barrar sua tramitação

Em tempos de mais poderes e protagonismo político do Congresso, por vezes se pode contar com a falta de sintonia entre a Câmara dos Deputados e o Senado para que não prosperem algumas das piores iniciativas gestadas em cada uma das Casas legislativas.

Assim se deu, por exemplo, com o caudaloso pacote de mudanças eleitorais aprovado às pressas pelos deputados no ano passado, que até hoje não foi apreciado pelos senadores e não vigorará nos pleitos municipais deste 2024. Algo semelhante deveria ocorrer agora com a infame PEC do Quinquênio.

Patrocinada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a proposta inscreve na Constituição um privilégio descabido para juízes e integrantes do Ministério Público —acréscimos de 5% aos salários a cada cinco anos, até o limite de 35%, não sujeitos ao teto para os vencimentos do funcionalismo, de R$ 44.058,22 mensais.

O texto se tornou ainda mais escandaloso ao ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, que estendeu a prebenda a defensores públicos, membros da advocacia nos três níveis de governo e delegados da Polícia Federal. O custo da farra foi estimado em mais de R$ 80 bilhões ao longo de três anos.

Do outro lado do Congresso, ao menos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tratou de se distanciar da pauta-bomba. "Não foi a Câmara que pautou o Quinquênio. Cada um que pauta as suas coisas, que responda por elas", disse na quinta-feira (25) à Globonews.

Declarou ainda ser difícil prever se a proposta avançará na Câmara. Ele merecerá elogios se de fato barrar sua tramitação.

A mera "desidratação" do texto, com a retirada das categorias incluídas pela CCJ, como se cogita, não é o bastante. A criação de um novo penduricalho para categorias da elite do funcionalismo, ainda mais na Constituição, é inaceitável.

Se o Legislativo entende que juízes e procuradores devem ter remuneração maior, que regulamente o teto salarial, calcule os custos, indique de onde sairão os recursos —e, claro, explique por que o sistema de Justiça mais caro do mundo merece tal prioridade.

O egocentríssimo deputado

Lygia Maria

Para que serve um político? Para criar leis? Fornecer serviços públicos? Pode ser. Mas político serve mesmo para ser zombado. Essa é a sua mais nobre função social, essencial tanto ao cidadão quanto à democracia.

Para o primeiro, é válvula de escape dos tormentos cotidianos: foi assaltado? xingue o governador; preso no engarrafamento? apelide o prefeito; mais imposto a pagar? mande o presidente da República pastar.

Já para o sistema democrático, rir de um político o coloca em seu devido lugar, ajuda lembrá-lo de que ele não está acima da população para a qual deve trabalhar. Tal recurso pedagógico é usado desde a Roma Antiga, quando generais vitoriosos chegavam à Cidade Eterna durante eventos pomposos e eram recebidos por cânticos zombeteiros dos cidadãos. Trata-se do riso como remédio para a vaidade humana.

Mas parece que o egocentríssimo, digo excelentíssimo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), discorda. Ele ficou chateado quando o youtuber Felipe Neto o chamou de "excrementíssimo" e, por isso, resolveu denunciá-lo à polícia por injúria.

Alfred Hitchcock, o cineasta, certa vez disse que "o trocadilho é a forma mais elevada de literatura". Pelo visto, o deputado não entende o jogo da democracia do mesmo modo que ignora jogos de linguagem.

Lira pode acionar a Justiça porque não gostou de um chiste sobre sua atuação política? Pode. Deve? Só se pretende ser confundido com um líder narcisista e autoritário.

O imbróglio fica ainda mais engraçado quando sabe-se que Neto apoia o PL das Fake News, que visa de forma atabalhoada regular a liberdade de expressão nas redes sociais. Regular os cidadãos, claro —parlamentares enfiaram um adendo no projeto que os exclui de punição.

Se um deputado já denuncia um mero trocadilho à polícia sem o PL, imagine se este fosse aprovado?

Espera-se que fique a lição: a sociedade precisa defender seu direito de zombar de políticos, e eles devem aceitar que foram colocados no poder para trabalhar e nos fazer rir.

'O 25 de abril começou em África'

Ana Cristina Rosa

No cinquentenário da Revolução dos Cravos, é importante destacar as raízes africanas do movimento que culminou na queda da ditadura em Portugal.

O 25 de abril de 1974 não se deu por geração espontânea ou de forma suave e pacífica. Foi fruto de um contexto interno de lutas estudantis e sindicais, e externo de transformações mundiais, em especial as guerras coloniais na África.

Ex-capitães de Abril, como o major general Pezarat Correia e os coronéis Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (todos reformados), e pesquisadores entrevistados em programa especial da RTP África sobre os 50 anos da derrubada do salazarismo compartilham da opinião.

No livro "O 25 de abril começou em África", obra coletiva lançada em 2020, o historiador José Augusto Pereira destaca o peso das guerras anticoloniais na derrubada da ditadura.

Sete meses antes da Revolução dos Cravos, em 25 de setembro de 1973, a Guiné-Bissau havia autoproclamado independência, confirmando a resolução da ONU que reconheceu o direito à autodeterminação dos povos e pondo em xeque as bases do colonialismo lusitano.

Portugal enfrentava três guerras de libertação em colônias na África. Em 1975, todas tornaram-se independentes. Moçambique foi a primeira, em 25 de junho, com a atuação do movimento nacionalista armado Frente de Libertação de Moçambique. Em 5 e 12 de julho, respectivamente, foi a vez dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

Angola, a mais rica das antigas colônias, tornou-se independente em 11 de novembro por conta da luta armada de libertação nacional. O confronto opôs forças pró-independência (UPA/FNLA, MPLA e Unita, que depois travaram entre si uma luta sangrenta com desdobramento até hoje) às Forças Armadas portuguesas.

Passados 50 anos da Revolução de Abril, falta reconhecimento mundial do papel dos povos africanos no florescer dos cravos que marcaram a retomada da democracia em Portugal.

Meus colegas de limbo

Ruy Castro

Todo dia alguém especula sobre quais profissões estão condenadas à extinção pela inteligência artificial. Em coluna recente ("A vida começa aos 500", 22/4), eu próprio arrisquei algumas: médico clínico, psicanalista, juiz (inclusive de futebol), piloto de aviação, engenheiro, professor, fotógrafo, ator. Todo mundo palpita, mas ninguém pode garantir que sua previsão se confirmará. O certo é que, seja qual for a previsão, por mais pessimista do ponto de vista dos candidatos à extinção, a realidade será ainda pior. Só a própria inteligência artificial é capaz de prever os seus próprios limites, se é que ela os tem.

Meu amigo Cristiano Grimaldi, engenheiro de software, resolveu ir direto à fonte. Perguntou à inteligência artificial que profissões se extinguirão por causa dela. E ela, sem pestanejar —por falta de pestanas, a IA ainda não consegue pestanejar—, listou 100 profissionais que em breve farão companhia no mercado aos pterodáctilos e tigres-de-dente-de-sabre. Eis alguns.

Operador de telemarketing. Auxiliar de escritório. Operador de máquinas de impressão. Digitador de dados. Assistente de Recursos Humanos. Assistente administrativo. Assistente jurídico. Assistente social. Analista de crédito. Analista de marketing. Analista de sistemas. Técnico em radiologia. Técnico em eletrônica. Técnico de laboratório. Técnico em eletricidade. Técnico em telecomunicações.

Recepcionista de hotel. Contador. Secretária. Agente de viagens. Corretor de imóveis. Artista plástico. Designer gráfico. Porteiro de prédio. Fisioterapeuta. Instrutor de academia. Auxiliar de farmácia. Motorista de táxi. Mecânico de automóveis. Vendedor de automóveis. Manobrista. Caixa de banco. Caixa de restaurante. Pizzaiolo (não me pergunte por quê). Etc.

Rapazes, foi bom trabalhar com vocês. Nos vemos no limbo —porque jornalistas e escritores também se extinguirão.

Guerra dos tronos

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Lula acusou Bolsonaro de ser um "bobo da corte que não manda em ninguém e nem controla o Orçamento". Agora a acusação atinge ele próprio. E não só vem de inimigos. Isto é paradoxal à luz da experiência histórica. O Poder Executivo entre nós já foi rotulado por Ernest Hambloch, de "His Majesty, the president of Brazil" (1936), em livro que leva este título. Que ainda rematou que o Congresso brasileiro é "destituído de poderes vis-à-vis o Executivo" e o Supremo é "invariavelmente flácido, dependendo demasiado do Executivo que o nomeia".

Após a adoção da representação proporcional, Hermes Lima (1954) chamou a atenção que o Executivo só se torna hegemônico se controlar a base congressual: "Se o presidente é dotado de forte personalidade e seu partido conta com maioria no Congresso, o Executivo, já poderoso pelo seu caráter unipessoal, impõe de forma avassaladora sua vontade. Se o presidente é fraco, o Congresso toma o freio nos dentes".

Muita coisa mudou desde então. A Constituição de 1988 ampliou os poderes constitucionais do Executivo, mas fortaleceu também os demais poderes. No entanto, o partido do presidente, no entanto, tem obtido tipicamente 15% das cadeiras, o que impõe a necessidade de coalizões, cujo gerenciamento torna-se crítico para a estabilidade da base parlamentar.

O compartilhamento do poder via ministérios é o elemento central neste processo, juntamente com a distribuição de emendas orçamentárias. Mas outros fatores importam, como a popularidade presidencial, o comportamento da economia, a situação fiscal.

Na última década, temos assistido a uma mudança no equilíbrio do tipo "presidente forte" vigente. As emendas do orçamento impositivo e o financiamento bilionário de campanha conferiram maior autonomia ao Poder Legislativo. Mas um outro ator —esquecido nas análises de relações Executivo/Legislativo— tem cumprido papel crucial: o Judiciário.

De "invariavelmente flácido" à hiperprotagonista, a trajetória recente do Supremo reflete sua vasta jurisdição criminal e também a tarefa de contenção de Bolsonaro, quando se aliou aos setores majoritários do Congresso. Com Lula, o STF alia-se ao Executivo em nome da governabilidade democrática, como já ocorreu sob FHC. Mas agora o Congresso "toma o freio nos dentes": o presidente se enfraquece pela sua retórica e estratégia econômica (leia-se, ataques ao Bacen e a interferência nas estatais).

Instala-se um jogo judicializado de atribuição da culpa pelo abandono da meta fiscal e a disputa de narrativa se dá entre emendas orçamentárias (Congresso) vs desenvolvimentismo anacrônico (governo)? E o Congresso pede o crédito pela reforma tributária e previdenciária, marco do saneamento.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Combate a crimes ambientais reduz a violência

Saldo da segurança não pode ser balanço de mortes em operações policiais

Helder Barbalho
Governador do Pará (MDB)

Primeiro os dados, depois um convite à reflexão mais ampla sobre o angustiante problema da segurança pública no Brasil. No Pará, em 2023, lançamos um decreto de emergência ambiental em 15 municípios com garimpos ilegais e desmatamento. Foi o início da Operação Curupira, uma força tarefa com seis instituições para ampliar as ações de proteção nas áreas de floresta.

Mais de um ano depois, os resultados mostram que a operação destinada a preservar o meio ambiente provocou um efeito colateral positivo na violência como um todo: redução de crimes violentos de quase 28% em Altamira, 31% em Itaituba, 59% em Anapu, quase 20% em São Félix do Xingu, mais de 14% em Novo Progresso. A maior parte dos municípios em que houve combate aos crimes ambientais experimentou uma redução maior da criminalidade do que a apresentada no restante do estado. A redução de índices se dá em quase todos os tipos de crime. Roubo, por exemplo, despencou à metade em algumas das cidades.

É claro que os resultados alcançados na preservação do meio ambiente foram notáveis. A queda no desmatamento nessas áreas protegidas foi de 59%. A preservação ambiental agradece. Mas não quero falar aqui apenas do Pará ou desse auspicioso programa de combate a crimes ambientais e seus reflexos sobre a criminalidade. Quero lançar luz sobre o significado mais amplo que essa experiência pode demonstrar para o Brasil, para muito além da questão ambiental.

O que é mais importante é que vivemos sufocados por uma falsa agenda da escolha da repressão e do confronto policial como única forma de redução da violência que assola o país e apavora os brasileiros. O que essa e outras iniciativas que já estamos colocando em prática nos dão convicção é que a segurança pública não pode ser colocada apenas na mira do fuzil, mas tem de ser vista numa lente mais ampla. Por quê? Porque não se trata de um problema isolado, e sua solução necessariamente terá de ser fruto de uma combinação de ações do Estado.

É claro que a mão forte da polícia faz parte dessa equação de pacificação social. O erro, todavia, é simplificar e, diria mesmo, surfar na onda de desespero de uma população acuada e tentar fazer crer que essa é única variável da equação. Também no Pará, apenas a título de exemplo para que entenda o ponto a que quero chegar, criamos as Usinas da Paz.

[...]

O que é mais importante é que vivemos sufocados por uma falsa agenda da escolha da repressão e do confronto policial como única forma de redução da violência que assola o país e apavora os brasileiros

São complexos multiculturais e esportivos, com serviços médicos, lazer, educação, empreendedorismo e apoio à população vulnerável. Equipamentos públicos de primeira qualidade, servidores públicos dedicados. Cidadania na veia. Estamos fazendo 26 em todo o estado.

Esse é o ponto. Temos de buscar um arsenal para a questão da violência, mas não apenas de armas. Um arsenal de soluções que passa pela reconstrução social, por medidas amplas e conectadas em várias áreas. Como vimos, combater os garimpos e o desmatamento não faz bem apenas à floresta e ao meio ambiente. É um combate à violência e um impulso em favor da segurança pública com resultados palpáveis. Não adianta apenas invadir comunidades com armamentos. O Estado tem que ocupar o lugar das organizações criminosas com cidadania e serviços públicos e dignidade.

Não podemos nos acostumar, como sociedade, que o saldo da segurança seja apenas o balanço de mortes das operações policiais. Temos de continuar acreditando que o balanço que irá nos diferenciar será o de jovens formados, crianças na escola, pessoas da terceira idade atendidas nas comunidades. Alguém poderá dizer: isso é ficção.

Ficção é imaginar que homem pode chegar à Marte e, ao mesmo tempo, no Brasil, não podermos passear por bairros como o morro do Alemão, Paraisópolis e Rocinha, apenas para citar alguns. A solução da segurança pública é do tamanho do problema: grande, complexa e multifacetada. A experiência do combate a crimes ambientais e seu efeito na queda da violência no Pará mostra uma pista para o enfrentamento da criminalidade. Não basta apenas o combate, mas também o resgate.

Reforma tributária: saneamento é saúde

Falta de tratamento diferenciado reduzirá investimentos e aumentará tarifas

André Salcedo
Diretor-presidente da Sabesp

A reforma tributária, tão aguardada, cria uma perspectiva de desenvolvimento sustentável ao reduzir burocracia e favorecer a eficiência e a produtividade.

Entretanto há um ponto de atenção: a falta de tratamento diferenciado ao saneamento, a exemplo da saúde. Essa opção acaba por desconsiderar similaridades e efeitos que o saneamento tem com o setor de saúde, e que vão além, com impactos no meio ambiente, na inclusão social e na redução das desigualdades.

A reforma trará para as companhias de saneamento aumento na carga tributária: dos atuais 9,25% para a alíquota "cheia", estimada em 27,5%, segundo projeções.

A Sabesp contratou a consultoria Pezco Economics para um estudo baseado no valor adicionado (principal conceito da reforma) sobre o saneamento. A análise evidencia que impactos no setor se concentram na transição da reforma entre 2027 e 2032. Há grande chance de aumentos tarifários e de redução de investimentos que ameaçam a universalização prevista pelo novo marco legal para 2033.

Na contramão do impacto macroeconômico geral da reforma, o estudo estima que o saneamento sofrerá perda de seu valor adicionado, ou seja, redução do PIB setorial. No caso do estado de São Paulo, ela será de queda de 3,07% se a alíquota for de 27,5%.

O aumento de carga tributária tem dois impactos num setor que luta contra o atraso histórico: no curto prazo, pressiona o caixa das empresas e o custo dos investimentos e, no médio, aumenta as tarifas.

Reduzir a capacidade de investimento significa pôr em risco a universalização até 2033. Já o aumento de tarifa sempre tem maior impacto na população mais vulnerável.

[...]

Na contramão do impacto macroeconômico geral da reforma, o estudo estima que o saneamento sofrerá perda de seu valor adicionado, ou seja, redução do PIB setorial. No caso do estado de São Paulo, ela será de queda de 3,07% se a alíquota for de 27,5%

A falta de saneamento prejudica a saúde da população, pois eleva a incidência de doenças gastrointestinais e respiratórias, entre outras. Também afasta pessoas das atividades profissionais ou escolares, gerando perdas econômicas e educacionais, e despesas públicas e privadas com tratamento médico. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada R$ 1 investido em saneamento gera economia de R$ 4 na área de saúde.

O objetivo deste artigo é trazer um debate sobre o que queremos para o saneamento no Brasil: tratar como qualquer outro setor da economia ou uma evolução consistente dentro do novo contexto do marco legal, incentivando investimentos e viabilizando a necessária universalização com modicidade tarifária.

No atual momento, o saneamento precisa —e merece— de todo o incentivo possível. Ele melhora a qualidade de vida, contribui para a preservação e recuperação do meio ambiente, promove redução da desigualdade e inclusão social, além de ser um vetor importante na prevenção de doenças e melhoria da produtividade, com impactos positivos na educação e na economia.

Dar a ele um tratamento tributário diferenciado significaria reconhecê-lo como o que realmente é: básico e essencial.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante entrevista à Folha em seu gabinete Pedro Ladeira/Folhapress

Imposição de agenda

"Congresso também precisa ter responsabilidade fiscal, diz Haddad" (Mônica Bergamo, 27/4). O problema é o relacionamento entre o governo e o Congresso, e a falta de confiança do Congresso em relação ao governo, que não cumpre com o combinado. A crise entre os Poderes é real e só vai piorar.
Max Morel (São Paulo, SP)

*

Fanfarronice do Haddad, pois quem descontrolou as contas públicas com uma gastança desenfreada não foi o Congresso, e sim o Executivo. Governo incompetente com a mesma fórmula fracassada de sempre, que não administra nada. Só quer saber de jogar dinheiro pelo ralo.
Vladimir Delgado (São Paulo, SP)

*

Ninguém aguenta mais esse Congresso. Seus interesses estão acima de qualquer projeto de país. Não são políticos, a maioria deveria estar respondendo à Justiça.
Veranice Avila (Votuporanga, SP)

*

Creio que todos os Poderes devem ser responsáveis pela qualidade e contenção de gastos e nenhum deles é responsável, todos os gastadores são irresponsáveis.
Vital Romaneli Penha (Jacareí, SP)

Pré-candidato

"Deltan diz que não está inelegível e articula se lançar a prefeito de Curitiba" (Política, 26/4). Absurdo dos absurdos esse indivíduo vir a candidatar-se; demonstra, com isso, o quão perversa é a política.
Luiz Antonio Sypriano (Piraquara, PR)

*

Todo membro do Poder Judiciário deveria ter aos menos oito anos de carência, em que não poderia ser candidato a qualquer cargo eletivo do Poder Executivo. Todo militar expulso das FFAA (inclusive das polícias militares) deveria ser impedido de concorrer a cargos eletivos do Poder Executivo.
Alexandre Gonçalves da Silva (Macaé, RJ)

*

Este seria um grande prefeito. Tem história e tem ideais.
Carlos Eduardo Cunha (São Paulo, SP)

Sardinhas

"Supermercados propõem taxar bets com 'imposto do pecado' para ampliar cesta básica na reforma" (Mercado, 27/4). Essa reforma estava sendo esperada há anos, e o país precisa demais dela. Espero que dessa vez saia. É claro que cada um puxa a brasa para sua sardinha, mas é melhor uma reforma imperfeita do que reforma eternamente adiada por intermináveis discussões. Nunca haverá uma reforma que agrade a todos. Pode-se falar de pequenos ajustes, mas nada substantivo. Sempre lembrando que a reforma não pode resolver todos os problemas do Brasil.
Heloisa Gomes (Rio de Janeiro, RJ)

*

Eu conheci várias pessoas viciadas em jogos. Elas perderam família, patrimônio, dignidade, emprego e algumas delas foram para clínicas de recuperação. Na minha visão, o jogo deveria ser banido do país. Ou cobrar impostos tão alto que ninguém se atreveria jogar.
Alexandre Cunha (Nova Venécia, ES)

Homofobia

"Pastora Ana Paula Valadão é condenada a pagar R$ 25 mil por associar Aids a homossexualidade" (Mônica Bergamo, 26/4). Não se trata de religião! Trata-se de poder, dominação. O discurso religioso, para essas pessoas, é mero instrumento de sua ânsia por poder.
Rives Passos (Campo Grande, MS)

*

Essas multas estão muito pequenas. Xingar, mentir, difamar nas redes sociais ou meios de comunicação. Relacionar expressões preconceituosas e xenofóbicas com liberdade de expressão deve ser, no mínimo, 30% do patrimônio. Só assim essas pessoas perceberão o quanto é destruidor esse tipo de atitude com a imagem e a vida dos outros.
Paulo Braga (Salvador, BA)

Violência policial

"'Não tenho paz', diz homem negro que teve spray lançado no rosto por PMs em SP" (Cotidiano, 26/4). A vítima saiu do centro para se ver livre da violência policial. Ou seja, porque o Estado não cumpria com seu dever de proteger o cidadão. A sensação de injustiça é tamanha que o episódio ilustra exatamente a política de segurança pública adotada no estado de São Paulo. Afastar ou demitir os agressores não mudará nada.
João Melo (São Paulo, SP)

*

Os agressores têm tanta certeza da impunidade que nem se importam em serem filmados. O padrão da PM, não só a paulista, de abordagem a pobres é esse. Caso isolado é quando não barbarizam.
César de Oliveira Lima (Salvador, BA)

Ex-elite paulistana

"Retrato da desigualdade, prédio com piscinas nas sacadas reflete decadência do Morumbi" (Cotidiano, 27/4). A história da região retratada é pedagógica. Um dia a realidade chega. Alphaville, pode esperar, a sua hora vai chegar.
Anderson Pereira de Souza (São Paulo, SP)

*

Não adianta "fugir" da pobreza, ela estará aí até o sentimento capitalista deixar de existir. Acho pouco!
Petrônio Alves Corrêa Filho (Três Lagoas, MS)

Nova elite paulistana

"Casa de luxo em condomínio de bairro nobre é o novo objeto de desejo em São Paulo" (Mercado, 26/4). Uma vergonha, bairros tão centrais como os Jardins, convertidos em reserva para milionários por normas que impedem o adensamento e a verticalização! Sem adensar, a cidade de São Paulo continuará a crescer na direção dos mananciais e da serra da Cantareira, com enormes danos ambientais e um trânsito cada vez mais infernal.
Hernandez Piras (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (28.ABR, PÁG.A8) O jatinho com Elon Musk não pousou na pista do condomínio onde vive Alberto Leite, como publicado na nota Londres na primavera, na coluna de Elio Gaspari.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Cabo de guerra

A proposta para liberar a reeleição do atual presidente da Alesp, André do Prado (PL), tem gerado ainda mais fissuras na base de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). Hoje, a reeleição só é permitida em legislaturas diferentes, ou seja, emendando o último biênio de um governo e o primeiro do seguinte. Para que a alteração seja possível e Prado possa ficar por mais dois anos no cargo, ao menos 57 dos 94 deputados precisariam votar favoravelmente a uma emenda à Constituição estadual.

BALANÇA Parlamentares do Republicanos têm criticado a iniciativa e dizem que a sigla merece ocupar mais espaços de influência. A insatisfação com o acúmulo de influência na legenda comandada por Valdemar Costa Neto se soma a reclamações de toda a base a respeito da relação com o governo —como por exemplo falta de pagamento de emendas e falta de atenção de secretários.

BALA 1 Integrantes do Ministério da Justiça minimizaram a aprovação de projeto que concede poderes aos estados para formular leis e flexibilizar as atuais regras de porte de armas na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara na semana passada —ele ainda precisa ser votado no plenário da Casa.

BALA 2 O projeto vai contra o entendimento de decisões recentes do STF sobre o porte de armas. Membros da pasta dizem que a matéria não deve prosperar por considerarem ser inconstitucional. Segundo um interlocutor do ministro Ricardo Lewandowski, trata-se de um "projeto natimorto" que "não vai a lugar nenhum".

UNIDADE Os secretários-executivos dos ministérios do Palácio do Planalto organizaram dois jantares neste mês com os demais secretários-executivos da Esplanada numa tentativa de organizar e integrar mais as ações do governo.

CONVITE Uma das orientações passadas foi a importância de os ministros convidarem parlamentares da base de Lula (PT) a suas agendas nos estados —para evitar ruídos considerados "desnecessários".

DAQUI... O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou uma carta ao presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, por ocasião do marco de 50 anos da Revolução dos Cravos, movimento que derrubou o governo ditatorial de direita no país.

... PARA LÁ Nela, Pacheco diz que a democracia e a consolidação da cidadania "constituem hoje um dos principais fatores do orgulho nacional português".

LUPA A Controladoria-Geral da União vai replicar a análise que fez do CadÚnico e das famílias unipessoais do Bolsa Família a outras políticas públicas do governo federal, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e as perícias e atendimento no INSS. A CGU estabeleceu um cronograma de avaliações colaborativas dentro da CGU Presente, que busca aperfeiçoar as políticas federais implementadas nos estados e municípios.

TELA O ministro Luiz Marinho (Trabalho) fará o pronunciamento do governo federal por ocasião do Dia do Trabalhador, que será transmitido em rede nacional. Ele falará da geração de empregos e da política de correção do salário mínimo.

MAPA O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania vai destinar R$ 6 milhões do Fundo da Criança e do Adolescente para adquirir embarcações e veículos 4x4 para atender a comunidade do arquipélago do Marajó (Pará). A iniciativa integra ação da pasta para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Victoria Azevedo

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), durante entrevista Gabriela Biló - 6.mar.24/Folhapress

CGU aponta benefício ilegal a ministro de Lula e desvio em obra da Codevasf

Segundo o órgão, Juscelino Filho indicou emenda, quando era deputado, para pavimentar estrada que beneficia família; defesa diz que via conecta 11 povoados

Fabio Serapião

BRASÍLIA A CGU (Controladoria-Geral da União) diz em relatório que a pavimentação de 80% de uma estrada bancada com dinheiro de emenda parlamentar do então deputado Juscelino Filho (União Brasil-MA) beneficiaria somente propriedades do atual ministro das Comunicações do governo Lula (PT) e de seus familiares.

A manifestação da CGU, a qual a **Folha** teve acesso, é do início de março e reforça a suspeita investigada pela Polícia Federal na operação Odoacro.

Juscelino Filho atualmente é investigado pela PF por suspeita de integrar uma organização criminosa envolvida em desvios de dinheiro em obras da estatal Codevasf na cidade de Vitorino Freire (MA), comandada por sua irmã, Luanna Rezende.

A relação da obra de pavimentação com as propriedades de Juscelino Filho foi revelada pelo jornal O Estado de S.Paulo. Como mostrou a **Folha**, além da pavimentação, o mesmo trecho entre as propriedades da família do ministro já havia sido beneficiado por uma obra de R$ 2,5 milhões anos antes. O duplo benefício também foi apontado pela CGU no relatório.

Procurado, o ministro disse em nota que a estrada "conecta 11 povoados, onde centenas de pessoas sofrem, diariamente, com grandes desafios para se locomoverem ao trabalho, escolas, hospitais e postos de saúde, especialmente durante períodos chuvosos, quando a via se torna intransitável, isolando essa população".

"Portanto, acima de tudo, é um bem do povo de Vitorino Freire e sua pavimentação é uma demanda antiga da população", diz a nota.

No caso da obra de pavimentação, o orçamento previsto era de R$ 7,5 milhões, valor proveniente de emendas de Juscelino Filho. A empresa que ganhou a obra foi a Construservice, investigada pela PF por causa da relação com o ministro de Lula.

A obra não foi concluída porque a Codevasf mandou paralisar o andamento após o surgimento das suspeitas. Cerca de R$ 2 milhões já haviam sido repassados à empresa.

Segundo a PF, Juscelino Filho mantém uma relação criminosa com o empresário Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP, responsável pela Construservice.

Segundo a CGU, a justificativa oficial para a obra de pavimentação paga com as emendas de Juscelino Filho foi a necessidade de "escoamento e acesso a serviços públicos".

Para isso era imprescindível que as localidades beneficiadas tivessem ligação com a cidade ou com a rodovia mais próxima, o que, na prática, não ocorreu, uma vez que o maior trecho a ser pavimentado era próximo às propriedades do ministro e o restante em pequenos povoados rurais sem estabelecer ligação com a cidade e a rodovia.

"De um total de 23,1 km, envolvendo R$ 7,5 milhões, 18,6 km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município", diz a CGU.

Além disso, afirma a controladoria, as demais pavimentações (4,5 km) não se "mostram suficientes para atender ao objetivo de fornecer melhor escoamento e acesso a serviços públicos pela população das povoações beneficiadas, pois não foi prevista uma conexão para se chegar ao centro do município ou à uma rodovia pavimentada".

Para chegar a essa conclusão, a CGU analisou outras regiões da cidade e três distritos e povoações de Vitorino Freire com número "significativamente maior de residências" que não possuem acesso pavimentado e poderiam ter sido beneficiadas pelas obras.

O órgão aponta em seu relatório a possibilidade de desvios e prejuízos causados pelas irregularidades na obra.

"Em que pese a estatal (Codevasf) esteja agindo com diligência ao suspender repasses e promover uma auditoria, ainda resta cerca de R$ 1,5 milhão em potencial risco de desvio de finalidade, dado que o objetivo social e o interesse público do citado convênio não se aparentam contemplados no projeto apresentado", diz a CGU.

Desse total que pode ter sido desviado, a controladoria cita que a própria Codevasf em auditoria nas obras parcialmente realizadas já apontou para um prejuízo de R$ 736.268,54.

A CGU diz que a própria licitação que culminou na contratação da Construservice apresenta indícios de irregularidades por causa de cláusulas que podem ter restringido a competitividade da disputa.

Entre elas, o órgão federal elenca a exigência de cadastramento em concorrência pública, exigência de apresentação de documentos de habilitação em duplicidade e necessidade de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50%.

Foram as conversas entre Juscelino Filho e Eduardo DP, apontado como real dono da empreiteira, que colocaram o ministro da mira da PF —ele deve prestar depoimento no inquérito nas próximas semanas.

Para os investigadores, as mensagens mostram Juscelino como o "verdadeiro chefe" do empresário. "Ao atuar como o responsável direto pela obra, apontando prioridades, medições e desbloqueio de pagamentos", diz a PF em um relatório. Em junho de 2019, por exemplo, Juscelino fala com o empresário e cita uma nova frente "grande" de contratos na Codevasf.

"Tá na hora de voltar a máquina de asfalto pra Vitorino (cidade comandada pela irmã de Juscelino Filho) pra terminarmos aqueles serviços da cidade e da Pedra do Salgado e depois já começar aquele convênio grande com a Codevasf."

Dias depois, ele escreve ao empresário: "Precisamos sentar para ajustar as coisas de lá parente... tem aquela obra da Codevasf também que já dá pra dar ordem de serviço".

Juscelino também afirma que está há quase um mês tentando "sentar" com o empresário e volta a cobrá-lo sobre as obras. "Mandou as máquinas?", escreveu a Eduardo DP.

Procurada, a assessoria do ministro disse que Juscelino Filho, como deputado, tinha função de indicar emendas que beneficiem a população, mas que a "execução e a fiscalização das obras não é uma atribuição do parlamentar".

"Juscelino Filho é o maior interessado para que este caso seja esclarecido. Sua conduta sempre foi pautada pela ética, responsabilidade social e utilização adequada dos recursos públicos para melhorar as condições de vida da população mais pobre", diz nota.

> **Portanto, acima de tudo, é um bem do povo de Vitorino Freire e sua pavimentação é uma demanda antiga da população**
>
> **Juscelino Filho** em nota

Direitos de trabalhadores por apps

Até o momento, apenas empresas do setor estão satisfeitas com projeto sobre o assunto

Camila Rocha
Doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

A garantia de direitos para trabalhadores por aplicativos é amplamente defendida pela população brasileira. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-Rio), em parceria com o Ipec, 60% das mais de 2.000 pessoas entrevistadas apontam que as plataformas devem garantir todos os direitos trabalhistas aos trabalhadores por aplicativo.

São apenas 5% aqueles que acreditam que as plataformas não possuem nenhuma responsabilidade em relação aos trabalhadores.

A lista de direitos defendida pela grande maioria da população compreende: saber os critérios utilizados pelos aplicativos para definir os serviços que cada trabalhador vai realizar (88%); seguro saúde (87%); aposentadoria (83%), liberdade para se sindicalizar (80%); autonomia para definir jornada de trabalho diária (79%); liberdade para recusar trabalho (77%); 13º salário (76%); limitação da jornada de trabalho (75%); descanso remunerado (72%); fornecimento dos equipamentos necessários para o desempenho do trabalho -carro, moto, capacete e mochila etc. (72%); férias remuneradas (71%) e carteira assinada (71%).

Quando se considera apenas as respostas dadas por mulheres, as cifras são maiores para todos os direitos listados, sendo que cerca de 80% delas defendem 13º salário, limitação da jornada de trabalho, descanso remunerado, férias remuneradas, e carteira assinada.

Para mais da metade dos entrevistados, a responsabilidade em exigir melhores condições de trabalho para os trabalhadores por aplicativo é coletiva e envolve o governo, os trabalhadores e a sociedade em geral.

Paralisações ou greves promovidas pela categoria são vistas como algo negativo apenas por 25%, porém, 57% acreditam que a forma mais efetiva de mobilização é pressionar o governo para que estabeleça ou fiscalize regras para o trabalho por aplicativo. E, de fato, a pressão já surtiu efeito.

O projeto de lei complementar que regula o trabalho de motoristas por aplicativo apresentado pelo governo, o PLP 12/2024, que deveria ser votado até 20 de abril, foi alvo de intensas críticas. A remuneração, a jornada e a ausência de reconhecimento de vínculo empregatício previstos pelo projeto foram julgados inadequados do ponto de vista da Justiça do Trabalho.

Pesquisadores especialistas no tema argumentaram, em manifesto contrário à proposta do governo, que "o projeto, sob a pretensão de regulamentar o trabalho uberizado às novidades tecnológicas, promove, na verdade, uma legitimação jurídica de práticas laborais que exacerbam a vulnerabilidade, a exploração e a desproteção completa dos direitos do trabalho".

Deputados de direita, por sua vez, também criticaram a proposta e se organizaram em uma frente parlamentar para defender um projeto alternativo.

Até o momento, apenas as empresas do setor estão satisfeitas. Integrante do grupo de trabalho que elaborou a proposta, André Porto, presidente da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia, afirmou à Agência Câmara de Notícias que as principais reivindicações das empresas, como segurança jurídica e o tratamento das plataformas como intermediadoras, foram contempladas pelo projeto, que irá sofrer ajustes até 12 de junho. Até lá, cabe ao governo decidir de que lado irá ficar.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Falta de transparência marca viagem de ministros do STF

Gilmar Mendes e Dias Toffoli participam de fóruns jurídicos em Londres e Madri

Renato Machado

BRASÍLIA Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes e Dias Toffoli, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, devem participar de eventos jurídicos na Europa em um intervalo de duas semanas, mas não divulgam informações sobre as viagens, custeio e período fora do Brasil.

Eles participaram de um fórum jurídico em Londres, no Reino Unido, que se encerrou na sexta-feira (26) —este contou ainda com a presença de Alexandre de Moraes. Nesse caso, os ministros também não informaram os responsáveis pelo custeio da hospedagem e transporte.

Toffoli e Gilmar aparecem como confirmados para um debate em Madri, na Espanha, no dia 3 de maio.

Um terceiro evento, também na capital espanhola entre os dias 6 e 8 de maio, prevê a presença de Gilmar, Toffoli, Kassio Nunes Marques e do presidente da corte, Luís Roberto Barroso, além de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e de Gonet.

As autoridades não informaram quem arca com os gastos com passagens aéreas e hospedagens. Tanto o Supremo quanto os organizadores do evento na Espanha afirmam não serem os responsáveis por essas despesas.

Neste domingo (28), Gilmar avisou no X (ex-Twitter) que participa de um debate nesta segunda (29) na Fiesp, em São Paulo. A entidade afirma que a agenda é presencial. Não há confirmação se o ministro depois retorna para Madri.

Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, do STF Gustavo Moreno - 21.mar.24/Divulgação/STF

O primeiro da sequência de eventos no exterior entre abril e maio foi o 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, realizado em Londres, no Reino Unido. O fórum aconteceu de quarta (24) a sexta-feira (26).

Foi organizado pelo Grupo Voto, presidido pela cientista política Karim Miskulin, que diz trabalhar na "interlocução entre o setor público e o privado".

Em 2022, às vésperas da campanha eleitoral, o grupo promoveu almoço de Jair Bolsonaro (PL) com 135 empresárias e executivas no Palácio Tangará, em São Paulo.

Participaram dos eventos Toffoli, Gilmar e Moraes, além de integrantes de outros tribunais brasileiros, do procurador-geral da República e ministros do governo Lula (PT). Moraes é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e não participou da sessão da corte de terça (23).

Jornalistas foram impedidos na quinta-feira (25) de acompanhar o fórum, que teve a participação de ao menos dez autoridades do Judiciário brasileiro. Na entrada do evento, Gilmar afirmou não saber da proibição à imprensa.

Como mostrou a **Folha**, não foi permitido à imprensa, inclusive, permanecer no mesmo andar em que o evento ocorreu, no luxuoso Hotel Peninsula, ao lado do Hyde Park e cujas diárias custam acima de £ 900 (cerca de R$ 5.800).

Questionado se falaria com jornalistas ao fim do dia, Moraes respondeu, entre a ironia e o bom humor: "Nem a pau".

Depois das palestras da manhã, autoridades brasileiras e convidados do evento foram almoçar no restaurante Brooklands por Claude Bosi (duas estrelas no Guia Michelin), no 8º andar do hotel.

O menu à la carte de três pratos no local custa £ 145 (cerca de R$ 935); o menu degustação de cinco pratos custa £ 175 (R$ 1.130); o menu degustação de sete pratos custa £ 195 (R$ 1.260) por pessoa. Uma combinação adicional de vinhos varia de £ 105 (R$ 680) a £ 205 (pouco mais de R$ 1.320) por pessoa.

Depois de Londres, Toffoli e Gilmar estão anunciados para participar de um segundo evento na Europa na próxima semana, dessa vez em Madri. Trata-se do Fórum Transformações — Revolução Digital e Democracia, que será realizado nesta sexta-feira (3) e é organizado pelo Fibe (Fórum de Integração Brasil e Europa).

O evento é feito em parceria com o IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), faculdade de propriedade de Gilmar. O magistrado também participa do conselho consultivo do Fibe, ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O STF só tem sessão normal agendada para a quinta-feira (2), sendo que os ministros podem participar remotamente. A corte nega ter custeado qualquer passagem de ministro ou sua hospedagem —diz só pagar viagem internacional quando o ministro vai na representação da presidência do órgão.

A **Folha** questionou o tribunal se os ministros permaneceriam na Europa, se trabalhariam remotamente executando as suas funções, ou se voltariam ao Brasil no intervalo após o evento de Londres. Não houve resposta.

Também vão participar do evento na Espanha juristas, professores, jornalistas e integrantes de segundo escalão do governo Lula. Entre os palestrantes previstos, estão o procurador-geral da República Paulo Gonet e o ministro do STJ Mauro Campbell, que já estavam no evento em Londres.

O STJ informou, assim como o Supremo, que não arcou com os custos da viagem.

A **Folha** enviou perguntas específicas sobre a estadia na Europa entre os dois eventos, repassadas pela assessoria de imprensa aos ministros. No entanto, não houve retorno.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) foi procurada, mas não se manifestou até a conclusão desta edição.

A organização do fórum em Madri informou que não faz nenhum pagamento às autoridades brasileiras pela participação no evento, nem mesmo arcou com as despesas de passagens aéreas e hospedagens.

Os organizadores do fórum em Londres também foram procurados, mas não informaram se vão arcar com as despesas das autoridades brasileiras.

A **Folha** questionou STF, STJ e PGR para saber individualmente das autoridades jurídicas quem arca com as despesas deles na Europa, se receberam algum tipo de remuneração ou cachê pela participação nos eventos e se consideram que há conflito de interesse ao participar de fóruns organizados por entidades privadas. Não houve resposta.

Na semana seguinte, de 6 a 8 de maio, haverá outro evento jurídico ligados a brasileiros em Madri. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai realizar um curso sobre segurança jurídica e tributação.

A programação prevê também a participação de Gilmar, Toffoli e outros ministros do STF, como o presidente Barroso e Kassio. Também participam Gonet e diversos ministros do STJ, TST (Tribunal Superior do Trabalho) e integrantes de outros tribunais brasileiros.

Exército vai excluir comentários de ódio em suas redes sociais

Renato Machado

BRASÍLIA O Exército publicou uma nova política para a moderação de comentários feitos em seus canais oficiais nas redes sociais, na qual prevê a exclusão de mensagens de ódio e com incitação à violência e também alerta que poderá acionar autoridades competentes em caso de infração.

O documento chamado Política de Moderação nas Mídias Sociais do Sistema de Comunicação Social do Exército Brasileiro lista uma série de motivos e infrações que vão levar à exclusão das mensagens.

O documento afirma que o Exército utiliza as redes sociais com o propósito de divulgar a atuação da instituição para a sociedade, como forma de disseminar e ampliar o acesso à informação. No entanto, ressalta que é necessário uma atuação com moderação e filtragem dos comentários, para "melhor adequar as páginas ao público".

O texto lista uma série de ações e comportamentos que podem resultar na exclusão dos comentários (veja ao lado). Serão moderadas ou excluídas, por exemplo, mensagens com linguagem inapropriada e que incitem o ódio, violência ou racismo ou que contenham ameaças ou promovam crimes, como assédio, injúria ou calúnia.

O documento com a nova política acrescenta que os usuários que desrespeitarem as regras poderão ser bloqueados imediatamente, e as mensagens poderão ser encaminhadas às autoridades competentes.

"Ao utilizar os canais mantidos pelo EB [Exército Brasileiro] em redes sociais, o usuário estará ciente das regras de uso e de convivência aqui descritas e de acordo com elas. O usuário que desrespeitar essas regras poderá, a critério do CComSEx [Centro de Comunicação Social do Exército], ser bloqueado imediatamente, independentemente de justificativa, consulta ou aviso, e, conforme o conteúdo, as mensagens poderão ser encaminhadas às autoridades competentes", afirma o texto.

"O Exército Brasileiro não aprova, apoia, declara nem garante a integridade, a veracidade, a exatidão ou a confiabilidade de qualquer mensagem do usuário, tampouco endossa as opiniões expressas nela", completa.

Razões para a exclusão de mensagens

- Usem linguagem inapropriada, obscena, caluniosa, grosseira, abusiva, difamatória, ofensiva ou de qualquer outra forma reprovável;
- Concretizem apologia a práticas ilícitas;
- Incitem o ódio, a violência, o racismo ou façam discriminação de qualquer ordem;
- Contenham ameaças, assédio, injúria, calúnia ou difamação, ou configurem qualquer outra forma de ilícito penal;
- Divulguem conteúdos na forma de spam ou "correntes";
- Caracterizem intuito comercial ou publicitário;
- Estejam repetidas, desde que publicadas pelo mesmo autor;
- Sejam ininteligíveis ou descontextualizadas;
- Contenham propagandas político-partidárias;
- Manifestações ou opiniões de cunho político ou ideológico;
- Contenham links suspeitos ou representem ameaça à segurança da informação;
- Usem informações e imagem de pessoas e instituições indevidamente;
- Contenham dados pessoais do autor ou de terceiros;
- Violem os direitos de imagem e de propriedade intelectual;
- Sejam fraudulentas ou promovam conteúdo inverídico.

Ex-presidente Jair Bolsonaro durante evento em Ribeirão Preto (SP) Joel Silva/Fotoarena/Agência O Globo

Tarcísio vai a ato com Bolsonaro e é criticado por ausência em feira

Governador esteve com o ex-presidente na mesma cidade de principal evento do agronegócio do país

Ana Gabriela Oliveira Lima e Marcelo Toledo

SÃO PAULO E RIBEIRÃO PRETO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), participou neste domingo (28) de ato com Jair Bolsonaro (PL) e líderes rurais em Ribeirão Preto, interior do estado. O evento que homenageia o ex-presidente aconteceu no mesmo dia de abertura simbólica da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação) restrita a autoridades, expositores e imprensa.

Tarcísio chegou no mesmo horário que o ex-mandatário no local do ato, na esquina das avenidas Presidente Vargas e Prof. João Fiuza. Segundo sua assessoria, a participação do governador na principal feira do agronegócio do país está marcada para esta segunda (29), quando também está prevista a presença de Bolsonaro.

Nos bastidores, a ausência de Tarcísio foi criticada por dirigentes de entidades presentes no auditório em que ocorreu a cerimônia de abertura da feira, realizada também em Ribeirão Preto. O vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro Carlos Fávaro (Agricultura) estiveram no local.

Para os dirigentes ouvidos pela reportagem, Tarcísio deveria ter comparecido por ser o governante máximo de São Paulo. Nos discursos, o governador só foi lembrado por seu secretário da Agricultura, Guilherme Piai.

Ao ir para ato com Bolsonaro, Tarcísio expõe saia justa que perdura entre o agronegócio e o governo Lula. O setor é próximo a Bolsonaro e tem resistência ao atual governo. No ano passado, a abertura da Agrishow foi palco de constrangimento quando a participação de Bolsonaro gerou mal-estar com o governo.

Neste ano, a organização tentou evitar a saia justa com a participação de Fávaro na cerimônia simbólica deste domingo, e de Bolsonaro no dia seguinte.

Segundo convite enviado por organizadores do ato deste domingo a dirigentes sindicais rurais, o movimento faz "contraponto aos excessos e as agressões que o agronegócio vem sofrendo com invasões de terras e prédios públicos e ações contrárias ao estado democrático de direito" em momento da política nacional chamado por eles de "conturbado".

O presidente foi recebido por gritos de "mito" pelos apoiadores e subiu em um carro de som com Tarcísio ao lado. Sob o grito de "nosso presidente", a manifestação tem o mesmo tom de outras envolvendo o político, com críticas ao atual governo e com a participação na plateia de um sósia de Lula que apoia Bolsonaro.

"Presidente que deixou de ser um CPF e passou a ser um movimento. O legado dele está escrito na história", disse Tarcísio sobre Bolsonaro no evento. O governador falou também sobre "desmandos" e "erros" do atual governo.

Bolsonaro afirmou que estava ali para falar de futuro. "O futuro é nosso, é da maioria deste povo que trabalha, cuja maioria é temente a Deus e cuja maioria tem que dar o norte para a classe política brasileira. O que aconteceu em 22, vamos virar a página", disse.

O ex-presidente tem feito uma série de aparições públicas para tentar demonstrar sua força política mesmo em meio a série de investigações que envolvem, inclusive, o possível planejamento de um golpe de Estado. Recentemente, esteve em manifestações de apoio em Copacabana, no Rio de Janeiro, e na avenida Paulista, em São Paulo.

O ato contou ainda com presença de outros políticos, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) e o senador Marcos Pontes (PL-SP).

No sábado (28), ao participar da abertura da Expozebu, principal evento da pecuária brasileira, em Uberaba (MG), Caiado disse que jamais negou que colocou seu nome como pré-candidato pelo seu partido, mas que, caso Bolsonaro esteja em condições legais de disputar a eleição, terá seu apoio.

"O presidente da República atual é candidato à reeleição. Então, ele está em campanha todo dia desde que assumiu. A oposição precisa lançar os seus pré-candidatos. Lógico que a gente vai trabalhar no Brasil todo e vai ver quem que se viabiliza", disse.

Esse trabalho que precede a disputa é importante, segundo o governador, pelo fato de o período eleitoral ser curto. E afirmou que, "de maneira alguma", manteria seu nome na disputa caso Bolsonaro possa estar na eleição.

Leia mais em Agrofolha p.10

Ex-chefe da PRF chega a oito meses preso por ordem de Moraes

Caso não tem denúncia e investigação está em sigilo; PF diz que prisão é importante para produção de provas

Cézar Feitoza e Julia Chaib

BRASÍLIA O ex-diretor-geral da PRF (Polícia Rodoviária Federal) Silvinei Vasques completou oito meses preso e acumula derrotas no gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Dois pedidos de soltura já foram negados pelo ministro, e a defesa de Vasques apresentou uma nova petição para a saída do ex-diretor da Papuda no último dia 17, sob o argumento de que a prisão por tempo indefinido é ilegal.

A prisão preventiva por longos períodos, sem apresentação de denúncia, foi prática da Lava Jato retomada por Moraes —e criticada por advogados. Procurado por meio da assessoria de imprensa do tribunal, Moraes não respondeu.

Os reveses no Supremo se dão em um inquérito sigiloso que investiga Silvinei e outros membros do governo Jair Bolsonaro (PL) por suposta interferência nas eleições de 2022.

A principal linha de investigação é que Silvinei tenha usado a estrutura da PRF para realizar blitze no segundo turno das eleições com foco em estados do Nordeste, nos quais Lula (PT) teve mais votos que Bolsonaro.

Na nova petição em que pede a soltura de Vasques, a defesa do investigado diz que não faz sentido o argumento de que o ex-diretor da PRF deve permanecer preso para evitar que ele "influencie no ânimo das testemunhas".

Os advogados comparam a situação de Vasques à de Bolsonaro, também investigado.

"Se o argumento fosse válido, a Polícia Federal teria pedido a prisão do ex-presidente da República pelo mesmo fundamento. Isso porque se o requerente poderia influenciar no ânimo de alguma testemunha, mesmo sendo pobre e um mero servidor público aposentado, com muito mais razão poderia o ex-presidente."

> "[Os fatos] Comprovam a necessidade de custódia preventiva para a conveniência da instrução criminal
>
> **Alexandre de Moraes**
> ministro do STF

O Código de Processo Penal estabelece que a prisão preventiva pode ser decretada por juiz no meio de uma investigação se comprovada a existência de crime e se a restrição à liberdade for importante para garantir a ordem pública ou econômica, para a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

A Polícia Federal argumentou, no pedido de prisão, que o objetivo de manter Vasques sem liberdade seria permitir que a "produção de elementos probatórios possa ocorrer de forma clara, precisa e eficaz, sem qualquer interferência do mesmo em sua produção, sendo mais que conveniente, de suma importância para a instrução criminal".

Alexandre de Moraes, em resposta, disse que as condutas atribuídas ao ex-diretor são "gravíssimas" e que novas diligências seriam "imprescindíveis para a completa apuração das condutas ilícitas investigadas".

"[Os fatos] Comprovam a necessidade de custódia preventiva para a conveniência da instrução criminal", afirmou.

A investigação da PF sobre Silvinei Vasques está em fase final. A corporação negociou ao menos duas delações premiadas no inquérito —entre elas há colaboração de policiais federais que trabalhavam com o ex-ministro Anderson Torres, segundo fontes com conhecimento do assunto.

Um dos elementos em análise pela PF é um mapeamento das cidades em que Lula recebeu mais de 75% dos votos no primeiro turno. Este levantamento foi encontrado no celular de Marília Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça.

Investigadores viram relação entre a planilha achada e as cidades que tiveram barreiras da PRF durante o pleito.

Silvinei Vasques passou por um período de depressão na Papuda após ser preso. Ele perdeu mais de dez quilos e, com doença celíaca, passou a ter problemas de saúde que o fizeram trocar de setor no presídio, para ficar mais próximo de consultórios médico e de psicologia.

No mês passado, Silvinei Vasques e outras sete pessoas foram denunciadas pelo MPF (Ministério Público Federal) do Rio de Janeiro sob acusação de fraude na compra de veículos blindados para a PRF.

Segundo o MPF, o grupo é acusado de favorecer a empresa Combat Armor Defense do Brasil na compra dos "caveirões", que custaram R$ 94 milhões de 2019 a 2022. Os crimes podem configurar corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

O ex-diretor da PRF está preso desde agosto de 2023. Ele usou do tempo de isolamento para se preparar para a prova da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Formado em direito, ele pediu à Justiça para receber livros para se preparar para a avaliação.

A juíza Leila Cury, da Vara de Execuções Penais, autorizou o envio do material, com ressalvas.

"Canetas hidrográficas, marcadores adesivos de página e marcadores de texto não são materiais comumente usados pelas pessoas presas, pois [...] objetos pontiagudos e adesivos podem vir a ser usados para circulação de recados [e causar] subversão da ordem, da segurança e da disciplina", escreveu Cury, permitindo somente a entrada de livros.

Vasques acabou reprovado na segunda fase da prova da OAB, em fevereiro. A defesa do ex-diretor fez pedido à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal na segunda (22) para que o preso faça a prova novamente, em 19 de maio.

O processo está na fase de manifestação do MPF. Se o pedido for atendido, Vasques deve ser deslocado para uma universidade em Brasília para realizar a prova.

O ex-diretor-geral da PRF Silvinei Vasques em depoimento à CPI do 8 de Janeiro Pedro Ladeira - 20.jun.23/Folhapress

De Bolsonaro a Lula, defesa da democracia vira arma retórica

Instrumentalização do termo é comum; mais difícil é colocar valores em prática

ANÁLISE

Ana Luiza Albuquerque

Repórter de Política, é mestre em Jornalismo Político pela Universidade Columbia (EUA) e autora do podcast Autoritários

SÃO PAULO Em abril de 2020, pressionado por ter participado de um ato que defendia uma nova intervenção militar no Brasil, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) garantiu que a democracia e a liberdade estavam acima de tudo. Em um arroubo populista, completou: "Eu sou, realmente, a Constituição".

Desde então, foram algumas as ocasiões nas quais Bolsonaro se posicionou como um defensor da democracia. A última delas foi no dia 21, em manifestação com apoiadores na zona sul do Rio de Janeiro, quando disse que a democracia está sob ameaça e que o que "eles" querem é a ditadura.

Na retórica, o ex-presidente instrumentaliza a democracia para reforçar a narrativa de que o ministro do STF Alexandre de Moraes promove a censura. Na prática, Bolsonaro ameaçou a normalidade democrática quando colocou em xeque a confiabilidade das urnas sem provas e quando atacou sucessivamente as demais instituições que compõem o sistema de freios e contrapesos.

E, segundo o tenente-coronel Mauro Cid e os ex-comandantes Marco Antônio Freire Gomes (Exército) e Carlos Baptista Júnior (Aeronáutica), quando sondou os chefes das Forças Armadas sobre a possibilidade de um golpe.

Do outro lado do espectro ideológico, em visita à China na primeira metade do mês, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu a "democracia efetiva" do país.

"O Ocidente tem que parar de dar lição de democracia. O que eu vejo aqui, inclusive na organização do partido e da sociedade, é uma democracia e uma participação nos estratos mais baixos da sociedade aos mais altos no desenvolvimento do país", afirmou ela, segundo o jornal O Globo.

Com partido único, repressão aos dissidentes e ausência de eleições livres e de liberdade de imprensa e de associação, a China não seria considerada uma democracia nem segundo as definições mais minimalistas –ainda mais após a ascensão de Xi Jinping e a escalada de seu controle sobre o Partido Comunista.

O presidente Lula (PT) também acumula contradições em relação ao tema. Preso na ditadura militar, o petista usou a defesa da democracia em sua retórica muitas vezes, como para afastar a ameaça autoritária de Bolsonaro e vencer as eleições de 2022 sob um discurso de união ou para condenar os responsáveis pelos atos antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023. "Não há perdão para quem atenta contra a democracia", afirmou em discurso no Congresso um ano após os ataques.

Lula resiste, porém, a repreender aliados que sistematicamente corroem a democracia em seus países, como Daniel Ortega, na Nicarágua, e Nicolás Maduro, na Venezuela. "A Venezuela, ela tem mais eleições que o Brasil. O conceito de democracia é relativo para você e para mim", afirmou o presidente em entrevista no ano passado.

Como se sabe, a quantidade de eleições ou referendos não é atestado de qualidade democrática. Menos de um ano depois dessa fala, a proximidade das eleições de julho na Venezuela escancarou o que já se observava desde 2018: Maduro não está interessado em eleições livres e competitivas.

Depois de minimizar a problemática do veto à candidatura da opositora María Corina Machado (dizendo que ao ser barrado das eleições de 2018 não ficou chorando e indicou outro candidato), o petista acabou reconhecendo publicamente a gravidade do cenário quando a substituta de Maria Corina, Corina Yoris, também foi impedida de concorrer.

A literatura acadêmica contemporânea sugere que autocratas do século 21 evitam a repressão violenta comum nas ditaduras do século 20 e se voltam para táticas de manipulação menos escancaradas, forjando um verniz democrático que legitime suas práticas e permita a manutenção de suas relações no cenário internacional –especialmente as econômicas.

Com o fim da Guerra Fria, a democracia liberal despontou como sistema político de referência. Mesmo governantes autoritários se apropriam do termo em busca de legitimidade para suas ações, muitas vezes criando e defendendo um significado próprio —e conveniente— sobre o que é ser democrático.

É o caso da China: a fala de Gleisi neste mês é uma reprodução fiel da narrativa do regime, que costuma se vender como democracia que funciona.

O que se vê é que muitos estão dispostos a instrumentalizar a democracia como arma retórica –mas nem todos estão dispostos a colocar seus valores em prática.

[...]

Com o fim da Guerra Fria, a democracia liberal despontou como sistema político de referência. Mesmo governantes autoritários se apropriam do termo em busca de legitimidade para suas ações

mundo

Guerra Israel-Hamas complica relações entre países na região

Atores locais e externos desafiam compreensão geopolítica do Oriente Médio

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Diogo Bercito

SÃO PAULO A recente troca de ataques entre Irã e Israel, em um contexto maior de guerra entre Tel Aviv e a facção terrorista Hamas, mobilizou outros países da região, além dos grupos armados que alguns deles apoiam. Ficou evidente, mais uma vez, a complexidade das relações entre os países do Oriente Médio.

Quando Teerã lançou uma saraivada de drones e mísseis contra o território israelense no último dia 13, por exemplo, alguns atores regionais ajudaram na ofensiva —e outros atrapalharam. No primeiro grupo está o Hezbollah, do Líbano, que fez ataques paralelos contra Israel. Já no segundo está a Jordânia, que na prática ajudou o Exército israelense a se proteger dos disparos iranianos.

A situação evocou o diagrama desenhado em 2015 pelo arquiteto libanês Karl Sharro, que tem um perfil satírico em uma rede social. A ilustração indica com linhas quem é aliado e inimigo de quem no Oriente Médio. O resultado é um emaranhado que mais confunde do que ajuda a entender qualquer coisa.

"Queria satirizar esse tipo de infográfico, que simplifica situações geopolíticas complexas", diz Sharro.

Não é que o Oriente Médio seja mais complicado do que outros lugares no mundo. Tem as suas particularidades, como as demais regiões. "O foco deveria estar em entender essas complexidades e como as ações de atores externos as impactam", acrescenta o libanês.

Muitas vezes, intervenções têm resultados catastróficos, e o exemplo citado pelo arquiteto é o da invasão americana do Iraque em 2003, que destruiu o país e desestabilizou também os seus vizinhos.

Sharro desenhou seu gráfico no contexto da guerra contra o Estado Islâmico. Muitas dessas relações já se reconfiguraram. Há, por exemplo, menor influência dos Estados Unidos hoje. "Existe também uma competição entre antigos aliados, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos."

Para esclarecer e atualizar o cenário, a **Folha** desfaz abaixo alguns dos nós das relações no Oriente Médio — que podem, é claro, logo mudar.

Diagrama das relações geopolíticas no Oriente Médio*

Mapa satírico elaborado pelo arquiteto libanês Karl Sharro ilustra complexidade da região

— Aliado
- - Inimigo
-·- Incerto

EUA, Turquia, Rússia, Líbano, EI***, Hezbollah, Síria, Curdos, Iraque, Paquistão, IM**, Líbia, Egito, Arábia Saudita, Qatar, Irã, Sudão, Houthis, Iêmen

Israel e Palestina foram retirados para efeito de simplificação

* Traduzido do original, em inglês
** Irmandade Muçulmana
*** Estado Islâmico
Fonte: Institute of internet diagrams - karlremarks.com 2016

*

Arábia Saudita
Poderosa nação petrolífera de maioria sunita que exerce influência sobre as pequenas nações do golfo Pérsico. Rompeu em 2017 com o Qatar em parte devido aos laços do país com o Irã. Também se ressentia do fato de o Qatar estar se projetando como um emergente da diplomacia regional. Reataram em 2021. Ensaiou nos últimos anos normalizar suas relações com Israel, mas a guerra na Faixa de Gaza interrompeu as negociações.

Irã
Norteia sua política externa em cima de duas questões. A primeira é sua rivalidade existencial com os EUA (e portanto com Israel). A segunda é seu desejo de expandir sua zona de influência no Oriente Médio. Formou uma aliança de países e facções, que chama de "eixo da resistência". Fazem parte desse eixo o regime da Síria, a milícia libanesa Hezbollah, os iemenitas do grupo houthi e a facção palestina Hamas.

Israel
Criado em 1948, está em conflito desde então com a maior parte dos vizinhos. Em especial, com Síria e Irã. Uma das principais razões para essa rivalidade coletiva é o fato de que a criação de Israel levou à expulsão de 700 mil palestinos. Muitos regimes, como o sírio, usam a causa palestina como bandeira. Nas últimas décadas, fez as pazes com Egito e Jordânia e, mais recentemente, com Emirados e Bahrein.

Qatar
Um pequeno (porém rico) país. Sua ambição diplomática foi desafiada em 2017, quando a aliança entre Arábia Saudita, Emirados e Egito impôs um bloqueio ao país, acusando-o de financiar o terrorismo. Como resultado dessa briga, o Qatar se aproximou ainda mais do Irã e da Turquia. Dentro de seu projeto de expandir a sua influência, vem tentando mediar os últimos conflitos entre Israel e Hamas, como o atual, mas esse papel está sendo revisto, segundo disse neste mês o primeiro-ministro qatari.

Síria
Entre os temas que mais dividem as potências regionais está a guerra civil síria, iniciada em 2011. Países como Arábia Saudita, Qatar e Turquia apoiaram as forças rebeldes. Já o Irã e a facção libanesa Hezbollah apoiaram o ditador Bashar al-Assad. Com a permanência do ditador no poder, a influência iraniana —tanto política quanto cultural— tem crescido na Síria, que se afastou do restante da região.

Egito
É o país mais populoso do mundo de cultura árabe, com mais de 110 milhões de habitantes. É governado por uma ditadura militar que, pragmática, mantém desde 1978 uma aliança com Israel. Também tentou mediar conflitos entre Israel e Hamas, mas tem perdido influência para atores emergentes, como o Qatar. É acusado por palestinos de Gaza de se recusar a receber refugiados pela fronteira, na província de Rafah.

Jordânia
Geralmente esquecida no tabuleiro político, tem um papel importante na configuração das alianças regionais. Assinou um acordo de paz com Israel em 1994, pelo que se afastou do consenso de seus vizinhos, que consideram Tel Aviv sua arqui-inimiga. Na crise atual, a Jordânia ajudou a abater projéteis iranianos, o que na prática significa que defendeu Israel —algo que levou os aiatolás a ameaçá-la.

Emirados Árabes Unidos
Como o Qatar, os Emirados são um pequeno e abastado país na região do golfo Pérsico. Em 2020, os Emirados e o Bahrein assinaram um entendimento de paz com Israel conhecido como Acordos de Abraão, mediado pelos EUA. Aquele foi um importante movimento de aproximação e normalização das relações com o inimigo regional. A eles se somaram o Sudão e o Marrocos. A guerra atual contra Gaza, porém, tem criado novos atritos.

Líbano
Em grave crise financeira, o Líbano é um ator pequeno na região. É lar, porém, da facção radical Hezbollah, um aliado próximo do Irã e do regime da Síria. O Hezbollah surgiu em 1982 durante uma invasão israelense e se define como um movimento de resistência àquele país. Aproveitou-se da fraqueza do Estado libanês para ampliar sua influência. Teve conflitos com Israel, o mais importante deles em 2006.

Turquia
Sob uma liderança autocrática, tenta ampliar sua influência no Oriente Médio. Uma série de decisões diplomáticas, porém, acabou fomentando antipatias. A Turquia tem relações e coopera com Israel, razão pela qual atraiu a inimizade do Irã. Durante a onda de protestos de 2011 — conhecida como Primavera Árabe— apoiou forças revolucionárias no Egito e na Síria, criando atritos com os regimes dos dois países.

O foco deveria estar em entender essas complexidades e como as ações de atores externos as impactam. Existe também uma competição entre antigos aliados, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos

Karl Sharro
arquiteto libanês

Detenções de manifestantes em campi dos EUA chegam a 900

BOA VISTA Estudantes detidos nos protestos pró-Palestina e contra a guerra na Faixa de Gaza em universidades dos EUA se perguntam até que ponto suas detenções pela polícia e punições institucionais vão prejudicar sua vida acadêmica.

Neste fim de semana, mais de 200 novos manifestantes foram presos em universidades em vários estados, o que eleva o número total a ao menos 900, segundo conta feita pelo jornal americano The Washington Post.

À Associated Press, a estudante Maryam Alwan afirma que, no dia seguinte a sua detenção no campus da Universidade Columbia, em Nova York, recebeu um email da instituição comunicando sua suspensão. Ela e dezenas de colegas seriam barrados de entrar no campus e em aulas, presenciais ou virtuais, e impedidos de frequentar os refeitórios da universidade.

Alwan questiona se eventos e marcos importantes da vida acadêmica serão prejudicados pela sua detenção, como as provas finais, a graduação e mesmo o que acontecerá com ela em termos de ajuda financeira recebida para o pagamento de mensalidades.

Atos pró-Palestina e pró-Israel na Universidade da Califórnia, em Los Angeles David Swanson/Reuters

A Universidade Columbia diz que audiências disciplinares vão ouvir e decidir caso a caso, mas Alwan afirma não ter recebido qualquer indicativo de data sobre a sessão. "Isso parece muito distópico", diz a estudante à AP.

Em uma faculdade da instituição, mais de 50 alunos foram expulsos da moradia estudantil, informou o jornal do campus Columbia Daily Spectator, que entrevistou pessoas afetadas e obteve documentos internos da universidade.

As respostas de cada instituição têm sido diferentes, até porque os próprios atos de alunos variam de acampamentos pacíficos a confrontos mais abertos contra manifestantes pró-Israel.

Em alguns campi, as autoridades policiais advertem diversas vezes os participantes do ato e realizam detenções ordenadas e cordiais, segundo o Washington Post. Em outros, há confrontos físicos, e policiais empregam táticas usadas para reprimir tumultos e manifestações maiores, como por ocasião do assassinato de George Floyd.

No sábado (27), cerca de cem manifestantes pró-Palestina foram detidos no campus da Universidade Northeastern, em Boston. Já na Universidade de Indiana, em Bloomington, 23 manifestantes foram detidos após montarem barracas no local, informou a polícia. Os detidos foram acusados de invasão criminosa e resistência à prisão. No Missouri, 80 foram detidos na Universidade Washington em St. Louis, e o campus da instituição foi fechado.

Há ainda a situação de estudantes internacionais que participam do movimento. Há o receio de que eventuais prisões impliquem a perda do visto estudantil e, portanto, a permanência no país.

A pressão tem recaído sobre os reitores das instituições, de um lado criticados por reprimir as manifestações e, de outro, por permitir atos vistos como antissemitas.

Blinken volta ao Oriente Médio sob sombra de ataque a Rafah

Chefe da diplomacia americana faz sua 7ª viagem à região às vésperas de retomada de negociações por trégua

Guilherme Botacini

BOA VISTA O chefe da diplomacia dos Estados Unidos, Antony Blinken, viaja nesta segunda-feira (29) para três países do Oriente Médio: Arábia Saudita, Jordânia e Israel. Sua agenda inclui encontros com líderes árabes e participação em evento do Fórum Econômico Mundial, e os assuntos a tratar são muito semelhantes aos da visita anterior, também iniciada em Riad.

Esta é a sétima viagem do secretário de Estado americano à região desde que o Hamas atacou o território israelense no 7 de Outubro e deu início à guerra em curso. Blinken participa ainda de uma reunião do Conselho de Cooperação do Golfo, aliança de países da região que inclui Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Qatar, Omã e Emirados Árabes Unidos.

O presidente Joe Biden conversou com o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, neste domingo (28). Segundo comunicado da Casa Branca, o americano "reafirmou o seu firme compromisso com a segurança de Israel após a defesa bem-sucedida contra o ataque sem precedentes de mísseis e drones do Irã".

Os dois líderes também falaram sobre as negociações para a libertação de reféns, "juntamente com um cessar-fogo imediato em Gaza"; sobre entrega de assistência humanitária, que Biden defendeu que ocorra "em plena coordenação com as organizações humanitárias", e sobre Rafah, talvez o ponto mais sensível da conversa.

A cidade no sul da Faixa de Gaza é o último grande centro urbano livre de uma operação terrestre, mas alvo até aqui de ataques aéreos e lar temporário de centenas de milhares de civis deslocados pelo conflito.

A nota da Casa Branca diz apenas que "o presidente reiterou sua posição clara". O conselho público de Washington a Tel Aviv é que não invada Rafah sem um plano plausível para retirar esses civis e garantir a segurança dos mais de um milhão de palestinos na cidade que faz fronteira com o Egito.

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, embarca em avião com destino à Arábia Saudita Evelyn Hockstein/Reuters

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, afirmou neste domingo que apenas os EUA poderiam impedir Israel de agir. "Nós solicitamos aos EUA que peçam a Israel para não seguir com o ataque a Rafah. Os EUA são o único país capaz de prevenir Israel de cometer este crime", afirmou Abbas, dizendo que a ofensiva iminente seria a "maior catástrofe da história do povo palestino".

A conversa de Biden e Netanyahu por telefone, portanto, serve de prefácio para a viagem de Blinken. Segundo o Departamento de Estado americano, o diplomata tenta ainda em sua viagem a Riad fazer avançar um plano mais amplo de estratégia, com foco no fim das hostilidades em Gaza, no compromisso para o estabelecimento de um Estado palestino, na normalização de relações entre Arábia Saudita e Israel, e no desenvolvimento de uma aliança de defesa regional que inclua sauditas, israelenses e parceiros árabes para fazer frente ao Irã.

Os movimentos poderiam funcionar como elemento de pressão sobre o premiê israelense para encerrar o conflito, segundo especialistas.

"Se as posições de Netanyahu não mudarem, ele provavelmente não será capaz de entregar a normalização com a Arábia Saudita. Pode ser que uma oferta EUA-Arábia Saudita para essa normalização seja feita publicamente, para que quando os israelenses forem às urnas, possam considerar essa opção", afirmou Nimrod Goren, pesquisador sênior de assuntos israelenses do think tank Instituto do Oriente Médio, ao site Voice of America.

Blinken chega a Riad em meio à tentativa de reinício das negociações de trégua e à tensão entre os governos de Netanyahu e do Biden.

"Se um esboço responsável for alcançado para o retorno dos reféns com o apoio de todo o aparato de segurança —que não envolva o fim da guerra— e os ministros que lideraram o governo no 7 de Outubro o impedirem, o governo não terá o direito de continuar existindo e liderando a campanha", afirmou Benny Gantz, ex-vice-premiê de Israel e atual integrante do gabinete de guerra, em recado a ministros da base de extrema direita de Netanyahu que seguem pressionando pela invasão de Rafah.

Biden faz piada com Trump e com a própria idade em jantar com jornalistas

WASHINGTON | REUTERS O presidente dos EUA, Joe Biden, fez críticas e provocações ao ex-presidente Donald Trump no tradicional jantar anual da Associação de Correspondentes da Casa Branca, na noite de sábado (27), enquanto manifestantes do lado de fora do Washington Hilton Hotel criticavam seu apoio à guerra de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza.

Biden usou o discurso no evento, costumeiramente feito em tom de humor por presidentes, para provocar o rival, chamá-lo de imaturo e brincar com sua própria idade avançada —motivo de preocupação para parte do eleitorado e uma das frentes de ataque de Trump durante a campanha.

"Sim, a idade é um problema [na campanha]. Eu sou um adulto concorrendo contra um garoto de 6 anos", afirmou Biden, 81, em provocação a Trump, 77.

Trump reagiu ao evento chamando-o de "muito ruim" em uma publicação em sua rede social, Truth Social.

Do lado de fora do local do evento, manifestantes segurando faixas protestavam lembrando das mortes de jornalistas em Gaza. Biden chegou pela porta dos fundos do hotel, mas foi recebido por um grupo menor pedindo cessar-fogo no conflito no Oriente Médio.

Brasileiros são 35% de 1 mi de estrangeiros vivendo em Portugal

Número representa aumento de 5 pontos percentuais em relação ao anterior; 350 mil processos seguem pendentes

Joana Gorjão Henriques

PÚBLICO Os brasileiros representam 35% do total de 1,04 milhão de cidadãos estrangeiros com residência em Portugal, mantendo-se como a principal comunidade imigrante, segundo dados provisórios de 2023 divulgados pela Agência para a Integração de Migrantes e Asilo (Aima) ao jornal Público.

Isso significa que o Brasil subiu cerca de cinco pontos percentuais em relação a 2022 no peso que representava nos estrangeiros residentes.

Em seguida, com uma porcentagem muito inferior, está a comunidade angolana (5,3%), que ficou em segundo lugar (ocupado no ano anterior pelos britânicos), depois a cabo-verdiana (4,6%), a britânica (4,5%), a indiana (4,2%), a italiana (3,4%), a guineense (3,1%), a nepalesa (2,8%), a chinesa (2,6%) e a francesa (2,6%).

Esses números ainda vão sofrer alterações em 2024. Até porque deve ocorrer até lá uma força-tarefa para regularizar a situação de cerca de 350 mil imigrantes com processos pendentes do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Ao Público, o presidente da Aima, Luís Goes Pinheiro, disse que a operação deve começar em dois meses.

À espera de que o sistema digital esteja pronto depois de lançados alguns concursos públicos para questões como material de recolha de dados biométricos, Pinheiro disse que a força-tarefa depende de "peças que, todas juntas, permitirão a operacionalizar", com o objetivo de "agilizar e aumentar a capacidade de atendimento".

"A expectativa é de que até ao final deste semestre seja possível colocar em funcionamento essas peças e ter uma capacidade de resposta muito superior. E que possa ser alargado até ao final do ano, para garantir que temos isto a funcionar em pleno na capacidade de resposta à pendência", acrescentou.

No segundo semestre do ano, a Aima quer introduzir vários serviços novos no portal para ali se fazer a manifestação de interesse online e depois se recolherem presencialmente dados biométricos.

Referindo-se a 350 mil processos pendentes como "um número avassalador", o presidente da agência diz que "há um conjunto vasto de soluções que já foram implementadas, e não apenas para resolver o problema documental", mas que só vão dar frutos num futuro próximo.

"É normal que haja muita gente descontente. Há processos pendentes há muitos meses. Tendo plena consciência de que as pessoas estão zangadas e que têm direito a estar zangadas, estamos a trabalhar para que tenham procedimentos muito mais céleres. Isto não se faz de um dia para o outro", diz Pinheiro.

Nomeado ainda no governo do Partido Socialista, de António Costa, o presidente da Aima tem agora um governo de direita, com outras políticas migratórias. Entre as propostas da gestão de Luís Montenegro, o novo premiê, havia um limite à entrada de imigrantes.

O governo Montenegro também expressou a sua discordância sobre a extinção do SEF, o órgão antecessor da AIAM. Isso altera a política da agência? "A Aima tem uma proposta e procurará fazer o seu trabalho, da melhor maneira possível, para resolver os problemas dos usuários. Estou plenamente convencido de que isso é o que qualquer pessoa pretende, que os problemas dos usuários sejam resolvidos da forma mais célere possível."

Quanto ao teto ao número de imigrantes e outras políticas, Pinheiro diz que, se não se sentisse "suficientemente motivado para implementar [as medidas] no mais curto espaço de tempo possível", seria necessário deixar a pasta.

"O meu cargo está sempre à disposição. Um trabalho com este nível de exigência e complexidade exige que haja um trabalho próximo entre a tutela e a administração, não basta haver uma tolerância mútua."

Brasil lidera ranking de estrangeiros em Portugal

%	País
35%	Brasil
5,3%	Angola
4,6%	Cabo Verde
4,5%	Reino Unido
4,2%	Índia
3,4%	Itália
3,1%	Guiné-Bissau
2,8%	Nepal
2,6%	China
2,6%	França

Morte de 3 policiais comove Chile e expõe maior desafio de Boric

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Um ataque cometido no Centro-Sul do Chile neste fim de semana joga luz sobre o principal desafio que tem o governo de Gabriel Boric: a segurança pública. No sábado (27), três policiais locais, os carabineiros, foram assassinados e queimados em sua viatura.

O episódio tem peso duplo: além de ser considerado um dos maiores do tipo desde a retomada da democracia chilena, em 1990, ocorreu no dia em que se celebrariam os 97 anos de fundação da instituição. Os festejos deram lugar ao luto e a protestos.

O crime ocorreu no município de Cañete, próximo a Concepción, a capital da região de Biobio. Esta é hoje considerada uma das regiões mais perigosas do país ao lado das vizinhas Araucanía e Los Ríos, na chamada "macrozona sul", uma área indígena mapuche com conflitos históricos e disputas com o governo local.

Pouco após assumir a Presidência em 2022, Boric decretou estado de exceção nessa porção do país e sustenta a medida até hoje. Na prática, militares atuam lado a lado com os carabineiros na região —mas não estavam com os policiais mortos no momento do ataque neste sábado.

O tema é sensível. De esquerda, Boric assumiu o governo prometendo outro tipo de relação com os mapuche e foi um dos defensores da inclusão dos indígenas no debate (fracassado) sobre uma possível nova Constituição para o Chile. Até hoje, ele não logrou esse objetivo.

Nestes dois anos de seu governo a segurança pública se tornou seu calcanhar de aquiles. Trata-se da principal preocupação dos cidadãos. Afinal, ainda que sustente uma das taxas de homicídio mais baixas da América Latina e do Caribe, o Chile viu esse indicador aumentar 70% no decorrer dos últimos dez anos —de 3 homicídios a cada cem mil habitantes em 2014 para 4,8 neste último 2023.

Antes um crítico constante dos carabineiros, que têm um histórico de violência no país, o atual presidente, antes um líder estudantil e um deputado vocal, tenta desenvolver outra relação com a corporação.

Falando após o crime, Boric disse que "atacar carabineiros é atacar o país todo". "A melhor ferramenta que temos para combater esses delinquentes sem piedade que cometeram um crime horrendo é a unidade. Sem esquerda ou direita, sem governismo ou oposição."

Ele decretou três dias de luto oficial no país, além de um toque de recolher neste fim de semana na região dos assassinatos. O crime está sob investigação, e ainda não foram apontados suspeitos. Além de atirar e queimar os três carabineiros, os criminosos também teriam roubado suas armas e munições.

entrevista da 2ª

Greg Beadle - 17.jan.17/World Economic Forum

Nouriel Roubini, 66

Nascido na Turquia, é economista com doutorado por Harvard, professor da Stern School of Business da Universidade de NY e CEO da Roubini Macro Associates, empresa de consultoria macroeconômica global em NY. Atuou no Conselho de Consultores Econômicos da Casa Branca e no Departamento do Tesouro dos EUA. É autor de "A Economia das Crises" (2010) e "Mega-Ameaças" (2023).

Nouriel Roubini

Juro de dez anos nos EUA deve ficar em 5% e é má notícia para o Brasil

Economista conhecido como Doutor Apocalipse por prever crise de 2008 recomenda ao país cortar gasto e aprofundar ajuste nas contas públicas

MERCADO

Fernando Canzian

SÃO PAULO O economista Nouriel Roubini, 66, ganhou fama em meados dos anos 2000 ao alertar o mundo, com dois anos de antecedência em discurso no FMI (Fundo Monetário Internacional), para o risco de estouro de uma bolha no mercado imobiliário norte-americano. Isso de fato ocorreu, em 2008, inaugurando um período chamado de Grande Recessão.

Agora, Roubini adverte para o risco de o endividamento das principais economias, sobretudo nos Estados Unidos, levar o mundo a conviver com taxas de juro altas pelos próximos anos. Ele prevê, por exemplo, que a taxa para papéis do Tesouro dos Estados Unidos de dez anos suba a 5% ao ano, o que obrigaria emergentes com contas fiscais desajustadas —como o Brasil— a manter juros elevados por mais tempo.

Em pouco mais de uma década, a dívida pública dos Estados Unidos saltou quase 30 pontos percentuais, para 123,3% como proporção do PIB (Produto Interno Bruto). O juro no país serve de referência para muitas economias, que precisam pagar um "prêmio" acima da taxa americana para atrair investidores.

Na semana passada, o banco central da Indonésia anunciou um aumento de juros, tornando-se o primeiro a responder à mudança nas perspectivas para as taxas de juros dos EUA. No Brasil, a previsão do Boletim Focus para a Selic subiu de 9,13% para 9,50% no fim de 2024; e de 8,50% para 9% no de 2025.

"É uma má notícia para países que têm altos níveis de dívida em dólares, mas também em moeda local. Mesmo se você estiver pegando empréstimos em moeda local, taxas de juros mais altas nos EUA implicam que sua taxa de juros deve ser mais elevada. Caso contrário, sua moeda pode se desvalorizar", diz Roubini, que ganhou o apelido de "Doctor Doom" (Doutor Apocalipse) pela previsão da crise de 2008.

Ele virá ao Brasil em agosto para conferência na programação do Fronteiras do Pensamento.

*

No início do ano, havia a expectativa otimista de que a inflação global, sobretudo nos EUA, cairia mais rápido. E que as taxas de juro americanas começassem a ceder no primeiro semestre. Esse cenário se provou equivocado. Qual sua previsão sobre as taxas de juros e as consequências de níveis mais altos, sobretudo nos EUA? Parece que o crescimento econômico nos EUA neste ano permanecerá acima do potencial, em algum lugar entre 2,5% e 3%. No início de 2024, o Fed disse que provavelmente cortaria os juros três vezes neste ano, começando no meio do ano. Mas, dado que a inflação tem sido mais persistente, acho que eles não começam em junho. Será mais tarde, talvez julho ou setembro, algo a ser analisado com base nos dados.

E, em vez de três cortes neste ano, pode haver apenas dois, talvez até um. Algumas pessoas, eu não estou entre elas, dizem que pode não haver corte. Outras, que no próximo ano podemos até ter que aumentar as taxas. Isso é um pouco distante.

Este é um ponto: taxas mais altas por mais tempo. O outro ponto é que o Fed diz que a taxa de juros terminal [de curto prazo] deve ser eventualmente, após todos os cortes, de 2,5%. Mas muitos economistas, incluindo eu, acreditam que a taxa terminal pode ser de 3,5% ou até mais. As taxas reais de equilíbrio ficarão mais altas.

A inflação [americana] pode não chegar a 2%. Então, não só vão começar mais tarde os cortes e ir mais devagar mas podem acabar em 3,5% em vez de 2,5%. E, na parte longa da curva, é provável que a taxa de equilíbrio [de títulos] do Tesouro dos EUA de dez anos, que é a que importa para o resto do mundo, possa estar mais próxima de 5%. Hoje, já está perto de 4,5%.

> Mesmo se você estiver pegando empréstimos em moeda local, taxas de juros mais altas nos EUA implicam que sua taxa de juros deve ser mais elevada

Qual será a implicação disso para o mundo e emergentes como o Brasil? É uma má notícia para países que têm altos níveis de dívida em dólares, mas também em moeda local. Mesmo se você estiver pegando empréstimos em moeda local, taxas de juros mais altas nos EUA implicam que sua taxa de juros deve ser mais elevada. Caso contrário, sua moeda pode se desvalorizar.

Em segundo lugar, taxas de juros mais altas nos EUA podem implicar que o dólar permaneça mais forte. Isso leva ao enfraquecimento das moedas de outros países. A dívida pode se transformar em inflação nesses países. E, terceiro, um dólar mais forte implica um preço ligeiramente mais baixo para as commodities.

As commodities podem estar subindo por causa da geopolítica, é claro, mas, controlando a geopolítica, se o dólar estiver mais forte, o preço das commodities pode cair.

Então, eu diria que as consequências desse cenário seriam ruins para países que têm muita dívida privada e pública em dólares, mas também em moeda local. Para países cuja moeda pode se enfraquecer e causar alguma inflação, e para países que são exportadores de commodities, porque isso suavizaria de alguma forma os preços das commodities. Essas seriam as consequências globais desse cenário.

No Brasil, embora estejamos retornando a inflação para perto da meta após a explosão pós-pandemia, enfrentamos um problema fiscal crônico. O governo está abandonando agora as metas que ele mesmo criou para controlar o aumento da dívida. E exportamos commodities. Como o sr. vê as perspectivas para o país? O Brasil se saiu razoavelmente bem no ano passado, com crescimento de 3%. Acho que há um consenso de que o [desempenho] deste ano será menor, mais próximo de 2%, como algumas previsões otimistas sugerem. Mas, certamente, eu diria que, se esse cenário de taxas mais altas por mais tempo nos EUA se materializar, será um vento contrário para o Brasil.

O Brasil tem seu próprio conjunto de desafios, mas é claro que não são tão graves quanto outros mercados emergentes que estão muito mais frágeis, incluindo alguns na América do Sul. Claro, a situação da Argentina ainda é desafiadora, mesmo que esteja indo na direção certa.

Outros países têm tido fragilidades econômicas de vários tipos, incluindo países menores, como o Equador. Eu diria que os fundamentos gerais do Brasil não são tão ruins em comparação com alguns mercados emergentes mais frágeis.

Mas, como você apontou, o lado fiscal ainda não está sob controle. O Banco Central se saiu bem ao elevar as taxas cedo para combater a inflação, mas mais pressão sobre a moeda não será algo positivo. Definitivamente, um cenário global mais difícil implica que o Brasil tem que fazer mais ajustes macroeconômicos, especialmente no lado fiscal, para enfrentar ventos contrários.

A dívida global dos governos bateu recorde em 2023, chegando a US$ 88,1 trilhões, e o FMI projeta que poucos países farão superávits para diminuir o endividamento. É esperado que, com isso, os juros fiquem mais altos para atrair financiadores das dívidas. Em 2023, o Brasil gastou US$ 140 bilhões [R$ 718 bilhões] em juros. Nosso principal programa social, o Bolsa Família, consumiu US$ 33 bilhões [R$ 170 bilhões]. Nesse cenário, a desigualdade tende a aumentar, certo? Se olharmos as taxas de juro globais para países seguros como os EUA, a década antes da Covid foi uma em que as taxas estavam próximas de zero, até negativas, como na Europa e no Japão. E as taxas de juros de longo prazo eram baixas, mais próximas de 1% nos EUA, e de zero ou negativas na Europa e no Japão.

> O ajuste fiscal é necessário, mas é difícil. E, se você não fizer, é claro, mais será pago em juros sobre a dívida. Menos estará disponível para programas sociais

Esse foi o período que as pessoas chamaram de estagnação secular, de crescimento fraco, baixa inflação, alta poupança, baixo investimento e, portanto, com taxas de juro nominais e reais de equilíbrio baixas.

Esse mundo, por muitas razões, acabou. Há uma inflação mais alta, há menos poupança global, talvez mais gastos de capital, e as taxas de endividamento são mais altas. Então, mesmo para países seguros como EUA ou Europa, as taxas nominais e reais de equilíbrio serão mais altas.

E, é claro, se você está em um mercado emergente, suas taxas de juros em dólar têm algum spread em comparação com isso, e sua moeda local depende, novamente, das taxas reais, das condições globais e da sua própria inflação doméstica.

Infelizmente, vivemos em um mundo onde as taxas de juros, independentemente do que outros bancos centrais e o Fed fazem, vão ser mais altas. Portanto, há a necessidade de fazer consolidação fiscal para evitar uma maior ampliação dos spreads, para não pagar juros excessivos sobre sua dívida pública.

E, é claro, fazer ajuste fiscal não é fácil. Não é fácil nos EUA e na Europa. Também não é fácil nos mercados emergentes. Você tem que cortar os gastos do governo. Você pode precisar aumentar impostos de maneiras que não causem tantas distorções. E estamos vendo deslizes nesse ajuste fiscal, não apenas no Brasil, em toda a América Latina, nos EUA, na Europa. Então, é um fenômeno global.

A economia política do ajuste fiscal é difícil de fazer. É claro que os mercados emergentes são mais frágeis, porque os EUA podem se dar ao luxo de pegar emprestado mais e mais barato porque têm a moeda de reserva global. Então, há uma demanda por títulos do Tesouro dos EUA, enquanto economias abertas menores, mesmo a Itália, a Grécia ou o Reino Unido, que são avançadas, podem sentir a pressão do mercado, sem falar, é claro, nos mercados emergentes.

Então, o ajuste fiscal é necessário, mas é difícil. E, se você não fizer, é claro, mais será pago em juros sobre a dívida. Menos estará disponível para programas sociais, incluindo aqueles para pessoas pobres.

O sr. citou o dólar como reserva de valor. Os EUA conseguirão manter esse privilégio por muito tempo, de dominar o mercado global com sua moeda e se financiar a um custo menor? Há muita conversa sobre algum nível de desdolarização, em parte porque os EUA usam o financiamento em dólares [para seus déficits], mas também porque realizam sanções de comércio em termos de segurança nacional e de políticas internacionais. Certamente, as sanções contra rivais dos EUA, como a Rússia e o Irã, os fizeram se distanciar do dólar.

A China tem um problema, porque tem tantos dólares [em suas reservas] que não é fácil diversificar, especialmente se continuar com superávits nas contas externas. Mas até a China pensa em fazer isso. Mas esse é um processo que vai ocorrer lentamente, não da noite para o dia.

Tecnicamente, talvez gradualmente ao longo do tempo seja possível, mas veremos o que vai acontecer. O ex-secretário do Tesouro dos EUA Larry Summers [1990-2001] disse que não acredita que haverá desdolarização porque não se pode substituir algo por nada. Ele brincou dizendo: a Europa é um museu; a China, uma prisão; o Japão, um asilo; e o bitcoin, por enquanto, um experimento. Então, não está claro qual será a alternativa ao dólar dos EUA.

Crianças brincam em uma rua de Cidade de Deus, conjunto habitacional não concluído na periferia de Breves, na ilha do Marajó Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

Fome invade casas de ribeirinhos no Marajó e crianças ficam sem merenda

Melgaço (PA) deixa faltar transporte, comida e aulas, o que aprofunda insegurança alimentar

Vinicius Sassine e Lalo de Almeida

BREVES E MELGAÇO (PA) A fome ronda casas de madeira suspensas em uma área de várzea, em um igarapé na periferia e na beira de rios profundos que compõem a paisagem do lado ocidental do arquipélago do Marajó.

A cultura do açaí, a pesca do camarão e o Bolsa Família se mostram insuficientes em residências com famílias numerosas; a insegurança alimentar vira rotina para muitas delas. Mais um passo, e a fome se instala na despensa de casa.

Os filhos de Francidalva Mendes Santos, 37, abriam a portinha de madeira da despensa simples de casa várias vezes no dia, um sábado chuvoso no rio Mujirum, que está na rota de Melgaço (PA). Acharam apenas farinha e margarina.

"Hoje eles só comeram isso, farinha", disse Dalva, como é conhecida. "Quando é assim, eu apanho e amoleço umas frutinhas de miriti que caem no fundo."

A casa de Dalva está isolada, não é ladeada por vizinhos, como é mais comum em comunidades ribeirinhas no Marajó. São várias casas assim, mais espaçadas. É nesses espaços que a fome se instala mais rotineiramente.

Dalva tem oito filhos. O mais velho tem 21 anos. A mais nova, dois meses. A coleta de açaí e a pesca tradicional do camarão, por meio de uma armadilha de madeira que emprega uma técnica passada de geração em geração, compõem a renda da família.

Mas o açaí é pouco, e padece de falta de manejo para incremento na produção, uma reclamação comum a quase todos os ribeirinhos. O camarão está cada vez mais escasso, uma constatação unânime nessa região da amazônia atlântica influenciada por um regime de marés.

Na casa de Dalva, é o Bolsa Família de R$ 1.290 a fonte de renda principal. Enquanto os filhos comiam farinha, o marido tentava, mato adentro, caçar jabuti e bicho-preguiça, integrados à dieta de ribeirinhos.

A insegurança alimentar é uma constante também nas franjas das cidades do Marajó, como na "curva do S" em Melgaço, uma área de várzea conectada à terra firme por uma estreitíssima e cambaleante ponte de madeira, improvisada pelos moradores, e no Jardim Tropical, uma invasão que foi ocupando os espaços que margeiam um igarapé, na periferia de Breves (PA).

A fome, ou mesmo a insegurança alimentar, é o que há de mais urgente em lugares do Marajó sem a presença do poder público. Mas falta muito mais, e nenhuma cidade é mais emblemática do que Melgaço, que tem o pior IDH (índice de desenvolvimento humano) do país.

O último IDH por município é de 2010, e é nesse ranking que Melgaço ocupa a 5.565ª posição. O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que formula o indicador, espera apresentar novos IDHs municipais em 2024.

Não se sabe o que um novo ranking vai mostrar, mas a realidade que a **Folha** encontrou parece compatível com o indicador de 14 anos atrás.

A fome de crianças ribeirinhas se estende a escolas rios adentro. É comum que meninas e meninos percorram horas de barco no trajeto até a escola e encontrem dias letivos sem merenda. Elas saem de casa e voltam para casa com fome, como relatam pais e educadores de escolas na área rural —nas comunidades ribeirinhas— de Melgaço.

A merenda mais comum, quando tem, são bolachas de água e sal e suco ou mingau. O transporte escolar em lanchas também é falho, enquanto cinco barcos para esse transporte estão abandonados num lote baldio na cidade, assim como ambulância, ônibus escolares, tratores.

Alguns meses letivos não têm mais do que 12 dias de aula. No rio Tajapuru, a estrutura da Escola São Miguel tem partes comprometidas. O sistema de abastecimento não funciona, e a unidade ficou um tempo sem água. Não há bebedouro. Não há freezer para armazenamento de alimentos da merenda.

O prefeito da cidade, Tico Viegas (União Brasil), afirmou à reportagem que há falta de merenda porque "o dinheiro do governo federal ainda não tinha caído" e porque "a licitação ainda não ficou pronta". "São R$ 2.000 por escola, é muito pouco. Dá pra 12, 13 dias de aula no mês."

Os repasses para transporte escolar também são insuficientes, segundo Viegas. O abandono de barcos é anterior às suas duas gestões, afirmou.

Educadores dizem que o prefeito loteou entre os vereadores os cargos de professores nas escolas. São os vereadores que fazem as indicações, e não há outra forma de assumir as salas de aula, segundo os profissionais ouvidos pela reportagem.

"Quem contrata os professores é a secretaria. Os vereadores não mandam na prefeitura", disse Viegas.

No porto de Melgaço, um barco destinado a assistência social nas comunidades está abandonado. Não há água encanada em boa parte da cidade; os moradores recorrem a bombeamento de poços, até mesmo em áreas mais centrais. Não há coleta de esgoto.

Sobre a fome, Viegas afirmou que "ajuda e investe na agricultura familiar", principalmente na produção de açaí e farinha. "Melgaço não tem empresa. É só a prefeitura que emprega."

Dos 28 mil moradores, 22 mil são atendidos pelo Bolsa Família, que se mostra a principal fonte de sustento para a maioria das famílias da região.

Quatro em dez pessoas são extremamente pobres, segundo dados levados em conta pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Os indicadores são semelhantes em Breves, a maior cidade do arquipélago, e em outros municípios da região.

Um relatório do Ministério dos Direitos Humanos, que lançou em 2023 um programa chamado Cidadania Marajó, lista outros indicadores das 17 cidades do arquipélago. Apenas 8,2% da população de 18 a 65 anos tinha emprego formal em 2021, ante 20,6% no Pará e 34,4% no Brasil. A cobertura de atenção primária em saúde era de 32,3% em 2023, contra 75,1% no país.

Também são maiores no Marajó, se comparadas às médias nacionais, as taxas de abandono no ensino fundamental (4,4%) e no ensino médio (20,3%), de inexistência de abastecimento de água (72,6%) e de falta de coleta regular de lixo (67,8%).

Em nota, o ministério disse que houve ações emergenciais e distribuição de 6.000 cestas de alimentos em dezembro e no começo do ano. Um acordo para instalação de tecnologias de acesso a água contempla iniciativas de inclusão produtiva e beneficiará 4.600 famílias rurais de baixa renda, afirmou.

Outro acordo, de cooperação técnica, vai disponibilizar "transporte escolar fluvial adequado para as especificidades geográficas da região".

O governo do Pará afirmou, em nota, que garante segurança alimentar e nutricional a 7.000 famílias no estado e que, no Marajó, gerencia um programa de aquisição de alimentos, com compras de produtos de agricultores familiares e destinação a pessoas em insegurança alimentar. Desde 2023, 127 famílias foram atendidas.

Nas escolas estaduais, as aulas são dadas com normalidade e o valor individual da merenda subiu 416%, afirmou o governo do Pará. "Esse valor é destinado às prefeituras que aderiram ao plano de alimentação escolar." Em Melgaço, a logística da merenda é feita pela secretaria estadual. Municípios do Marajó recebem recursos de um programa de transporte escolar, cita a nota.

Para além da "curva do S", em Melgaço, numa área de várzea alagada, não há rua, calçada, água encanada, coleta de esgoto e coleta de lixo. As portas das casas são acessadas por uma ponte de madeira formada por duas tábuas enfileiradas, suspensas sobre uma água de coloração escura.

Dileia Barros, 41, tem dez filhos. Josué, 5, teve meningite no primeiro ano de vida, o que comprometeu movimentos do corpo. Dileia precisa carregá-lo nos braços, pela ponte estreita, quando há consultas médicas. O Bolsa Família de R$ 1.000 é a principal fonte de renda, complementada por bicos feitos pelo marido.

"Às vezes falta comida, e a gente só vai comer no fim de tarde", diz Dileia. "À noite, às vezes é tomar café e ir dormir."

A insegurança de não ter comida —ou a falta efetiva de alimentos— se repete em outros espaços urbanos do Marajó. Numa casa suspensa num igarapé na periferia de Breves, Maria de Fátima da Silva, 43, espera uma oportunidade para voltar à sua comunidade, no rio Mujirum. Ela buscou a cidade para destravar o Bolsa Família que recebe.

Três adultos e nove crianças estão há uma semana numa casa de madeira de dois cômodos. Falta comida, diz Maria de Fátima, que se vira com cestas básicas de um programa municipal de assistência social.

Dileia Barros carrega seu filho Josué pelo único caminho que dá acesso à sua casa, em tábuas de madeira suspensas

Pobreza extrema no Marajó

Pessoas em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único Em 2022, em %

Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único Em 2022, em %

Raio-X

	Breves	Melgaço
População	106.968	27.876
Proporção de população rural	50%	78%
Pessoas no Cadastro Único	89.319	24.371
Pessoas em situação de pobreza	75.071	21.482
Pessoas em pobreza extrema	29.852	10.886
Pessoas no Bolsa Família	74.318	21.875
Benefício médio mensal	R$ 801,68	R$ 826,76

Fontes: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e relatórios de programas e ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social

Elenira Apurinã é uma das idealizadoras do curso preparatório para o 'Enem dos Concursos' Gabriela Biló/Folhapress

Cursinho para indígenas vai a aldeias sem internet

Aulas para concurso chegam a povos que não são fluentes em português

João Gabriel e Jorge Abreu

BRASÍLIA O número de 9.339 indígenas inscritos no CNU (Concurso Nacional Unificado) trouxe uma questão: como eles iriam estudar para uma prova em português, sobre temas do funcionalismo público, considerando que alguns povos vivem em aldeias onde nem sequer há internet?

Como os moradores de comunidades distantes e isoladas fariam para realizar a inscrição e, principalmente, chegar às cidades onde a prova será aplicada?

Por isso, indígenas e indigenistas se mobilizaram para criar um cursinho e uma vaquinha para a prova, que acontece no próximo domingo (5).

O movimento foi liderado por integrantes da INA (Indigenistas Associados), que primeiro abriu um chamado para voluntários que quisessem dar aulas sobre os temas que vão cair na prova.

Depois, firmou parcerias com o Cursinho Colmeia, da Unicamp, com o ICL (Instituto Conhecimento Liberta) e com o PodConcurseiro, que ajudaram com divulgação, material didático, aulas e professores.

"A maior dificuldade é a escrita do português", diz Elenira Apurinã, professora e uma das idealizadoras da iniciativa.

Ela lembra que a prova de nível médio, por exemplo, terá uma questão dissertativa, e que por isso o material didático para essa modalidade focou sobretudo em língua portuguesa. E reclama que a educação pública oferecida pelo Estado brasileiro aos povos é precária. "Muitos falam a língua materna e não dominam o português nem para falar, imagina para escrever", diz.

Apstiré Xavante, que vai prestar o concurso e assiste às aulas, lembra ainda o obstáculo tecnológico. "São várias dificuldades, como a compreensão, a interpretação desses mecanismos digitais, que a gente precisa lidar hoje em dia. Se é difícil para mim, que vivo em contexto urbano, faço uma universidade [é estudante da UnB], imagina para outras pessoas que não tiveram essa oportunidade?"

Foram feitas aulas semanais ao vivo e gravadas. Também foi disponibilizado material didático em PDF.

Mais de 1.500 indígenas de todas as regiões do país participaram do cursinho, segundo os organizadores.

A alta participação é consequência do fato de que, pela primeira vez, um concurso nacional teve cota para indígenas —de 30% e limitada às vagas na Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

A inscrição de quase 10 mil indígenas —6.600 para postos de nível médio, que exige menor formação educacional— faz com que a batalha por uma das 502 vagas da fundação seja disputada.

Tanto Apurinã como Xavante comemoram as cotas para indígenas, porém pedem que os mecanismos de acesso dos povos ao funcionalismo público sejam ampliados. Por exemplo, defendem um percentual maior e que não seja restrito à Funai.

Ambos reiteram que a importância disso é conseguir colocar representantes indígenas nas instâncias de decisão da política pública, sobretudo aquelas voltadas aos povos originários.

Elenira cita, por exemplo, a alta evasão de servidores da Funai em postos mais isolados, em razão das condições de vida muito diferentes às das cidades. Ela argumenta que, se tais cargos fossem ocupados por indígenas, tal contraste não aconteceria.

"A intenção [de se inscrever] é ocupar os espaços de decisão política para que nós sejamos atendidos da melhor forma possível, de uma forma menos assimétrica do que como acontece hoje", afirma Xavante.

A distância, inclusive, é um problema para os indígenas chegarem aos locais de prova e também foi uma questão que teve que ser enfrentada pelo cursinho.

A organização identificou inscritos que vivem em aldeias sem acesso a energia elétrica ou internet, que não são sequer municípios onde a prova será aplicada.

"A gente gravou os conteúdos, teve alguns que fizemos impressões em papel. E enviamos para esses parentes [termo usado para se referir aos indígenas] que vivem em difícil acesso, para que pelo menos alguma coisa eles recebessem para estudar sobre o que vai cair na prova", diz Elenira.

Eles também organizaram uma vaquinha para arrecadar recursos para facilitar o transporte e a hospedagem dos indígenas para a prova.

Apstiré Xavante nasceu em uma aldeia na Terra Indígena São Marcos, em Mato Grosso. Ele relata episódios de discriminação inclusive nas cidades mais próximas das terras indígenas.

Hoje morando em contexto urbano para estudar, ele entende que a missão de quem acessa esses espaços, inclusive de quem passar no concurso, é de não abandonar seu território ancestral, mas sim retornar para ele o conhecimento adquirido e ajudar a melhorar as condições de vida de sua comunidade. "A gente que porventura tem essa oportunidade de sair e estudar fora das aldeias, creio que ocupa o papel do governo quando volta", afirma.

A maior dificuldade é a escrita do português. Muitos falam a língua materna e não dominam o português nem para falar, imagina para escrever

Elenira Apurinã
professora

Samara Felippo diz que filha sofreu racismo em colégio de SP; duas alunas são suspensas

Gabriel Vaquer

ARACAJU A atriz Samara Felippo, conhecida por diversos trabalhos em novelas da Globo, denunciou que sua filha de 14 anos foi vítima de racismo na última segunda-feira (22) no colégio Vera Cruz, na zona oeste de São Paulo. Reconhecida por ser de "alto padrão", a escola tem mensalidades de R$ 6.000.

De acordo com Samara e o colégio, duas alunas do 9º ano pegaram um caderno da filha da atriz, que é negra, e arrancaram as folhas. Em seguida as duas alunas escreveram uma ofensa de cunho racial em uma das páginas, e depois o caderno foi entregue aos achados e perdidos.

"Todas as páginas, de um trabalho de pesquisa, elaborado, caprichado, valendo nota, feito por ela, foram arrancadas violentamente e dentro do caderno havia a frase [racista]. O caderno já está em minhas mãos e um novo caderno já foi dado à minha filha", relatou Samara em uma carta a um grupo de pais de alunos da escola e que viralizou nas redes sociais.

Após saber do caso, Samara registrou um boletim de ocorrência. A atriz espera providências, e ainda não decidiu se vai tirar a filha da escola.

Procurado, o colégio Vera Cruz não se manifestou até a conclusão desta edição. Em comunicado aos pais obtido pela reportagem, contudo, a escola afirma que as estudantes agressoras foram suspensas e que "outras medidas punitivas poderão ser tomadas".

"Imediatamente foram realizadas ações de acolhimento à aluna, de comunicação a todos os alunos da série, bem como a suas famílias. Desde o primeiro momento, mantivemos contato constante com a família da aluna vítima dessa agressão racista, assim como permanecemos atentos para que ela não fique demasiadamente exposta e seja vítima de novas agressões", diz o comunicado.

"Na circular enviada a todas as famílias no mesmo dia, solicitamos que todos conversassem com seus filhos sobre o ocorrido, e na terça, dia 23 de abril, duas alunas do 9º ano e suas famílias compareceram à escola, responsabilizando-se pelos atos", acrescenta.

"A suspensão se encerrará quando entendermos que concluímos nossas reflexões sobre sanções e reparações, que ainda seguimos fazendo —fato também comunicado a todas as famílias diretamente envolvidas. Ressaltamos que outras medidas punitivas poderão ser tomadas, se assim julgarmos necessárias após nosso intenso debate educacional, considerando também o combate inequívoco ao racismo", conclui o comunicado.

Após a repercussão, a atriz falou sobre o caso em um post no Instagram. "Que fique bem claro para quem vem dar apoio. Agradeço profundamente o carinho. Mas crianças/adolescentes brancos não sofrem racismo! Podem, sim, ser excluídas, sofrerem bullying, entre outras violências, mas não existe racismo reverso", escreveu.

Acidente de ônibus deixa 4 mortos e 32 feridos em MG

RIO DE JANEIRO Um acidente com um ônibus de passageiros deixou ao menos quatro mortos e 32 feridos na BR-116, em Medina (MG), no Vale do Jequitinhonha, na noite de sábado (27). Um cachorro que estava no veículo também morreu.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, até a noite deste domingo (28) alguns feridos continuavam em estado grave. As vítimas foram socorridas e levadas para hospitais em Medina e Itaobim (MG).

De acordo com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), o ônibus não tinha autorização para operar no transporte interestadual de passageiros. Também estava com certificado de segurança veicular vencido. "Desta maneira, a viagem é considerada irregular", afirmou a agência.

O ônibus, que partiu de Caruaru (PE) rumo a Campinas (SP) com 54 pessoas a bordo, perdeu o controle em uma curva, atingiu o acostamento o tombou na pista, segundo o Corpo de Bombeiros.

Três dos mortos tinham sido identificados até este domingo: Severina Gomes de Oliveira, 70, natural do Rio de Janeiro; Mauro Sérgio da Silva, 42, de Capoeiras (PE); e Maria Amanda Menezes Silva, 29, de Águas Belas (PE). A quarta vítima é uma mulher, segundo a Polícia Civil.

"A perícia esteve no local para identificar e coletar vestígios que irão subsidiar a investigação que apura a causa e as circunstâncias do acidente. Outras informações serão repassadas tão logo a ocorrência seja encerrada", afirmou a corporação.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Escreveu dicionário que explica jeito cearense de falar

ANDRÉA SARAIVA MARTINS (1969 - 2024)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Se escutar um cearense falar que "fez a feira", saiba que ele se deu bem. Se ouvir "fiquei ariado", ele ficou desorientado. Essas e outras dezenas de expressões são explicadas no livro "Orélio Cearense", de Andréa Saraiva, um claro jogo de palavras com o famoso dicionário Aurélio.

O dicionário "cearês", que já teve quatro edições, é bem-humorado como o povo do seu estado. "Trata-se de uma fotografia da linguagem coloquial falada no Ceará em formato de dicionário romanceado e ilustrado. Mas cá pra nós, a intenção mesmo do bichim é ajudar os cearenses a cumprirem a missão de dominar o mundo", definiu a autora.

Andréa nasceu em Senador Pompeu (CE), em 1969, e foi criada em Tauá (CE), para onde foram os pais quando ela tinha um ano. A infância de menina levada, que subia em árvores e cavalgava, resultou em diversos acidentes e muitas idas ao hospital.

Para fazer o ensino médio teve que ir para Fortaleza, onde morou com tios. Na escola, já demonstrava talento com as artes, era boa em redação e organizava eventos.

Começou o curso de serviço social na Universidade Estadual do Ceará, porém não o concluiu. Em 2002, ingressou em história na mesma instituição, onde se formou.

Andréa era uma verdadeira agitadora cultural do Ceará. Produziu dezenas de projetos e ofereceu formações na área. Como autora, também publicou o e-book "Existe Vida Além de Editais?".

"Ela costumava dizer que sua cabeça era uma usina de projetos, sempre gerando novas ideias e planos", conta a viúva, Danyely Araújo, 47.

Foi diretora da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza. Era também mobilizadora do pré-Carnaval da cidade. Lulista, se envolveu com política desde a primeira candidatura do petista, em 1989. Esteve na vanguarda da esquerda cearense, no movimento Democracia Socialista.

Recebeu o prêmio Mulheres de Destaque 1999, da Câmara Municipal de Fortaleza, e em 2005 assumiu a cadeira 23 da Academia Tauense de Letras.

Andréa gostava de cozinhar e cuidar do jardim. Tinha hábitos noturnos e fazia tudo ao som de uma trilha sonora cuidadosamente selecionada.

"Ao mesmo tempo que era amorosa ao extremo, também tinha uma verve poderosa e seus argumentos eram difíceis de serem rebatidos, pela inteligência afiada e raciocínio rápido", afirma a companheira, com quem viveu 11 anos.

Morreu no dia 6 de março, aos 54 anos, vítima de uma infecção durante o tratamento de um câncer de intestino. Deixou a mulher, os irmãos Anatália, 58, Trícia, 53, e Herlon, 50, e 13 sobrinhos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Tem horas que só a arte

Expliquei para a minha filha o significado de 'exuberância' sem usar uma palavra, visitando uma exposição

Giovana Madalosso
Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras.

Na sala de jantar onde o casamento está morto e o assunto está morto, só a arte para rasgar na parede uma paisagem a óleo e abrir um possível horizonte.

Nasci numa colônia italiana onde as mulheres eram criadas para serem donas de casa. Então, a literatura abriu a porta e disse: vamos.

Ela tinha só metade dos dentes, cabelos ralos, a pele toda enrugada de carpir ao sol, mas quando o rádio tocava "Candle in the Wind" era a própria princesa Diana.

Conheço um cara que nunca tinha entrado num museu, só o fez porque o dia estava frio e a entrada era franca. Sentou-se num banco. Ficou ali esfregando as mãos e olhando para a pintura à sua frente. Sem saber o porquê, minutos depois, seu peito sacudia e uma lágrima descia pelo seu rosto.

Vivo no Brasil desde o dia em que nasci e até hoje não sei explicar o que é ser brasileira, mas entendo perfeitamente o que isso significa quando escuto Caetano.

Esperar nunca mais foi o mesmo depois de Godot.

Diferenças geracionais e ideológicas posicionaram meu pai no polo Norte e eu no polo Sul. Quando vamos juntos ao teatro subitamente habitamos os mesmos meridianos.

Repare: quando toca uma música, um bebê de dois anos não marcha, dança.

Em 1966, um rapaz chamado John visitou uma exposição cheia de escadas. Ele subiu por uma delas. No teto, havia uma lupa, presa por uma cordinha. John olhou pela lupa e viu escrito lá no alto a palavra: YES. Ali nascia seu amor pela autora da obra, Yoko Ono.

Sou ateia mas acredito em Deus quando leio Fernando Pessoa.

Ouviu desde pequeno que homem não chora e anotou a lição. Não derrubou uma lágrima no enterro do amigo. Saindo de lá, perdido e desolado, entrou numa sala de cinema. Meia hora depois, o homem ria. Chorava de rir. E chorando de rir ria toda a sua tristeza.

Na noite de 24 de abril de 1974, uma rádio portuguesa soltaria a primeira mensagem, ainda cifrada, que anunciaria a derrubada de quase 50 anos de ditadura no país. Essa mensagem foi a música "E Depois do Adeus".

Abdias do Nascimento lutou contra o racismo com uma flecha desenhada à tinta. Essa flecha já atravessou milhões de pessoas.

Expliquei para a minha filha o significado de "exuberância" sem usar uma palavra, visitando uma exposição.

O general cantava "Cálice" pensando que Chico Buarque estava coberto de razão: é preciso maneirar na bebida.

Fala mal de artista, mas posta verso assinado por Cecília Meireles no Facebook. De dia tenta desmontar a indústria do cinema, à noite corre para casa assistir a um filme. Censura romance porque naquelas páginas está tudo o que ainda não conseguiu falar na terapia.

Em 1977, uma nave foi lançada pela Nasa ao espaço para, com sorte, ser encontrada por alienígenas. Dentro da nave, um disco dourado busca explicar quem somos nós. Nesse disco há músicas folclóricas. Composições de Bach, Mozart, Stravinsky, Beethoven, Chuck Berry. Sons de riso e batidas do coração.

Se um dia o ser humano se extinguir quem contará quem fomos não serão as planilhas.

[...]
Fala mal de artista, mas posta verso assinado por Cecília Meireles no Facebook. De dia tenta desmontar a indústria do cinema, à noite corre para casa assistir a um filme

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Tutores de animais protestam em aeroportos do país

SÃO PAULO Tutores e entidades sociais em defesa dos animais ocuparam saguões dos aeroportos de ao menos oito cidades e do Distrito Federal neste domingo (28) em protesto pela morte do cachorro Joca.

Ele faleceu após ser enviado para um destino errado pela Gol durante viagem com seu tutor, João Fantazzini, na última segunda-feira (22).

Os manifestantes levaram seus animais de estimação e se reuniram em frente aos guichês da companhia aérea no Santos Dumont, no Rio de Janeiro, Marechal Rondon, na região metropolitana de Cuiabá (MT), Afonso Pena, na Grande Curitiba (PR), além de Congonhas, em São Paulo, e nos aeroportos de Belém (PA), Navegantes (SC), Porto Alegre (RS), Campo Grande (MS) e Brasília (DF).

O tutor de Joca participou da manifestação organizada no aeroporto Internacional de Guarulhos. Ele estava com uma camiseta com a foto do cachorro estampada e com a coleira que era do animal pendurada no ombro.

O engenheiro usou um megafone para discursar a favor de uma lei que permita os animais de estimação viajarem na cabine dos aviões.

Em comum, os manifestantes pediam justiça e carregavam cartazes com a mensagem de que animais não são bagagens. No protesto em Guarulhos, foi estendida uma faixa com os dizeres: "Não somos bagagens, somos o amor da vida de alguém".

A companhia aérea Gol Linhas Aéreas foi procurada para comentar as manifestações, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

O caso é investigado pela Delegacia do Meio Ambiente de Guarulhos.

São Paulo Obras
SPObras

Projeto: Corredor BRT Aricanduva São Paulo
Empréstimo nº/Crédito nº/Doação nº: IBRD 9081-BR
SDP Nº: 001/2024 - BRT Aricanduva

Objeto: execução de obras do BRT Aricanduva, compreendido entre a Av. Radial Leste e o Terminal São Mateus - na região Leste da Cidade de São Paulo, divido em 4(quatro) Lotes, conforme a seguir descrito: **Lote 1:** Av. Radial Leste até Rua Astarte - extensão de 2.850m; **Lote 2:** Rua Astarte até Av. Marapanim - extensão de 3.400m; **Lote 3:** Av. Marapanim até Rua Vila Boa de Goiás - extensão de 3.500m; **Lote 4:** Rua Vila Boa de Goiás até Felisberto Fernandes da Silva - extensão de 3.900m
Contratante: Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB
Título do Contrato: Obras do BRT Aricanduva
País: Brasil

COMUNICADO

A fim de observar o prazo legal para realização da sessão de abertura da licitação em referência em função da publicação do Aviso Específico de Aquisição feita pelo BIRD em seu site oficial em 25/04/2024, a Comissão Especial de Licitação - CEL BRT Aricanduva comunica a prorrogação da realização da sessão de abertura para 14/06/2024 às 10h30min., conforme aviso publicado nesta data.

Comissão Especial de Licitação - CEL BRT Aricanduva
Aviso Específico de Aquisição
Solicitação de Propostas
Obras
(Processo de licitação com dois envelopes, sem pré-qualificação)

Contratante: Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB
Projeto: Corredor BRT Aricanduva São Paulo
Título do Contrato: Obras do BRT Aricanduva
País: Brasil
Empréstimo nº/Crédito nº/Doação nº: IBRD 9081-BR
SDP Nº: 001/2024 - BRT Aricanduva
Data de emissão: 25/04/2024

1. O Município de São Paulo recebeu financiamento do Banco Mundial para cobrir os custos do Corredor BRT Aricanduva São Paulo, e pretende aplicar parte dos recursos para pagamentos no âmbito do contrato Obras do BRT Aricanduva.
2. A São Paulo Obras - SPObras convida os Licitantes elegíveis a apresentar Propostas lacradas para a execução de obras do BRT Aricanduva, compreendido entre a Av. Radial Leste e o Terminal São Mateus - na região Leste da Cidade de São Paulo, divido em 4(quatro) Lotes, conforme a seguir descrito:
   Lote 1: Av. Radial Leste até Rua Astarte - extensão de 2.850m;
   Lote 2: Rua Astarte até Av. Marapanim - extensão de 3.400m;
   Lote 3: Av. Marapanim até Rua Vila Boa de Goiás - extensão de 3.500m;
   Lote 4: Rua Vila Boa de Goiás até Felisberto Fernandes da Silva - extensão de 3.900m
3. A licitação será organizada por meio de licitação pública internacional, usando o método de Solicitação de Propostas (SDP), conforme especificado no "Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de IPF - Aquisições no Financiamento de Projetos de Investimento" do Banco Mundial, datado de julho de 2016, revisado em agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições") e é franqueada a todos os Licitantes elegíveis conforme definido no Regulamento de Aquisições.
4. Os Licitantes elegíveis interessados poderão obter mais informações junto à São Paulo Obras-SPObras, através do e-mail: licitacoesbrtaricanduva@spobras.sp.gov.br., endereçado à Presidente da Comissão Especial de Licitação - CEL Corredor Aricanduva, ou pelo telefone: 55 (11) 3113-1571 e examinar o Edital de Licitação durante o horário de expediente das 10:00 as 17:00 no endereço da Gerência de Licitações e Contratos, localizada no 7º andar, Rua XV de Novembro, 165, Centro Histórico, São Paulo-SP, CEP: 01013-909.
5. O Edital de Licitação em Inglês ou Português poderá ser obtido pelos Licitantes elegíveis interessados através de cadastro realizado em link disponível no site: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/sp_obras/
6. As Propostas deverão ser entregues no endereço abaixo até às 10h30 do dia 14/06/2024. O envio de Propostas por meios eletrônicos não será permitido. As Propostas recebidas fora do prazo serão rejeitadas. Os envelopes externos da Proposta com a identificação "PROPOSTA ORIGINAL" e os envelopes internos com a identificação "PARTE TÉCNICA" serão abertos publicamente na presença dos representantes designados pelos Licitantes e de qualquer pessoa que decida participar, no endereço abaixo imediatamente após o prazo indicado acima. Todos os envelopes com a identificação "PARTE FINANCEIRA" permanecerão fechados e serão mantidos sob a custódia segura do Contratante até a segunda sessão pública de abertura de Propostas.
7. Todas as Propostas deverão estar acompanhadas de uma Garantia da Proposta no valor de:
   LOTE 1 - R$ 3.500.000,00 ou US$ 700.000,00
   LOTE 2 - R$ 3.500.000,00 ou US$ 700.000,00
   LOTE 2 - R$ 3.250.000,00 ou US$ 650.000,00
   LOTE 4 - R$ 2.995.000,00 ou US$ 590.000,00
8. Todas as Propostas deverão estar acompanhadas de uma Declaração sobre Exploração e Abuso Sexual (EAS) e/ou Assédio Sexual (ASE).
9. Chama-se a atenção para o Regulamento de Aquisições, que determina que o Mutuário divulgue informações sobre a propriedade beneficiária do Licitante vencedor, como parte do Aviso de Adjudicação de Contrato, com base no Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária constante do Edital de Licitação.
10. O endereço referido acima é:
   Escritório: São Paulo Obras - SPObras - Gerência de Licitações e Contratos- Rua XV de Novembro, 165, 7º andar. Cep: 01013-909 - São Paulo/SP - Brasil.
   Representante: Maria Beatriz de M. Millan Oliveira - Presidente da Comissão Especial de Licitação - CEL Corredor Aricanduva.
   Endereço Postal: São Paulo Obras - SPObras - Gerência de Licitações e Contratos- Rua XV de Novembro, 165, 7º andar. Cep: 01013-909 - São Paulo/SP - Brasil.
   Telefones: +55-11-3113-1571 / +55-11-3113-1568
   E-mail: licitacoesbrtaricanduva@spobras.sp.gov.bc
   Website: www.spobras.sp.gov.br

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY
AVISO DE LICITAÇÃO

ENCONTRA-SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90017/2024 – PROCESSO N.° 024.00017752/2024-16 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR DESTINADA A PACIENTES E ACOMPANHANTES E A SERVIDORES E EMPREGADOS, A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 15/05/2024 ÀS 10:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberta no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90022/2024, processo SEI nº 024.00033956/2024-96** destinada a **AQUISIÇÃO DE SONDAS** a realização da sessão será na data **17/05/2024** e horário **09:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **29/04/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras – www.imprensaoficial.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberta no **HOSPITAL GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90021/2024, Processo SEI nº 024.00048188/2024-75**, destinada a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS** a realização da sessão será na data **13/05/2024** e horário **09:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **29/04/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.gov.br/compras; www.imprensaoficial.com.br

Cosan S.A.

CNPJ/MF 50.746.577/0001-15 - NIRE 35.300.177.045

AVISO AOS ACIONISTAS

A **Cosan S.A. (B3: CSAN3; NYSE: CSAN)** ("Companhia") comunica seus acionistas e o mercado em geral que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu site (www.cosan.com.br) e também nos sites da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). São Paulo, 26 de abril de 2024. **Rodrigo Araujo Alves -** Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE MATERIAL BÉLICO (CMB)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº CMB-340/001/2024
PROCESSO Nº CMB-2024032506-2

O Centro de Material Bélico da Polícia Militar do Estado de São Paulo anuncia que em 21 de maio de 2024 às 09h30 será aberta no Portal de Compras do Governo Federal a Licitação pública, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para constituição de Sistema de Registro de Preço para prestação de serviço não continuo no regime de empreitada por preço unitário, conforme a seguinte disposição:

Item 01- 300 (trezentos) publicações em jornais de grande circulação e item 02- 300 (trezentos) publicações em Diário Oficial da União, em consonância às condições estabelecidas em edital.

Dessa forma, o proponente interessado pode tomar conhecimento e obter maiores informações por meio do sítio eletrônico **www.gov.br/pncp/pt-br** ou **www.imprensaoficial.com.br**, através do link Negócios Públicos. Quaisquer dúvidas ou pedidos de informação podem ser solicitadas por e-mail **cmblicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br** ou por telefone para + 55-11-3228-6055.

PENITENCIÁRIA "ADRIANO MARREY" DE GUARULHOS

A Penitenciária "Adriano Marrey " de Guarulhos, em atendimento a Lei nº. 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº. 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, toma público o Edital 3/2024, para aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis) Pregão nº. 90001/2024, Processo SEI nº 006.00084727/2024-58, Código Único nº 20240241552, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 10 de maio de 2024, às 9h30 através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp.

PENITENCIÁRIA "ADRIANO MARREY" DE GUARULHOS

A Penitenciária "Adriano Marrey " de Guarulhos, em atendimento a Lei nº. 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº. 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, toma público o Edital 6/2024, para aquisição de Gêneros Alimentícios (Hortifruti) Pregão nº. 90003/2024, Processo SEI nº 006.00084896/2024-98, Código Único nº 20240241741, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 10 de maio de 2024, às 9h30 através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp.

PENITENCIÁRIA "ADRIANO MARREY" DE GUARULHOS

A Penitenciária "Adriano Marrey " de Guarulhos, em atendimento a Lei nº. 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº. 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, toma público o Edital 5/2024, para aquisição de Gêneros Alimentícios (Estocáveis) Pregão nº. 90002/2024, Processo SEI nº 006.00084878/2024-14, Código Único nº 20240241679, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 10 de maio de 2024, às 9h30 através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA" FRANCO DA ROCHA II

PROCESSO: SEI 00600109744/2024-13
SIAFEM CODIGO 20240321466
PREGAO ELETRONICO N.° 005/2024
UASG/UGE 380154
LICITAÇÃO N.° 90005/2024
COMUNICADO

Encontra-se aberto na Penitenciaria Nilton Silva de Franco da Rocha II, Pregão Eletrônico n.° 005/2024 - para aquisição de kit preso

O Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://www.gov.br/pncp/pt.br, no periodo de 29 de abril a 12 de maio de 2024.

A sessão eletrônica de abertura das propostas será realizada no dia 13 de maio de 2024 às 9h00.

Eventuais contatos poderão ser realizados por e-mail do telefone (11)4447-4881 e-mail: administrativo@p2franco.sap.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 - UASG 927142. A FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ torna pública a realização da seguinte licitação: **Processo de Compras nº 004/2024 - Pregão Eletrônico nº 001/2024 - UASG 927142** - FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ; OBJETO: Prestação de Serviços Continuados na Área de Assistência Médica ou Seguro Saúde; SESSÃO PÚBLICA: em 15/05/2024 às 09h00 no Portal de Compras do Governo Federal - sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br; Edital disponível no site de compras governamentais, bem como em http://licitacoes.fsa.br, podendo também ser solicitado por e-mail em licitacoes@fsa.br ou obtido pessoalmente. Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021. Rodrigo Cutri - Autoridade Competente.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **90042/2024 - Edital nº. 70 - referente ao Processo nº SEI- 024 00058444/2024-32** cujo objeto é a licitação **Aquisição de material de enfermagem (ataduras de crepe estéril)**. A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 15 de Maio 2024 às 09h00min.** O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

UASG: 090160 – HOSPITAL HELIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO à partir de 29/04/2024(segunda-feira)

Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico http://www.compras.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 90008/2024**, **PROCESSO SEI: 024.00043179/2024-98**, tipo MENOR PREÇO, Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Locação de Equipamento de Ar Condicionado - Chiller data da sessão pública, será no dia 15/05/2024 às 9:00 horas.
O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site http://www.imprensaoficial.com.br, Seção " Negócios Públicos".

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA
ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO 34/2024 – PROCESSO: SEI: 024.00047701/2024-19

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - KIT CIRÚRGICO. COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2024 DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 14/05/2024 ÀS 09:00HS, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.COMPRAS.SP.GOV.BR

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **90044/2024 - Edital nº. 72- referente ao Processo nº SEI- 024 00054781/2024-51** cujo objeto é a licitação **Aquisição de material de enfermagem (fios de algodão)**. A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 17 de Maio 2024 às 09h00min.** O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **90043/2024 - Edital nº. 71 - referente ao Processo nº SEI- 024 00052767/2024-12** cujo objeto é a licitação **Aquisição de material de enfermagem (fios de poliamida)**. A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 15 de Maio 2024 às 10h00min.** O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO

ABERTURA – Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **90040/2024** - **Edital nº. 66** - **referente ao Processo nº SEI- 024 00042414/2024-12** cujo objeto é a licitação **Aquisição de Medicamentos (bromoprida, escopolamina, gentamicina, etomidato, glicose, hidrocortisona, glicose,hidrocortisona, hidroxido, manitol)**. A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 13 de Maio 2024 às 10h00min.** O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **90041/2024 - Edital nº. 69- referente ao Processo nº SEI- 024 00042417/2024-48** cujo objeto é a licitação **Aquisição de Medicamentos** . A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 13 de Maio 2024 às 09h00min.** O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **90039/2024 - Edital nº. 65 - referente ao Processo nº SEI- 02400055681/24-41** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMPRESSORES ROTATIVOS PARA AR CONDICIONADO**. A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 13 de Maio 2023 às 09h00min.** O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO
COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

Endereço onde será processado o Pregão: https://www.gov.br/compras/pt-br
Local para retirada do Edital Completo: www.usp.br/licitacoes
e www.imprensaoficial.com.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº	PROCESSO SEI Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	DATA E HORÁRIO
002/2024	154.00000836/2024 - 54	CARNES DIVERSAS EM PEÇA	13/05/2024 09h00

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT - RC96119/2024

Objeto: Prestação de serviços operacionais relativo a relacionamento com clientes externos e internos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A., que darão suporte à Coordenadoria de Apoio aos Negócios e Gestão da Qualidade - CNGQ.

Os interessados em enviar proposta deverão entrar em contato com Fabiana Miranda - (11) 3767-4321 - e-mail: fabianac@ipt.br até o dia 02/05/2024.

Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A - CNPJ/MF nº 08.718.431/0001-08 - NIRE 35.300.368.347

Relatório da administração

Em atendimento às determinações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração da Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A ("MOIP" ou "Companhia"), tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da MOIP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A MOIP é um Arranjo de Pagamento Fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciadora e emissora de moeda eletrônica. A Companhia obteve em 09 de janeiro de 2019 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em 31 de outubro de 2020, o PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), adquiriu 100% do capital social e passou a deter o controle da MOIP. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em agosto de 2023 a MOIP deixou de gerar novas transações as quais passaram a ser efetivadas pela sua controladora o PagSeguro. Em 31 de dezembro de 2023 restam registradas na MOIP as operações parceladas que estão sendo consumidas conforme agenda de pagamentos e recebimentos. A MOIP teve prejuízo em 31 de dezembro de 2023 de R$8.6 milhões, uma melhora de R$46.0 milhões comparado ao prejuízo de R$54.6 milhões em 31 de dezembro de 2022, destacando a diminuição na receita de prestação de serviços que totalizaram R$60.6 milhões, um decréscimo de R$114.0 milhões comparado a R$174.6 milhões em 2022. Em contrapartida, as despesas operacionais totalizaram R$56.1 milhões, um decréscimo de R$76.5 milhões comparado a R$132.6 milhões em 2022 e as despesas administrativas totalizaram R$14.2 milhões, um decréscimo de R$50.0 milhões comparado a R$64.2 milhões em 2022 essas reduções de receitas e despesas estão ligadas sobretudo ao processo de migração das atividades operacionais da MOIP para sua controladora o PagSeguro. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos da MOIP totalizaram R$666.9 milhões, um decréscimo de R$19.6 milhões comparado ao total de R$686.5 milhões registrados em 31 de dezembro de 2022. O principal ativo da MOIP refere-se a instrumentos financeiros no valor de R$579.8 milhões, que apresentou um acréscimo de R$391.2 milhões comparado ao valor de R$188.5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Os passivos financeiros da MOIP em 31 de dezembro de 2023 são representados substancialmente por outras obrigações diversas no valor de R$500.5 milhões, um acréscimo de R$120.9 milhões comparado ao total de R$379.5 milhões em 31 de dezembro de 2023, mas vale ressaltar que do saldo de 2023, R$500.0 milhões se referem a adiantamento para futuro aumento de capital, ou seja não há em 2023 valores ainda a repassar a estabelecimentos comerciais, esse decréscimo se dá em virtude da migração das operações para o PagSeguro. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo estava registrado como AFAC pois dependia de aprovação do BACEN, que foi realizada em 09 de fevereiro de 2024 e consequentemente o capital foi integralizado na respectiva data, vide nota 23. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido totalizou R$122.2 milhões, um decréscimo de R$8.6 milhões, em relação ao valor de R$130.8 milhões em 31 de dezembro de 2022, a movimentação refere-se exclusivamente ao resultado do período. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 25 de março de 2024

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Em milhares de Reais - R$)

Ativo	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	277	78.440	Depósitos	38.224	161.792
Instrumentos financeiros	109.415	188.530	Outros depósitos	38.224	161.792
Carteira própria	109.415	188.530	Outras Obrigações	500.485	379.550
Relações Interfinanceiras	65.406	398.107	Valores a repassar a estabelecimentos	-	364.741
Pagamentos e recebimentos a liquidar	65.406	398.107	AFAC	500.000	-
Outros Créditos	-	202	Diversas	245	12.637
Diversos	-	202	Fiscais e previdenciárias	240	2.172
Outros valores e bens	-	37	Total do passivo circulante	538.709	541.342
Despesas antecipadas	-	37	Passivo exigível a longo prazo		
Total do ativo circulante	175.098	665.316	Outra Obrigações	6.015	14.370
Realizável a longo prazo			Diversas LP	6.015	14.370
Instrumentos financeiros	470.355	30	Total do exigível a longo prazo	6.015	14.370
Carteira própria	470.355	30	Patrimônio líquido		
Outros Créditos	20.740	19.603	Capital Social - de domiciliados no país	205.060	205.060
IR e CS diferido	11.213	14.008	Reserva de capital	290	290
Diversos	9.527	5.595	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(13)	1
Permanente			Prejuízos Acumulados	(83.184)	(74.566)
Imobilizado de Uso	684	1.548	Total do patrimônio líquido	122.153	130.785
Imobilizado de Uso	7.293	7.293			
(Depreciação Acumulada)	(6.609)	(5.745)			
Total do ativo realizável a longo Prazo	491.779	21.181			
Total do Ativo	666.877	686.497	Total do Passivo e patrimônio líquido	666.877	686.497

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais - R$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros / Prejuízos Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	205.060	290	(19.987)	7	185.370
Prejuízo do exercício	-	-	(54.579)	-	(54.579)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(6)	(6)
Saldos de 31 de dezembro de 2022	205.060	290	(74.566)	1	130.785
Prejuízo do exercício	-	-	(8.618)	-	(8.618)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(14)	(14)
Saldos de 31 de dezembro de 2023	205.060	290	(83.184)	(13)	122.153
Saldos de 30 de junho de 2023	205.060	290	(89.218)	8	116.140
Lucro líquido do semestre	-	-	6.034	-	6.034
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(21)	(21)
Saldos de 31 de dezembro de 2023	205.060	290	(83.184)	(13)	122.153

Demonstração do resultado - Exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais - R$)

	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Receitas de intermediação financeira	19.951	30.954	28.988
Resultado de Operações com Instrumentos financeiros	19.951	30.954	28.988
Resultado bruto da intermediação financeira	19.951	30.954	28.988
Outras receitas/despesas operacionais	(11.274)	(32.232)	(82.789)
Receita de Prestação de Serviços	8.436	60.647	174.659
Outras Receitas Operacionais	269	575	205
Despesas Operacionais	(14.889)	(56.100)	(132.641)
Despesas de Pessoal	-	(16.008)	(42.609)
Despesas Administrativas	(3.379)	(14.161)	(64.192)
Despesas Tributárias	(1.711)	(7.185)	(18.211)
Resultado (prejuízo) operacional	8.677	(1.278)	(53.801)
Resultado (prejuízo) antes da tributação sobre o lucro e participações	8.677	(1.278)	(53.801)
Imposto de renda e contribuição social	(358)	(2.795)	3.731
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(358)	(2.795)	3.731
Participações no lucro	(2.285)	(4.545)	(4.509)
Lucro (prejuízo) líquido	6.034	(8.618)	(54.579)
Quantidades de Ações	3.926.241	721.140	721.140
Lucro (Prejuízo) líquido por ação (em R$)	2	(12)	(76)

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro 2023 (Em milhares de Reais - R$)

	2º semestre de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do semestre/exercício	6.034	(8.618)	(54.579)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para a venda	(32)	(21)	(9)
Imposto de renda diferido	11	7	3
Total do resultado abrangente no semestre/exercício	6.013	(8.632)	(54.585)

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais - R$)

	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.677	(1.278)	(53.801)
Participação nos Resultados	(2.285)	(4.545)	(4.509)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado	6.392	(5.823)	(58.310)
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:			
Depreciação e amortização	415	864	5.599
Chargeback	9.421	22.173	21.148
Acréscimo (reversão) provisão para contingências	18.110	9.546	584
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial	(15.653)	(13.198)	17.584
Baixas de ativos imobilizado/intangíveis	-	-	38.625
Variação de ativos e passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras	294.815	277.141	(38.332)
Outros Créditos	(179)	(3.730)	(91)
Instrumentos financeiros	(428.581)	(360.269)	45.829
Outros valores e bens	12	37	1.032
Depósitos	(66.423)	(123.568)	(18.682)
Diversas	(325.807)	(396.963)	(30.373)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(507.478)	(593.790)	(15.387)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(282)
Juros recebidos	1.875	15.627	43.790
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(505.603)	(578.163)	28.120
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de intangível	-	-	(20.270)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-	-	(20.270)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	500.000	500.000	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	500.000	500.000	-
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(5.603)	(78.163)	7.851
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5.880	78.440	70.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	277	277	78.440
Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(5.603)	(78.163)	7.851

A Diretoria
Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC 1SP212238/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-0

IA aprende a gerar mecanismos capazes de editar DNA humano

Tecnologia de startup dos Estados Unidos pode levar a modificadores genéticos mais ágeis e poderosos

Cade Metz

SAN FRANCISCO | THE NEW YORK TIMES Tecnologias de inteligência artificial generativa podem escrever poesia e programas de computador. Agora, uma nova tecnologia de IA está gerando projetos para mecanismos biológicos microscópicos capazes de editar seu DNA, apontando para um futuro em que cientistas poderão combater doenças com ainda mais precisão e rapidez do que hoje.

Descrita em um artigo publicado na última segunda (22) pela startup Profluent, de Berkeley, Califórnia, a tecnologia baseia-se nos mesmos métodos que impulsionam o ChatGPT. A empresa deverá apresentar o texto no próximo mês na reunião anual da Sociedade Americana de Terapia Gênica e Celular.

Assim como o ChatGPT aprende a gerar linguagem analisando artigos da Wikipedia, livros e registros de conversas, a tecnologia da Profluent cria editores de genes após analisar enormes quantidades de dados biológicos, incluindo mecanismos microscópicos que os cientistas utilizam para editar o DNA humano.

Esses editores de genes são baseados em métodos vencedores do prêmio Nobel envolvendo mecanismos biológicos chamados Crispr. A tecnologia baseada em Crispr está mudando a forma como os cientistas estudam e combatem doenças, fornecendo uma maneira de alterar genes que causam condições hereditárias, como anemia falciforme e cegueira.

Anteriormente, os métodos Crispr usavam mecanismos encontrados na natureza —material biológico obtido de bactérias que permite a esses organismos microscópicos combater germes.

"Eles nunca existiram na Terra", disse James Fraser, professor e presidente do departamento de bioengenharia e ciências terapêuticas da Universidade da Califórnia em San Francisco. "O sistema aprendeu com a natureza para criá-los, mas eles são novos."

A esperança é que a tecnologia eventualmente produza editores de genes que sejam mais ágeis e mais poderosos do que aqueles que foram aprimorados ao longo de bilhões de anos de evolução.

Na segunda (22), a Profluent também disse que usou um desses editores de genes gerados por IA para editar o DNA humano e que estava disponibilizando este editor, chamado OpenCRISPR-1. Isso faz com que indivíduos, laboratórios acadêmicos e empresas experimentem a tecnologia gratuitamente.

Embora a Profluent esteja disponibilizando os editores de genes gerados por sua tecnologia de IA, ela não disponibilizará a própria tecnologia IA.

O projeto faz parte de um esforço mais amplo para construir tecnologias de IA que possam melhorar os cuidados médicos. Cientistas da Universidade de Washington, por exemplo, estão usando os métodos por trás de chatbots como o ChatGPT, da OpenAI, e geradores de imagens como o Midjourney para criar proteínas inteiramente novas enquanto trabalham para acelerar o desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos (o jornal The New York Times processou a OpenAI e sua parceira, Microsoft, por violação de direitos autorais envolvendo sistemas de inteligência artificial que geram texto).

As tecnologias de IA generativa são impulsionadas pelo que os cientistas chamam de rede neural, um sistema matemático que aprende habilidades analisando vastas quantidades de dados. O criador de imagens Midjourney, por exemplo, é sustentado por uma rede neural que analisou milhões de imagens digitais e as legendas que descrevem cada uma delas. O sistema aprendeu a reconhecer as conexões entre as imagens e as palavras. Então, quando você pede uma imagem de um rinoceronte pulando da ponte Golden Gate, ele sabe o que fazer.

A tecnologia da Profluent é impulsionada por um modelo de IA semelhante que aprende a partir de sequências de aminoácidos e ácidos nucleicos —os compostos químicos que definem os mecanismos biológicos microscópicos que os cientistas usam para editar genes. Essencialmente, ela analisa o comportamento dos editores de genes Crispr retirados da natureza e aprende a gerar editores de genes totalmente novos.

"Esses modelos de IA aprendem a partir de sequências— sejam elas sequências de caracteres, palavras, código de computador ou aminoácidos", disse Ali Madani, CEO da Profluent, um pesquisador que anteriormente trabalhou no laboratório de IA da gigante de software Salesforce.

A Profluent ainda não submeteu esses editores de genes sintéticos a testes clínicos, então não está claro se eles podem igualar ou superar o desempenho do Crispr. Mas essa prova de conceito mostra que os modelos de IA podem produzir algo capaz de editar o genoma humano. Ainda assim, é improvável afetar o sistema de saúde a curto prazo.

Os cientistas há muito tempo alertam contra o uso do Crispr para aprimoramento humano, pois é uma tecnologia relativamente nova que poderia potencialmente ter efeitos colaterais indesejados, como desencadear câncer, e têm alertado contra usos antiéticos, como a modificação genética de embriões humanos. Isso também é uma preocupação com os editores de genes sintéticos. Mas os cientistas têm acesso a tudo o que precisam para editar embriões.

"Um ator mal-intencionado, alguém que é antiético, não está preocupado se está usando um editor criado por IA ou não", disse Fraser. "Eles simplesmente vão em frente e usam o que está disponível."

Fósseis do 'Chakisaurus nekul', herbívoro recém-descoberto que viveu na região da Patagônia Miguel Lo Bianco/Reuters

Cientistas identificam dinossauro que viveu há 90 milhões de anos

BUENOS AIRES | REUTERS Paleontólogos da Argentina anunciaram a descoberta de um novo dinossauro herbívoro de tamanho médio, que se locomovia de maneira rápida e viveu há cerca de 90 milhões de anos no período Cretáceo Superior, na atual Patagônia.

Batizado de *Chakisaurus nekul*, o animal foi encontrado na Reserva Natural Pueblo Blanco, na província de Río Negro, no sul do país, uma área rica em fósseis onde já foram encontrados muitos mamíferos, tartarugas e peixes, além de outras espécies de dinossauros.

Estima-se que o maior *Chakisaurus* atingia 2,5 ou 3 metros de comprimento e 70 centímetros de altura.

Os estudos sobre o *Chakisaurus* produziram novas descobertas que indicam que ele era um corredor rápido e tinha a cauda curvada para baixo, algo incomum.

"Essa nova espécie, *Chakisaurus nekul*, era um herbívoro bípede que, entre suas características mais importantes, tinha uma cauda que, ao contrário da de outros dinossauros, que era horizontal, apresentava uma curvatura para baixo", disse Rodrigo Álvarez, autor do estudo.

"É algo muito novo para esses animais. Além disso, sabe-se que ele era um bom corredor, o que era necessário, porque ele vivia com um grande número de predadores e sua única defesa era ser mais rápido do que eles."

O nome do dinossauro deriva de chaki, palavra da língua aonikenk, do povo indígena tehuelche, que significa "guanaco velho", uma referência a um mamífero herbívoro de tamanho médio encontrado na região. Nekul significa "rápido" ou "ágil" no idioma mapudungún, do povo mapuche local.

"Ele tinha membros posteriores muito fortes e uma cauda com uma anatomia que lhe permitia manobrá-la para os lados e, assim, equilibrar-se durante as corridas", explicou à Reuters Sebastián Rozadilla, coautor da publicação científica.

Com o apoio da National Geographic Society, uma equipe de paleontólogos argentinos fez a descoberta em 2018, mas apenas recentemente revelou o achado na respeitada revista Cretaceous Research.

> Além da cauda curvada para baixo, sabe-se que ele era um bom corredor, o que era necessário, porque ele vivia com um grande número de predadores e sua única defesa era ser mais rápido do que eles
>
> **Rodrigo Álvarez**
> autor do estudo

esporte

Batida de Senna não seria fatal em carros atuais, dizem pilotos

Evolução da segurança na F1, ligada diretamente à própria morte do brasileiro, impede novas tragédias

30 ANOS SEM SENNA

Luciano Trindade

SÃO PAULO Existem algumas hipóteses sobre o que causou o acidente fatal de Ayrton Senna no GP de San Marino de 1994. A mais aceita considera a quebra da barra de direção. Outros apontam que um pneu estava danificado, e há quem acredite em falha humana.

Do que não se tem dúvida é que a F1 nunca mais foi a mesma depois daquele fim de semana, em que o austríaco Roland Ratzenberger também teve um acidente fatal.

Preterida durante décadas em prol do espetáculo, a segurança dos pilotos passou a ser prioridade para a FIA (Federação Internacional de Automobilismo), pressionada pelo clamor mundial após a perda de dois talentos, um deles um campeão histórico.

Pilotos que passaram pela categoria e outros que conhecem bem o mundo do automobilismo afirmam, de forma quase unânime, que Senna estaria vivo e sairia ileso do carro se seu veículo tivesse os recursos de segurança disponíveis atualmente na categoria.

O desenvolvimento do chassi, sobretudo da chamada célula de sobrevivência, seria a peça fundamental para preservar a vida do brasileiro. Parte central do carro onde o piloto fica, a célula foi projetada para ser praticamente indestrutível, fabricada em fibra de carbono, com uma camada de kevlar, material altamente resistente ao calor e cinco vezes mais firme que o aço.

Luciano Burti, que disputou duas temporadas na F1, considera-se prova viva dessa evolução. Em 2001, ele sofreu um grave acidente no GP da Bélgica, quando perdeu o controle do carro e bateu fortemente na barreira de pneus. Para ele, o acidente de Senna, tristemente, foi fundamental para salvá-lo anos depois.

"Eu bati a 270 km/h no muro. Tive uma concussão cerebral e hemorragia cerebral, mas sobrevivi", lembrou o ex-piloto em entrevista à **Folha**. "Mas eu tenho a consciência de que eu só sobrevivi, infelizmente, porque o Ayrton morreu lá no dia 1º de maio de 94."

Hoje comentarista da TV Globo, Burti é enfático ao afirmar que, "sim", Senna estaria vivo se pilotasse um carro atual de F1. "Não vou nem falar 99% [de certeza]. É, sim, ele estaria vivo. Teria descido do carro sem um arranhão."

Segundo piloto brasileiro que mais disputou corridas na F1, com 269 provas de 2002 a 2017, Felipe Massa viu de perto boa parte do desenvolvimento das tecnologias de segurança da categoria.

Ao comparar os carros da década de 1990 com os que pilotou e com os atuais, cita como avanços os testes de impacto frontal e lateral, o halo (barra curva na frente do carro para proteger a cabeça do piloto) e o "hans" (dispositivo que protege a coluna cervical).

Em 2009, ele também foi pivô de uma evolução, depois de ter sobrevivido a um acidente nos treinos do GP da Hungria, quando uma mola que se soltou do carro de Rubens Barrichello atingiu seu capacete.

"Se meu acidente fosse hoje em dia, eu desceria do carro sem nenhum problema, principalmente pela evolução dos capacetes", disse o piloto, que perdeu o restante da temporada de 2009 e só voltou às pistas em 2010.

"Depois do meu acidente, sempre fui a favor de melhorar a segurança", diz Massa.

Felipe Giaffone, piloto na Fórmula Indy por seis temporadas e de carreira vitoriosa na Fórmula Truck, vê a melhora nas condições dos circuitos como outra evolução.

As áreas de escape foram ampliadas, e a maior parte delas, asfaltadas. Quando o piloto aciona os freios, o carro reduz bastante sua velocidade de impacto no "guardrail".

Em muitas curvas de maior risco, há a "soft wall", uma parede retrátil. E, diante de muitos "guardrails" ou muros fixos, existem estruturas projetadas para absorver impacto.

"Atualmente, com as mesmas batidas, eu tenho certeza de que nenhum dos dois [Senna e Ratzenberger] teria morrido", disse Giaffone, hoje comentarista na Band. "Infelizmente, o Senna teve que pagar com a vida para ajudar a evoluir os carros e as pistas."

Ao contextualizar os meses que antecederam o acidente de Senna, é possível notar que o caminho atual vai na direção oposta ao da F1 até 1994.

Naquele ano, a FIA proibiu auxílios eletrônicos nos carros, como controle de tração, suspensão ativa, controle de lançamento e freios ABS. Houve também uma mudança nos pneus, que deveriam ser mais estreitos, o que os deixava com menos aderência.

A ideia por trás de tudo isso era tornar as corridas mais emocionantes, mas, na prática, os carros passaram a ser mais difíceis de conduzir.

O próprio Senna ficou surpreso com as mudanças, dizendo que a temporada seria de "muitos acidentes". A segurança dos carros já era motivo de preocupação para ele desde o ano anterior, quando decidiu reatar sua amizade com o britânico Jackie Stewart, com quem havia se chateado por causa de uma entrevista.

A ideia do brasileiro era, com o apoio do Stewart, exercer na F1 uma voz mais ativa em questões que envolviam a proteção durante as corridas, como o também tricampeão fez nos anos 1970. "Infelizmente, ele não pôde se beneficiar dessa busca por melhoras em segurança", lamentou Jackie, anos depois.

Na véspera de seu acidente fatal, Senna ficou perturbado com a morte de Ratzenberger. Abalado, buscou conforto no professor Sid Watkins, chefe da equipe médica de pista da F1. Enquanto Senna chorava, eles tiveram uma troca de palavras que Watkins registrou em seu livro "Life at the Limit" ("A Vida no Limite").

"O que mais você precisa fazer? Você foi campeão mundial três vezes, obviamente é o piloto mais rápido. Levante-se e vamos pescar", disse, vendo o brasileiro aos prantos.

Senna respondeu: "Sid, há certas coisas sobre as quais não temos controle. Não posso desistir, tenho que continuar".

Foi o último diálogo entre eles antes da morte do brasileiro no dia seguinte.

O acidente de Senna

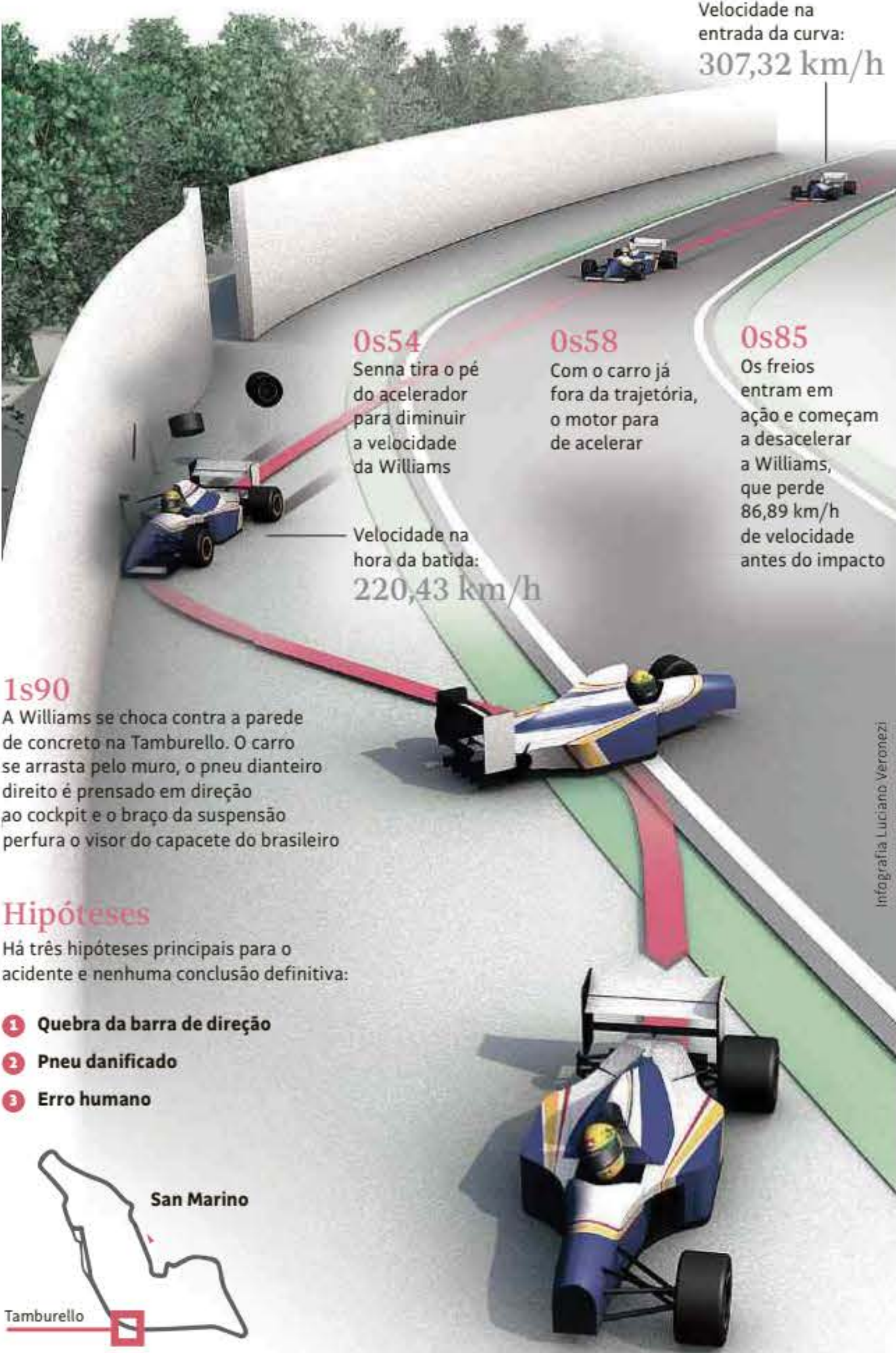
Há 30 anos, piloto brasileiro morreu após batida em Ímola

GP de San Marino, sétima volta

0s Senna entra mais fechado na Tamburello para tentar desviar de ondulações na pista

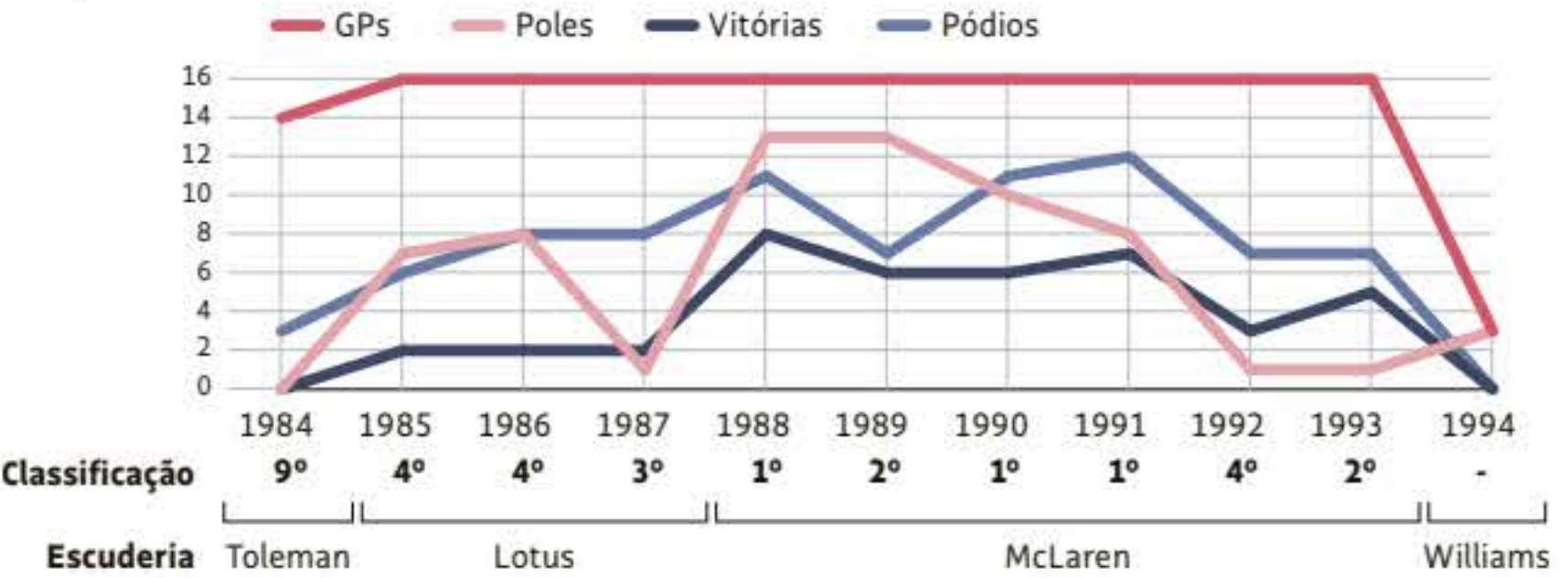
0s20 Os pneus traseiros da Williams começam a derrapar quando o brasileiro passa por cima da primeira das duas ondulações

0s32 A aceleração cai em 40%. Senna tenta corrigir a trajetória

0s36 A Williams atinge a segunda ondulação. O carro perde a aderência e dá uma guinada para a direita

Trajetória na F1

GPs | Poles | Vitórias | Pódios

16 14 12 10 8 6 4 2 0

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Classificação	9º	4º	4º	3º	1º	2º	1º	1º	4º	2º	-
Escuderia	Toleman	Lotus			McLaren						Williams

A inesquecível tarde de Wesley

O que o garoto fez em Itaquera ficou para sempre na vida dele e na de quem viu

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

No bucólico Parque São Jorge, as Brabas receberam as tricolores do Fluminense pela manhã e as golearam por 5 a 0.

Também, pudera: as alvinegras ganham tudo no continente e as cariocas estão na zona do rebaixamento no Campeonato Brasileiro.

O jogo foi assim como se um time das meninas do ginásio enfrentasse o das mulheres da faculdade.

A Fiel torcida desta vez fez pouco do jogo no Parque.

Estava compreensivelmente mais preocupada com o clássico da tarde, no tóxico estádio de Itaquera, contra o mesmo Fluminense, campeão da Libertadores.

O que o dinizismo apresentaria para António Oliveira e seus Mosqueteiros era a questão.

O tricolor pisava a única parte boa do futebol masculino corintiano, o gramado, na condição de favorito, mesmo sem ser dos visitantes mais atrevidos.

E levou uma traulitada por 3 a 0, graças a dois gols do menino Wesley, 19 anos, um deles, o segundo, com direito a deixar 117 anos de traseiro na grama, os veteranos tricolores Manoel, 34, Felipe Melo, 40, e Fábio, 43.

Gol daqueles que merecem placa no estádio, de tão espetacular.

Em domingo raro, o Corinthians não fez barba e bigode como se dizia antigamente quando havia preliminar e jogo principal, mas depilação e cabelo.

I beg your pardon

Que a rara leitora e o raro leitor me perdoem e não me tenham na conta de alguém com complexo de vira-latas. Mas nada se compara ao Campeonato Inglês, agora a três rodadas do fim, com apenas dois pretendentes ao título, o Arsenal e o Manchester City, porque o Liverpool perdeu fôlego na reta final e se distanciou dos líderes.

O alemão Jürgen Klopp não se despedirá com a glória pretendida e ainda por cima teve de digerir desavença com o egípcio Mohamed Salah, ídolo dos Reds.

Os Gunners têm um ponto a mais na liderança e três jogos a cumprir.

Os Cidadãos com um ponto a menos e quatro jogos a disputar.

Fosse na Argentina e diríamos que o campeão está por "una cabeza".

Na Inglaterra é "head to head" mesmo: as dos treinadores espanhóis Mikel Arteta e Pep Guardiola, discípulo e mestre; e as dos craques Martin Odegaard e Kevin De Bruyne, o norueguês e o belga, que ao lado de outros conterrâneos põem seus países no mapa do Planeta Bola definitivamente.

O futebol "golbalizado" é a realidade que a Inglaterra sabe explorar melhor que ninguém.

E aos corintianos, herdeiros do velho Corinthian Football Club londrino, resta pouco além de curtir campeonato tão espetacular.

Pois, convenhamos, torcer apenas contra o rebaixamento deveria ser a sina dos torcedores do extinto Corintinha de Presidente Prudente, desaparecido no século passado e que sobrevive hoje em dia com o mesmo nome de EC Corinthians, embora sem ligação com o anterior.

É provável que pelo antigo Corintinha tenha passado gente da mesma laia da que tomou de assalto o glorioso Sport Club Corinthians Paulista.

Choque-rei

Se há um clube que Abel Ferreira detesta enfrentar além do CR Flamengo esse atende pelo nome de São Paulo FC.

Nesta noite de segunda-feira (29), no Morumbi certamente com muitos torcedores.

Em 11 jogos que o excepcional treinador português enfrentou o tricolor, empatou quatro, venceu três e perdeu quatro.

Nos confrontos valendo taças, o São Paulo venceu o estadual de 2021 e a Supercopa do Brasil 2024 e o Palmeiras o Paulista de 2022.

BOM PRA CACHORRO

Lívia Marra
folha.com/bompracachorro

Pet em cabine de avião garante saúde mental e torna viagem segura para todos, diz advogado

A morte do cachorro Joca, 5, durante um voo da Gol, despertou questionamentos sobre a forma como animais são transportados pelas empresas aéreas e sobre os direitos de tutores e seus animais de estimação.

O golden retriever, que saiu do aeroporto de Guarulhos (SP) e desembarcaria em Sinop (MT), não resistiu a horas de viagem após ter seguido para Fortaleza por uma falha da empresa e, depois, voltar para Guarulhos. Ali foi encontrado já sem vida pelo tutor, João Fantazzini.

De grande porte, Joca viajava no porão da aeronave, em caixa de transporte adequada, conforme as regras da companhia.

O advogado Leandro Petraglia, especialista em direito animal, afirma que permitir a viagem de animais de estimação na cabine garante saúde mental do tutor e torna a viagem segura para todos. Ele cita acidente ocorrido no Japão no começo deste ano, quando uma aeronave pegou fogo e as 379 pessoas a bordo foram retiradas em uma ação rápida e bem-sucedida, mas animais que estavam no porão acabaram morrendo.

"A reflexão, neste caso, é que se algum dos tutores tivesse um vínculo extremamente forte com esses animais, a ponto de influenciar sua saúde psicológica, certamente poderia ter se recusado a abandonar os animais e isso colocaria sua vida, da tripulação e de outros passageiros em risco", diz.

As regras para transporte variam de acordo com cada companhia. Algumas aceitam animais de pequeno porte na cabine, com o tutor, mas há limite. Geralmente, pets viajam no porão, em caixa apropriada, e após o responsável apresentar documentos como atestados de saúde e vacinação.

*

O que o tutor deve saber ou levar em conta antes de comprar a passagem? Atualmente, cada companhia cria sua própria regra, o que leva ao tutor o dever de, antes de comprar a passagem, avaliar qual os limites de tolerância daquela companhia aérea, tanto para a cabine quanto para o porão, visto que, até mesmo para o bagageiro, existem limites de peso e espécies.

Empresas aceitam animais de pequeno porte na cabine, em quantidade limitada. Há meios, sem ser por recurso jurídico, de viajar com o pet dentro do avião independentemente do porte? Sim, pois por lei federal, é obrigatório a permissão do ingresso do cão guia, em todos os meios de transporte. Neste sentido, tendo um animal de serviço, poderia embarcar independentemente do porte. Há uma luta, nesse caso judicial, para ampliar essa liberação, já prevista no estatuto de pessoas com deficiência, para todas as demais classes de animais de serviço, inclusive de serviço psiquiátrico.

Não são raros casos de animais que morrem ou são perdidos durante voos. O que o tutor deve fazer nesses casos? Havendo um incidente durante o transporte do animal, o tutor deve, imediatamente, contatar as autoridades do aeroporto para intervir e prestar atendimentos ao animal, e buscar comprovar o ocorrido através de fotos, filmes ou testemunhas, pois nos momentos iniciais é importantíssimo consolidar o ocorrido, para ajudar nas apurações posteriores e responsabilização dos envolvidos.

Quais são os direitos dos tutores e das empresas? Quais podem ser as punições? Há diversos direitos dos tutores envolvendo o transporte aéreo, cito, em especial, a recente previsão da portaria 12.307, da Anac, que prevê o dever das empresas —e direitos dos tutores— de prestar auxílio aos animais, com alimentação e hospedagem, no caso de atrasos de voos em que a pessoa esteja com pet. Ou seja, há a extensão dos deveres de auxílio da empresa aos animais também. Por outro lado, a companhia tem o direito de exigir que o animal esteja com toda documentação sanitária em dia, podendo negar o embarque na falta de algum documento.

Na sua avaliação, por que ainda não houve uma mudança de procedimentos das empresas aéreas? O que considera que poderia ser feito? Infelizmente, acredito que falta interesse e prioridade nas empresas. As companhias aéreas, tais como as demais empresas, buscam prestar um serviço e, para tanto, precisam entregar o serviço de maneira exemplar aos clientes para seguir atuando. Porém, ao que parece, não há uma preocupação em entregar esta excelência quando se trata dos animais, se limitando à tentativa de abranger alguns animais, com diversas regras que acabam por inviabilizar o transporte aéreo digno, na cabine. Com isso, falta uma priorização das companhias para que evoluam o transporte aéreo e compatibilizem as viagens na cabine.

Sempre que surge o caso de um animal perdido ou que morreu em voo, reacende nas redes campanha dizendo que animal não é bagagem. Esse tipo de transporte poderia ser considerado maus-tratos contra animais, crime previsto em lei? Sim, pois em casos de incidentes, como óbito ou danos à saúde do animal, é possível configurar como afronta ao bem-estar animal e às liberdades do animal, gerando a caracterização de maus-tratos. Por exemplo, embora o transporte no porão tenham alguns padrões de segurança, como a climatização e pressurização, deixar o animal exposto ao sol e sem água por horas é maus-tratos em qualquer situação.

[...]

Ao que parece, não há uma preocupação em entregar esta excelência quando se trata dos animais, com diversas regras que acabam por inviabilizar o transporte aéreo digno, na cabine

EM MEIO A PREOCUPAÇÕES COM SUA SAÚDE, PAPA FRANCISCO ANDA DE BARCO EM VENEZA
Pontífice faz sua primeira viagem em 7 meses, onde visitará uma prisão feminina na ilha de Giudecca *Alberto Pizzoli/AFP*

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
29.abr.1924

Morteiros integram posse de governador

São realizados na cidade de São Paulo os preparativos para a posse em 1º de maio de Carlos de Campos como governador do estado e de Fernando Prestes de Albuquerque como vice.

Entre os festejos, uma bateria de 21 morteiros será queimada às 6h no Morro dos Ingleses, na Bela Vista, e a banda de música S.A. Silex percorrerá as ruas desse distrito.

Por ocasião da posse, às 13h, outra bateria de 21 tiros será queimada. Mais fogos serão soltos no Morro dos Ingleses às 18h, e a mesma banda e a orquestra Lyra da Madrugada tocarão nas ruas do centro.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Nasa dá sinal verde para enviar drone a Titã, lua de Saturno, em 2028

Enquanto o complexo projeto de retorno de amostras de Marte patina no quartel-general da Nasa, outra missão robótica ambiciosa ganhou recentemente luz verde da agência espacial americana: um drone que vai voar pelos céus de Titã, a maior das luas de Saturno.

A equipe responsável pela missão Dragonfly, sediada no Laboratório de Física Aplicada da Universidade Johns Hopkins, em Laurel, Maryland, recebeu aprovação para conduzir a finalização do design e iniciar a construção da sonda, que deve partir rumo ao sistema saturnino em julho de 2028.

Será na prática um retorno a esse satélite natural que tem jeito e cara de planeta —é a segunda maior lua do Sistema Solar e maior que o planeta Mercúrio.

Ele já foi visitado uma vez por uma sonda, a Huygens, desenvolvida pela ESA (Agência Espacial Europeia) para voar em conjunto com o orbitador Cassini, da Nasa. Ao realizar um pouso com paraquedas em 2005, enviou as primeiras imagens da superfície desse mundo estranho —e ao mesmo tempo familiar.

Estranho porque as temperaturas são tão baixas por lá, numa região em que o brilho do Sol é um centésimo da intensidade que tem aqui na Terra, que água é como rocha sólida. E familiar porque, a exemplo do nosso planeta, Titã tem uma atmosfera respeitável composta principalmente por nitrogênio e um pujante ciclo hidrológico, com mares e chuvas. A diferença é que lá o que faz esse papel são metano e etano, em vez de água.

Concepção artística da sonda Dragonfly voando em Titã, lua de Saturno *Nasa*

Outro aspecto singular de Titã é a presença abundante de moléculas orgânicas complexas, com um oceano de água subsuperficial —similar ao existente em outras luas dos planetas gigantes, como Europa, de Júpiter, e Encélado, de Saturno. Isso faz desse astro de 5.150 km de diâmetro (pouco menos da metade do terrestre) um alvo científico de alta prioridade para estudos de astrobiologia e origem da vida.

Em sua missão pioneira, a Huygens durou meia hora na superfície, parada em um único local, produzindo imagens, análises de composição do solo e medições ambientais, registrando uma temperatura de -180 graus Celsius à superfície. Foi uma intrigante visão, fruto do primeiro pouso robótico em uma lua que não fosse a nossa própria, da Terra.

A Dragonfly promete expandir, e muito, esse legado, explorando diversas regiões da lua ao longo de mais de três anos —a exemplo do que já fez o helicóptero Ingenuity, de forma experimental, em Marte— e permitindo um estudo mais detalhado das dunas e dos mares de hidrocarbonetos de Titã.

Será uma missão espetacular, mas o custo é idem: US$ 3,35 bilhões —o dobro do que se estimou originalmente, quando a missão foi pré-selecionada pela Nasa, em 2019. Segundo a agência, a escalada de preço tem a ver com restrições orçamentárias, atrasos no desenvolvimento e a pandemia de Covid. A despeito disso, a decisão de seguir adiante está tomada. Vai ser incrível, mas convém não criar muita expectativa, pois a chegada a Saturno só deve acontecer pouco mais de seis anos após a decolagem, em 2034.

ilustrada

Luan Santana
Bruno Santos/Folhapress

Cara e coroa

Luan Santana, o primeiro sertanejo do Rock in Rio, se equilibra entre o country e o pop ao se opor ao conservadorismo

Pedro Martins

CAMPO GRANDE, BELO HORIZONTE E SÃO PAULO Para quem se lembra da estreia de Luan Santana, com o disco "Ao Vivo", atravessado por solos de guitarra e bateria, não é de se espantar que agora ele esteja se preparando para cantar no Rock in Rio, em setembro, como o primeiro cantor de country em quatro décadas de festival.

"Gosto de flertar com o rock, principalmente pela sensação de liberdade que ele traz. 'Meteoro' é um roquezinho, pô", diz Luan, ao me receber em seu escritório na Grande São Paulo, depois de termos acompanhado a gravação de um DVD em Belo Horizonte e a estreia de sua turnê, em Campo Grande, no ano passado e retrasado, para entrevistas interrompidas pelo frenesi de amigos, familiares e celebridades em seus camarins.

Em sua turnê, a "Luan City", Luan deixou o chapéu de caubói e a camisa xadrez e apostou no brilho dos cristais, além de coturnos e calças flare, para compor os trajes com ares de Elvis Presley, uma de suas inspirações, que agora ocupam seu guarda-roupa.

Há ainda as regatas ultracavadas e perfuradas e as peças de cetim, em nada parecidas com o look padrão dos sertanejos que se apresentam em rodeios e festas de peão, com muita pele à mostra, para sublinhar os músculos e as tatuagens com referências que vão da Bíblia à série "Harry Potter", duas de suas paixões.

As peças, criadas junto de sua mãe, Marizete Santana, se distanciam do louvor ao agronegócio que tem se tornado cada vez mais popular no entretenimento, por meio de artistas do estilo chamado agronejo, como Ana Castela, ou novelas como "Terra e Paixão", que a Globo exibiu antes do remake de "Renascer".

O estilo gera tanto elogios quanto críticas. Há quem o compare ao Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry, em tons de apreço, e quem o associe a Xuxa, em sinal de reprovação. João Neto, da dupla com Frederico, ironizou os looks. "Nosso sertanejo mudou bastante ou é impressão minha?", escreveu ele nas redes.

Mas Luan, de 33 anos, metade deles dedicados à música, diz não se incomodar com o julgamento, que ele avalia como uma constante em sua carreira, inclusive em relação à vida pessoal. Quando despontou, era questionado o tempo todo na televisão se era gay, o que ele refuta.

"O sertanejo é próximo do country americano, então tem os tradicionais, mas essas pessoas pararam no tempo", diz. "Já sabia que ia ter gente criticando. Se eu fosse um tradicionalista do sertanejo, um agrônomo que joga veneno nas plantações, também teria um choque. Só que não sou assim. Se esse cara não quiser me escutar, o problema é dele. Uma hora ele vai entender."

Ao mostrar o escritório, com um mobiliário que destaca as fases de sua carreira, marcadas por looks e cabelos diferentes, Luan recorre à trajetória de Taylor Swift para explicar seus movimentos recentes. "Ela começou no country, mas estourou aquela bolha."

A princípio, a comparação pode soar estranha, mas seu público, composto por 72% de mulheres, um terço delas de 18 a 24 anos, não é muito diferente de quem escuta as músicas da artista americana.

Ainda que as mulheres também sejam dominantes para outros astros do sertanejo, Marília Mendonça e Gusttavo Lima, por exemplo, têm uma audiência predominantemente mais velha, de 25 a 34 anos. Os dados, coletados pelo DeltaFolha, são da Chartmetric, uma start-up americana que reúne dados das principais plataformas digitais de hoje.

Luan, noutro movimento como os de Swift, também se distancia dos demais sertanejos por ter cuidado com o que diz.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PONTE AÉREA

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, fará viagens a mais quatro estados do Sudeste e do Sul para investigar a alta de grupos neonazistas no país.

PONTE AÉREA 2 Uma comitiva visitou Santa Catarina no começo deste mês. A missão realizou oitivas com vítimas, autoridades e especialistas em Blumenau e em Florianópolis. Agora, representantes do conselho irão ao Rio de Janeiro, entre os dias 28 e 31 de maio.

PONTE AÉREA 3 O cronograma foi acertado nesta semana. Ainda estão previstas missões territoriais no Rio Grande do Sul, no Paraná e em São Paulo.

OLHO VIVO A relatoria do CNDH surgiu a partir de uma representação enviada pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa) pedindo a abertura de uma investigação sobre o aumento de atividades e células neonazistas no Brasil.

MAPA O roteiro das viagens tem como referência um levantamento realizado pela antropóloga e especialista no tema Adriana Dias, que morreu em 2023. Segundo o estudo, houve um aumento de 64% de grupos com caráter neonazista no Rio entre 2017 e 2021, por exemplo. O documento mapeou 34 atividades do tipo no estado no período.

FICHA Um relatório final será elaborado pelo conselheiro Carlos Nicodemos e pelo representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no CNDH, Hélio Leitão.

MEGAFONE O órgão enviou um pedido de audiência para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A ideia é apresentar um panorama sobre o tema no país. A corte fará sessões no Brasil em junho.

MEGAFONE 2 O CNDH diz que existe um "alarmante cenário de crescimento" desses grupos, "com aumento do discurso de ódio, especialmente direcionado às mulheres, à população negra e à população LGBTQIAP+".

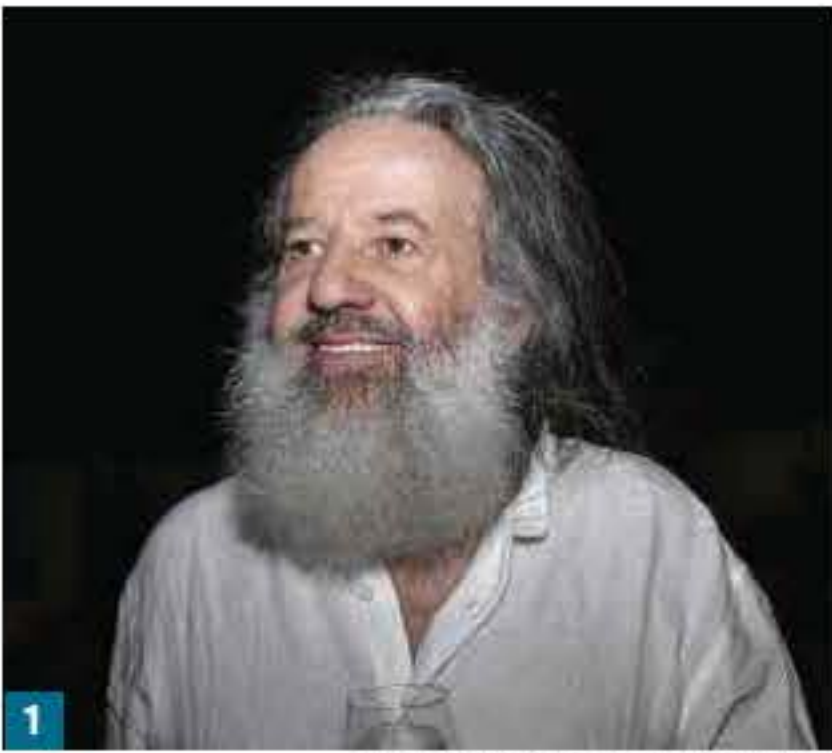
MEGAFONE 3 O conselho também acionou a ONU (Organização das Nações Unidas). O objetivo é conseguir que a situação do Brasil seja incluída em um relatório sobre formas contemporâneas de racismo, que está sendo elaborado pelo órgão internacional.

TRABALHOS A professora Cláudia Costin coordenará a equipe responsável pela elaboração do plano de governo na área de educação da pré-candidata à Prefeitura de São Paulo e deputada federal Tabata Amaral (PSB).

TRABALHOS 2 Costin é ex-diretora de educação do Banco Mundial e foi secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro na gestão de Eduardo Paes (PSD) entre 2009 e 2014.

TRABALHOS 3 Já os médicos Ludhmila Hajjar e Paulo Saldiva serão os responsáveis pela área da saúde. A pessebista deve anunciar outros nomes de destaque até 1º de maio, quando realizará um evento em São Paulo para apresentar toda a equipe de construção do plano de governo.

LETRAS

1

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

2

3

O filósofo Peter Pál Pelbart 1 recebeu convidados no lançamento do seu livro "O Judeu Pós-Judeu: Judaicidade e Etnocracia", escrito em parceria com o israelense Bentzi Laor. O evento foi realizado na semana passada, na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo. Na noite, a performer Elisa Band 2 leu poemas sobre Israel e a Faixa de Gaza. O sociólogo Laymert Garcia dos Santos 3 também declamou poemas

NADA POR... O músico Herbert Vianna relembrou o namoro com a cantora Paula Toller em entrevista ao programa Som Brasil especial sobre Os Paralamas do Sucesso, que vai ao ar na quarta (1º), na Globo. "Ela era muito caprichosa, perfeccionista com a língua e me chamava a atenção sobre a pronúncia."

... MIM Vianna falou também sobre como a canção "Nada por Mim", faixa que virou um grande sucesso na voz de Marina Lima, foi criada em cima do fim do romance deles. "Quando escrevi essa música, que digo que foi o final da 'fase Toller', ela refletia esse momento de término. Eu mostrei a música no violão para ela [Marina Lima]. Quando vi tocando no Brasil todo, daquela forma, foi uma surpresa", afirma.

INTERCÂMBIO O vice-presidente de desenvolvimento e inclusão de talentos criativos da Disney, Tim McNeal, virá ao Brasil para participar do 3º Fórum Spcine, empresa de fomento ao audiovisual vinculada à Prefeitura de São Paulo.

INTERCÂMBIO 2 Com o tema "Fomentando a Diversidade e a Excelência na Indústria Audiovisual Brasileira", o evento ocorrerá entre os dias 26 e 28 de junho, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Serão realizados painéis, debates e cursos com convidados nacionais e internacionais.

FLASH O MIS (Museu da Imagem e do Som) em São Paulo terá uma inauguração para convidados da exposição "Uma Rua Chamada Cinema", de Sergio Poroger, em 9 de maio. A mostra reunirá fotos de salas de cinema do mundo todo e de pessoas que nelas trabalham, desde bilheteiros a vendedores de pipoca. Ela será realizada no âmbito do projeto Maio Fotografia.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Cara e coroa

Continuação da pág. C1

Luan Santana dá raras entrevistas, evita expor a rotina nas redes e prefere distribuir palavras de carinho aos fãs, em vez de louvar a pátria, a família e a liberdade entre uma música e outra durante seus shows.

No ringue político que os palcos se tornaram perto das últimas eleições, com sertanejos apoiando Jair Bolsonaro e os artistas da MPB e do pop do lado de Lula, Luan se calou.

Ele explica os motivos. "Primeiro porque não entendo porra nenhuma de política. Segundo porque acho uma bobeira vestir a camisa de uma pessoa, defender uma pessoa, que não faria o mesmo por mim. Acho política muito importante, mas estou um pouco desacreditado. Não vejo motivo para entrar de cabeça de um lado ou de outro."

Dessa forma, Luan tem se equilibrado entre estilos musicais a princípio opostos. Ele se apresenta em feiras agropecuárias, mas agora vai aos palcos do Rock in Rio. Grava com outros cantores country, como fez com Henrique & Juliano em "Erro Planejado", mas também com divas pop, caso de Luísa Sonza, com quem fez "Coração Cigano", para lembrar só exemplos do disco comemorativo de sua turnê.

A estratégia, apesar de ter ganhado mais nitidez agora, já era vista em seu álbum de estreia. "Ao Vivo", que o transformou no artista mais ouvido da década passada nas rádios, arejava o sertanejo com os solos de guitarra de faixas como "Meteoro", mas não se esquecia das raízes do gênero, com muita viola, em regravações de clássicos como "Apaixonado", de Milionário & José Rico, e "A Loira do Carro Branco", de João Paulo & Daniel.

"Sou de Mato Grosso do Sul, criado em Jaraguari, uma cidade de 5.000 habitantes. Minha criação foi cantando Tonico & Tinoco, mas sempre fui antenado e nerd, sempre gostei de mundos fantasiosos e de ler, então busco incessantemente a novidade. Não é diferente na música. Posso cantar o que eu quiser, e o sertanejo nunca vai sair de mim."

Embora suas composições hoje sejam menos açucaradas e mais sensuais, a estratégia parece não ter mudado muito. Prova disso é o time reunido no estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, em Belo Horizonte, onde Luan gravou seu novo DVD. Os shows de abertura foram do pagode do Raça Negra ao funk de MC Don Juan, sem se esquecer do sertanejo, com Marcos & Belutti.

A diferença é que a "Luan City" mais se parece com a turnê de Coldplay, "Music of the Spheres", ou a "The Eras Tour", de Taylor Swift, e menos com uma festa do peão, com investimento de R$ 10 milhões, sob a direção de Kley Tarcitano.

Tarcitano montou o show de Anitta no Coachella, o maior festival de música dos Estados Unidos, e o de Jennifer Lopez no Super Bowl. Ele espalhou 600 toneladas de canhões de laser, fumaça e fogo, além de telões imensos, pelo Mineirão, com um palco da altura de um prédio de dez andares ligado a outras oito plataformas menores, ocupadas por bailarinos vestidos com looks futuristas, algo entre "Blade Runner" e "Star Wars".

Mas Luan, com um cachê médio de R$ 1 milhão por show e cerca de R$ 150 milhões de faturamento com a sua turnê, que passou por 90 cidades e deve visitar outras 30 até o fim do ano, prefere não falar muito sobre cifras, em oposição à ostentação que domina o sertanejo, com artistas exibindo nas redes sociais suas caminhonetes de luxo e até caminhões. "Quem faz isso tem algum tipo de insegurança", diz. "Tenho coisas caras, carros, mas não preciso ostentar. Dou valor a outras coisas."

O jornalista viajou a convite do artista

O cantor Luan Santana Bruno Santos/Folhapress

Ricardo Cammarota

Quem é Deus?

No lusco-fusco cansativo do mundo, a teologia pode ser uma forma de repouso

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Diálogos acerca da Natureza Humana'. É doutor em filosofia pela USP

Afinal, quem é Deus? Moisés, na famosa passagem da sarça ardente —livro do "Êxodo"—, em que Deus o manda libertar os hebreus da escravidão no Egito e levá-los até o monte Sinai para receberem os mandamentos divinos, pergunta num dado momento: "E se me perguntarem quem me mandou, o que eu respondo? Qual o seu nome? Quem é você?".

Evidente que faço uma versão simplificada do texto bíblico.

Essa passagem é conhecida na tradição cristã como teologia do Êxodo, a teologia em que Deus se dá a conhecer a Moisés, revela "um pouco" quem ele é, e se vincula à ideia de libertação da escravidão.

A versão grega da Bíblia hebraica, conhecida como Septuaginta ("LXX", em latim), teria sido uma versão grega de livros do Antigo Testamento ou Bíblia hebraica feita por cerca de 70 —daí LXX, 70 em latim— judeus gregos, nos três últimos séculos da era antes de Cristo.

Nesta versão, Deus teria respondido à pergunta de Moisés algo como "eu sou quem eu sou". Dessa ideia surgirá a concepção de que Deus seria aquele que é, ou seja, aquele que carrega seu ser em si mesmo.

À diferença dos restantes dos seres existentes, Deus seria o único que é "causa sui", ou seja, que é causa de si mesmo. Os demais seres são causados por ele.

Deus seria —conversando um pouco com Aristóteles, que nada sabia da Bíblia hebraica— o incausado que tudo causa, o incondicionado que tudo condiciona, o imóvel que tudo move.

O paralelo entre esse deus de Aristóteles e o Deus israelita é recusado, por exemplo, pelo filósofo judeu do século 20 A.I. Heschel, que, na sua monumental obra "The Prophets", sem tradução no Brasil, nega que o Deus de Abraão, dos patriarcas e de Moisés seja considerado imóvel, uma vez que é puro "páthos", ou paixão.

Tampouco incondicionado, na medida que reage apaixonadamente às ações dos homens.

De qualquer forma, essa diferença ontológica entre Deus e os outros seres criados por ele —que, portanto, recebem o ser das mãos dele, de graça, pela eternidade— , ideia esta decorrente da resposta de Deus a Moisés —que ele é quem é—, fará escola no cristianismo e produzirá das mais sofisticadas discussões teológicas acerca do ser de Deus e do nosso ser frágil e dependente dele.

Já na versão hebraica, Deus teria dito "eu serei o que serei", já que a formulação do presente do verbo ser não existe, propriamente, em hebraico. Eu diria "eu brasileiro" e não "eu sou brasileiro".

Pensando a partir daí, teríamos a absoluta liberdade de Deus que seria, portanto, imprevisível e ilimitado —Deus multiplica o futuro pelo futuro nesta formulação, portanto, ele é absolutamente livre.

Deus está fora da linguagem e da representação.

Esse caráter de Deus será também discutido no cristianismo naquilo que ficou conhecido como teologia negativa ou apofática —o que não pode ser enunciado na linguagem—, na esteira do tratado teológico mais curto do cristianismo, conhecido como "Teologia Negativa" de Pseudo-Dionísio, o Aeropagita, que viveu entre os séculos 5º e 6º da era cristã.

Deus é superior à linguagem porque esta só representa o que é despedaçado como ela, e, portanto, aquilo que pode ser "alocado" nas palavras, que são, por sua vez, "pedaços" do todo.

A teologia é um dos exercícios intelectuais mais sofisticados que existe.

Principalmente quando não está a serviço nem da direita evangélica que brinca com a supressão do Estado laico no Brasil, nem, tampouco, com as versões à esquerda, que querem nos fazer crer que o PT seja a representação pura da santidade política democrática.

Deus nos deixa mais inteligentes, ao contrário do que pensa o ingênuo ateísmo militante.

No judaísmo, a ideia de que Deus seja inteligente, e de que buscar sê-lo seja uma espécie de mandamento, é comum.

Pensar é uma forma de se aproximar de Deus.

No lusco-fusco cansativo do mundo em que vivemos, esse exercício intelectual pode ser uma forma de repouso.

Não por acaso que na tradição monástica cristã —para alguns, podendo ser resumida como "opção beneditina"— o estudo é uma das formas de se viver com Deus.

SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Cátia de França lança disco eclético que une literatura à sua Paraíba

Sétimo da carreira de cinco décadas da artista, novo álbum 'No Rastro da Catarina' vem oito anos após o seu antecessor

Leonardo Lichote

RIO DE JANEIRO "No Rastro da Catarina", novo disco de Cátia de França, ganha o mundo oito anos depois de seu predecessor, "Hóspede da Natureza". A espera, que no relógio do mercado é uma demora enorme, se afina com o olhar da cantora e compositora paraibana sobre o fazer artístico. Afinal, desde sua estreia com o cultuado "Vinte Palavras ao Redor do Sol", em 1979, este é apenas o seu sétimo disco.

"Tinha a cobrança do povo, né? Aquela mania que o povo tem de que todo ano tem que lançar, aquela loucura", afirma França. "Em mim não existe isso. Tem que vir lá do alto, uma intervenção divina."

A intervenção divina, desta vez, a fez revirar o baú em busca de material inédito. O resultado é um apanhado que reúne desde uma canção feita sobre um poema que ela escreveu aos 14 anos até uma finalizada no ano passado. A seleção foi feita com sua produtora, Dina Faria, que assina a direção musical do álbum.

Com as canções escolhidas, França —que mora na região serrana do Rio de Janeiro— foi a João Pessoa gravar o disco, com uma banda formada só por músicos paraibanos. Cristiano Oliveira, na viola, no violão e no violão de aço, Marcelo Macêdo, na guitarra e no violão de aço, Elma Virgínia, no baixo acústico e no baixo elétrico, Beto Preah, na bateria e na percussão, e Chico Correa, nos sintetizadores e samplers.

É um disco paraibano, portanto? Sim, mas não só. "Eu não sou daquela que fica querendo ficar presa as raízes, não", afirma a artista de 77 anos. "A música para mim tem que ser universal, não pode ter rótulo nem fronteira."

França não gravou como comumente se faz, com os instrumentos tocando separadamente, a voz registrada só depois do instrumental.

Com produção assinada por Marcelo Macêdo e Chico Correa, "No rastro da Catarina" foi registrado então ao vivo. "Gravamos como se fosse na varanda de uma casa grande no interior de alguma cidade brasileira. A gente sentado, e todos olhando e vendo as emoções, o que estava vindo à tona no rosto de cada um. Sem hierarquia, né?"

As 12 faixas de "No rastro da Catarina" passeiam por samba, rock, tango e ijexá com igual vigor. Os temas tratados nas letras também são variados, e a literatura marca presença. Ela aparece em momentos como "Veias Abertas", inspirada no livro "Veias Abertas da América Latina", de Eduardo Galeano, e "Eu", sobre poema de Florbela Espanca.

A cantora e compositora Cátia de França Divulgação

O poder de destruição da guerra —"Bósnia"— e da velocidade da sociedade contemporânea —"Academias e Lanchonetes"— também são assunto de França. Há espaço ainda para canções de amor.

Já "Indecisão", sobre o poema que escreveu aos 14 anos, reflete sobre o esfriamento da paixão. A perspectiva da menina sobre o amor convive no disco com o olhar sobre a velhice que aparece em "Malakuyawa". O posicionamento político de quem sempre se soube minoria —como mulher, negra, lésbica e nordestina— se afirma em canções como "Negritude" e "Em Resposta".

"Existe toda uma multidão de corajosos que enfrentam a situação, mas o mundo continua com uma tendência perigosíssima à direita. E a direita lasca as minorias. Não gosta de indígena, não gosta de negro, de imigrante", afirma França. "Lá de cima do palco eu tenho coragem, fico com quatro metros de altura. Mas, no asfalto, eu não me exponho muito não, sem me expor eu já recebo muita raquetada."

França acredita, porém, que a arte tem seu poder —e é aí que ela atua. "Quando uma canção entra, ela cria como se fosse um organismo dentro de você que começa a gerar frutos, a se expandir. Como um baobá. E você começa a pensar diferente, a se transformar."

No Rastro da Catarina
Artista: Cátia de França. Gravadora: Tuim Discos. Nas plataformas digitais

A vedete Zaquia Jorge Fotos Divulgação

A pianista Tia Amélia

Livros recuperam Tia Amélia e Zaquia Jorge, ícones musicais cariocas

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO Duas mulheres talentosas e modernas, que enfrentaram preconceito e imposições culturais e foram populares na mesma época, os anos 1950, agora são resgatadas do esquecimento em duas biografias: "Tia Amélia: O Piano e a Vida Incrível da Compositora", de Jeanne de Castro, e "Estrela de Madureira", de Marcelo Moutinho.

Com subtítulo "A Trajetória da Vedete Zaquia Jorge, Por Quem Toda a Cidade Chorou", o trabalho de Moutinho é um capítulo do livro que Bentinho, já metamorfoseado em Dom Casmurro e morando no Engenho Novo, prometia escrever sobre a história de todos os subúrbios cariocas.

A grande cartada de Zaquia Jorge foi fazer o caminho inverso da fama e trocar Ipanema e Copacabana, na zona sul, por Madureira, na zona norte. Mas, antes disso, ela teve de se tornar uma vedete completa.

O autor explica os degraus do rebolado —a "girl" ocupava o fundo do palco; as "soubrettes" tinham direito a cantar e dançar um pouquinho; antes do estrelato, com todas as luzes e o nome em destaque nos letreiros e cartazes, passavam pelo estágio de "vedetinha". Todas tinham de se preocupar com os "corujas", que as abordavam para oferecer carona ou dinheiro, na expectativa de uma noite de sexo.

Driblando o ambiente machista e as adversidades financeiras, Zaquia Jorge venceu. Atuou ao lado de Dercy Gonçalves, foi pioneira do teatro de revista, participou de chanchadas e abriu uma casa de espetáculos na zona sul.

Quando migrou para Madureira, instalando um teatro em frente à estação de trem, enfrentou uma sociedade conservadora. Lá, vedete era sinônimo de uma outra profissão. Mas superou a caretice, se valendo de diplomacia e tino comercial e, sobretudo, espalhando muita diversão.

Sua morte, aos 33 anos, por afogamento na Barra da Tijuca —ela havia bebido algumas doses a mais de uísque—, originou um clássico samba carnavalesco, "Madureira Chorou", lançado em 1958, um ano depois daquela tragédia.

A investigação de Marcelo Moutinho reconstitui os bastidores, em 1974, da disputa do samba-enredo do Império Serrano em homenagem à artista. Gravado por Roberto Ribeiro, "Estrela de Madureira" ficou em segundo lugar e alterou a história do gênero, se tornando mais lembrado do que o campeão.

Enquanto Zaquia Jorge alegrava os suburbanos, Tia Amélia espantava a vanguarda musical com seu piano cheio de balanço e pegada jazzística.

Em 1953, aos 56 anos, com visual de "velhinha" —corpo rechonchudo e cabelos presos em coque, camisa de botão escura fechada até o pescoço—, ela conseguia ser uma das maiores atrações do enfumaçado Clube da Chave, boate de grã-finos que funcionava no Posto 6 de Copacabana.

Em apresentações ao lado de Tom Jobim, Dolores Duran, Johnny Alf, João Donato e João Gilberto, Tia Amélia aproveitava para mostrar suas composições, como "Chora Coração", e colecionar admiradores, de Sérgio Porto a Ary Barroso. Encantado, Vinicius de Moraes falava de sua "sabedoria instintiva da harmonização".

O que pouca gente sabia é que aquela mulher não era uma revelação tardia. O nome artístico escondia a pernambucana Amélia Brandão Nery, que, na década de 1920, largou o marido e a vida num engenho de açúcar, carregou os três filhos e foi tentar a sorte com a música no Recife.

Excursionou pelo Brasil, pela América Latina e pelos Estados Unidos, trocou figurinhas com Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha e Jacob do Bandolim.

A partir do Clube da Chave e da amizade com a cantora Carmélia Alves, reinventou uma segunda carreira no disco e na televisão, entre 1958 e 1967. Nas emissoras Rio, Tupi e Cultura, comandou dois programas de sucesso: "Velhas Estampas" e "Tia Amélia, Suas Histórias e Seu Piano Antigo".

A pianista morreu em 1983, aos 86 anos. A biografia escrita por Jeanne de Castro recupera a sua importância.

Estrela de Madureira
Autor: Marcelo Moutinho. Ed.: Record. R$ 84,90 (182 págs.)

Tia Amélia
Autora: Jeanne de Castro. Ed.: Tipografia Musical. R$ 86 (264 págs.)

Louis Tomlinson, ex-One Direction, diz que o seu auge ainda não chegou

Artista lembra os tempos da boy band e comenta insegurança em sua carreira solo com seu show 'Faith in the Future'

Susana Terao

SÃO PAULO O músico Louis Tomlinson nunca quis que o One Direction acabasse. Da mesma forma que os fãs, ele ansiava por novos discos da boy band. Mas, no caso dele, era para testar novos estilos e participar da composição das músicas.

Ele tem coautoria de hits como "History", "Midnight Memories" e "Story of My Life". "E, lembremos, se é One Direction e é um sucesso, eu provavelmente participei da escrita", ele disse, num tuíte de 2018. Em seu documentário "All of Those Voices", lançado no ano passado, ele fala sobre o quanto se sentiu honrado de ter feito parte da banda como integrante, mas mais pelos créditos nas canções.

Nesta entrevista, ele confirma esse sentimento. "Olhando para trás, essa mudança foi vital para a banda, mas também para mim como compositor", afirma. "Essa participação me deu a sensação de que, quando eu estou em um mesmo local que grandes compositores e produtores, eu conquistei um espaço na mesa."

O cantor fez uma breve passagem por São Paulo no início do mês para promover sua turnê mundial "Faith in the Future", que vem para o Brasil em maio. Na capital paulista, o show ocorre em 11 de maio, no Allianz Parque. Antes, em 8 de maio, ele se apresentará no Rio de Janeiro e segue para Curitiba em 12 de maio.

O mais velho dos cinco garotos, hoje com 32 anos, tem a voz mais aguda e afirma que teve muito de seus solos cortados no primeiro álbum do One Direction. Já nos dois últimos, "Four" e "Made in the AM", ele tem bons destaques nas músicas "No Control" e "If I Could Fly", por exemplo.

"Agora sinto que eu tenho autonomia para fazer o que eu quero, mas também conto com uma base de fãs que me passa confiança. Eu concordo com o que dizem de 'faça a música em que você acredita', mas a questão é qual é a validade disso se ninguém vai comprar."

No começo da banda, em 2010, quando ainda estavam no reality show britânico The X Factor, ele foi declarado informalmente como o líder da turma. Ao longo da trajetória do grupo, no entanto, não houve uma liderança propriamente dita, mas, sim, um nome que se destacou muito mais do que os outros —Harry Styles.

Por isso, quando a banda acabou, em 2016, Tomlinson afirma que precisou de um tempo para se reencontrar. Nesse intervalo, ele até retornou ao programa de calouros onde foi descoberto, mas desta vez para integrar a bancada de jurados. Foram quatro anos até o lançamento de "Walls", o seu álbum de estreia como um artista solo.

Nesse lançamento, o cantor apresenta quase que uma extensão do que a banda produzia, com baladas românticas e trechos como o de "Habit", em que Tomlinson canta repetidamente "você é o hábito que eu não consigo largar".

Em comparação, Styles se consolidou como um astro do pop após grande repercussão com seus dois primeiros álbuns —o segundo concederia a ele um Grammy com o sucesso "Watermelon Sugar"—, fechando contratos com grifes (Tomlinson lançou sua marca 28 Clothing no ano passado) e apostando até em uma carreira de ator. Foi um status que nenhum dos outros integrantes conseguiu atingir.

"Existe um sentimento muito estranho ao fazer seu primeiro álbum assim que você sai de uma banda do tamanho do One Direction", diz Tomlinson. "Foi uma tarefa muito intimidadora, porque nós atingimos tudo enquanto banda, então tive muito medo de fazer algo abaixo desse padrão."

A mesma insegurança permeou suas apresentações no palco. Apesar de todo o nervosismo e a autocrítica em relação à performance de seu primeiro single "Just Hold On", com Steve Aoki, ele define a estreia, em 2016, como a sua maior conquista.

"Quando olho para trás, fico muito orgulhoso por ter passado por aquilo e me desempenhado do jeito que consegui", afirma. A apresentação ocorreu menos de uma semana após a morte de sua mãe, Johannah Deakin, aos 42 anos.

Já no lançamento de seu segundo álbum, "Faith in the Future", e com o início da turnê mundial de mesmo nome, o cenário foi mais favorável. Aqui, Tomlinson continua no pop, mas flerta com sonoridades do indie e investe em composições mais complexas.

Tanto a produção como a seleção da setlist fluíram de forma mais orgânica, segundo o cantor. "Sei que soa clichê, mas existe muita pressão na minha área de trabalho e, nos shows, essa troca genuína com o público faz tudo valer a pena."

Além de ter alcançado o que chama de confiança confortável na carreira,ele tem planos de abrir uma empresa de gerenciamento de artistas, assunto sobre o qual falou no X, o antigo Twitter, em 2021, mas que não concretizou.

"Eu joguei aquilo para o mundo para me forçar a realizar", afirma ele. "Atualmente, meu mundo é totalmente voltado a mim, o que é legal, mas, em dado momento da minha vida, vai ser muito bom também poder ajudar outras pessoas musicalmente."

Em retrospecto, sua turnê favorita do One Direction foi a terceira do grupo, a "Where We Are", que veio ao Brasil há uma década e passou por diversos estádios pelo mundo. "Estávamos no topo da nossa fama naquele momento."

O mesmo não é dito sobre esta turnê, porque ele diz que consegue avaliar a boy band em um período delimitado e que sua trajetória solo está em construção. "Minha ambição não me permitiria dizer que eu estou no ápice no momento, eu sinto que eu ainda tenho muito a dar."

Oito anos após o término da boy band, o artista britânico diz que continua recebendo muitas perguntas em relação a um possível retorno dos integrantes. "Eu também me pergunto", afirma Louis Tomlinson. "Espero que sim, seria ótimo. Tenho orgulho do tempo em que passei na banda, mas eu não faço ideia de quando isso vai acontecer."

Louis Tomlinson
Allianz Parque - av. Francisco Matarazzo, 1.705, São Paulo. 11 de maio, às 20h. A partir de R$ 460

O cantor britânico Louis Tomlinson Divulgação

'Infutricável'

Já fui perseguida até por fã de BBB, mas não rendo bom material para 'stalker'

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

"Stalkear", verbo transitivo. Ato de futricar a vida alheia, online ou não. O mesmo que "alcovitar" ou "bisbilhotar", por vezes de forma tão destrambelhada que periga até do caso migrar para a editoria policial.

Maratonando "Bebê Rena", da Netflix, me vi fixada pelo tema. A história da mulher que vira perseguidora implacável de um aspirante a humorista foi gatilho para situações que vivi.

Contudo, antes que alguém aqui se equivoque, considerando meu "lifestyle" interessante, preciso deixar claro que não forneço bom material para "stalker". Enquanto pessoa que "obsessiona" ou é "obsessionada", sempre deixei a desejar.

Fã fervorosa de absolutamente ninguém, jamais colei pôster na parede e fiz vigília em porta de hotel. Muito menos planejei manter em cativeiro algum pobre coitado ídolo do pop.

Se no bem-bom de hotéis cinco estrelas eles já costumam dar defeito, imagine trancafiados no meu muquifo. Taylor Swift regando minhas begônias. Madonna trocando a areia dos meus gatos. Eu, hein. Se não deixo nem visita apoiar copo molhado em móvel pé palito, ai do Axl Rose se tentasse arremessar uma cadeira.

Do outro lado da perturbação, enquanto pessoa "stalkeável", também não prometo nada e entrego menos ainda. Quem não exibe corpão, não expõe print de jogador de futebol ou ataca de DJ não gera engajamento. Ainda assim, veja você, atraí sociopatas estagiários.

O primeiro era "stalker" à moda antiga, do tipo que manda flores e insetos mortos em cartas perfumadas. Educadíssimo, foi convidado a se escafeder da minha vida e assim o fez, não sem antes pichar meu muro.

Outro era noveleiro radical. Instado pelo meu cargo de roteirista-chefe do finado "Vídeo Show", cercava-me em busca de capítulos perdidos de "Estúpido Cupido" e "O Cafona". Da última vez que tive notícias, havia se convertido e estava à cata de tramas bíblicas da Record.

O caso mais recente foi no BBB 24, quando meu inbox foi invadido por tietes da quarta colocada. Ao repostarem meu perfil com a arroba de Choqueis e Alfineteis, fui xingada de "a maior traficante de maconha da Globo", num "flop" retumbante. Meu único vício é trabalhar enchendo a cara de Coca-Cola Zero.

Resumindo: falta-me ênfase para "stalkear" e carisma para ser "stalkeada". No departamento desses acossadores emocionados e perigosos, minha ficha acaba no arquivo morto. Carimbada com um "infutricável" em letras garrafais.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Sambista Lupicínio Rodrigues tem seu legado relembrado em documentário

Lupicínio Rodrigues – Confissões de um Sofredor
Curta!, 22h, 12 anos
Um dos maiores nomes do samba canção, o gaúcho Lupicínio Rodrigues se sentia esquecido no fim dos anos 1960, como ele conta em depoimentos do documentário dirigido por Alfredo Manevy. Hoje, numa Porto Alegre muito diferente daquela em que o músico nasceu, seus descendentes fazem a genealogia da família e músicos discutem o legado do compositor.

Zona de Risco
Para compra ou aluguel em lojas digitais, 16 anos
Quando a equipe de uma força-tarefa cai numa emboscada nas Filipinas, um piloto de drone e um jovem oficial da Força Aérea são suas únicas esperanças de resgate. Russell Crowe e Liam Hemsworth estrelam este filme de ação.

Os Segredos da Alimentação
Netflix, 12 anos
Dirigido por Anjali Nayar, o documentário retrata o intrincado mundo do sistema digestivo dos seres humanos e é surpreendentemente leve e informativo. Sua premissa desmistifica a cultura do bem-estar e o papel do intestino nas doenças ocidentais.

South Park
Pluto TV, 18 anos
A animação criada por Matt Stone e Trey Parker, que tem uma média de 30 palavrões por episódio, ganhou cinco canais gratuitos na Pluto TV —um com episódios agrupados por tema e um para cada personagem principal, Cartman, Kenny, Kyle e Stan.

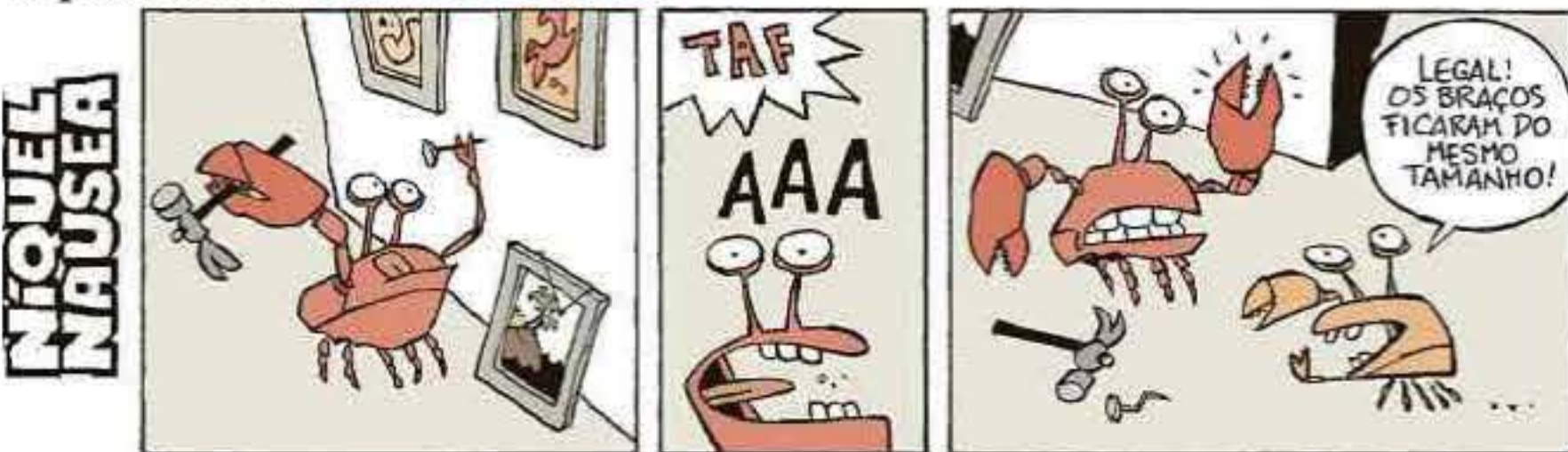
Footloose – Ritmo Louco
Telecine Touch, 20h, 12 anos
No último dia 20, Kevin Bacon respondeu a uma campanha dos alunos da escola onde o filme foi feito há 40 anos pedindo sua visita. Ele foi e passou o dia. Na trama, ele interpreta Ren, um jovem que se muda para uma cidade onde a música e a dança foram banidas, mas ele usa seu talento para modificar isso.

Roda Viva
TV Cultura, 22h, livre
Há alguns dias, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, criticou a reforma tributária e divulgou o uso de inteligência artificial para combater crimes no Pantanal. Estes assuntos são só alguns abordados no programa.

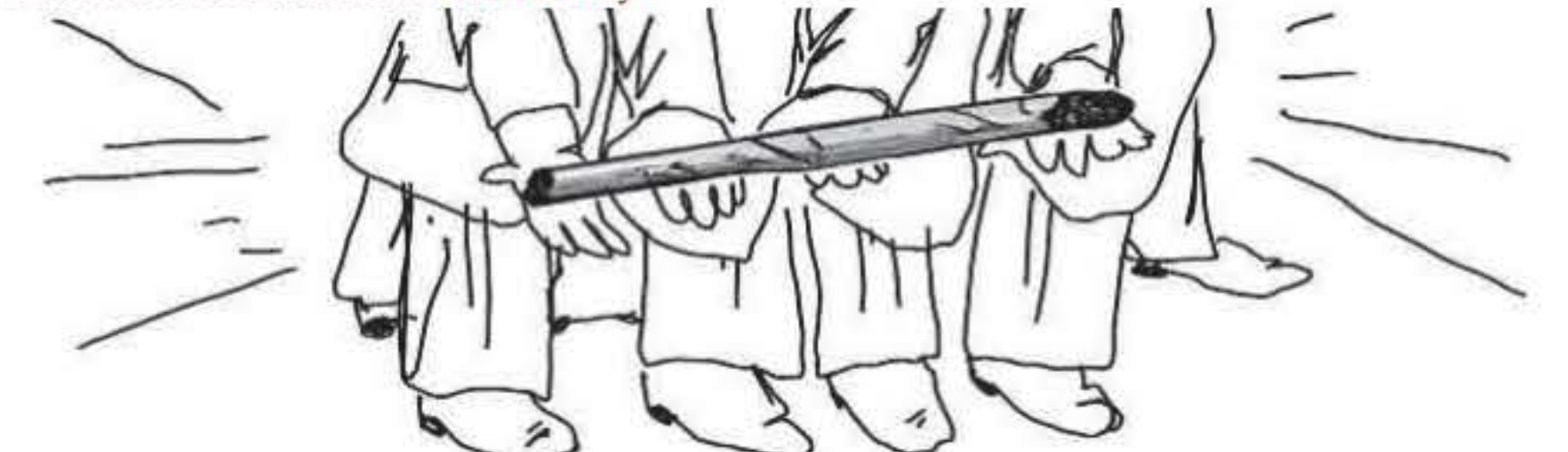
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

9	6			3				
					8	6	7	5
	2	8						
	8					1		7
6				4				3
1		9					8	
						8	3	
3	9	4	6					
				2			6	4

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	6	5	1	3	7	4	2	8
4	3	1	2	9	8	6	7	5
7	2	8	4	5	6	3	9	1
5	8	3	9	6	2	1	4	7
6	7	2	8	4	1	9	5	3
1	4	9	5	7	3	2	8	6
2	5	6	7	1	4	8	3	9
3	9	4	6	8	5	7	1	2
8	1	7	3	2	9	5	6	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Gestos feitos para afastar o azar / Sigla do banco central estadunidense **2.** Embebida **3.** Abreviatura do mês 4 / A lâmina do arado **4.** Uma variação de tu / Cilindro que se move dentro de um tubo exercendo ou recebendo pressão **5.** Um gavião muito comum no Brasil **6.** Nociva, prejudicial / As iniciais do ator estadunidense Gibson, de "Mad Max" **7.** O cantor e guitarrista inglês de rock Clapton / O ator paranaense Rickli **8.** Que gosta da vida social **9.** Da glândula genital feminina **10.** (Inform.) Que se espalha rapidamente através da internet / Abreviatura de dicionário **11.** A carta de jogar com a letra A / Domesticada **12.** Mecanismo automático que realiza trabalhos e movimentos humanos / (Fig.) Tendência geral ou determinada por forças externas **13.** Onda pequena.

VERTICAIS
1. Uma indústria automobilística italiana / (Pop.) Jogar carro roubado, cadáver etc. em matagal ou local ermo **2.** Levar negócios a bom termo / Mamífero semiaquático, de pele valorizada **3.** Grã-Bretanha / Encorajar / Sigla do estado de Juazeiro **4.** Som de latido de cachorro nas HQs / Aquele que trata de negócios de outrem, tendo mandato para isso **5.** Nascidas no país cuja capital é Damasco / O principal rio da África, um dos mais extensos da Terra **6.** (Fam.) Lapso, descuido cometido / Mario Vargas Llosa, escritor peruano **7.** Ausência / Farra **8.** Semelhante à substância orgânica elaborada pelas glândulas endócrinas **9.** (Rel.) Um período como a sexta-feira da Paixão / Quadradinho do esquema de palavras cruzadas.

HORIZONTAIS: 1. Figas, FED, **2.** Imbuída, **3.** Abr, Relha, **4.** Ti, Pistom, **5.** Caracará, **6.** Danosa, MG, **7.** Eric, Igor, **8.** Mundano, **9.** Ovariano, **10.** Viral, Dic, **11.** Ás, Domada, **12.** Robô, Viés, **13.** Marola.
VERTICAIS: 1. Fiat, Desovar, **2.** Imbicar, Visom, **3.** GBR, Animar, BA, **4.** Au, Procurador, **5.** Sírias, Nilo, **6.** Descaída, MVL, **7.** Falta, Gandaia, **8.** Hormonoide, **9.** Dia magro, Casa.

Energia de Itaipu é a mais cara das grandes hidrelétricas, diz estudo

Gasto com projetos socioambientais e excesso de pessoal estão entre as razões da disparidade

Alexa Salomão

Usina de Itaipu, cuja tarifa foi de R$ 294 o MWh em 2023, ante média de R$ 101,79, segundo estudo Alan Santos - 4.jul.21/Divulgação Presidência

SÃO PAULO Levantamento da Frente Nacional de Consumidores de Energia comprova com números uma percepção antiga no setor: entre as grandes hidrelétricas do país, o custo de geração da usina binacional de Itaipu é o que mais pesa no bolso dos brasileiros.

No ano passado, a tarifa da usina para as 31 distribuidoras que são obrigadas a comprar a sua energia ficou em R$ 294 pelo MWh (megawatt-hora). O valor supera de longe o praticado por oito outras grandes hidrelétricas que são comparáveis a Itaipu —já pagaram os custos de construção e instalação, têm ganhos de escala, produziram acima de 5 milhões de MWh e podem oferecer valores menores.

Na média, o MWh desse grupo custou R$ 101,78. Ou seja, nesse recorte, o preço de Itaipu é quase o triplo.

A energia da usina custou praticamente o dobro do valor da mais cara desse grupo, a hidrelétrica de Ilha Solteira, cuja tarifa ficou em R$ 148 no ano passado. Em relação ao valor de Xingó, a mais barata, com tarifa de R$ 56, Itaipu custou cinco vezes mais.

Pela lógica econômica, na avaliação da Frente, a tarifa de Itaipu para as distribuidoras tinha de ser equivalente à praticada pelas hidrelétricas mais antigas, como Furnas e Itaparica, cuja tarifa no ano passado ficou, respectivamente, em R$ 65 e R$ 70.

O que mais chama a atenção é que o valor da energia de Itaipu supera até o das três jovens hidrelétricas da região Norte, que ainda não amortizaram custos de implantação (veja quadro ao lado).

Em 2023, a tarifa de Itaipu na usina, chamada de Cuse (Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade), foi de US$ 16,71 kW/mês (R$ 85,52 pelo quilowatt por mês). Para ser praticado no mercado brasileiro, porém, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) soma anualmente outros custos de Itaipu pagos pelos brasileiros. No ano passado, esse valor final foi de R$ 235,70 pelo pelo MWh.

Para comparação, a Frente adicionou o custo de conexão ao sistema, que está embutido em todas as tarifas de hidrelétricas repassadas às distribuidoras, chegando aos R$ 294.

Para selecionar as oito usinas, o levantamento avaliou a tarifa de 59 hidrelétricas que operam pela sistemática de cotas para o chamado mercado cativo, que fornece energia para famílias, bem como para pequenas e médias empresas ligadas à baixa tensão. Segundo a Aneel, a tarifa média desse grupo foi de R$ 153 por MWh no ciclo 2023/2024 —também bem abaixo de Itaipu.

Especialistas do setor afirmam que essa diferença de preço não tem razões técnicas, mas politicas. À medida que o custo da dívida para a construção de Itaipu foi caindo, até zerar em 2023, os governos de Brasil e Paraguai elevaram a transferência de recursos do caixa da hidrelétrica para bancar investimentos públicos dos dois lados da fronteira por meio da oferta de projetos socioambientais e obras.

“O levantamento foi feito a partir de dados da agência do setor de energia elétrica e, por isso, traz números comparativos”, afirma Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional de Consumidores de Energia.

“Essa comparação deixa claro que Itaipu tem ineficiências aumentando a sua tarifa —ineficiências na gestão e no uso dos recursos da exploração de energia, que estão sendo dirigidos para outros fins.”

Os projetos socioambientais e as obras são contabilizados na despesa de exploração, como parte da operação da usina, e a cifra destinada a eles em 2022 e 2023 soma US$ 800 milhões, pelas estimativas.

“Ainda estamos aguardando os resultados de Itaipu para o terceiro trimestre de 2023, que consolida o ano, mas a perspectiva é de um aumento expressivo”, afirma Ângela Gomes, que acompanha o tema na PSR, consultoria especializada no setor de energia.

Brasil e Paraguai travam agora uma queda de braço em torno dessa despesa para 2024.

O novo governo paraguaio de Santiago Peña insiste em receber mais dinheiro, o que pressupõe elevar a tarifa do lado de cá da fronteira. Os brasileiros bancam 85% da compra de energia de Itaipu. O governo Lula, preocupado com o efeito do aumento da conta sobre a sua popularidade, quer manter o valor de 2023.

Na prática, no entanto, manter já significaria aumentar em cerca de US$ 275 milhões os recursos para projetos socioambientais. Esse foi o valor reservado no orçamento de 2023 para quitar as parcelas finais da dívida pela construção —o custo não existe mais no orçamento de 2024.

A distribuição dos projetos socioambientais é desigual. No Paraguai, atendem todo o país. No Brasil, são obrigados a pagar pela energia de Itaipu moradores de SP, RJ, MG, ES, MT, MS, GO, PR, SC e RS. No entanto, os projetos atendem exclusivamente PR e 35 cidades de MS. Os especialistas asseguram que, pelo seu porte, Itaipu deveria ser destaque entre as mais baratas.

A binacional já foi a maior hidrelétrica do mundo. Hoje, é a terceira. No Brasil, não há usina que se equipare a ela. É a maior em potência instalada, 14.000 MW. De longe, também, é a maior em geração de energia. Em 2023, foram quase 84 milhões de MWh.

“Hidrelétricas têm estruturas técnicas idênticas: a água passa por turbinas e gera energia”, explica Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

“Mas a grande usina tem uma coisa chamada economia de escala: o valor unitário do investimento é menor, e a tarifa também. A tarifa de Itaipu deveria muito menor.”

As ineficiências também aparecem em estudo do Departamento de Infraestrutura da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O trabalho destaca que os custos de Itaipu superam, em muito, os de grandes usinas privadas com porte mais próximos da binacional. As despesas operacionais de Itaipu em 2022, por exemplo, foram de R$ 5,3 bilhões, ante R$ 309 milhões em Santo Antônio e R$ 133 milhões em Belo Monte.

Itaipu é muito maior, e a sua estrutura funcional é duplicada. Se há um diretor brasileiro para cuidar da geração de energia, precisa ter outro paraguaio. Ainda assim, o número de trabalhadores destoa. Enquanto Itaipu tinha 2.845 funcionários ao final de 2022, Santo Antônio contava com 368, e Belo Monte, com 363.

O gasto com pessoal em Itaipu naquele ano foi da ordem de R$ 2,5 bilhões. As privadas gastaram uma fração disso: Santo Antônio, R$ 76 milhões, e Belo Monte, R$ 50,9 milhões.

Também chama a atenção o item “outros” das despesas operacionais. Em Santo Antônio, custou R$ 77,6 milhões, em Belo Monte, R$ 15,9 milhões. Em Itaipu, a cifra foi de R$ 2,1 bilhões. Segundo a Fiesp, é aí que entram os gastos com projeto socioambientais, reforçando a leitura de que fazer política pública com dinheiro da conta de luz está distorcendo a tarifa de Itaipu.

“A Fiesp sabe que o valor não cairá na canetada, pois isso depende de negociação bilateral”, diz Julio Raimundo, diretor da Fiesp. “Mas a federação entende que há espaço substancial para redução da tarifa.”

> Itaipu tem ineficiências aumentando a sua tarifa —ineficiências na gestão e no uso dos recursos da exploração de energia, que estão sendo dirigidos para outros fins
>
> **Luiz Eduardo Barata**
> presidente da Frente Nacional de Consumidores de Energia

O preço das maiores*

Custo de Itaipu é o maior entre as grandes hidrelétricas do Brasil

	Usina	Tarifa (Em R$ por MWh)	Potência (Em MW)	Geração (Em milhões de MWh)
UHE amortizadas — Usina amortizada é aquela que produz uma energia mais barata porque já quitou as dívidas de sua construção e arca apenas com custos operacionais, que são bem inferiores	Itaipu	294	14.000	83,9
	Ilha Solteira	148	3.444	12,9
	Jupiá (Engenheiro Souza Dias)	134	1.551	5,4
	São Simão	123	1.710	7,6
	Complexo Paulo Afonso	90	4.279	10,8
	Marimbondo	78	1.440	6,4
	Itaparica (Luiz Gonzaga)	70	1.480	5,1
	Furnas	65	1.216	5,3
	Xingó	56	3.162	12,5
UHE não amortizadas — Usina não amortizada tem tarifa mais alta porque ainda não quitou as dívidas da construção, que é elevada	Santo Antônio	197	3.568	14,1
	Jirau	173	3.750	11,5
	Belo Monte	171	11.233	31,5

*Produção de UHE acima 5 milhões de MWh em 2023
Fonte: Frente Nacional dos Consumidores de Energia,/Aneel, CCEE e Itaipu

*Terawatt-hora
Fonte: Fiesp com base em Demonstrações Contábeis de Itaipu e Demonstração Financeiras e Relatório de Administração de Norte Energia e Santo Antônio Energia

Projetos geram desenvolvimento e bem-estar, diz usina

Procurada pela **Folha**, a assessoria de imprensa respondeu que Itaipu não se pronunciaria sobre o levantamento, uma vez que não teve acesso ao conteúdo, mas destacou que a capacidade de produção da Itaipu Binacional não tem paralelo. Já gerou 3 bilhões de MWh, quantidade de energia suficiente para abastecer o mundo por 43 dias, volume que não foi superado por outra usina.

“As virtudes de Itaipu Binacional recomendam prudência na realização de comparações, porquanto inexiste outra usina no mundo com características semelhantes”, afirmou a nota. “Ainda assim, Itaipu apresenta preço altamente vantajoso para o consumidor brasileiro, contribuindo para a modicidade tarifária.”

A nota destacou ainda que a tarifa é definida anualmente por consenso entre Brasil e Paraguai dentro de critérios preestabelecidos e com a missão de oferecer energia elétrica de “qualidade com responsabilidade social e ambiental”.

Dentro dessa perspectiva, os projetos socioambientais representam investimentos no desenvolvimento sustentável dos dois países, fazendo com a usina “gere mais que energia: gera bem-estar e desenvolvimento para as sociedades brasileira e paraguaia”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante entrevista em seu gabinete, em Brasília Pedro Ladeira - 25.abr.24/Folhapress

Governo busca acordo para desoneração de municípios

Planalto estuda renegociar dívida antes de Marcha dos Prefeitos; líderes resistem

Catia Seabra, Julia Chaib e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo Lula (PT) quer encontrar em menos de um mês uma solução para o impasse com municípios em torno da reoneração da folha de pagamentos. O objetivo é resolver o tema até 20 de maio, quando começará em Brasília a Marcha dos Prefeitos.

Enquanto uma ala do governo propõe uma progressão da contribuição previdenciária dos municípios conforme a arrecadação, a equipe econômica tem defendido manter a reoneração e oferecer em contrapartida uma renegociação das dívidas das prefeituras com a União.

Essa proposta teria sido apresentada pelo presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Paulo Roberto Ziulkoski, e conta com a simpatia da Fazenda. Mas outras associações têm apresentado contrapropostas.

O aceno também serviria para aliviar o ambiente político no ano de eleições municipais.

Defensores de uma solução política para o imbróglio, aliados do presidente, no entanto, vão enfrentar dificuldades no Congresso. A tentativa de negociar com os prefeitos e também com o Legislativo ocorrerá em paralelo a um novo foco de tensão entre os Poderes.

A AGU (Advocacia-Geral da União) entrou na quarta-feira (24) com ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender trechos da lei aprovada pelo Congresso que prorrogava até 2027 a desoneração da folha de pagamentos das prefeituras e de 17 setores da economia. O pedido foi acatado de forma monocrática pelo ministro Cristiano Zanin, com efeito imediato.

A atitude de acionar o Judiciário desagradou aos prefeitos, que contam com o corte na alíquota para ter mais dinheiro em caixa sobretudo em ano de eleições municipais. Também irritou os parlamentares, que viram a medida como uma interferência em decisões do Legislativo.

Lula, porém, quer ter uma resposta para dar aos chefes dos Executivos municipais que viajarão a Brasília para o evento anual da CNM. Até lá, será estudada uma proposta voltada às prefeituras em consonância entre a equipe econômica e a ala política do governo.

O secretário especial de Assuntos Federativos do governo, André Ceciliano, tem se reunido com representantes de prefeitos em busca de uma saída consensual. Segundo ele, estão sendo discutidas diferentes ideias. Uma delas fixa um escalonamento a partir de uma alíquota de contribuição previdenciária de 8%.

Mas o governo trabalha com uma progressão de índices que vão de 10% a 20%. "Quem tem menor receita corrente líquida paga menos", diz Ceciliano.

Uma ideia na mesa é incluir a solução que for negociada em um projeto de lei de autoria de José Guimarães (PT), líder do governo na Câmara.

Um cardeal do centrão diz que é necessário dar uma resposta à insatisfação política com o tema. Segundo ele, há uma discussão entre líderes para acelerar a tramitação de algum projeto que trate da desoneração —um que já tenha sido apresentado ou até um novo texto.

Ele diz que poderá ser votado um requerimento de urgência (que acelera o trâmite de matérias na Casa) na segunda semana de maio para, em seguida, aprovar a matéria.

Já deputados governistas dizem que o Executivo tem de usar os instrumentos que pode para tentar conter as despesas e que cabe também ao Congresso ter responsabilidade com as contas públicas.

Um líder da base aliada do petista diz que espera que as queixas diminuam até a Câmara retomar os trabalhos —não haverá sessões nesta semana em razão do Dia do Trabalhador.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Flávio Dino, e Edson Fachin, do Supremo, votaram para confirmar a decisão de Zanin de suspender trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de empresas e prefeituras. O julgamento foi interrompido na sexta (26) após pedido de vista de Luiz Fux.

Os magistrados, porém, podem continuar votando até 6 de maio, quando acaba o julgamento no plenário virtual, o que pode formar uma maioria pró-tese do governo.

O governo não pretende recuar da ação no STF, que provocou novos atritos com o Congresso, mas quer reunir os parlamentares em busca de uma solução para o problema.

Lula queria ter conversado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na semana passada. O encontro, no entanto, acabou adiado. O presidente tentará se reunir com o senador nesta semana e aproveitará para discutir a desoneração.

Pacheco verbalizou na sexta o incômodo dos parlamentares. Ele criticou o governo e chamou a ação da AGU (Advocacia-Geral da União) —que representa a União— de "catastrófica". O senador disse que o Congresso foi surpreendido com a decisão do governo federal de acionar o Judiciário e que o erro foi não só técnico mas também político.

Segundo admitem aliados de Lula, Pacheco não foi comunicado por Haddad de que a ação seria protocolada na quarta. Embora Haddad já houvesse anunciado a intenção de entrar na Justiça, o presidente do Senado teria ficado contrariado por não ter sido avisado. A ação foi protocolada em paralelo à articulação da entrega de projetos para regulamentar a reforma tributária.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

No ano passado, o benefício havia sido prorrogado até o fim de 2027 e estendido às prefeituras. Mas o texto aprovado pelo Congresso foi vetado na totalidade por Lula. Em dezembro do mesmo ano, o Legislativo derrubou o veto.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles, está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

Responsabilidade fiscal é dever de todos, afirma Alckmin

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou neste domingo (28) que a responsabilidade fiscal é um dever de todos, ao ser questionado sobre a relação com o Congresso. Na véspera, em entrevista à **Folha**, o ministro Fernando Haddad disse que o Congresso também precisa ter responsabilidade fiscal. Em resposta, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que as críticas eram injustas. "A responsabilidade fiscal é um dever de todos, é com boa política fiscal que vamos ter política monetária melhor, com redução de juros e crescimento da economia", disse o vice, na Agrishow, em Ribeirão Preto. Na entrevista concedida a Mônica Bergamo, ao comentar a alteração das metas fiscais para 2024 e 2025, Haddad afirmou que o "Executivo não consegue impor sua agenda ao Legislativo". Em resposta, Pacheco disse que "uma coisa é ter responsabilidade fiscal, outra bem diferente é exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo sobre o desenvolvimento do Brasil".

Associação Pela Família

CNPJ: 61.330.817/0001-12 - www.aspf.org.br

Rua Tabapuã, 303, 5º andar- Itaim Bibi
São Paulo - SP - CEP 04533-010
Tel.: (11) 3165-2266

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2023

CARTA DA PRESIDENTE

Ao longo de 2023, mantivemos o nosso compromisso com a missão de "promover a efetivação do direito das pessoas à educação de qualidade, por meio de ações educativas e culturais visando à formação do espírito crítico e à transformação pessoal e social". Nesse ano, celebramos o 80º aniversário da Escola Nossa Senhora das Graças – Gracinha. No último ano atendemos 682 alunos, dos quais 115 foram beneficiados com bolsas de estudo integrais, em conformidade com as diretrizes da Lei Complementar 187/2021. Cada aluno é mais do que um número em uma estatística; são indivíduos com sonhos, aspirações e potencialidades que merecem ser nutridos e guiados para alcançar seu pleno desenvolvimento. Para isso estamos comprometidos em promover um ambiente inclusivo e acolhedor, onde a diversidade e equidade são respeitados e todas as vozes são ouvidas, as perspectivas são valorizadas e todas as oportunidades são acessíveis a todos na busca de uma educação de excelência. Em outubro, ocorreu o encerramento do mandato do Conselho de Administração do triênio 2022-2025, culminando na eleição de novos Conselheiros para dar continuidade a essa jornada, provendo assim uma mudança significativa na governança da ASPF. Além disso, com alegria recebemos novos associados, todos com laços familiares com nossos alunos. Apesar dos muitos desafios, nossa determinação em garantir a continuidade das atividades da ASPF permaneceu inabalável.

Cordialmente,
Andréa P. Caran

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

ATIVO	Nota Explicativa	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixas e bancos – sem restrição		164.636	55.091
Bancos - com restrição		2.312	2.312
Aplicações financeiras	4	4.372.782	7.994.923
Mensalidades a receber	5	6.996.379	6.487.469
Contas a receber		67.643	178.626
Adiantamentos	6	216.646	280.921
Despesas antecipadas		108.294	106.307
Total do Ativo Circulante		**11.928.692**	**15.105.649**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	7	1.141.907	19.947
Contas a receber – LP		-	8.220
Imobilizado	8	**15.378.466**	**15.820.863**
Intangível	9	**16.383**	**53.212**
Total do Ativo Não Circulante		**16.536.756**	**15.902.242**
TOTAL DO ATIVO		**28.465.448**	**31.007.891**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2023	2022
CIRCULANTE			
Salários a pagar		1.670	-
Fornecedores		310.153	304.976
Contas a pagar		24.009	2.659
Obrigações sociais	10	773.089	750.978
Obrigações fiscais		25.983	26.238
Provisão de férias e rescisão		1.783.428	1.652.091
Receitas antecipadas		661.979	507.982
Total do Passivo Circulante		**3.580.311**	**3.244.924**
NÃO CIRCULANTE			
Provisão de obrigações trabalhistas, fiscais, cíveis	18	904.388	821.388
Total do Passivo Não Circulante		**904.388**	**821.388**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
Patrimônio social		26.941.579	28.990.482
Déficit do período		(2.960.830)	(2.048.903)
Total do Patrimônio Líquido		**23.980.749**	**26.941.579**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**28.465.448**	**31.007.891**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita Bruta Educacional			
Anuidade escolar	11	38.866.393	33.909.259
Atividades relacionadas	11	1.021.934	1.037.865
Outras receitas	11	89.385	46.974
Doações	12	11.862	30.573
Total		**39.989.574**	**35.024.671**
Deduções da Receita Educacional			
Bolsas e descontos		(8.590.062)	(5.265.232)
Cancelamento de anuidade escolar		(2.561)	(13.251)
Total		**(8.592.623)**	**(5.278.483)**
Receita Líquida Educacional		**31.396.951**	**29.746.188**
Gratuidades concedidas	13		
Bolsas 100%		(5.770.365)	(3.289.149)
Bolsas 50%		(94.281)	-
Total		**(5.864.646)**	**(3.289.149)**
Custo Educacional			
Custos com pessoal, encargos e benefícios		(21.503.145)	(21.490.683)
Custos pedagógicos		(944.069)	(972.336)
Custos com estrutura, geral e manutenção		(3.164.871)	(3.759.667)
Custos com amortização, depreciação e provisões		(492.247)	(538.950)
Outros custos		(3.215.410)	(2.385.438)
Total		**(29.319.742)**	**(29.147.074)**
Imunidade das contribuições sociais	14	6.097.915	5.854.988
COFINS se devido fosse	14	(931.196)	(876.554)
INSS se devido fosse	14	(4.971.711)	(4.790.616)
PIS se devido fosse	14	(195.008)	(187.818)
Déficit Atividade Educacional		**(3.787.437)**	**(2.690.035)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas financeiras		1.028.869	1.308.865
Trabalho voluntário - receita	15	17.618	14.620
Venda de imobilizado		393.200	-
Despesas com pessoal, encargos e benefícios		(29.579)	(118.304)
Despesas com estrutura, geral e manutenção		(501.087)	(425.873)
Despesas com amortização, depreciação e provisões		(61.956)	(26.909)
Trabalho voluntário - despesa	15	(17.618)	(14.620)
Outras despesas não operacionais		(6.767)	(87.287)
Outras receitas e (despesas) operacionais		3.927	(9.380)
Total		**826.607**	**641.132**
Déficit do Período	16	**(2.960.830)**	**(2.048.903)**
Resultado Abrangente		**(2.960.830)**	**(2.048.903)**

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; por isso não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

	Patrimônio Social	Resultado do Período	Total
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**33.876.145**	**(4.885.663)**	**28.990.482**
Transferência de resultado anterior	(4.885.663)	4.885.663	-
Déficit do período	-	(2.048.903)	(2.048.903)
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**28.990.482**	**(2.048.903)**	**26.941.579**
Transferência de resultado anterior	(2.048.903)	2.048.903	-
Déficit do período	-	(2.960.830)	(2.960.830)
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**26.541.579**	**(2.960.830)**	**23.980.749**

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Período	(2.960.830)	(2.048.903)
Aumento (Diminuição) dos Itens que Não Afetam o Caixa		
Amortização, depreciação e EPCLD	868.594	829.040
Baixa de ativos imobilizados	226.230	374.488
Depreciação da baixa de ativos imobilizados	(139.071)	(350.969)
Resultado de venda de imobilizado	(306.041)	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**(2.311.118)**	**(1.196.344)**
Redução (Aumento) do Ativo		
Mensalidades a receber	(805.749)	(902.835)
Contas a receber	-	140
Adiantamentos	64.275	(437)
Despesas antecipadas	(1.987)	34.404
Depósitos judiciais	(1.121.960)	55.564
Outros valores a receber	119.203	(59.582)
Total	**(1.746.218)**	**(872.746)**
Aumento (Redução) do Passivo		
Salários a pagar	1.670	-
Fornecedores	5.176	22.306
Contas a pagar	21.350	(16.922)
Obrigações sociais	22.111	94.176
Obrigações fiscais	(255)	(1.432)
Provisão de férias e rescisão	131.337	(91.364)
Provisão de obrigações trabalhistas e fiscais	83.000	(10.000)
Receitas antecipadas	153.997	46.239
Total	**418.386**	**43.003**
Geração (Utilização) de Caixa das Atividades Operacionais	**(3.638.950)**	**(2.026.087)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativos imobilizados	(266.846)	(90.384)
Venda de imobilizado	393.200	-
Geração (Utilização) de Caixa em Atividades de Investimentos	**126.354**	**(90.384)**
Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes	**(3.512.596)**	**(2.116.471)**
Caixa e equivalentes no início do período	8.052.326	10.168.797
Caixa e equivalentes no fim do período	4.539.730	8.052.326
Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes	**(3.512.596)**	**(2.116.471)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

	2023	%	2022	%
Receitas				
Receita com atividade educacional	38.866.393		33.909.259	
(-) Bolsas e descontos	(8.590.062)		(5.265.232)	
(-) Cancelamento de anuidade escolar	(2.561)		(13.251)	
Venda de imobilizado	393.200		-	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Despesas gerais, materiais, serviços de terceiros e outros	(4.259.678)		(4.898.218)	
Valor Adicionado Bruto	**26.407.292**		**23.732.558**	
Retenções				
Amortização, depreciação e EPCLD	(936.792)		(770.874)	
Baixa de imobilizado	(87.159)		(23.520)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**25.383.341**		**22.938.164**	
Valor Recebido em Transferência				
Receitas financeiras	1.028.869		1.308.865	
Doações e parcerias	11.862		30.573	
Outras receitas operacionais	734.873		707.399	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**27.158.945**		**24.985.001**	
Distribuição do Valor Adicionado		%		%
Gratuidade com atividade educacional	5.864.646	21,6	3.289.149	13,2
Pessoal, encargos e benefícios	21.532.724	79,3	21.608.987	86,4
Impostos, taxas e contribuições	66.662	0,2	49.252	0,2
Despesas financeiras	2.655.743	9,8	2.086.516	8,4
Déficit retido do período	(2.960.830)	(10,9)	(2.048.903)	(8,2)
Total do Valor Distribuído	**27.158.945**	**100%**	**24.985.001**	**100%**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em reais - (R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Pela Família, também denominada ASPF, é entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, constituída por prazo indeterminado, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 540, de 7 de novembro de 1972, e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 9.892, de 13 de março de 1972, alterado pelo Decreto nº 44.907, de 23 de junho de 2004. A ASPF possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, deferido para o período de 1/1/2019 a 31/12/2021, conforme Portaria nº 283, de 30 de setembro de 2020, Anexo I. E atendendo às exigências legais, protocolou tempestivamente em 16/12/2021 o pedido de renovação do CEBAS, no Ministério da Educação, por meio do Processo nº 23000.033726/2021-67, em análise. A ASPF tem por finalidade promover o pleno desenvolvimento da dignidade humana em todas as suas formas, preponderantemente por meio da educação. Em 2023, a entidade continuou com o trabalho concentrado na Escola Nossa Senhora das Graças, mantendo, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A ASPF, fiel à sua Missão, comprometida com a justiça social, continua contribuindo para que os(as) alunos(as) tenham uma convivência mais justa e democrática, ampliando o projeto de concessão de bolsas de estudo na ENSG, no qual aplica a verba de filantropia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), revogada e com nova redação dada pela Resolução 2019/NBCTGEC, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, as quais abrangem a legislação societária brasileira, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, especificamente a Resolução CFC 1.409/12, de 21/9/2012 (NBC ITG 2002 – R1), aplicável à entidade sem finalidade de lucros, e a NBC TG 1000 (R1) para Pequenas e Médias Empresas e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da entidade. **b) Apuração do superávit (déficit) do período**: As receitas e despesas são registradas obedecendo o regime de competência de exercícios. **c) Ativos circulantes e não circulantes: c.1) Caixa e equivalentes de caixa**: Os valores referem-se a saldos disponíveis, segregados os de livre movimentação daqueles vinculados aos termos de convênios. **c.2) Aplicações financeiras**: Aplicações financeiras de baixo risco, registradas pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c.3) Mensalidades a receber e estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa (EPCLD)**: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. **c.4) Ativo imobilizado**: Corresponde aos bens corpóreos destinados ao exercício e à manutenção das atividades da entidade. Os bens são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos mesmos. As obras em andamento são constituídas pelo custo das aquisições. **c.5) Ativo intangível**: Corresponde aos direitos adquiridos que configuram bens incorpóreos, destinados ao exercício e à manutenção das atividades da entidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **Redução do valor recuperável**: Em conformidade com a Resolução CFC 1.292/10 (NBC TG 01), foi realizado teste de recuperabilidade de ativos e não houve indicações de perda de valor dos ativos imobilizado e intangível. **d) Passivos circulantes e não circulantes**: Os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, quando aplicável. **Provisões**: Refletem o reconhecimento de obrigação com provável exigência futura e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipo de aplicação	2023	2022
CDB	57.068	68.642
Fundos de investimentos	4.315.714	7.926.281
Total	**4.372.782**	**7.994.923**

5. MENSALIDADES A RECEBER

	2023	2022
A vencer	746.501	667.493
Vencidas até 30 dias	245.024	243.974
Vencidas até 60 dias	244.563	271.370
Vencidas com mais de 60 dias	10.867.322	10.114.824
Estimativa de perdas c/créditos de liquidação duvidosa (EPCLD)	(5.107.031)	(4.810.192)
Total	**6.996.379**	**6.487.469**

6. ADIANTAMENTOS

	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	1.365	69.013
Adiantamentos a funcionários	10.537	7.925
Antecipações de férias	204.744	203.984
Total	**216.646**	**280.922**

7. DEPÓSITO JUDICIAL

Em 2023, a entidade efetuou depósito judicial no montante de R$ 1.081.052 e aguarda a decisão final do processo.

8. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	2023 Total	2022 Total
Imóveis e edificações	2,5%	12.620.206	(6.555.475)	6.064.731	6.313.579
Máquinas e equipamentos	10%	1.368.792	(1.187.931)	180.861	217.735
Móveis e utensílios	10%	2.212.596	(1.883.119)	329.478	275.835
Obras em andamento	0%	73.020	-	73.020	73.020
Computadores e periféricos	20%	3.510.539	(3.153.139)	357.399	484.532
Equipamentos de audiovisual	10%	400.536	(280.342)	120.194	128.243
Benfeitorias imóveis de 3º	10%	827.811	(827.811)	-	-
Terrenos	0%	8.252.783	-	8.252.783	8.327.919
Total		**29.266.283**	**(13.887.817)**	**15.378.466**	**15.820.863**

9. INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais	Custo	Amortização acumulada	2023 Total	2022 Total
Direitos uso de software 5 anos	20%	655.471	(645.872)	9.599	14.044
Direitos uso de software 3 anos	33%	300.931	(294.147)	6.784	36.533
Direitos uso de software 2 anos	50%	30.873	(30.873)	-	2.635
Total		**987.275**	**(970.892)**	**16.383**	**53.212**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
INSS a recolher	96.236	93.906
FGTS a pagar	175.754	170.469
IRRF s/ salários a recolher	499.513	485.001
Contribuição assistencial	1.586	1.602
Total	**773.089**	**750.978**

11. RECEITAS

Os recursos econômico-financeiros da entidade, para a consecução de suas finalidades são provenientes da prestação de serviços educacionais, atividades afins e doações, e estão em conformidade com o que estabelece o Estatuto Social, artigo 43, parágrafo 1º e parágrafo 2º incisos I e II, e com a Resolução da NBC TG 47.

12. DOAÇÕES

A ASPF possui a Declaração de Reconhecimento de Imunidade do Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, válida até 24/07/2025. Em 2023, a entidade recebeu em doações de pessoas físicas e jurídicas o total de R$ 11.862, que foi integralmente aplicado em projetos educacionais, sendo que deste montante, R$ 6.012, foi destinado para apoio a alunos bolsistas.

Pessoas físicas:	850
Pessoas jurídicas:	
Livraria da Vila	2.557
Fundação Tide Setubal	5.000
Organização das Famílias do Gracinha - OFaG	3.455

13. OBRIGAÇÕES PARA FINS DE CEBAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Gratuidades concedidas: A Associação Pela Família desenvolveu ações educacionais por meio de bolsas de estudos integrais concedidas a estudantes que se enquadraram no perfil socioeconômico estabelecido pelo Art. 19 da LC 187/2021 e Decreto 11.791/2023. A entidade, para fins de atendimento à legislação, apresenta suas demonstrações contábeis condizentes com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme dispõe a ITG 2002- R1. Conforme demonstrado, abaixo, a ASPF cumpriu a legislação citada, concedendo 21% de bolsas acima do exigido.

Período de 2023

EDUCAÇÃO BÁSICA		Quantidade
Alunos matriculados em dezembro	A	682
Bolsas integrais com perfil socioeconômico - LC 187/2021	B	106
Bolsas integrais com perfil socioeconômico - convenção coletiva	C	9
Outras bolsas integrais sem perfil socioeconômico	D	37
Alunos inadimplentes	E	5
Alunos pagantes	**F(A-B-C-D-E)**	**525**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1 x 9	**F/9**	**58**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1 x 5	**G(F/5)**	**105**
Bolsas integrais com perfil socioeconômico - LC 187/2021	H	106
Bolsas integrais com perfil socioeconômico - convenção coletiva	I	9
Quantidade de bolsas integrais concedidas na forma da lei	**J(H+I)**	**115**
Bolsas parciais 50% com perfil socioeconômico - LC 187/2021	K	2

Conversão em bolsas integrais		
Bolsas parciais de 50%	L(K/2)	1
Benefícios complementares	M	11

Quantidade de bolsas integrais concedidas na forma da lei*	**N(J+L+M)**	**127**
Gratuidade excedente	**O(N-G)**	**22**

Bolsas concedidas	Recursos próprios		Doações	Montante aplicado em gratuidades
	Bolsas	Benefícios complementares		
Bolsas 100%	5.151.824	612.529	6.012	5.770.365
Bolsas 50%	44.733	49.548	-	94.281
Totais	**5.196.557**	**662.077**	**6.012**	**5.864.646**

Período de 2022

Bolsas concedidas na Educação Básica	
Bolsas 100% com perfil socioeconômico	63
Bolsas convertidas de benefícios complementares Tipo I	05
Total de bolsas concedidas	**68**
Valores aplicados em gratuidades	**R$ 3.289.149**

14. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA FEDERAL NO TERMO DA CONSTITUIÇÃO

Conforme o artigo 3º da Lei Complementar nº 187/2021 e Decreto nº 11.791/2023, a entidade beneficente certificada fará *jus* à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Em 2023, essas contribuições totalizaram R$ 6.097.915. Em 2022, essas contribuições totalizaram R$ 5.854.988.

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário realizado foi registrado com base no valor justo de mercado, em atendimento ao item 19 da Resolução CFC 1.409/12 (NBC ITG 2002).

16. RESULTADO DO PERÍODO

O déficit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias, e em atendimento ao item 14 da Resolução CFC 1.409/12 (NBC ITG 2002-R1).

17. PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS — INSS

A ASPF, em 28/2/1996, foi autuada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, sob alegação de não possuir o Título de Utilidade Pública Federal, expedido pelo Ministério da Justiça, e com isso obrigada a recolher a Quota Patronal no período de maio de 1988 a janeiro de 1996. Defesa e recursos com pedido de anulação da lavratura dos autos na Gerência Regional de Arrecadação e Fiscalização do INSS, as Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos - NFLDs nº 31.838.667-4 e nº 31.838.668-2 foram analisadas e os recursos julgados parcialmente procedentes na fase administrativa. Estão em trâmites execuções das NFLDs nº 31.838.669-90 e nº 31. 838.670-4 sob o valor nominal de R$ 3.310.720, para as quais foram oferecidos em garantia dois terrenos com benfeitorias, localizados em Embu (SP). Ação Declaratória para dar efeito retroativo a pedido de reconhecimento de Utilidade Pública Federal, a partir de 1978, julgada procedente no Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3. Recursos intentados pela União Federal junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ não obtiveram êxito, sendo mantido o V. Acordão. Ante o trânsito em julgado do decisório proferido na Ação Declaratória, a matéria está sendo invocada nas ações de execuções fiscais intentadas pela União Federal para extinguir a exigibilidade das contribuições. A matéria vem sendo arguida nas ações de execução, tendo sido acolhidas para extinguir a exigibilidade do crédito, porém, apenas uma ação está pendente de recurso da União Federal no TRF3.

18. PROVISÕES DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A ASPF, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, e atendendo a Resolução do CFC 1.180/2009 - NBC TG 25 (R2), constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis. Essas ações são de natureza trabalhista, fiscal e cível.

19. COBERTURA DE SEGUROS

Além de manter medidas preventivas de forma permanente, a ASPF efetua contratação de seguros, em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros no seu patrimônio, observando, também, o Princípio Contábil da Continuidade.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados, composto pelo Fundo Social inicial, ajustado pelos valores dos superávits, déficits e reavaliação efetuada em exercícios anteriores.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

ANDRÉA PIMENTEL CARAN - Presidente* | **ANA LÚCIA PRADO CATÃO** - Vice-Presidente* | **JOSÉ SALIM ARBID MITAUY** - Contador - CRC SP 091727/O-3

** Conselho de Administração: mandato 16/10/2023 a 13/08/2025*

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASPF

No dia quinze de abril de dois mil e vinte e quatro, às 9h, na sua sede, na Rua Tabapuã, nº 303, 5º andar, foi realizada reunião do Conselho Fiscal da Associação Pela Família, tendo como objeto a apresentação do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dessa associação, compreendendo: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, os demonstrativos das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, do valor adicionado, e as respectivas notas explicativas. Participaram os membros do Conselho Fiscal, Cláudio Damasceno Junior e Guilhermina Paula Santos, a presidente do Conselho de Administração, Andréa Pimentel Caran e a administradora corporativa, Dulce Cristina Beserra Lima, bem como os representantes da empresa Audisa Auditores Associados, CRC 2 SP 024.298/O-3, Mateus Yutaki Ferreira, Pamella Tavares e Bianca Pereira dos Santos. O Conselho fiscal, conforme determinação Estatutária, analisou as Demonstrações Contábeis da ASPF referentes ao exercício 2023. Nosso entendimento é que os documentos estão aptos à apreciação dos Associados e representam de forma integral e objetiva a situação financeira da entidade em 31/12/2023. Destacamos, por oportuno, que a empresa de Auditoria, em seu parecer, corrobora integralmente os alertas formulados há 11 meses por Associados e posteriormente por grupo de trabalho que aprofundou a análise. Informamos que as análises do Conselho Fiscal não se esgotam e, oportunamente, compartilhará novas análises caso sejam relevantes.

São Paulo, 15 de abril de 2024.

Cláudio Damasceno Junior - Conselheiro diretor
Guilhermina Paula Santos - Conselheira secretária

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos conselheiros (as) e administradores (as) da
Associação Pela Família.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da ***Associação Pela Família*** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases: Posição Financeira e Patrimonial: Informamos que devido a Entidade apresentar déficit para o exercício atual (2023) e ter apresentado déficits consecutivos em períodos anteriores chamamos a atenção quanto a incerteza de levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional futura. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Processo INSS: A ASPF, em 28/2/1996, foi autuada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, sob alegação de não possuir o Título de Utilidade Pública Federal, expedido pelo Ministério da Justiça, e com isso obrigada a recolher a Quota Patronal no período de maio de 1988 a janeiro de 1996. Defesa e recursos com pedido de anulação da lavratura dos autos na Gerência Regional de Arrecadação e Fiscalização do INSS, as Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos - NFLDs nº 31.838.667-4 e nº 31.838.668-2 foram analisadas e os recursos julgados parcialmente procedentes na fase administrativa. Estão em trâmites execuções das NFLDs nº 31.838.669-90 e nº 31. 838.670-4 sob o valor nominal de R$ 3.310.720, para as quais foram oferecidos em garantia dois terrenos com benfeitorias, localizados em Embu (SP). Ação Declaratória para dar efeito retroativo a pedido de reconhecimento de Utilidade Pública Federal, a partir de 1978, julgada procedente no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Recursos intentados pela União Federal junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ não obtiveram êxito, sendo mantido o V. Acordão. Ante o trânsito em julgado do decisório proferido na Ação Declaratória, a matéria está sendo invocada nas ações de execuções fiscais intentadas pela União Federal para extinguir a exigibilidade das contribuições. A matéria vem sendo arguida nas ações de execução, tendo sido acolhidas para extinguir a exigibilidade do crédito, porém, uma ação está pendente de recurso da União Federal, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Responsabilidades da administração pelas Demonstrações Contábeis: A administração é responsável pela supervisão, elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria e não identificamos fragilidades significativas nos controles internos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298/O-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI – SP – 1620

Casas Bahia fecha acordo para recuperação extrajudicial

Douglas Gavras

SÃO PAULO Em comunicado ao mercado neste domingo (28), o grupo Casas Bahia informou ter fechado um acordo de RE (recuperação extrajudicial) para dívidas que chegam a R$ 4,1 bilhões.

O acordo da varejista foi com seus principais credores, Bradesco e Banco do Brasil, e preserva R$ 4,3 bilhões de caixa até 2027, sendo R$ 1,5 bilhão somente em 2024.

Antes da renegociação, a empresa teria de desembolsar R$ 4,8 bilhões até 2027. Agora, ficou acordado que ela terá de arcar com R$ 500 milhões no mesmo prazo.

O acordo fechado inclui uma carência de 24 meses para pagamentos de juros e 30 meses para pagamento de principal. O prazo médio de amortização sai de 22 para 72 meses, com redução de 1,5 ponto percentual no custo médio, que representa uma economia de R$ 400 milhões no período.

"Estamos muito satisfeitos por termos conseguido antecipar esse reperfilamento da dívida, que só foi possível graças ao avanço bem-sucedido das alavancas operacionais do nosso plano de transformação. O acordo reflete a confiança no nosso plano e no futuro da companhia", disse em nota o CEO do Grupo, Renato Franklin.

De acordo com a empresa, a operação inclui apenas dívidas financeiras sem garantias, como debêntures e CCBs emitidas junto aos bancos.

A empresa diz acreditar que o alongamento e a redução do custo da dívida devem trazer segurança aos fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

"Esse acordo, já aprovado por nossos principais credores financeiros, estava entre nossas metas prioritárias para o ano e, graças ao trabalho já feito até aqui, pudemos concluí-lo antes do previsto", completou Franklin.

Em março, a **Folha** noticiou que o grupo, um dos principais varejistas de eletrônicos e móveis do país, não vai abrir lojas em 2024, tendo planos de fechar mais 20 pontos de venda.

A última vez que ele inaugurou uma unidade foi em 2022, quando abriu 63 estabelecimentos.

O grupo tem cerca de 40 mil colaboradores e possui capital aberto na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo) desde 2013. Está presente em mais de 400 municípios de 22 estados e no Distrito Federal.

De outubro a dezembro de 2023, a Casas Bahia registrou prejuízo recorde para um trimestre, da ordem de R$ 1 bilhão, seis vezes superior ao prejuízo do mesmo período de 2022.

O ano de 2023 encerrou com perdas de R$ 2,6 bilhões, quase oito vezes maior que as de 2022, que somaram R$ 342 milhões.

Parte do processo de reestruturação inclui, além do fechamento dos pontos de venda, o fim da operação de quatro centros de distribuição (hoje são 29) e demissão de funcionários.

Loja da Casas Bahia na marginal Tietê, em SP; dívidas com BB e Bradesco chegam a R$ 4,1 bilhões Ronny Santos - 23.nov.23/Folhapress

FOLHA CARREIRAS | *Gabriela Bonin*
folha.com/folhacarreiras

O que é o 'chronoworking', modelo de trabalho com horário adaptado ao relógio biológico

FolhaCarreiras lista prós e contras da proposta de fugir dos horários tradicionais de expediente

Catarina Pignato

Já imaginou como seria trabalhar no horário do dia em que você é mais produtivo? É o que propõe o "chronoworking", modelo que permite adaptar o trabalho ao ritmo biológico de cada pessoa.

"É basicamente poder trabalhar nos horários que são mais naturais para você", explica Karina Rehavia, fundadora e CEO da Ollo, empresa de curadoria e contratação de talentos que adota o modelo.

A proposta é fugir dos horários tradicionais de trabalho, das 9h às 18h, por exemplo.

O "chronoworking" se diferencia de outras tendências do mercado, como o "quiet quitting", o "job hopping" ou o "quiet ambition", porque é uma forma de organização do trabalho, não uma tendência de comportamento, diz Leonardo Berto, gerente da Robert Half.

Quais os benefícios de adotar essa mudança?

PRODUTIVIDADE E BEM-ESTAR. Permitir que a pessoa cumpra suas tarefas no momento em que se sente mais apta contribui para um melhor gerenciamento do tempo. Isso, por sua vez, está relacionado à qualidade de vida e ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

+
Em busca de emprego?

Uma dica para te ajudar a ser contratado(a)

O QUE PERGUNTAR NA ENTREVISTA DE EMPREGO QUANDO O POTENCIAL CHEFE É O ENTREVISTADOR:

- Quais as suas expectativas para mim nesse cargo?
- Qual sua parte favorita em trabalhar nesta empresa?
- Por que você trabalha aqui há muito tempo?
- Como é o trabalho da equipe? Quais são os principais desafios do time?

DIVERSIDADE E ACOLHIMENTO. "Você pode favorecer a inclusão de uma mãe ou um pai que cuida dos filhos e não tem acesso a creche. Ou aquela pessoa que quer fazer um curso pela manhã, um estudante que está na faculdade", aponta o gerente da Robert Half.

MAIOR ENGAJAMENTO DE COLABORADORES. "Ao dar poder de escolha, você gera um compromisso diferente e faz com que a pessoa crie um vínculo maior com a empresa", diz Berto.

"É muito melhor trabalhar com uma equipe cuja análise é feita por performance, não por horas trabalhadas. Traz um maior senso de responsabilidade", complementa Lilian Cidreira, especialista em carreiras.

PORÉM... Não funciona para todo o mundo. "Nem toda atividade é passível de aplicar o 'chronoworking'", diz a CEO da Ollo, cuja afirmação ecoa entre especialistas.

Na Ollo, por exemplo, o time de curadoria e atendimento ao cliente precisa se encaixar em um horário comercial.

Vamos, então, aos **desafios** de adotar o "chronoworking":

SENSAÇÃO DE INJUSTIÇA. Como dificilmente a flexibilização de horário será possível em todas as áreas da empresa, os profissionais que não adotarem o modelo podem sentir-se injustiçados em relação aos outros, aponta Lilian Cidreira.

ENTROSAMENTO. "O sucesso de uma empresa está na integração e na interação dos profissionais", diz Leonardo Berto. Com horários diferentes, podem surgir dificuldades de comunicação, de agilidade e até riscos em termos de estresse.

DESAFIO DE GESTÃO. Como organizar entregas de profissionais em horários distintos? As empresas e lideranças precisam ter um domínio ainda maior dos colaboradores. "É preciso conhecer com muita profundidade o nível de maturidade, os aspectos pessoais, ou de personalidade, para que isso possa funcionar", explica Berto.

REGULAÇÃO. Para qualquer alteração no modelo de trabalho dentro do escopo da CLT, é preciso um acordo coletivo, de uma convenção, de negociação com o sindicato para viabilizar isso de acordo com as leis trabalhistas no país, relembra Berto.

A solução para alguns dos problemas acima? **Sobreposição de tempo.** O "chronoworking", explica Karina Rehavia, não é necessariamente sobre ter horários completamente diferentes umas das outras e, por isso, a gestão é essencial.

As lideranças precisam buscar momentos em comum dentro do dia ou da semana para que a pessoa possa interagir com seu time, sua dupla, sua equipe, a depender de cada projeto.

E para profissionais que têm a possibilidade de flexibilizar o horário de trabalho, o que é preciso?

BOA COMUNICAÇÃO. Por causa da diferença de horários, não é possível acionar outros profissionais a qualquer momento. Por isso, a comunicação precisa ser mais direta, clara, objetiva e organizada.

CAPACIDADE DE AUTOGESTÃO. A pessoa não necessariamente vai ter um gestor ou coordenador a sua disposição toda hora. Portanto, é preciso ser capaz de gerenciar tarefas e tempo.

"Flexibilidade e liberdade são diretamente proporcionais ao nível de responsabilidade. Quando falamos em gestão por entrega, você constrói sua rotina. A contrapartida é o respeito aos prazos. Então, é importante conseguir calibrar e ter a visão estratégica dos processos", argumenta Leonardo Berto.

*

Conselhos de CEO

Profissionais em cargos executivos dão dicas para quem está em início de carreira

Karina Rehavia, formada em comunicação social, empreendedora e líder empresarial. Teve experiências no Brasil, nos EUA, na Inglaterra, na China e nos Emirados Árabes Unidos. Fundou a Ollo, em 2020, para conectar profissionais independentes e empresas.

QUAL FOI SEU PRIMEIRO EMPREGO? Trabalhei dando aulas de inglês para executivos antes mesmo da faculdade. Depois de cursar comunicação social, fui para a China, onde dei mais um ano de aulas de inglês. Lá, comecei a carreira em uma produtora de audiovisual e mergulhei no mercado de comunicação.

UM ERRO QUE COMETEU EM SUA CARREIRA Um erro clássico. Eu trabalhava com atendimento do cliente, perdi a paciência e quis reclamar. Fui encaminhar um email para meu chefe e acabei respondendo ao cliente com a reclamação. O que isso me ensinou? Todo email que eu mando, há quase 25 anos, eu checo o destinatário e quem está em cópia. Nunca mais errei.

SE PUDESSE VOLTAR NO TEMPO, O QUE FARIA DE DIFERENTE? Teria aprendido mais cedo a diferença entre excelência e perfeição, porque eu confundia os dois conceitos. Excelência é o que faz as empresas se destacarem. Buscar a perfeição é um problema, porque pode te congelar. Se não está perfeito, você não lança, não vende, não posta. Mas as coisas nunca serão perfeitas.

EM SUA OPINIÃO, QUAL É A PRINCIPAL HABILIDADE QUE UM PROFISSIONAL DEVE BUSCAR DESENVOLVER? Habilidades comportamentais. Como fazer isso? Peça feedbacks. Para pessoas da sua família, para seus amigos, para pessoas que trabalham com você. Peça que eles listem seus maiores defeitos. É uma escuta não ativa? Falta de proatividade? A partir disso, busque elementos e ferramentas para desenvolver essas características.

UM CONSELHO PARA JOVENS PROFISSIONAIS Olhe o erro como uma oportunidade de aprendizagem e entenda que a vulnerabilidade é positiva. Durante muitos anos, eu busquei imitar um comportamento masculino para fazer negócios. Aprendi que trazer sentimentos e vulnerabilidades permite a você se conectar com as pessoas mais profundamente, em um nível mais humano.

F ACESSE folha.com/folhacarreiras e receba a newsletter toda segunda-feira

Voltaire Participações S.A.

CNPJ (MF) 00.116.893/0001-35

Relatório da Administração

Aos Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da **Voltaire Participações S/A** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apuradas com base na regulamentação vigente. **A empresa:** A Voltaire Participações S/A, empresa do Grupo AXA, é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo objetivo é participar como acionista em sociedades autorizadas a atuar no mercado segurador. AXA é um grupo internacional com atuação no mercado de Seguros Gerais, especializado em subscrição de Seguros e Resseguros, com origem na França e presente nos principais mercados de seguros do mundo.

São Paulo, 29 de abril de 2024. **A Diretoria**

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**5.512**	**828**	**1.984.030**	**1.981.300**
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	–	13.031	47.681
Aplicações financeiras	8	4.661	25	219.602	177.747
Recebíveis	9	–	–	929.283	673.333
Tributos a recuperar	10	850	800	19.100	19.530
Ativos de resseguro	11	–	–	636.866	926.932
Custo de aquisição diferidos	12	–	–	161.002	132.597
Outros créditos	9	–	3	5.146	3.480
Não circulante		**711.799**	**711.478**	**1.551.828**	**1.613.376**
Aplicações financeiras	8	–	–	922.184	1.016.113
Recebíveis	9	–	–	35.912	22.789
Tributos a recuperar	10	–	–	105.203	99.536
Ativos de resseguro	11	–	–	244.507	222.892
Empréstimos e outros depósitos compulsórios		–	–	591	591
Custo de aquisição diferidos	12	–	–	43.430	34.223
Outros créditos	9	–	–	10.965	15.825
Outros Valores e Bens	17	–	–	1.554	4.664
Investimento	13	711.799	711.478	–	–
Imobilizado	14	–	–	7.870	7.326
Intangível	15	–	–	179.612	189.417
Total do ativo		**717.311**	**712.306**	**3.535.858**	**3.594.676**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**30**	**34**	**2.309.124**	**2.444.073**
Contas a pagar	16	28	32	98.256	74.991
Passivos de seguros e resseguros	18	–	–	646.891	604.208
Provisões técnicas de seguros	19	–	–	1.545.307	1.741.370
Tributos a pagar		2	2	2	23.504
Outros		–	–	18.668	–
Não circulante		–	–	**509.453**	**438.331**
Contas a Pagar	16	–	–	11.541	–
Passivos de seguros e resseguros	18	–	–	15.415	10.029
Provisões técnicas de seguros	19	–	–	469.488	417.701
Outros		–	–	13.009	10.601
Patrimônio líquido	21	**717.281**	**712.272**	**717.281**	**712.272**
Capital social	21(a)	941.788	1.011.788	941.788	1.011.788
Reserva de Capital	21(b)	13.670	13.670	13.670	13.670
Prejuízos acumulados		(255.489)	(302.767)	(255.489)	(302.767)
Ajuste de avaliação patrimonial		17.312	(10.419)	17.312	(10.419)
Total do passivo e patrimônio líquido		**717.311**	**712.306**	**3.535.858**	**3.594.676**

Demonstração dos Resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prêmios líquidos		–	–	**1.709.309**	**1.025.835**
Variação das provisões técnicas de prêmios		–	–	(197.659)	(150.228)
Prêmios ganhos	23.a	–	–	**1.511.650**	**875.607**
Despesas operacionais					
Sinistros	23.b	–	–	(622.535)	(370.191)
Custo de aquisição	23.c	–	–	(320.641)	(236.273)
Resultado com resseguro	23.d	–	–	(274.693)	(69.602)
Outras receitas e despesas operacionais	23.e	–	–	(36.933)	(43.469)
Margem bruta operacional		–	–	**256.848**	**156.072**
Despesas administrativas	23.f	(139)	(191)	(251.612)	(182.938)
Despesas tributárias	23.g	(269)	(1.042)	(48.806)	(35.800)
Resultado financeiro	23.h	98	101	120.463	56.406
Resultado de equivalência patrimonial		47.589	112.260	–	–
Outras receitas/despesas	23.i	–	–	220	71.584
Participações sobre o resultado		–	–	(20.218)	(13.836)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**47.279**	**111.128**	**56.895**	**51.488**
Imposto de renda e contribuição social	22	–	–	(9.616)	59.640
Lucro líquido do exercício		**47.279**	**111.128**	**47.279**	**111.128**

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	47.279	111.128	47.279	111.128
Ajuste de títulos e valores mobiliários em controlada	27.731	(2.766)	27.731	(2.766)
Resultados abrangentes do exercício	**75.010**	**108.362**	**75.010**	**108.362**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	47.279	111.128	47.279	111.128
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(47.589)	(112.260)	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	27.731	(2.766)
Baixa líquida do imobilizado e intangível	–	–	–	–
Depreciação e amortização	–	–	30.453	28.601
Variação nas contas patrimoniais				
Aplicações financeiras	(4.636)	111	52.073	(809.015)
Recebíveis	–	–	(269.285)	(424.860)
Tributos	(50)	(67)	21.872	(101.371)
Ativos de resseguro	–	–	268.452	(999.105)
Custo de comercialização diferidos	–	–	(37.612)	(67.299)
Outros ativos	2	(2)	5.746	(27.992)
Contas a pagar	(5)	19	14.882	14.734
Passivos de seguros e resseguros	–	–	48.069	487.169
Outros passivos	–	1	(8.842)	23.114
Provisões técnicas de seguros	–	–	(144.276)	1.546.554
Caixa líquido aplicado nas (Gerado pelas) atividades operacionais	**(5.000)**	**(1.070)**	**56.542**	**(221.108)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controlada	75.000	(272.930)	–	–
Reserva de Capital	–	–	–	13.670
Aquisição de imobilizado e intangível	–	–	(21.192)	(22.092)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**75.000**	**(272.930)**	**(21.192)**	**(8.422)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Aumento de capital	(70.000)	274.000	(70.000)	274.000
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	**(70.000)**	**274.000**	**(70.000)**	**274.000**
Aumento (Redução) dos fluxos de caixa do exercício	**1**	–	**(34.650)**	**44.470**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	–	–	47.681	3.211
Saldo no final do exercício	1	–	13.031	47.681
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício	**1**	–	**(34.650)**	**44.470**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Reservas de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**737.788**	**(7.653)**	**(413.895)**	–	**316.240**
Aumento de capital social	274.000				274.000
Prejuízo do exercício			111.128		111.128
Ajuste de títulos e valores mobiliários		(2.766)			(2.766)
Ágio na Subscrição das Ações				13.670	13.670
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.011.788**	**(10.419)**	**(302.767)**	**13.670**	**712.272**
Aumento de capital social	(70.000)				(70.000)
Prejuízo do exercício			47.279		47.279
Ajuste de títulos e valores mobiliários		27.731			27.731
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**941.788**	**17.312**	**(255.489)**	**13.670**	**717.281**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais: A Voltaire Participações S.A. ("Companhia" ou "Voltaire") tem como objeto social, exclusivamente, a participação societária, como sócia-quotista ou acionista, de sociedades autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, conforme legislação aplicável. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Voltaire Participações S.A. e sua controlada direta:

Controladas diretas	2023	2022
AXA Seguros S.A. ("AXA", "Controlada" ou "Seguradora")	100,00%	100,00%

Em 1º de abril de 2022, a AXA XL Seguros S.A., controlada da XL Insurance Company SE baseada na Irlanda, foi adquirida pela AXA Seguros S.A. pelo montante de R$ 249.818, gerando ganho entre o valor de patrimônio adquirido e valor pago no montante de R$ 13.670 reconhecido como Reserva de capital. Em 1º de novembro de 2022, foi realizada a incorporação da AXA XL Seguros S.A. pela AXA Seguros S.A. conforme solicitado no processo SUSEP nº 15414.636691/2022-11 e autorizado previamente pela SUSEP através da Carta Homologatória Eletrônica nº 36/2022/SUSEP. Nesse contexto, apresentamos abaixo os saldos incorporados em 1º de novembro de 2022, separadamente e agregados:

Ativo	
Circulante	**1.652.184**
Disponível	48.775
Aplicações	96.061
Créditos das operações com seguros e resseguros	487.956
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	975.653
Títulos e créditos a receber	25.966
Outros valores e bens	46
Despesas antecipadas	377
Custo de aquisição diferido	17.350
Não circulante	**641.931**
Realizável a longo prazo	**641.719**
Aplicações	563.726
Créditos das operações com seguros e resseguros	396
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	32.438
Títulos e créditos a receber	44.232
Custo de aquisição diferido	927
Imobilizado	**212**
Total do ativo	**2.294.115**
Passivo	
Circulante	**1.910.508**
Contas a pagar	15.355
Débitos das operações com seguros e resseguros	575.187
Depósito de terceiros	32.196
Provisões técnicas - seguros	1.286.759
Outros débitos	1.011
Não circulante	**44.740**
Contas a pagar	2.541
Débitos das operações com seguros e resseguros	422
Provisões técnicas - seguros	37.961
Outros Débitos	3.816
Patrimônio líquido	**338.867**
Capital social	507.467
Prejuízos acumulados	(172.411)
Ajuste de avaliação patrimonial	3.811
Total do passivo + patrimônio líquido	**2.294.115**

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas International Financial Reporting Standards - IFRS emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2024. **2.2 Investimentos em empresa controlada - Consolidação: (a) Controladora:** O investimento em empresa controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Quando aplicável, após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. **(b) Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras de sua controlada. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. As transações e saldos entre a controladora e a controlada foram eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. **2.3 Circulante e não circulante:** A cada data de elaboração do balanço patrimonial, a Voltaire procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, quando aplicável, são considerados os ativos com vencimento até doze meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Voltaire atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Voltaire estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Voltaire. **2.5 Conversão e saldos mantidos em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do exercício. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As seguintes políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2 Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos e do modelo de negócio da Companhia, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado caso não atenda um dos critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*): (a) Ativos financeiros:** A Voltaire avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados e os prejuízos pela mudança do valor recuperável são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A provisão para riscos sobre créditos de seguro e cosseguros aceitos é constituída por faixa de vencimento e por ramo, para todos os valores vencidos ou a vencer e riscos decorridos ou a decorrer, conforme estudo por ramo efetuado pela Seguradora, bem como são avaliados seus prêmios correspondentes para aplicação do ajuste ao valor de realização.

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios diretos

Vencimento	%
A vencer	0% a 1,90%
Vencidos até 30 dias	0% a 24,01%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 37,02%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 50,92%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 63,91%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 76,91%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 87,30%
Vencidos acima de 181 dias	100%

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos

Vencimento	%
A vencer	0% a 5,32%
Vencidos até 30 dias	0% a 15,30%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 26,23%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 35,56%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 43,59%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 51,53%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 76,36%
Vencidos acima de 181 dias	100%

A provisão para riscos sobre créditos de ativo de sinistro de cosseguro cedido e ativo de sinistro de resseguro é constituída com base em cada congênere e resseguradora considerando o aging da constituição dos créditos e recebe conforme estudo efetuado pela Seguradora. **(b) Ativos não financeiros:** Os valores de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens, e créditos tributários são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável determinado através do valor de venda ou uso, a perda é reconhecida imediatamente no resultado. **3.4 Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende: equipamentos, móveis e utensílios, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros, sendo mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Equipamentos (20%), Móveis e utensílios (10%), Veículos (20%) e Benfeitorias em imóveis de terceiros (20%). **3.5 Ativo intangível: *Software*:** *Softwares* adquiridos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas por *impairment*. A taxa de amortização anual é de 20%. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Outros Intangíveis:** Gastos com contratos de exclusividade na distribuição de seguros com redes varejistas são registrados no intangível, em função das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao contrato, pro rata pelo prazo do contrato. Gastos com projetos de tecnologia são registrados no intangível, em função das características de cada projeto, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao projeto pelo período de 5 anos. **3.6 Contratos de seguros:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A administração da AXA procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. **3.7 Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648/2021 e suas posteriores alterações estipulados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA). **3.7.1 Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: (a) O cálculo da provisão considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da provisão é efetuado por certificado ou item; PPNG = Base de Cálculo x (Período de Vigência a Decorrer/Prazo de Vigência do Risco). (b) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido; (c) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; (d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **3.7.2 Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos. A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, somente serão utilizados no cálculo os valores de PPNG gerados pelas apólices emitidas considerando seu respectivo atraso, via triângulos de run-off, conforme detalhada em Nota Técnica Atuarial. **3.7.3 Custo de aquisição diferidos:** As despesas de comissão são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido do risco coberto. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As Comissões de agenciamento e pró-labore são amortizadas conforme o prazo de vigência dos contratos cuja vigência média é de 36 meses. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. **3.7.4 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Esta provisão contempla, quando aplicável, ajustes considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER). **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNR Global. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como IBNeR e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNyR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.6. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. **3.7.5 Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados. Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo: • ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; • ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER; • ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; e • ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER. Onde: - *ALAE* = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e - *ULAE* = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis. **3.7.6 Provisão de Sinistros ocorridos mas Não Avisados (IBNR): Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off e Bornhuetter - Ferguson, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 120 meses. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Seguradora, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Seguradora. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em metodologia de cálculo que leva em consideração: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação, para os sinistros que foram regulados administrativamente, e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação, para os sinistros que entraram diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização; (ii) Percentuais históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; e (iii) Valor médio dos sinistros registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", resultando no valor médio das causas. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos - TAP (Liability Adequacy Test - LAT):** Conforme a Circular vigente, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na provisão complementar de cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular vigente, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas e, por fim, entre prêmios registrados e prêmios futuros. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), prefixada, com base na metodologia proposta pela SUSEP. As provisões de prêmios (PPNG, PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, para o total da Seguradora quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) contabilizadas foram consideradas adequadas quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável. A sinistralidade foi obtida pelo SES considerando o período de janeiro/2023 a dezembro/2023, conforme os agrupamentos determinados pela estrutura de ramos da empresa.

Grupo TAP	% Sinistralidade
AFFINITY	6%
LIFE	29%
MAT	50%
OTHERS	47%
PROPERTY	42%

Dessa forma, de acordo com as estimativas realizadas, não houve necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura para a data-base de 31 de dezembro de 2023. **3.9 Principais tributos:** (a) Consolidada: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são calculados à alíquota de 15% para imposto de renda acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos da Lei 9.430/96, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% conforme Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 15% conforme a Lei 13.169/15 para a contribuição social, ou de 15% para créditos sobre base negativa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. (b) Controladora: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são calculados à alíquota de 15% para imposto de renda acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos da Lei 9.430/96, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 1,65% e para a COFINS pela alíquota de 7,6%, na forma da legislação vigente. **3.10 Demais passivos:** Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos incorridos até a data de balanço, quando aplicável. **3.11 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes referem-se a obrigações presentes, decorrente de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda, prováveis, possíveis, e remotas e são provisionados da seguinte forma: Provável 80%, Possível 40% e Remota 10%. quando se trata de contingências de sinistros judiciais, e para contingências cíveis e trabalhistas provisionamos apenas quando o desembolso futuro for provável. **3.12 Benefícios a empregados:** As provisões trabalhistas, principalmente relativas às provisões de férias, provisão de 13º salário e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. A Seguradora possui plano de aposentadoria complementar em favor de seus empregados, para aqueles que optaram em participar, sob forma de plano de contribuição definida como Plano Fundo Gerador de Benefícios, administrado pela Itaú Vida e Previdência S/A. Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora registrou contribuições de R$ 1.254 (31 de dezembro de 2022 - R$ 830), classificadas na rubrica "Despesas com pessoal próprio no grupo despesas administrativas". **3.13 Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.14 Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Seguradora. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Seguradora determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Seguradora classifica todo o montante em circulante. **3.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência na operação de grandes riscos e considera na operação de grandes riscos: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • As comissões e agenciamentos de seguros diferidos, registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **4. Normas e interpretações novas e revisadas:** A Voltaire é uma holding que foi constituída exclusivamente para ser acionista da Axa Seguros S.A. A Controlada não adotou as alterações do "IFRS17 (CPC 50) - Contratos de Seguros" em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 em virtude de não ter sido aprovada pela SUSEP, e irá adotar o "IFRS9 - Instrumentos Financeiros" nas demonstrações financeiras a findar-se em 31.12.2024 através da recepção da Circular SUSEP 678/2022. Sendo assim, a administração da Voltaire decidiu não adotar para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas o IFRS 17, no qual ficaremos aguardando decisão do órgão regulador (SUSEP) quanto à adoção na Controlada. **5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos à avaliação pelo valor justo. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Cálculo de *impairment* de ativos (Nota 3.5); • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (Nota 8); • Provisões Técnicas - seguros (Nota 14); • Provisões judiciais (Nota 15); • Créditos e débitos tributários (Nota 16.2). **6. Gestão de riscos: 6.1 Estrutura da gestão de risco:** A Seguradora segue as normas de gestão de risco do Grupo AXA, adaptando sua Política de Gestão de Riscos (RMP) mundial de acordo com o tamanho, mix de negócios e complexidade de suas operações no Brasil. A Seguradora também segue as diretrizes dos órgãos reguladores e possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos de suas operações e aos seus controles internos, atuando de forma independente das demais áreas da empresa. Entretanto, todas as áreas e níveis da Seguradora participam do processo de identificação, monitoramento e tratamento dos riscos aos quais a Seguradora está suscetível. A estrutura de gestão de riscos e controles internos é responsável por implementar a Política de Gestão de Riscos, que tem como principais objetivos preservar a base de capital da Seguradora promovendo cultura de risco proativa, definindo e formalizando o processo de gestão de riscos, bem como controlando e validando o nível de risco assumido pela Seguradora. A Seguradora usa ferramentas quantitativas e qualitativas que visam permitir que os tomadores de decisão minimizem o potencial de exposições a riscos indesejados. As próximas seções apresentam os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta, bem como mais detalhes do processo de gerenciamento de riscos. **6.2 Governança de risco:** A Seguradora entende que uma boa governança no processo de gestão de riscos é essencial para o crescimento sustentável da Seguradora e garantia de uma correta operação no mercado segurador. O Conselho de Administração é a instância mais elevada de tomada de decisão na Seguradora, sendo responsável pela estratégia da Seguradora, eleição e destituição dos diretores (fixando suas atribuições, inclusive fiscalizando sua gestão), pela convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, aprovar o plano de auditoria interna, dentre outras responsabilidades. Para auxiliar o Conselho de Administração, foram criados diversos comitês, que possuem mandatos definidos, reuniões periódicas e registros dessas reuniões periódicas em ata. Os principais comitês da Seguradora são: Comitê Executivo: tem como principais objetivos fixar as orientações estratégicas da entidade; definir o alvo em matéria da organização de trabalho e política de RH; validar a qualidade dos planos de ação; validar os planos de ação elaborados pela Direção Operacional e garantir sua execução; validar a avaliação dos riscos estratégicos, regulamentares, de reputação e emergentes; validar o modelo interno do sistema de gestão de riscos, validar o quadro de tolerância ao risco, o nível de apetite ao risco e os planos de ação associados; tomar conhecimento dos resultados da missão da auditoria; definir as prioridades em termos de investimentos; validar as políticas tarifárias elaboradas pelas Direções Operacionais tanto para novos negócios como para o portfólio, e assegurar sua coerência com os objetivos globais da entidade; aprovar novas ofertas, como também ao lançamento das fases essenciais de grandes projetos; fixar prioridade na matéria de formação; pilotar os indicadores da performance técnica e operacional; e validar as soluções ou pedidos propostos pelos comitês operacionais. Comitê de Subscrição: tem como principais objetivos definir a Política de Subscrição, assegurando a sua adequação aos contratos de resseguro; compartilhar e garantir as práticas de subscrição; avaliar o interesse nos segmentos de mercado conforme o apetite de risco da Seguradora; desenvolver sinergias e *cross-selling* entre as várias linhas de negócio; avaliar a necessidade de novos produtos ou coberturas; aprovar a redação de novas cláusulas compartilhadas; monitorar os indicadores da performance técnica; e vigiar as mudanças na regulação que tenham impacto na subscrição e nas condições das apólices. Comitê de Investimentos: tem como principais objetivos definir o apetite de risco da Seguradora; realizar a gestão deste apetite, aprovar a Política de Gestão dos Investimentos Financeiros; aprovar as alocações estratégicas de investimentos bem como os programas de investimentos; e avaliar os investimentos realizados e as suas performances. Comitê Comercial e de Marketing: tem como principais objetivos garantir a implantação da política comercial da seguradora; compartilhar dificuldades para definir ação conjunta técnico-comercial; desenvolver sinergias e entre as linhas de negócios; analisar *pipeline* das áreas de negócios buscando estratégias de fechamento dos negócios; detectar eventuais *gaps* de produção e propor ações específicas em conjunto como a área de marketing; avaliar a produção e desempenho de performance dos corretores/parceiros e definir ações quando necessário; atentar e avaliar ações comerciais dos concorrentes e definir ações de acordo com os objetivos estratégicos; atentar e avaliar o ambiente de negócios em função de conjunturas econômicas, sociais e culturais e identificar novas oportunidades de negócios. Comitê de Riscos e Compliance (ARCC): é um subcomitê do Comitê Executivo, com o objetivo de revisar todos os problemas materiais de auditoria, de riscos e de *compliance* enfrentados pela Seguradora e assim garantir o alinhamento entre as funções de controle e a gestão em tópicos transversais. O Comitê também revisa e discute itens conforme requerimento das regulamentações da SUSEP e demais itens propostos em agenda, como itens propostos CEO e/ou outros membros, porém, que sejam relevantes para as áreas de Auditoria, Risco e *Compliance*. Comitê de Sinistros: tem como principais objetivos avaliar os motivos, bases técnicas e jurídicas para eventual negativa ou pagamento de um sinistro, orientar e redirecionar a postura técnica da área de Sinistros, visando evitar ações judiciais; e identificar problemas nas condições dos produtos, que estejam prejudicando ou que venham contra os princípios definidos pelo subscritor. É ainda atribuição do Comitê, analisar os sinistros atípicos, que geram discussões em relação à cobertura técnica e que apresentam divergências em relação às condições gerais dos produtos. Comitê de Auditoria: composto por membros externos à seguradora, este comitê tem como principais objetivos revisar as demonstrações financeiras; avaliar a efetividade da auditoria interna e independente e a aceitação de suas recomendações; e avaliar e monitorar a eficácia dos controles internos, reportando as deficiências identificadas e recomendando correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições. **6.3 Risco de seguro:** O risco de seguro é definido pela Seguradora como risco no qual os prêmios de seguro e as reservas não cubram adequadamente a experiência de sinistros. A função de Controle de Subscrição e Resseguro foi concebida para mitigar estes riscos a nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição de produtos, risco no valor de sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco de provisões. A Seguradora tem diversos controles mitigadores para o risco de seguro bem como realiza análises de sensibilidade e de concentração de riscos. **6.4 Contratos de resseguro:** O risco de seguro pode ser mitigado por meio de contrato com resseguradores. As carteiras da Seguradora possuem proteção de resseguro proporcional e não proporcional. A Seguradora detém contratos ativos com os resseguradores locais, admitidos e eventuais, todos com bom *rating* de risco de crédito, de forma a otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, assim como mitigar possíveis perdas na eventualidade de sua inexistência. A estratégia da seguradora é atuar dentro da capacidade do contrato de resseguro, minimizando a necessidade de compra de eventuais proteções de resseguro facultativas com outros resseguradores, o que aumentaria a exposição ao risco de crédito. **6.5 Análise de sensibilidade - controlada:** Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora foi aplicada sobre a sinistralidade, e ativos financeiros da empresa, sendo que os impactos poderão ser vistos a seguir:

Premissas	Passivo (1) 2023	Ativo (2) 2023	PLA 2023	Resultado (3) 2023
Aumento de 2 p.p., sobre a sinistralidade (1)	30.195	12.435	(10.656)	(10.656)
Redução de 2 p.p., sobre a sinistralidade (2)	(30.195)	(12.435)	10.656	10.656

Premissas	Ativo (4) 2023	PLA (5) 2023	Ativo (4) 2022	PLA (5) 2022
Aumento de 4,05 % nas taxas de juros	(82.500)	(49.500)	(41.368)	(24.821)
Redução de 2,25 % nas taxas de juros	50.833	30.500	24.548	14.729

Observações: (1) *Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* (2) *Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* (3) *Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.* (4) *Aumento de 4,05 ponto percentual ou redução de 2,25 ponto percentual na taxa de juros para apurar o impacto no ativo na Seguradora.* (5) *Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.*

6.6 Concentração de risco - controlada: A concentração de risco da Seguradora é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios baseada nas importâncias seguradas.

continua ★

★ continuação

Prêmios diretos brutos de resseguro

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
						31 de dezembro de 2023
Acidentes Pessoais	27	276	1	4	20	328
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	–	133	–	–	–	133
Aeronáuticos (cascos)	85	56.598	–	–	3.636	60.319
Assistência e Outras Cobert. - Auto	–	776	–	–	–	776
Automóvel - Casco	–	8.936	–	–	–	8.936
Compreensivo condomínio	11.839	7.488	136	654	420	20.537
Compreensivo empresarial	19.509	20.226	1.611	2.710	3.371	47.427
Compreensivo residencial	2.130	1	1	99	1	2.232
Compreensivo Riscos Cibernéticos	590	4.222	99	171	81	5.163
Desemprego/Perda de Renda	–	4.492	–	–	–	4.492
Funeral	6	5	–	–	–	11
Garantia Est./Ext. Gar. - Bens em Geral	–	90.674	–	–	–	90.674
Garantia segurado - Setor privado	–	10.434	–	–	–	10.434
Garantia segurado - Setor público	–	43.307	–	–	–	43.307
Lucros cessantes	17.751	42.837	10.813	923	9.922	82.246
Marítimos (Casco)	–	44.135	–	–	–	44.135
Microseguros de Danos	–	18.852	–	–	–	18.852
Microseguros de Pessoas	–	38.033	–	–	–	38.033
Penhor rural	17.643	1.998	498	2.394	33.211	55.744
Prestamista (coletivo)	(1)	157	–	484	–	640
Prestamista (individual)	–	58.738	–	–	–	58.738
R.C. Administradores e diretores D&O	4.258	25.161	432	1.131	814	31.796
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	(14)	3.072	–	–	–	3.058
R.C. Geral	27.930	107.807	1.619	4.406	3.849	145.611
R.C. Operador Transp. Multi - RCOTM-C	–	7.475	–	–	–	7.475
R.C. Profissional	11.547	35.574	324	2.208	1.619	51.272
R.C. Riscos Ambientais	513	3.497	228	175	29	4.442
R.C. Transp. Aquaviário Carga-RCA-C	–	1.164	–	–	–	1.164
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	331	–	–	–	331
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	9.633	–	–	–	9.633
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	(1)	31.718	–	12	–	31.729
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	127	55.637	–	127	–	55.891
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	–	4.427	–	–	–	4.427
Resp. Civil Hangar	–	7.906	–	–	–	7.906
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	1.347	–	–	–	1.347
Resp. Civil Facultativa para Aeronaves - RCF	–	7.895	–	–	–	7.895
Riscos de engenharia	8.735	54.473	2.501	4.009	2.729	72.447
Riscos de Petróleo	–	626	–	–	–	626
Riscos diversos	94	77.788	111	182	(6)	78.169
Riscos nomeados e operacionais	56.565	191.167	30.688	18.216	20.590	317.226
Seg. Compreensivo Oper. Portuários	1.599	3.489	783	356	85	6.312
Seguro Agrícola sem cob do FESR	–	479	–	–	–	479
Seguro benf. e prod. agropecuários	9.064	2.119	324	565	15.783	27.855
Seguro funeral	–	2.423	–	–	–	2.423
Transporte internacional	(111)	38.318	–	16	(2)	38.221
Transporte nacional	229	85.640	–	470	–	86.339
Viagem (Coletivo)	–	6.924	–	57	–	6.981
Viagem (individual)	–	40.869	–	–	–	40.869
Vida em grupo	7.661	14.097	98	6.039	46	27.941
Total	**197.775**	**1.273.374**	**50.267**	**45.408**	**96.198**	**1.663.022**

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
						31 de dezembro de 2022
Acidentes Pessoais	32	253	8	1	19	313
Aeronáuticos (cascos)	(735)	30.322	–	–	9	29.596
Compreensivo condomínio	9.932	5.882	65	270	332	16.481
Compreensivo empresarial	18.572	43.739	2.549	4.248	6.374	75.482
Compreensivo residencial	2.170	1	–	89	9	2.269
Funeral	7	6	–	–	–	13
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	–	53.470	–	–	–	53.470
Garantia segurado - Setor privado	–	10.900	–	–	–	10.900
Garantia segurado - Setor público	–	24.899	–	–	–	24.899
Lucros cessantes	1.451	7.566	195	570	248	10.030
Marítimos (Casco)	–	25.433	–	27	–	25.460
Microseguros de Danos	–	18.010	–	–	–	18.010
Microseguros de Pessoas	–	26.838	–	–	–	26.838
Penhor rural	15.604	4.478	519	2.182	36.156	58.939
Prestamista (coletivo)	4	494	–	419	1	918
Prestamista (individual)	–	54.876	–	–	–	54.876
R.C. Administradores e diretores D&O	2.490	16.609	441	656	603	20.799
R.C. Geral	17.254	45.023	1.741	3.900	2.245	70.163
R.C. Profissional	7.738	17.843	153	1.535	1.002	28.271
R.C. Riscos Ambientais	228	1.888	23	28	30	2.197
Compreensivo Riscos Cibernéticos	–	26	–	–	–	26
R.C. Transp. Aquaviário Carga-RCA-C	–	436	–	–	–	436
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	165	–	–	–	165
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	9.229	–	–	–	9.229
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	11	24.550	–	4	(28)	24.537
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	115	49.571	11	29	(18)	49.708
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	–	10	–	–	–	10
R.C. Operador Transp. Multi - RCOTM-C	–	815	–	–	–	815
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	–	4.450	–	–	–	4.450
Resp. Civil Hangar	–	5.526	–	42	–	5.568
Resp. Explor. ou Transp aéreo - RETA	–	407	–	–	–	407
Riscos de engenharia	5.845	30.998	5.607	5.530	2.339	50.319
Riscos diversos	194	77.705	196	346	46	78.487
Resp. Civil Fac. para Aeronaves - RCF	–	4.890	–	–	–	4.890
Riscos nomeados e operacionais	6.115	38.176	2.632	22.103	6.344	75.370
Seguro benf e prod agropecuários	6.528	3.332	80	613	13.231	23.784
Seguro Agrícola sem cob do FESR	–	2.837	–	–	–	2.837
Seg. Compreensivo Oper. Portuários	320	883	447	89	67	1.806
Riscos de Petróleo	–	547	–	–	–	547
Seguro funeral	–	2.435	–	–	–	2.435
Transporte internacional	811	20.436	–	251	–	21.498
Transporte nacional	179	35.993	–	(100)	14	36.086
Viagem (Coletivo)	–	4.946	–	245	–	5.191
Viagem (individual)	–	34.532	–	–	–	34.532
Vida em grupo	6.805	12.586	212	6.464	95	26.162
Total	**101.670**	**754.011**	**14.879**	**49.541**	**69.118**	**989.219**

6.7 Risco de mercado e risco de balanço patrimonial: Risco de mercado é o risco de uma perda potencial nos valores de mercado decorrentes das diversas alterações nas taxas e preços de mercado. O risco de balanço patrimonial surge dos conflitos e inconsistências de natureza dos ativos e passivos da AXA. A AXA utiliza técnicas para mitigação do risco de mercado, sendo a principal delas a seleção dos seus investimentos alinhados com o perfil do fluxo de caixa projetado e obrigações assumidas. **6.8 Risco cambial:** Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora foi aplicada sobre a sinistralidade, e ativos financeiros da empresa, sendo que os impactos poderão ser vistos a seguir. **6.9 Volatilidade no preço das ações:** A exposição da AXA à volatilidade no preço das ações é considerada baixa em decorrência da política de investimentos adotada pela Seguradora que aplica seus recursos, basicamente, em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. **6.10 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A AXA está sujeita ao risco de taxas de juros, dada a política e o montante aplicados em investimentos remunerados à SELIC. A AXA concentra suas aplicações em uma remuneração baseada na SELIC, estando exposta a variações na taxa da SELIC e em remunerações baseadas em taxas prefixadas no momento do investimento em títulos públicos federais. **6.11 Risco de Crédito - Controlada:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguros e dos créditos detidos junto às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com ratings de crédito estabelecido por agências de crédito reconhecidas no mercado, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras, e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área Financeira e de Gerenciamento de Riscos da Seguradora. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Seguradora. A Seguradora possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais e neste painel a classificação mais baixa obtida segundo a A.M Best Rating Services foi B++. Para as resseguradoras locais sem classificação de rating, é feita uma análise do grupo econômico e outros fatores financeiros para sua seleção.

Agência de risco	Rating	Local	Admitida	Eventual	Total
					31 de dezembro de 2023
A.M. Best Rating Services	A++	–	461	550	1.011
A.M. Best Rating Services	A+	106.866	154.859	2.066	263.791
A.M. Best Rating Services	A+*	49.792	–	59.393	109.185
A.M. Best Rating Services	A	10.821	9.808	10.862	31.491
A.M. Best Rating Services	A*	3.685	–	–	3.685
A.M. Best Rating Services	A-	343.888	–	30	343.918
A.M. Best Rating Services	B++	–	1.985	–	1.985
A.M. Best Rating Services	NR	45	46	94	185
Total		**515.097**	**167.159**	**72.995**	**755.251**

Os valores acima são representados pela provisão de sinistros a liquidar da rubrica ativos de resseguro mais os créditos a recuperar da rubrica operações com resseguradoras.

* Na ausência dos ratings de algumas resseguradoras, utilizamos o rating global de cada Grupo respectivo.

6.12 Risco de liquidez - Controlada: O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. Conforme demonstrado abaixo, apesar do saldo de passivos financeiros de curto prazo ser maior que o saldo dos ativos financeiros de curto prazo, os nossos ativos de longo prazo são representados significativamente por aplicações financeiras disponíveis para venda, podendo ser resgatadas a qualquer momento.

Ativos e passivos	1 a 30 dias ou sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
				2023
Ativos financeiros disponíveis para venda e em negociação	–	214.941	922.184	1.137.125
Créditos das operações de seguros e resseguros	138.200	758.505	35.912	932.617
Ativos de resseguros	–	636.866	244.507	881.373
Títulos e créditos a receber	–	50.828	116.168	166.996
	138.200	1.661.140	1.318.771	3.118.111
Contas a pagar	–	98.228	11.541	109.769
Passivos de contratos de seguros	828.863	716.444	469.488	2.014.795
Débitos das operações de seguros e resseguros	–	646.891	15.415	662.306
Depósito de terceiros	–	12.496	3.650	16.146
Total de passivos financeiros	**828.863**	**1.474.059**	**500.094**	**2.803.016**

Ativos e passivos	1 a 30 dias ou sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
				2022
Ativos financeiros disponíveis para venda e em negociação	–	177.722	1.016.113	1.193.835
Créditos das operações de seguros e resseguros	104.778	535.766	22.789	663.333
Ativos de resseguros	–	926.932	222.892	1.149.824
Títulos e créditos a receber	–	51.519	115.361	166.880
	104.778	1.691.939	1.377.155	3.173.872
Contas a pagar	–	67.774	–	67.774
Passivos de contratos de seguros	704.031	1.037.339	417.701	2.159.071
Débitos das operações de seguros e resseguros	–	604.208	10.029	614.237
Depósito de terceiros	–	23.624	1.364	24.988
Total de passivos financeiros	**704.031**	**1.732.945**	**429.094**	**2.866.070**

6.13 Risco operacional: É o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos. Na AXA os riscos operacionais são identificados pelos gestores dos processos e avaliados pela alta administração de acordo com as exigências do Grupo AXA. Uma função central de Gestão de Risco Operacional foi adotada para centralizar e apoiar a Seguradora na aplicação das atividades de gerenciamento de risco como a identificação, mensuração, mitigação e comunicação dos riscos, garantindo a implantação de controles adequados e os reportes necessários. **6.14 Risco de reputação/Marca:** É o risco de que o mercado da AXA ou a imagem dos serviços possa sofrer uma queda. Estes riscos são analisados e monitorados regularmente como parte da Gestão de Risco Operacional e do Processo de Análise de Risco e Rentabilidade em conjunto com a área de Marketing, por meio de metodologia e padrões definidos pelo Grupo AXA. **6.15 Gestão de capital:** Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir linha de retenção em adequação com o plano de negócios. **6.16 Estratégia de negócios e de subscrição:** A Seguradora está organizada em dois macro ramos de negócios: **I Seguros de danos:** A posição de valor dos Seguros de Danos se concentra em quatro grupos de produtos para os Ramos Comerciais: • Patrimonial; • Riscos Financeiros; • Responsabilidades; • Transportes. A Seguradora também segmenta clientes potenciais com base no porte da empresa. Na oferta de diferenciação para potenciais clientes, a Seguradora analisa o mercado e o segmento de acordo com três critérios: • Segue genericamente as tendências do mercado na oferta, mas selecionando através das melhores ofertas no mercado. • Segue as diretrizes do Grupo AXA sobre subscrição de riscos. • Preparação da oferta segmentada reutilizando a experiência e expertise em subscrição da Seguradora para criar pacotes de produtos. **II - Vida em Grupo e Parceiras: (a) Vida em Grupo:** Com o objetivo de atender as demandas do mercado de benefícios, oferecemos seguro de vida em grupo e produtos principais fundamentais (exceto produtos de saúde), em linha com os padrões e práticas do mercado. O Produto Vida em Grupo, assim como Prestamista e Acidentes Pessoais, oferece um conjunto de características comuns como cobertura de vida e invalidez, auxílio funeral e serviços de assistências. A Seguradora atua junto às principais corretoras para proposta de seguro de vida desde pequenas a grandes empresas, sendo seletiva sobre as oportunidades apresentadas para respeitar as diretrizes de rentabilidade. **(b) Parcerias:** A Seguradora atua no mercado de afinidades criando parcerias *B to B to C* com empresas que tenham importantes redes de distribuição tais como varejistas, bancos, financeiras, cooperativas, etc. Estas parcerias podem ser construídas através de corretoras, consultores especialistas ou diretamente com as empresas. Três principais ramos de produtos foram desenvolvidos para esta linha de negócios: • Proteção Pessoal e Financeira: para proteger empréstimos pessoais com coberturas que incluirão: vida, invalidez, perda de emprego involuntária, perda/ roubo de cartão de crédito. • Proteção de bens: garantindo a sustentabilidade dos produtos, através dos seguros de garantia estendida e roubo/furto de portáteis; • Viagem: com a principal cobertura sendo despesas médicas, além de repatriação, atraso de bagagem, morte, invalidez e serviços de assistência.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Voltaire Participações S.A.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Bancos	1	–	13.031	47.681
	1	**–**	**13.031**	**47.681**

8. Aplicações financeiras: A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: • Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). • Títulos privados - foram calculados pela curva, com base no "Preço Unitário" informado pela instituição financeira correspondente à emissão. • Quotas de fundos de investimentos - pelos valores das quotas disponibilizados pelos administradores de cada fundo para a data do balanço.

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras - consolidado

2023	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Percentual de Carteira
Disponíveis para venda	–	127.770	922.184	1.049.954	1.021.101	28.854	92%
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	26.242	57.456	83.698	83.638	60	7%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	–	50.247	362.993	413.240	400.766	12.474	36%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	–	51.281	483.313	534.594	518.275	16.319	47%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	–	–	9.183	9.183	9.183	–	1%
LF - Letras Financeiras	–	–	9.239	9.239	9.239	–	1%
Valor justo por meio do resultado	91.832	–	–	91.832	91.832	–	8%
Quotas Outros Fundos de Investimento - FII	5.998	–	–	5.998	5.998	–	0%
Quotas Outros Fundos de Investimento - FIC	74.780	–	–	74.780	74.780	–	7%
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	6.393	–	–	6.393	6.393	–	1%
Quotas Outros Fundos de Investimento	4.661	–	–	4.661	4.661	–	0%
Total	**91.832**	**127.770**	**922.184**	**1.141.786**	**1.112.933**	**28.853**	**100%**
Circulante				**219.602**			
Não Circulante				**922.184**			

2022	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Percentual de Carteira
Disponíveis para venda								
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	51.538	57.142	272.903	381.583	381.350	233	32%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	–	–	–	506.170	506.170	516.685	(10.515)	42%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	–	–	–	237.040	237.040	244.123	(7.083)	20%
Valor justo por meio do resultado								
Quotas Outros Fundos de Investimento	5.926	–	–	–	5.926	5.926	–	1%
Quotas Outros Fundos de Investimento	63.141	–	–	–	63.141	63.141	–	5%
Total	**69.067**	**51.538**	**57.142**	**1.016.113**	**1.193.860**	**1.211.225**	**(17.365)**	**100%**
Circulante					**177.747**			
Não circulante					**1.016.113**			

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	2022	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/perdas não realizados	(+) Rendimentos	2023
Valor justo por meio do resultado	**69.067**	**81.340**	**(57.949)**	**–**	**(625)**	**91.833**
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	63.116	70.952	(57.949)	–	(1.339)	74.780
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	5.926	–	–	–	72	5.998
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	–	5.800	–	–	593	6.393
Quotas Outros Fundos de Investimento	25	4.588	–	–	49	4.662
Disponível para Venda	**1.124.793**	**1.171.337**	**(1.412.107)**	**46.219**	**119.711**	**1.049.954**
Certificado de Depósito Bancário	–	9.000	–	–	183	9.183
Letras Financeiras	–	9.061	–	–	178	9.239
Letras Financeiras do Tesouro	381.583	853.488	(1.182.772)	(173)	31.572	83.698
Letras do Tesouro Nacional	506.170	31.663	(193.751)	22.989	46.169	413.240
Notas do Tesouro Nacional	237.040	268.125	(35.584)	23.403	41.609	534.593
	1.193.860	**1.252.677**	**(1.470.056)**	**46.219**	**119.086**	**1.141.786**

	2021	Incorporação AXA XL Seguros S/A	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/perdas não realizados	(+) Rendimentos	2022
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de Fundos de Investimento - FIC	30.418		58.336	(26.191)	–	578	63.141
Quotas de Fundos de Investimento - FII	5.702		–	–	–	224	5.926
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro	32.350	186.116	572.314	(432.757)	162	23.397	381.583
Letras do Tesouro Nacional	229.279	255.022	76.253	(69.622)	(6.643)	21.882	506.170
Notas do Tesouro Nacional	86.078	206.939	–	(62.782)	(4.484)	11.289	237.040
Debênture	1.019	–	–	(1.058)	2	37	–
	384.846	**648.077**	**706.903**	**(592.410)**	**(10.963)**	**57.407**	**1.193.860**

(c) Estimativa do valor justo: A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A composição das aplicações financeiras, são classificadas no Nível 1 para títulos públicos e Nível 2 para títulos privados. A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no Nível 1, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
			2023
Valor justo por meio do resultado	–	87.170	87.170
Disponível para venda	1.054.616	–	1.054.616
Total	**1.054.616**	**87.170**	**1.141.786**

Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
			2022
Valor justo por meio do resultado	–	69.042	69.042
Disponível para venda	1.124.818	–	1.124.818
Total	**1.124.818**	**69.042**	**1.193.860**

(d) Taxas pactuadas

Tipo de aplicação	2023	2022
Quotas de fundos de investimentos - FIC	Renda Variável - FIC	Renda Variável - FIC
Quotas de fundos de investimentos - FII	Renda Variável - FII	Renda Variável - FII
Quotas de fundos de investimentos - DEB INCENT	Renda Variável - DEB	–
Letras Financeiras do Tesouro	100% SELIC	100% SELIC
Letras do Tesouro Nacional	Pré-fixada	Pré-fixada
Notas do Tesouro Nacional	100% IPCA + Pré-fixada	100% IPCA + Pré-fixada
Debênture	Pós-fixada	Pós-fixada
Certificado de Depósito Bancário	100% SELIC	100% SELIC
Letra Financeira	100% SELIC	100% SELIC

(e) Garantia das provisões técnicas - Controlada: Os valores contábeis das aplicações vinculadas à Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP) são os seguintes:

	2023	2022
Provisão de prêmios não ganhos	943.772	776.612
Provisão de sinistros a liquidar	886.239	1.207.343
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	115.341	106.610
Provisão de despesas relacionadas	69.443	68.506
Total das provisões técnicas	**2.014.795**	**2.159.071**
Provisão de prêmios não ganhos resseguros	(76.897)	(78.712)
Provisão de sinistros a liquidar	(523.771)	(826.805)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(57.733)	(46.946)
Provisão de despesas relacionadas	(35.673)	(40.783)
Custo de aquisição diferido	(109.202)	(93.937)
Direitos Creditórios	(369.237)	(249.158)
Depósitos Judiciais	(295)	(522)
Total das exclusões	**(1.172.808)**	**(1.336.863)**
Total das provisões técnicas para cobertura	**841.987**	**822.208**
Composição dos ativos vinculados às provisões técnicas		
Letras financeiras do tesouro	83.698	381.583
Letras do tesouro nacional	413.240	506.170
Notas do tesouro nacional	534.594	237.040
Certificado de Depósito Bancário	9.183	–
Letras Financeiras	9.239	–
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	2.401	3.045
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	74.780	63.116
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	6.393	–
Total dos ativos vinculados a cobertura das provisões técnicas	**1.133.528**	**1.190.953**
Suficiência	**291.541**	**368.745**
Ativos Livres	**3.597**	**2.881**
Suficiência total	**295.138**	**371.626**

No caso específico dos ativos redutores (exclusões) relacionados às provisões de prêmios, se caracterizam por já terem sido liquidados com a contraparte.

9. Recebíveis

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prêmios a receber (a) / (b) / (c)	–	–	672.653	490.597
Operações com seguradoras	–	–	30.064	50.507
Operações com resseguradoras	–	–	223.530	119.572
Outros créditos operacionais	–	–	6.370	2.657
Títulos e créditos a receber	–	–	27.987	27.500
Outros créditos	–	3	20.702	24.594
	–	3	981.306	715.427
Circulante	–	3	934.429	676.813
Não circulante	–	–	46.877	38.614

(a) Prêmios a receber por vencimento - Controlada

Prêmios a vencer	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
De 01 a 30 dias	138.201	104.777
De 31 a 60 dias	98.942	54.165
De 61 a 120 dias	100.764	56.098
De 121 a 180 dias	48.038	26.994
De 181 a 365 dias	33.217	13.780
Acima de 365 dias	14.300	7.955
Total de prêmios a vencer	**433.462**	**263.769**
Prêmios vencidos		
De 01 a 30 dias	26.543	23.532
De 31 a 60 dias	5.897	5.052
De 61 a 120 dias	3.136	4.986
De 121 a 180 dias	3.432	2.309
De 181 a 365 dias	8.437	2.591
Acima de 365 dias	13.289	11.908
Total de prêmios vencidos	**60.734**	**50.378**
Prêmios de risco vigente e não emitido (RVNE)	201.750	195.377
Redução do valor recuperável	(23.293)	(18.927)
Total de prêmio pendente no final do exercício	**672.653**	**490.597**
Prêmios a receber - Circulante	**636.741**	**467.808**
Prêmios a receber - Não circulante	**35.912**	**22.789**

(b) Composição por ramos de seguro - Controlada

Linhas de negócios	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Compreensivo empresarial	19.293	38.537
Lucros cessantes	29.781	20.695
Riscos de engenharia	34.334	28.917
Riscos diversos	10.318	14.728
Riscos nomeados e operacionais	175.285	103.751
R.C. Geral	65.035	52.096
R.C. Profissional	20.664	12.503
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	111	–
Automóvel - Casco	6.045	–
Assistência e Outras Cobert. - Auto	530	–
Transporte nacional	43.246	20.583
Transporte internacional	19.227	15.458
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	69	41
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	12.941	13.095
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	7.563	5.489
Seguro benf. e prod. agropecuários	8.197	5.389
Penhor rural	16.741	13.628
Compreensivo residencial	499	511
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	7.749	5.955
R.C. Administradores e diretores D&O	13.828	10.329
R.C. Riscos Ambientais	1.461	2.260
Garantia segurado - Setor público	21.093	17.034
Garantia segurado - Setor privado	8.127	4.231
Prestamista (coletivo)	184	172
Acidentes Pessoais	77	74
Vida em grupo	6.822	8.207
Viagem (Individual)	18.529	8.103
Prestamista (individual)	11.519	10.807
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	3.606	2.651
Aeronáuticos (cascos)	26.372	18.487
Resp. Civil Hangar	4.290	2.450
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	167	72
Microseguros de Pessoas	7.454	5.610
Microseguros de Danos	3.614	4.054
Compreensivo condomínio	6.233	5.444
Viagem (Coletivo)	690	362
Funeral (coletivo)	3	5
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.885	1.362
R.C. Transp. Aquaviário Carga-RCA-C	878	45
Funeral	562	599
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	2.585	2.561
Compreensivo Riscos Cibernéticos	1.042	3.668
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	2.048	43
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	3.375	4.847
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	273	781
Desemprego/Perda de Renda	3.140	–
Compreensivo para Operadores Portuários	3.526	1.612
Petróleo - Riscos de Petróleo	–	363
Marítimos (Casco)	41.642	22.988
	672.653	**490.597**
Prêmios a receber - Circulante	636.741	467.808
Prêmios a receber - Não circulante	35.912	22.789

c) Movimentação dos prêmios a receber - Controlada

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**219.814**
(+) Prêmios emitidos	1.262.520
(+) IOF	51.838
(–) Prêmios cancelados	(151.394)
(–) Recebimentos	(1.081.566)
(+) Prêmio RVNE	659
(+/–) Variação Redução valor recuperável	(4.980)
(+) Saldo incorporação AXA XL Seguros S.A.*	193.706
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**490.597**
(+) Prêmios emitidos	2.198.949
(+) IOF	95.328
(–) Prêmios cancelados	(362.501)
(–) Recebimentos	(1.751.727)
(+) Prêmio RVNE	6.373
(+/–) Variação Redução valor recuperável	(4.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**672.653**

d) Operações com seguradoras - Controlada

	2023	2022
Prêmio de cosseguro aceito	20.052	46.899
Operações com cosseguro cedido	23.009	25.780
Redução ao valor recuperável	(12.997)	(22.172)
Total	**30.064**	**50.507**

e) Operações com resseguradoras - Controlada

	2023	2022
Sinistros a recuperar - Resseg. local	129.977	88.467
Sinistros a recuperar - Resseg. admitido	94.086	54.496
Sinistros a recuperar - Resseg. eventual	38.989	17.066
Redução ao valor recuperável	(39.522)	(40.457)
Total	**223.530**	**119.572**

10. Tributos a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ estimado a compensar	850	800	65.603	57.009
CSLL estimada a compensar	–	–	38.814	34.053
Outros créditos tributários	–	–	353	7.592
PIS/COFINS diferido sobre Provisão Sinistros a liquidar e IBNR	–	–	19.533	20.412
	850	800	124.303	119.066
Circulante	850	800	19.100	19.530
Não circulante	–	–	105.203	99.536

11. Ativos de resseguros - Controlada: 11.1 Ativo de resseguro - provisões técnicas e passivo de operações com resseguradoras

Ativo	2023	2022
Ativo de resseguro - provisões técnicas	**881.373**	**1.149.824**
Prêmio de resseguro diferido	201.013	176.794
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	63.182	58.496
Provisão de Sinistros a Liquidar	523.772	826.805
Provisão de IBNR	57.733	46.946
Provisão de Despesas Relacionadas	18.295	24.085
Provisão de Despesas Relacionadas IBNR	17.378	16.698
Circulante	**636.866**	**926.932**
Não circulante	**244.507**	**222.892**
Passivo		
Passivo de operações com resseguradoras	**428.906**	**447.584**
Prêmio de resseguro cedido/liquidar	343.357	371.245
Prêmio de RVNE	85.549	76.339
Circulante	**417.760**	**440.978**
Não circulante	**11.146**	**6.606**

11.2 Movimentações das provisões técnicas - Resseguro

2023	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)
Saldo no início do período	**176.795**	**58.497**	**826.805**	**46.946**	**24.085**	**16.698**
Constituição decorrentes de prêmios	3.919.208	–	–	–	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.894.990)	–	–	–	–	–
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	135.729	–	6.690	–
Pagamento de sinistros	–	–	(438.762)	–	(12.480)	–
Outras constituições	–	1.243.524	–	739.425	–	222.867
Outras reversões	–	(1.238.839)	–	(728.638)	–	(222.187)
Saldo no final do período	**201.013**	**63.182**	**523.772**	**57.733**	**18.295**	**17.378**

2022	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)
Saldo no início do exercício	**51.377**	**1.708**	**76.911**	**14.706**	**2.356**	**3.662**
Incorporação AXA XL Seguros S/A*	129.645	55.371	750.349	32.464	24.385	15.877
Constituição decorrentes de prêmios	2.081.303	–	–	–	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(2.085.530)	–	–	–	–	–
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	319.420	–	3.988	–
Pagamento de sinistros	–	–	(319.875)	–	(6.644)	–
Outras constituições	–	247.373	–	422.579	–	130.156
Outras reversões	–	(245.956)	–	(422.803)	–	(132.997)
Saldo no final do exercício	**176.795**	**58.496**	**826.805**	**46.946**	**24.085**	**16.698**

* Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S.A. conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional

11.3 Títulos e créditos a receber Controlada

	2023	2022
Ressarcimento a receber	1.868	5.380
Estimativa de ressarcimento	21.851	21.105
Outros créditos a receber	4.268	1.015
Total	**27.987**	**27.500**

11.4 Composição de corretores de seguros e resseguros - Controlada

Linhas de negócios	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Compreensivo residencial	248	272
Compreensivo condomínio	1.390	1.274
Compreensivo empresarial	3.723	6.945
Lucros cessantes	2.057	1.822
Riscos de engenharia	4.406	3.709
Riscos diversos	3.793	6.302
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	3.734	5.015
Riscos nomeados e operacionais	22.410	12.166
R.C. Administradores e diretores D&O	2.445	1.925
R.C. Riscos Ambientais	156	157
Compreensivo Riscos Cibernéticos	140	583
R.C. Geral	8.383	7.359
R.C. Profissional	4.014	2.399
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	17	–
Automóvel - Casco	945	–
Assistência e Outras Cobert. - Auto	82	–
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	328	5
Transporte nacional	7.277	3.774
Transporte internacional	4.097	3.481
R.C. Transp carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	456	371
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	552	560
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	21	16
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	2.872	3.256
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	1.653	1.497
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	150	8
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	913	920
Garantia segurado - Setor público	3.883	3.586
Garantia segurado - Setor privado	1.845	744
Viagem (Coletivo)	–	11
Prestamista (coletivo)	173	130
Acidentes Pessoais	608	604
Vida em grupo	2.899	2.530
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	27	100
Seguro benf. e prod. agropecuários	3.058	1.979
Penhor rural	6.294	5.037
Funeral	235	250
Prestamista (individual)	7.593	7.549
Desemprego/Perda de Renda	1.446	–
Compreensivo para Operadores Portuários	518	323
Marítimos (Casco)	4.695	3.504
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	469	353
Aeronáuticos (cascos)	2.856	1.645
Viagem (Individual)	245	–
Funeral (coletivo)	1	–
Resp. Civil Hangar	550	344
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	20	13
Microseguros de Pessoas	3.290	2.211
Microseguros de Danos	1.615	1.763
Petróleo - Riscos de Petróleo	5	26
	118.587	**96.518**
Circulante	**114.318**	**93.095**
Não circulante	**4.269**	**3.423**

12. Custos de aquisição diferidos - Controlada

Linhas de negócio	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Compreensivo residencial	210	196
Compreensivo condomínio	2.511	2.278
Compreensivo empresarial	5.896	7.912
Lucros cessantes	2.359	2.187
Riscos de engenharia	11.813	9.586
Riscos diversos	16.168	18.194
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	47.078	40.320
Riscos nomeados e operacionais	20.044	10.875

continua ★

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Voltaire Participações S.A.

★ continuação

Linhas de negócio	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
R.C. Administradores e diretores D&O	3.207	2.548
R.C. Riscos Ambientais	251	225
Compreensivo Riscos Cibernéticos	306	528
R.C. Geral	12.026	9.644
R.C. Profissional	5.634	3.937
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	360	7
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	18	–
Automóvel - Casco	1.047	–
Assistência e Outras Cobert. - Auto	89	–
Transporte nacional	5.334	2.962
Transporte internacional	3.513	2.231
R.C. Transp carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	455	403
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	531	555
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	3	3
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	759	1.305
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	481	354
R.C. Transp. Aquaviário Carga-RCA-C	10	4
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	367	489
Garantia segurado - Setor público	17.614	13.828
Garantia segurado - Setor privado	4.614	3.700
Funeral (coletivo)	1	2
Prestamista (coletivo)	3	4
Acidentes Pessoais	10	10
Vida em grupo	2.927	1.611
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	37	192
Seguro benf. e prod. agropecuários	6.293	5.183
Penhor rural	13.254	12.996
Funeral	48	39
Viagem (Individual)	77	0
Prestamista (individual)	5.313	3.526
Desemprego/Perda de Renda	1.916	–
Compreensivo para Operadores Portuários	593	382
Marítimos (Casco)	4.989	3.520
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	530	479
Aeronáuticos (cascos)	3.511	2.750
Resp. Civil Hangar	600	531
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	132	71
Microseguros de Pessoas	971	667
Microseguros de Danos	514	542
Petróleo - Riscos de Petróleo	16	44
Total	**204.432**	**166.820**
Circulante	**161.002**	**132.597**
Não circulante	**43.430**	**34.223**

(a) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**99.522**
Comissões sobre prêmios	268.211
Recuperação de comissão	(10.332)
Diferimento pelo risco decorrido	(208.644)
Oscilação cambial	(214)
Saldo incorporação*	18.277
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**166.820**
Comissões sobre prêmios	385.577
Recuperação de comissão	(17.602)
Diferimento pelo risco decorrido	(83.183)
Oscilação cambial	(247.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**204.432**

* Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S.A. conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

13. Investimentos em controlada: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da AXA Seguros S.A. foram examinadas por auditores independentes e emitidas em 26 de fevereiro de 2024, com opinião sem modificação sobre as demonstrações financeiras.

(a) Composição do saldo de investimento:

Entidade controlada:	Controladora 2023	2022
AXA Seguros S/A *	711.799	711.478
	711.799	711.478

(b) Informações sobre a empresa controlada:

Controlada	AXA 2023	2022
Ações do capital social	8.627.833.472	8.627.833.472
Quantidade de ações possuídas	8.627.833.472	8.627.833.472
Percentual de participação	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	711.799	711.478
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	47.590	112.260

(c) Movimentação do investimento:

	2023	2022
No início do exercício	**711.478**	**315.384**
Aumento de capital	(75.000)	272.930
Equivalência patrimonial	47.590	112.260
Ajuste de avaliação Patrimonial	27.731	(2.766)
Reserva de Capital	–	13.670
No final do exercício	**711.799**	**711.478**

14. Imobilizado - Controlada: (a) Composição:

	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Equipamentos de Informática	20	11.975	(6.986)	4.989	4.192
Outros Equipamentos	20	107	(39)	68	89
Móveis e Utensílios	10	2.508	(1.139)	1.369	1.269
Veículos	20	146	(62)	84	113
Benfeitorias e Imóveis de Terceiros	20	3.030	(1.670)	1.360	1.663
		17.766	(9.896)	7.870	7.326

(b) Movimentação do custo:

	Taxas anuais depreciação %	2022	Aquisições	Baixas	2023
Equipamentos de informática	20	9.863	2.205	(93)	11.975
Outros Equipamentos	20	107	–	–	107
Móveis e utensílios	10	2.171	340	(3)	2.508
Veículos	20	146	–	–	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.030	–	–	3.030
		15.317	2.545	(96)	17.766

	Taxas anuais depreciação %	2021	Saldo de Incorporação AXA XL Seguros	Aquisições	Baixas	2022
Equipamentos de informática	20	7.216	–	2.895	(248)	9.863
Outros Equipamentos	20	0	107	–	–	107
Móveis e utensílios	10	2.037	–	395	(261)	2.171
Veículos	20	0	146	–	–	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.956	–	–	(926)	3.030
		13.209	253	3.290	(1.435)	15.317

(c) Movimentação da depreciação:

	Taxas anuais depreciação %	2022	Aquisições	Baixas	Transferências	2023
Equipamentos de informática	20	5.671	1.380	(66)	–	6.986
Outros Equipamentos	20	18	21	–	–	39
Móveis e utensílios	10	902	237	–	–	1.139
Veículos	20	33	29	–	–	62
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1.367	303	–	–	1.670
		7.991	1.971	(66)	0	9.896

	Taxas anuais depreciação %	2021	Saldo de Incorporação AXA XL Seguros*	Aquisições	Baixas	2022
Equipamentos de informática	20	4.767	–	1.143	(239)	5.671
Outros Equipamentos	20	–	18	–	–	18
Móveis e utensílios	10	750	–	211	(59)	902
Veículos	20	–	33	–	–	33
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1.242	–	380	(255)	1.367
Imobilizações em curso		–	–	–	–	–
		6.759	51	1.734	(553)	7.991

* Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S.A. conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional

15. Intangível - Controlada: (a) Composição:

	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Software	20	10.971	(10.625)	346	527
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	79.068	(37.916)	41.152	40.308
Acordo de Exclusividade (i)		200.761	(72.460)	128.301	144.012
Outros Intangíveis	20	10.715	(1.644)	9.071	4.570
Ágio na Transferência Carteira	20	2.056	(1.314)	742	–
		303.571	(123.959)	179.612	189.417

(i) Acordo de exclusividade na distribuição de seguros celebrado em setembro de 2016 com vigência inicial por dez anos ou até atingimento dos valores de prêmio emitido previstos em contrato, o que ocorrer primeiro, a partir do início das vendas: R$ 92.000, a amortização é feita de forma linear. O acordo de exclusividade foi estendido para 15 anos com previsão de término em 2032, para isso a seguradora aportou mais R$ 20.000 no exercício de 2019, R$ 43.761 durante o exercício de 2020 e R$ 45.000 durante o exercício de 2021.

(b) Movimentação do custo:

	Taxas anuais depreciação %	2022	Aquisições	Baixas	Transferências	2023
Software	20	10.971	–	–	–	10.971
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	66.315	–	–	12.753	79.068
Acordo de Exclusividade		200.761	–	–	–	200.761
Outros Intangíveis	20	5.533	17.935	–	(12.753)	10.715
Ágio na Transferência Carteira	20	1.011	1.045	–	–	2.056
		284.591	18.980	–	–	303.571

	Taxas anuais depreciação %	2021	Aquisições	Baixas	Transferências	2022
Software	20	10.542	429	–	–	10.971
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	48.930	–	(119)	17.504	66.315
Acordo de Exclusividade		200.761	–	–	–	200.761
Outros Intangíveis	20	4.546	18.372	119	(17.504)	5.533
Ágio na Transferência Carteira	20	1.011	–	–	–	1.011
		265.790	18.801	–	–	284.591

(c) Movimentação da amortização:

	Taxas anuais depreciação %	2022	Aquisições	2023
Software	20	10.444	181	10.625
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	26.006	11.910	37.916
Acordo de Exclusividade		56.749	15.710	72.460
Outros Intangíveis	20	964	680	1.644
Ágio na Transferência Carteira	20	1.011	303	1.314
		95.174	28.785	123.959

	Taxas anuais depreciação %	2021	Aquisições	Baixas	Transferências	2022
Software	20	9.841	603	–	–	10.444
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	16.133	9.876	(4)	1	26.006
Acordo de Exclusividade		41.039	15.710	–	–	56.749
Outros Intangíveis	20	474	490	–	–	964
Ágio na Transferência Carteira	20	192	819	–	–	1.011
		67.679	27.498	(4)	1	95.174

16. Contas a pagar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	28	32	2.639	3.147
Participações nos lucros a pagar	–	–	19.508	16.554
Impostos e encargos sociais a recolher	–	–	31.392	2.304
Férias e encargos trabalhistas	–	–	7.897	6.749
Impostos e contribuições	–	–	18.776	–
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	–	–	93	84
Depósitos de terceiros	–	–	–	24.988
Outras contas a pagar	–	–	29.492	21.165
	28	32	109.797	74.991
Circulante	**28**	**32**	**98.256**	**74.991**
Não circulante	–	–	**11.541**	–

17. Ativo de direito de uso - Controlada: (a) Composição:

	Período total do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2023 líquido	2022 líquido
Ativo Direito de Uso	60	5.182	(3.628)	1.554	4.664
		5.182	(3.628)	1.554	4.664

(b) Movimento do Custo:

	Período total do contrato	2022	Aquisições	Baixas	Transferências	2023
Ativo Direito de Uso	60	5.182	–	–	–	5.182
		5.182	–	–	–	5.182

(c) Movimento de amortização:

	Período total do contrato	2022	Aquisições	Baixas	Transferências	2023
Ativo Direito de Uso	60	518	3.110	–		3.628
		518	3.110	–	–	3.628

18 .Passivos de seguros e resseguros - Controlada:

	2023	2022
Prêmios a restituir	5.079	3.099
Operações com seguradoras	61.553	41.488
Operações com resseguradora (a)	428.906	447.584
Corretores de seguros e resseguros (b)	118.587	96.518
Outros débitos operacionais	48.181	25.548
	662.306	614.237
Circulante	**646.891**	**604.208**
Não circulante	**15.415**	**10.029**

19. Provisões técnicas de seguros - Controlada: 19.1 Movimentação das provisões técnicas - Por ramo:

31 de dezembro de 2023

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Total
Compreensivo residencial	49	208	397	299	16	57	1.027
Compreensivo condomínio	10.720	249	5.957	1.174	125	561	18.786
Compreensivo empresarial	23.958	3.103	33.970	3.787	699	1.190	66.706
Lucros cessantes	19.142	13.554	5.182	198	–	61	38.138
Riscos de engenharia	105.343	8.553	67.587	6.947	2.234	3.239	193.902
Riscos diversos	38.043	2.412	5.605	1.028	288	285	47.661
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	82.770	133	1.046	440	66	178	84.633
Riscos nomeados e operacionais	124.475	42.963	243.172	20.408	7.144	6.558	444.720
R.C. Administradores e diretores D&O	15.844	1.763	19.816	3.499	553	1.541	43.015
R.C. Riscos Ambientais	1.892	805	679	114	–	51	3.542
Compreensivo Riscos Cibernéticos	1.484	306	65	13	79	6	1.952
R.C. Geral	70.340	18.088	227.385	38.077	3.958	7.356	365.204
R.C. Profissional	27.211	3.073	21.231	3.085	791	1.319	56.711
Automóvel - Casco	6.264	52	461	272	7	–	7.057
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	2.093	26	1.012	83	7	23	3.245
Transporte nacional	19.175	7.517	12.853	4.148	536	1.116	45.346
Transporte internacional	11.694	2.910	103.899	4.232	9.412	3.938	136.085
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.883	434	2.679	90	132	121	5.339
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	2.429	212	1.340	44	6	59	4.089
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	15	5	–	3	–	23
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	833	2.509	6.773	277	554	371	11.318
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	692	1.385	7.805	288	622	388	11.180
R.C. Transp. Aquaviário Carga-RCA-C	27	21	–	–	–	–	48
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	648	1.192	5.817	1.216	33	280	9.185
Garantia segurado - Setor público	75.005	1.599	10.058	4.673	1.340	1.082	93.756
Garantia segurado - Setor privado	19.502	301	7.962	505	180	117	28.568
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	405	–	–	365	–	–	770
Seguro benf. e prod. agropecuários	17.001	307	3.083	984	245	147	21.768
Penhor rural	35.658	648	4.936	2.088	45	267	43.643
Compreensivo para Operadores Portuários	3.810	560	3.579	836	190	373	9.349
Marítimos (Casco)	39.943	4.043	34.251	5.164	950	1.168	85.520
R.C. Facult. para aeronaves - RCF	3.666	596	11.550	1.049	165	1.494	18.520
Aeronáuticos (cascos)	26.117	4.679	5.081	875	307	1.246	38.305
Resp. Civil Hangar	3.580	989	6.686	579	28	825	12.687
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	664	111	540	57	36	81	1.489
Microseguros de Danos	60	1.076	150	180	6	100	1.573
Petróleo - Riscos de Petróleo	267	–	–	–	–	–	267
Total - danos	**792.692**	**126.393**	**862.613**	**107.074**	**30.758**	**35.597**	**1.955.127**
Pessoas							
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	107	1	10	1	–	–	119
Assistência e Outras Cobert. - Auto	542	5	–	–	–	–	546
Funeral (coletivo)	6	–	–	–	–	–	6
Viagem (Coletivo)	–	259	810	276	4	11	1.360
Prestamista (coletivo)	215	24	87	416	10	15	767
Acidentes Pessoais	23	1	17	9	1	2	52
Vida em grupo	2.475	485	8.540	2.324	1.250	1.325	16.400
Funeral	7	107	45	135	3	–	296
Viagem (Individual)	5.341	1.206	13.609	4.411	242	173	24.983
Prestamista (individual)	4.064	3.395	444	653	5	22	8.583
Desemprego/Perda de Renda	4.117	87	5	–	–	–	4.209
Microseguros de Pessoas	140	2.081	59	43	–	24	2.347
Total - pessoas	**17.036**	**7.651**	**23.626**	**8.268**	**1.515**	**1.572**	**59.668**
Total	**809.728**	**134.044**	**886.239**	**115.341**	**32.274**	**37.169**	**2.014.795**
Circulante	636.395	120.880	640.425	102.324	12.600	32.683	1.545.307
Não circulante	173.333	13.164	245.814	13.017	19.674	4.486	469.488

31 de dezembro de 2022

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Total
Compreensivo residencial	50	195	457	251	7	45	1.005
Compreensivo condomínio	9.145	120	3.811	1.099	81	517	14.772
Compreensivo empresarial	42.282	2.493	43.594	4.420	1.645	1.118	95.552
Lucros cessantes	13.489	14.909	2.532	2.069	57	252	33.307
Riscos de engenharia	92.233	8.048	78.080	5.099	1.568	2.420	187.448
Riscos diversos	39.729	3.749	8.132	1.357	1.767	912	55.646
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	73.055	55	407	261	39	151	73.968
Riscos nomeados e operacionais	58.886	44.822	460.034	11.858	6.565	4.233	586.398
R.C. Administradores e diretores D&O	11.998	2.340	21.459	3.149	241	1.203	40.390
R.C. Riscos Ambientais	2.017	911	737	172	–	32	3.869
Compreensivo Riscos Cibernéticos	1.488	1.981	86	61	0	25	3.640
R.C. Geral	55.486	17.977	231.282	34.756	8.681	6.405	354.588
R.C. Profissional	19.482	2.111	15.975	4.290	1.003	1.044	43.905
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	269	7	869	20	–	15	1.180
Transporte nacional	12.608	1.598	25.598	3.555	659	784	44.802
Transporte internacional	6.833	3.125	106.327	2.873	9.816	2.784	131.757
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.698	156	3.719	232	345	117	6.267
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	2.592	80	1.881	139	372	61	5.125
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	9	1	2	5	1	19
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	2.814	2.147	12.506	943	1.611	690	20.711
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	345	901	11.068	777	838	397	14.327
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	16	4	–	–	–	–	20
R.C. Oper do Transporte Multimodal - RCOTMC	498	1.791	4.526	1.760	32	310	8.919
Garantia segurado - Setor público	61.475	1.907	65.251	2.588	268	837	132.326
Garantia segurado - Setor privado	16.011	492	1.002	2.067	161	26	19.759
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	2.327	–	–	–	–	–	2.327
Seguro benf. e prod. agropecuários	14.084	134	3.328	420	193	78	18.238
Penhor rural	35.362	332	3.692	851	24	110	40.372
Compreensivo para Operadores Portuários	2.692	75	8.163	2.796	84	484	14.295
Marítimos (Casco)	31.642	3.484	37.155	4.658	1.170	469	78.578
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	3.186	624	9.978	1.155	85	1.034	16.061
Aeronáuticos (cascos)	20.410	5.072	14.950	2.018	303	2.096	44.848
Resp. Civil Hangar	4.681	742	5.651	704	36	606	12.419
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	352	19	22	7	3	1	404
Microseguros de Danos	48	1.154	169	103	3	48	1.525
Petróleo - Riscos de Petróleo	376	266	–	–	–	–	642
Total - danos	**639.659**	**123.830**	**1.182.442**	**96.510**	**37.662**	**29.305**	**2.109.408**
Pessoas							
Seguro funeral (Coletivo)	9	–	–	–	–	–	9
Viagem (Coletivo)	–	129	906	663	–	23	1.721
Prestamista (coletivo)	510	25	598	601	10	80	1.824
Acidentes Pessoais	31	–	17	7	1	–	56
Vida em grupo	1.721	406	11.627	2.682	493	584	17.513
Seguro funeral (individual)	7	86	17	67	1	–	178
Viagem	2.699	835	11.167	5.681	73	195	20.650
Prestamista (individual)	2.412	2.481	516	342	7	45	5.803
Microseguros de Pessoas	68	1.703	52	58	1	27	1.909
Total - pessoas	**7.457**	**5.665**	**24.900**	**10.101**	**586**	**954**	**49.663**
Total	**647.116**	**129.495**	**1.207.342**	**106.611**	**38.248**	**30.259**	**2.159.071**
Circulante	**510.306**	**118.935**	**951.905**	**97.821**	**34.723**	**27.680**	**1.741.370**
Não circulante	**136.810**	**10.560**	**255.437**	**8.790**	**3.525**	**2.579**	**417.701**

19.2 Movimentação das provisões técnicas

31 de dezembro de 2023

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR	Total
Saldo no início do período	**647.119**	**129.494**	**1.207.343**	**106.610**	**38.248**	**30.258**	**2.159.071**
Constituição decorrentes de prêmios	2.198.949	–	–	–	–	–	2.198.949
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(383.265)	–	–	–	–	–	(383.265)
Prêmios cedidos em cosseguro	(112.750)	–	–	–	–	–	(112.750)
Diferimento pelo risco decorrido	(1.540.325)	–	–	–	–	–	(1.540.325)
Aviso de sinistros	–	–	405.982	–	3	–	405.985
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	245.340	–	44.224	–	289.564
Cancelamentos de sinistros	–	–	(79.847)	–	(685)	–	(80.532)
Reabertura de sinistros	–	–	18.084	–	1.023	–	19.107
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(6.267)	–	(3)	–	(6.269)
Pagamento de sinistro	–	–	(889.131)	–	(51.249)	–	(940.380)
Oscilação cambial	–	–	(27.187)	–	713	–	(26.474)
Sinistros DPVAT	–	–	–	–	–	–	–
Outras constituições	–	2.276.540	1.099.058	1.489.036	–	437.433	5.302.067
Outras reversões	–	(2.271.990)	(1.087.136)	(1.480.305)	–	(430.522)	(5.269.953)
Saldo no final do período	**809.728**	**134.044**	**886.239**	**115.341**	**32.274**	**37.169**	**2.014.795**

31 de dezembro de 2022

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR	Total
Saldo no início do período	**331.686**	**26.849**	**191.669**	**50.456**	**4.857**	**7.000**	**612.518**
Constituição decorrentes de prêmios	1.262.519	–	–	–	–	–	1.262.519
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(169.726)	–	–	–	–	–	(169.726)
Prêmios cedidos em cosseguro	(67.618)	–	–	–	–	–	(67.618)
Diferimento pelo risco decorrido	(709.743)	–	–	–	–	–	(709.743)
Aviso de sinistros	–	–	331.735	–	–	–	331.735
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	102.459	–	23.727	–	126.186
Cancelamentos de sinistros	–	–	(46.091)	–	(190)	–	(46.281)
Reabertura de sinistros	–	–	6.418	–	1.608	–	8.026
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(29.506)	–	–	–	(29.506)
Pagamento de sinistro	–	–	(288.188)	–	(25.073)	–	(313.261)
Oscilação cambial	–	–	(4.782)	–	(146)	–	(4.928)
Outras constituições	–	982.962	649.966	1.184.276	–	252.534	3.069.738
Outras reversões	–	(975.622)	(655.101)	(1.176.689)	–	(253.688)	(3.061.101)
Saldo incorporação AXA XL Seguros S.A.*	–	95.305	948.764	48.567	33.465	24.412	1.150.513
Saldo no final do período	**647.118**	**129.494**	**1.207.343**	**106.610**	**38.248**	**30.258**	**2.159.071**

20. Tabela de desenvolvimento dos sinistros ocorridos - Controlada: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos (excluindo DPVAT e IBNER) e as despesas relacionadas comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

20.1 Bruto de resseguro:

Período de Aviso do Sinistro

		201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212	202312
No ano do aviso		–	138.849	417.613	589.873	766.097	553.884	502.897	663.674	987.974	606.480
Um ano após o aviso		28.786	178.868	416.180	711.576	886.635	603.534	547.453	722.419	970.873	–
Dois anos após o aviso		26.409	174.183	428.915	716.023	899.282	625.189	554.860	715.233	–	–
Três anos após o aviso		21.914	187.678	440.419	736.080	909.678	620.815	572.870	–	–	–
Quatro anos após o aviso		28.949	193.408	441.307	762.172	912.837	618.376	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso		33.022	215.366	445.814	760.165	914.813	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso		34.216	216.596	446.256	763.128	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso		35.285	217.326	445.785	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso		35.163	217.252	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso		33.375	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	Total	**201412**	**201512**	**201612**	**201712**	**201812**	**201912**	**202012**	**202112**	**202212**	**202312**
Incorridos	**5.858.185**	33.375	217.252	445.785	763.128	914.813	618.376	572.870	715.233	970.873	606.480
(-) Pagos	**5.196.160**	27.061	194.763	436.891	713.998	893.823	578.833	507.843	646.462	840.821	354.665
Anterior a 2013	**167.778**										
Provisões de sinistros	**240.220**										
Total da PSL	**830.803**	6.314	22.489	8.894	49.130	20.990	39.543	65.027	68.771	130.052	251.815
Total provisões de sinistros	**1.071.023**										

** É considerado o valor de despesa relacionada

20.2. Líquido de resseguro:

Período de Aviso do Sinistro

		201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212	202312
No ano do aviso		–	135.526	389.241	407.314	343.356	314.192	256.708	258.302	323.052	335.338
Um ano após o aviso		28.741	171.031	313.305	453.299	342.376	341.909	281.767	279.297	343.109	–
Dois anos após o aviso		25.569	132.452	320.855	455.018	344.800	352.010	284.690	289.447	–	–
Três anos após o aviso		14.315	133.862	325.003	456.880	349.182	356.434	290.837	–	–	–
Quatro anos após o aviso		20.251	136.436	324.256	464.121	352.779	354.645	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso		23.901	139.073	330.011	464.111	354.485	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso		24.328	145.454	330.605	464.021	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso		25.673	146.305	329.770	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso		25.852	146.727	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso		25.463	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	Total	**201412**	**201512**	**201612**	**201712**	**201812**	**201912**	**202012**	**202112**	**202212**	**202312**
Incorridos	**2.933.842**	25.463	146.727	329.770	464.021	354.485	354.645	290.837	289.447	343.109	335.338
(–) Pagos	**2.623.829**	24.668	143.689	324.157	446.761	337.578	338.589	263.320	256.924	291.567	196.576
Anterior a 2013	**28.591**										
Provisões de sinistros	**115.243**										
Total da PSL	**338.604**	795	3.038	5.613	17.260	16.907	16.056	27.517	32.523	51.542	138.762
Total provisões de sinistros	**453.847**										

** É considerado o valor de despesa relacionada.

20.3 Passivos contingentes - controlada: Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólices e/ou discordância em relação ao valor indenizado. A Seguradora provisiona com base no valor estimado de perda para as contingências de sinistros judiciais, sendo: Provável 80% ou 100%, Possível 40% e Remota 1% ou 10%. De acordo com nosso departamento jurídico responsável pelos processos, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma.

	Quantidade de ações 2023	Quantidade de ações 2022	Valor estimado de perda 2023	Valor estimado de perda 2022	Valor provisionado 2023	Valor provisionado 2022
Provável	359	345	111.815	230.516	45.398	184.413
Possível	250	435	201.107	141.930	173.664	56.772
Remota	541	584	447.544	424.680	49.841	42.468
Total	1.150	1.364	760.466	797.126	268.903	283.653

Provisões judiciais: No âmbito trabalhista, a empresa possui dois processos com probabilidade de perda possível, um processo com probabilidade de perda remota e quatro processos com probabilidade de perda provável. Com relação aos processos cíveis , a empresa possui trinta e sete processos com probabilidade de perda remota, trinta e dois processos com probabilidade provável e oito processos com probabilidade de perda possível. Para as contingências cíveis e trabalhistas a provisão é feita somente se a probabilidade de perda for provável.

	Provisões judiciais 2023	Provisões judiciais 2022	Depósitos judiciais 2023	Depósitos judiciais 2022
Trabalhistas	913	1.014	37	20
Cíveis	786	2.679	–	2.120
	1.699	**3.693**	**37**	**2.140**

Movimentações das provisões judiciais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.014**	**2.679**	**3.693**
Constituições	30	1.223	**1.253**
Reversões	(39)	(1.169)	**(1.208)**
Pagamentos	(167)	(2.119)	**(2.286)**
Atualização monetária	75	172	**247**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**913**	**786**	**1.699**

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social - Controladora: O capital social está representado pelo valor de R$ 941.788 (R$ 1.011.788 em dezembro de 2022), totalizado pela quantidade de 338.094.865.898 ações ordinárias (338.094.865.898 em dezembro de 2022), nominativas, e sem valor nominal. A empresa reduziu o seu capital em R$ 70.000 durante o exercício e efetuou repasse financeiro para Matriz em dezembro/23. Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, a Seguradora encontra-se adequada quanto ao capital mínimo requerido, conforme demonstrado no item (d). **(b) Reservas de capital:** Foi constituída no exercício de 2022 reserva de capital de R$ 13.670 referente à diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido na aquisição da empresa AXA XL Seguros S/A. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social ou na existência de prejuízos acumulados. **(c) Dividendos:** O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, a reserva legal e lucros ou prejuízos acumulados. **(d) Patrimônio líquido ajustado, margem de solvência e capital mínimo requerido - Controlada:** A seguradora apurou capital mínimo requerido, partir das regras estabelecidas pela Resolução CNSP Nº 432/2021.

Descrição	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	711.799	711.478
Ajustes contábeis	(242.818)	(245.157)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	122.896	118.256
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível3	(50.403)	(47.657)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**541.474**	**536.920**
Patrimônio líquido ajustado nível1	440.849	466.321
Patrimônio líquido ajustado nível2	72.493	70.599
Patrimônio líquido ajustado nível3	28.132	–
Capital-base (CB)	**8.100**	**8.100**
Capital de risco de crédito	37.403	42.859
Capital de risco de subscrição	155.299	150.251
Capital de risco operacional	9.769	8.796
Capital de risco de mercado	39.349	27.088
Benefício da diversificação	(40.569)	(35.263)
Capital de risco (CR)	**201.251**	**193.731**
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	**201.251**	**193.731**
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R$	340.223	343.189
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	169%	177%

22. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social - Controladora:

	2023	2022
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) (A)	47.279	111.128
Alíquotas nominais de IRPJ e CSLL	**34%**	**34%**
Total IRPJ CSLL taxa nominal (B)	**(16.075)**	**(37.784)**
Outros efeitos de IRPJ e CSLL	**(124)**	**(415)**
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes	**16.199**	**38.198**
Total IRPJ CSLL (C)	–	–
Taxa efetiva (C/A)	**0%**	**0%**

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social - Consolidado:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) e da Participação nos Resultados	77.425	66.456
(–) Participação nos Resultados	(20.220)	(13.836)
Lucro (prejuízo) após participação nos Resultados (A)	**57.205**	**52.620**
ALÍQUOTA NOMINAL	40%	41%
IRPJ e CSLL nominal	**(22.882)**	**(21.574)**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	7.269	–
Diferenças permanentes	1.820	28.200
Diferenças temporárias	(3.167)	(820)
Prejuízo fiscal e base negativa do período	–	(5.806)
Incentivo fiscal	768	–
Dedução IRPJ adicional 10%	24	–
Outros (Ajuste incorporadora)	–	2
Total de IR e CS Corrente do período (B)	**(16.168)**	**2**
Constituição de IRPJ e CSLL diferido sobre diferenças temporárias	1.866	(462)
IRPJ e CSLL utilizado sobre PF e BN	(7.269)	–
IRPJ e CSLL constituído sobre PF e BN de períodos anteriores	11.955	52.645
IRPJ e CSLL constituído sobre diferenças temporárias de períodos anteriores	–	7.455
Total de IR e CS Diferido do período (C)	**6.552**	**59.638**
Alíquota efetiva ((B+C) / A)	**(17%)**	**113%**
TOTAL IMPOSTO DO PERÍODO	**(9.616)**	**59.640**

22.2 Demonstração da constituição do IRPJ e CSLL Diferido: O saldo total de prejuízo fiscal e base negativa em 2023 é de R$ 356.433 e R$ 361.517 respectivamente. O saldo das diferenças temporárias em 2023 é de R$ 79.001. A seguradora reconheceu parcialmente o ativo diferido referente ao prejuízo fiscal e base negativa no valor R$ 57.331 e parcialmente o ativo diferido sobre as diferenças temporárias no valor de R$ 28.132, levando em consideração a expectativa de realização demonstrada na nota 22.3.

Descrição	Total Diferido dez/22	Movimentação dez/23	Total Diferido dez/23	Diferido Não Reconhecido dez/23	Diferido Reconhecido dez/23
Prejuízo Fiscal	374.604	(18.171)	356.433	213.105	143.328
Base Negativa	379.688	(18.171)	361.517	218.188	143.328
Diferenças Temporárias	71.083	7.918	79.001	8.670	70.331
Total	**825.375**	**(28.424)**	**796.951**	**439.963**	**356.987**
IRPJ sobre Prejuízo Fiscal	93.651	(4.543)	89.108	53.276	35.832
CSLL sobre Base Negativa	56.953	(2.726)	54.228	32.728	21.499
Total IRPJ e CSLL (A)	**150.604**	**(7.268)**	**143.336**	**86.004**	**57.331**
IRPJ sobre Diferenças Temporárias	17.771	1.980	19.750	2.168	17.583
CSLL sobre Diferenças Temporárias	10.662	1.188	11.850	1.301	10.550
Total IRPJ e CSLL (B)	**28.433**	**3.167**	**31.600**	**3.468**	**28.132**
Total IRPJ E CSLL (C) = (A) + (B)	**179.037**	**(4.101)**	**174.936**	**89.472**	**85.464**

22.3 Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos: Com base na expectativa de lucros futuros a seguradora espera utilizar até o fim de 2028 os seguintes valores de IRPJ e CSLL diferido:

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	Total
IRPJ Diferido	4.519	5.281	7.818	9.160	9.055	35.832
CSLL Diferido	2.711	3.168	4.691	5.496	5.433	21.499
TOTAL	**7.230**	**8.449**	**12.509**	**14.656**	**14.488**	**57.331**

22.4 Composição dos créditos tributários e previdenciários:	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Imposto de Renda a Compensar	162	3.299
Contribuição Social a Compensar	–	2.017
Antecipação do IRPJ	11.136	3.713
Antecipação da CSLL	6.749	2.260
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	203	7.441
Total de Créditos tributários - circulante	**18.250**	**18.730**
Imposto de Renda diferido - prejuízo fiscal	35.832	32.736
Contribuição social diferido - base negativa	21.499	19.908
Imposto de Renda diferido - Ajustes Temporais	17.583	16.417
Contribuição social diferido - Ajustes Temporais	10.550	9.850
Subtotal	**85.464**	**78.911**
PIS e COFINS diferido sobre PSL e IBNR	19.533	20.412
IRPJ a compensar	40	45
CSLL a compensar	16	18
PIS COFINS a compensar	150	150
SubTotal	**19.739**	**20.625**
Total de Créditos tributários - não circulante	**105.203**	**99.536**

22.5 Obrigações fiscais: (a) Depósitos judiciais fiscais:

Descrição	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Tributárias:		
COFINS	2.480	2.364
PIS	2.231	4.842
Subtotal	**4.711**	**7.206**
Total	**4.711**	**7.206**

(b) Provisões judiciais fiscais

Descrição	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Tributárias:		
PIS	3.179	2.597
COFINS	8.544	5.023
Subtotal	**11.723**	**7.620**
Previdenciárias:		
SISTEMA S	500	302
Subtotal	**500**	**302**
Total	**12.223**	**7.922**

(c) Movimentação das provisões para ações judiciais fiscais e obrigações fiscais:

Descrição	31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo de Incorporação	31/12/2023
Tributárias:						
PIS (1)	2.597	477	161	(56)	–	3.179
COFINS (2)	5.023	2.935	586	–	–	8.544
Subtotal	**7.620**	**3.412**	**747**	**(56)**	–	**11.723**
Previdenciárias:						
SISTEMA S (3)	302	158	40	–	–	500
Subtotal	**302**	**158**	**40**	–	–	**500**
Total	**7.922**	**3.570**	**787**	**(56)**	–	**12.223**

Descrição	31/12/2021	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo de Incorporação	31/12/2022
Tributárias:						
PIS (1)	311	194	48	–	2.044	2.597
COFINS (2)	1.913	1.195	293	–	1.622	5.023
Subtotal	**2.224**	**1.389**	**341**	–	**3.666**	**7.620**
Previdenciárias:						
SISTEMA S (3)	162	116	24	–	–	302
Subtotal	**162**	**116**	**24**	–	–	**302**
Total	**2.386**	**1.505**	**365**	–	**3.666**	**7.922**

Depósitos Judiciais Fiscais: Referem-se às garantias de processos judiciais fiscais do legado Sul América (AXA XL) referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1994 e 1997 e da COFINS do ano de 2003. **Provisão para Processos Fiscais e Discussões Judiciais: COFINS (Legado Sul América):** A Seguradora questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e na receita financeira livre. O patrono da causa reputa como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre a receita financeira livre. Foi negado o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto com base no julgamento pelo STF da Repercussão Geral no RE nº 656.089/MG, com isso a ação está em fase de execução do julgado. **PIS (Legado Sul América):** A Seguradora questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs. 1/1994 10/1996 e 17/1997, os valores foram depositados judicialmente e integralmente provisionados. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda da demanda e remota, no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SASG (razão social alterada para AXA Corporate Solutions Seguros S.A.) o direito de calcular e pagar o PIS, no exercício de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R$ 1.015 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Conforme acordado com a Sul América, foi apresentada petição requerendo a remessa dos autos ao Egrégio Supremo Tribunal Federal antes da expedição dos alvarás de levantamento, em cumprimento ao acórdão proferido pela Colenda 4ª Turma Especializada do TRF-2 no julgamento do Agravo de Instrumento nº 0009897-98.2016.4.02.0000. Em dezembro de 2023 foi realizada a baixa do valor de R$ 3.765.288,19 referente ao levantamento do depósito judicial na ação nº 0005569-52.1996.4.02.5101 (96.0005569-6).

continua ★

Castro culpa Copa e Jogos por dívida 'impagável'

Governador do Rio afirma em ação no STF que dívida para grandes eventos representa 40% do estoque de R$ 156,8 bi

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), atribuiu especial responsabilidade à realização da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016 o acúmulo da dívida classificada como "impagável" na ação proposta para sua revisão no STF (Supremo Tribunal Federal).

De acordo com a petição apresentada na sexta-feira (26), empréstimos obtidos entre 2009 e 2016 representam R$ 62,6 bilhões, o que equivale a cerca de 40% do estoque da dívida do estado com a União, que soma R$ 156,8 bilhões.

Castro afirma na ação que a Secretaria de Tesouro Nacional aprovou as operações de crédito "apesar de saber que o estado não tinha capacidade de pagar". As contas estaduais à época, segundo a ação, apresentaram classificação C e D, o que deveria impedir a concessão de garantia da União.

"A exclusivo critério do Ministro da Fazenda, as operações poderiam ser consideradas elegíveis, em caráter excepcional, desde que 'os recursos correspondentes sejam destinados a projeto considerado relevante para o governo federal'", afirma a ação assinada por Castro.

"A maioria dessas operações de crédito então realizadas visava financiar melhorias na infraestrutura da cidade do Rio para a realização de eventos esportivos de grande porte, como as Olimpíadas, os Jogos Paralímpicos e a Copa do Mundo, acordados pelo governo federal com o COI e a Fifa. [...] Não se pode tolerar que todo o ônus de uma política decidida no nível nacional seja suportado, exclusivamente, pelo estado do Rio."

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) Charles Sholl - 23.fev.24/Brazil Photo Press/Folhapress

O argumento faz parte da ação apresentada por Castro ao STF em que pede a revisão do cálculo sobre o estoque da dívida do estado com a União. O governador pediu liminar para suspender o pagamento até a repactuação do débito —atualmente de cerca de R$ 800 milhões por mês.

O documento protocolado afirma que o objetivo da ação "é permitir que cheguem ao fim os desmandos e a conduta abusiva da União em relação à cobrança da dívida pública do estado". O ministro Dias Toffoli foi definido como relator, por ter atuado na ação em que o estado discutia as regras do Regime de Recuperação Fiscal.

A tese principal do governador é que, por não ser uma instituição financeira, o governo federal não poderia cobrar juros, mas apenas a atualização financeira do passivo até o limite da inflação. Castro declarou ter recebido o aval de cinco ministros do STF sobre o entendimento.

Na ação, o governo do Rio sugere que a União adote para o cálculo para correção do estoque da dívida o crescimento da arrecadação dos estados. Segundo o documento, se adotado o crescimento anual do ICMS como métrica retroativa, o passivo do estado cairia de R$ 156,8 bilhões para R$ 44 bilhões, em valores de dezembro de 2023.

A ação faz um histórico das renegociações das dívidas feitas entre estado e União desde 1997. Castro critica, além dos grandes eventos, desde o modelo de privatização do Banerj, em 1997, até as regras do Regime de Recuperação Fiscal, cuja segunda versão foi assinada em 2022.

Assim como já havia feito publicamente, Castro criticou o corte forçado nas alíquotas de ICMS sobre combustíveis e energia elétrica no último ano do governo Jair Bolsonaro (PL), seu aliado. A desoneração, que gerou um desfalque bilionário, foi atribuída na ação assinada pelo governador ao "momento político-eleitoral".

Castro classifica as regras da primeira versão do Regime de Recuperação Fiscal de "draconianas". Afirma que o estado foi obrigado a abrir mão das ações judiciais para questionar a dívida para aderir ao programa.

"As renúncias [às ações judiciais] se deram sob grave e irresistível coação, pois, caso não ocorressem, o estado do Rio de Janeiro simplesmente quebraria", diz o governador.

"O estado do Rio foi o único a aderir ao primeiro 'regime de recuperação fiscal', pois os demais, embora asfixiados pela dívida pública, não aceitaram as draconianas imposições do Tesouro, optando por seguirem se valendo de decisões judiciais protetivas."

A petição tem ainda uma provocação ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em menção à sua atuação sobre o tema quando era prefeito de São Paulo.

"O então prefeito do município de São Paulo, hoje eminente ministro da Fazenda, Fernando Haddad, liderou movimento nacional para reduzir os juros da dívida com a União, tendo sido parcialmente vitorioso em sua pretensão ao obter a redução dos encargos municipais para IPCA+4%, o que equacionar a dívida municipal", afirma a ação.

Financiamento de projetos verdes terá juro de 1% ao ano

Ideia é usar 'blended finance' como catalisador para atrair investimento privado

Nathalia Garcia

Fábrica de painéis solares em área rural de Campinas (SP) Eduardo Knapp - 17.ago.23/Folhapress

BRASÍLIA O CMN (Conselho Monetário Nacional) regulamentou na quinta (25) a linha de financiamento parcial de projetos verdes do novo programa Eco Invest Brasil com juro de 1% ao ano —condicionado a um teto de 20% dos recursos totais dos projetos.

A chamada "blended finance" combina recursos públicos e privados com o objetivo de reduzir o custo médio de financiamento e viabilizar volumes maiores de captação de recursos no mercado externo. Ou seja, o capital público funciona como um catalisador para atrair investimentos privados.

As instituições financeiras locais farão lances para o financiamento do programa em leilões com base na alavancagem que será gerada. Quanto maior a alavancagem, mais a taxa efetiva de juros aplicada se aproxima do nível praticado pelo mercado.

De acordo com a resolução do CMN, nesse "funding" misto, a Secretaria do Tesouro Nacional organizará esses leilões, nos quais as instituições financeiras deverão "demonstrar capacidade de mobilizar capital externo dentro dos prazos estabelecidos", tendo 24 meses como tempo máximo depois do primeiro desembolso.

Após a homologação dos leilões, os recursos serão liberados em fases, sendo 25% do valor do empréstimo concedido imediatamente para a instituição financeira vencedora. Durante 12 meses, ela terá de comprovar a mobilização de capital privado estrangeiro na mesma proporção do índice de alavancagem gerado no leilão.

Se a instituição financeira não tiver alocado ao menos 25% do valor liberado após 12 meses do primeiro desembolso, ela terá de devolver o saldo remanescente ao custo da taxa básica de juros (Selic) —desde a data do recebimento do desembolso até a da devolução.

Já em caso de mobilização de ao menos 25% do capital privado nesse prazo de 12 meses, uma nova parcela de 50% será liberada para a instituição financeira. Se ela atingir novamente o requisito na etapa seguinte do processo, terá direito aos 25% restantes.

Se não conseguir efetivar todo o montante após 18 meses, a instituição terá duas opções: devolver o valor proporcional que não foi mobilizado com remuneração pela Selic ou manter o saldo remanescente por até 24 meses.

Se comprovar a alocação nesse período adicional, o juro cobrado voltará a ser de 1% ao ano. Caso contrário, a instituição terá de devolver a parte de capital não mobilizada.

Na equipe econômica, há o entendimento de que a linha "blended finance" pode ser mais vantajosa e se tornar mais eficiente, tendo um efeito de estímulo ao mercado de capitais. A ideia, em um primeiro momento, é testar a sensibilidade do investidor e o apetite das instituições financeiras.

A partir de uma taxa de referência de mercado de 10% ao ano, em um exemplo hipotético, em um empréstimo de R$ 100 milhões pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), que permite 100% de financiamento do projeto a uma taxa de 6,15% ao ano, haveria um custo implícito para o Tesouro de R$ 3,85 milhões em 12 meses.

Pelo modelo "blended finance", com 20% de recursos a uma taxa de 1% ao ano, serão nove pontos percentuais de diferença entre a taxa oferecida na linha e a do mercado sobre os R$ 20 milhões, o que representa um custo de R$ 1,8 milhão no ano. Ou seja, a linha de "funding" misto equivale a cerca de metade do custo de oportunidade para o Tesouro na comparação com a linha do Fundo Clima.

De acordo com um técnico a par das negociações, os critérios de elegibilidade dos projetos serão definidos em uma portaria que está em fase de elaboração e será publicada pelo Ministério da Fazenda nas próximas semanas.

Ela vai trazer detalhes como a determinação dos setores elegíveis, o processo de seleção dos projetos, o perfil das instituições financeiras que poderão participar do programa —que dará suporte ao Plano de Transformação Ecológica liderado pelo governo Lula (PT).

Antes dos leilões, as instituições financeiras deverão preencher um relatório de pré-alocação descrevendo a alavancagem proposta por faixa, o montante desejado conforme os níveis de alavancagem, os limites mínimos e máximos que pretendem investir em determinados setores, entre outras informações.

Fatores como impulsão de investimentos na economia, geração de empregos, redução de emissões de gases de efeito estufa poderão ser usados como critérios de desempate nos leilões. A homologação ficará a cargo de um comitê-executivo, que será composto pelos Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente.

A execução operacional será do Tesouro, que poderá ter apoio de outra instituição no monitoramento de contratos e verificação das propostas.

O Eco Invest Brasil compõe o quarto eixo do plano do governo Lula para estimular o crédito no país. Essencialmente, ele busca garantir a investidores estrangeiros mecanismos de proteção contra oscilações bruscas na taxa de câmbio.

A equipe econômica considera que esse é um dos principais entraves ao maior ingresso de recursos internacionais no Brasil e vê na iniciativa uma forma de atrair capital para financiar projetos sustentáveis.

Ele é subdividido em quatro linhas de financiamento. Além do "blended finance", há uma modalidade de estruturação de projetos para operações de crédito que financiem estudos e projetos sustentáveis em setores específicos.

Essa deve ser a próxima linha a ser regulamentada.

Há também a linha de liquidez, destinada a eventos de volatilidade cambial que possam comprometer a liquidez da empresa ou do investidor, e a linha de proteção cambial para apoiar a oferta de derivativos ou de outros ativos financeiros, com a finalidade de mitigar, parcial ou integralmente, o risco do investidor.

agrofolha

O vice-presidente Geraldo Alckmin observa máquina agrícola na Agrishow, em Ribeirão Preto (SP) Cadu Gomes/Divulgação/VPR

Governo anuncia na Agrishow linha para produtor endividado

Principal feira agrícola do país espera receber 200 mil visitantes até sexta (3)

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Em aceno ao agronegócio, setor com o qual enfrenta dificuldades, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou um plano para capitalizar produtores rurais endividados.

O anúncio foi feito neste domingo (28) na cerimônia de abertura da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), principal feira agrícola do país e exemplo de problemas de interlocução do governo com o agro.

A cerimônia voltou a ocorrer em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), depois de ter sido cancelada em 2023 após o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ter se sentido "desconvidado" ao ser informado pela organização de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estaria no ato.

A saída encontrada para este ano foi alterar o dia da abertura, que pela primeira vez ocorreu num domingo, e sem público. Foi restrita a autoridades, expositores e imprensa.

O reencontro foi marcado pela presença em peso do governo Lula, que escalou quatro ministros, entre eles Fávaro, e o vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), para a solenidade, vista por integrantes da organização e de entidades participantes como uma proposta de pacificação com o setor. Em vários momentos, ministros foram aplaudidos em seus discursos.

O plano do governo, que conta com participação do BNDES, prevê uma linha de crédito flexível, com juros atrativos, carência para iniciar o pagamento e prazo de cinco anos para quitação.

Com a CPR BNDES, o crédito próprio do banco para o agronegócio pode chegar a R$ 10 bilhões em 2024, segundo o Ministério da Agricultura. Alexandre Abreu, diretor financeiro e de crédito do BNDES, disse que a linha poderá ser utilizada para investimento, custeio, armazenagem, capital de giro ou para quem precisar alongar dívidas já existentes.

No sábado (27), em Uberaba (MG), Fávaro já havia afirmado que o problema de caixa do setor é cíclico e que as dificuldades dos produtores seriam repactuadas.

"Pela primeira vez na história, antes de terminar a safra, o governo, por determinação do presidente Lula, decidiu que não podemos deixar os produtores que tiverem dificuldade por falta de preço, de renda, por causa de intempéries climáticas, caírem na inadimplência", afirmou o ministro na Expozebu, principal feira pecuária do país.

Fávaro disse que o objetivo é dar fôlego e tranquilidade aos produtores para "continuar fazendo este país produzir, prosperar". "Tenho certeza que a arroba [do boi] vai subir, estamos abrindo mercados, estamos melhorando o consumo."

"Todos os produtores com dificuldade para saldar seus compromissos estarão amparados para não cair na inadimplência", disse o ministro.

Questionado pelos jornalistas sobre o "desconvite" do ano passado, Fávaro afirmou que o país saiu da eleição de 2022 muito dividido e com intolerância e que o episódio não teve "nada de pessoal".

Os únicos momentos de embate foram protagonizados por Fávaro, o deputado Pedro Lupion (PL-PR), presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), e o ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar).

Lupion criticou as invasões de terras no Abril Vermelho, como tem feito em seus discursos, e Teixeira respondeu em seu discurso que "o presidente Lula quer paz no campo".

Se por um lado o governo federal desenvolveu o plano para socorrer produtores rurais, por outro o governo paulista, comandado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), aliado de Bolsonaro, anunciou que elaborou um pacote de R$ 1,4 bilhão para o agronegócio.

O plano de medidas, que inclui incentivos à produção de biocombustíveis no estado, tem como objetivo ampliar a presença de energia renovável em São Paulo.

O secretário da Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai, foi o único a mencionar Tarcísio em seu discurso. O governador foi criticado nos bastidores por não ter comparecido à solenidade, mesmo estando em Ribeirão Preto.

No horário, Tarcísio estava num caminhão de som discursando num ato a favor de Bolsonaro, marcado para o mesmo horário na zona sul.

A feira realizada em Ribeirão há 30 anos historicamente é palco dos modernos lançamentos de máquinas e implementos agrícolas, mas neste ano terá como componente essencial em sua realização o momento vivido pelo agronegócio no país.

Integrantes da organização costumam dizer que, "se a Agrishow vai bem, o ano será bom", o que também significa que, em anos em que a feira apresentou desempenho ruim, isso se refletiu pelo agro no decorrer dos respectivos anos.

"Estamos vivendo alguns momentos de fatores climáticos, questão de preços das commodities, mas isso faz parte do negócio, faz parte do ciclo da agricultura, da pecuária e do agronegócio. O agricultor já está acostumado com isso, não é a primeira vez, não será a última vez. O importante é que o agronegócio não olha para trás, também não fica chorando as mágoas", disse João Carlos Marchesan, presidente da Agrishow.

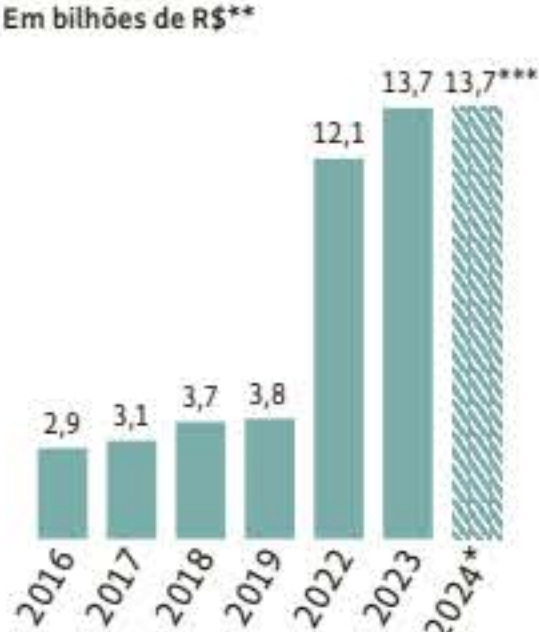
A previsão é que o evento receba cerca de 200 mil visitantes até sexta-feira (3) para conhecer as 800 marcas que estarão expostas nos mais de 25 quilômetros de ruas que abrigam a feira em Ribeirão.

A Agrishow é organizada por Abimaq, Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Anda (Associação Nacional para Difusão de Adubos), Faesp (Federação da Agricultura e da Pecuária de SP) e SRB (Sociedade Rural Brasileira).

Leia mais sobre a Agrishow em Política

Agrishow, 30

Local: Ribeirão Preto
Data: 29.abr a 3.mai, das 8h às 18h
Área total: 530.000 m²
Marcas participantes: 800
Visitantes: 195 mil*

Volume de vendas
Em bilhões de R$**

* Expectativa
** Valores dos anos anteriores atualizados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo); em 2020 e 2021 a feira não ocorreu devido à pandemia
*** Projeção é repetir o desempenho de 2023; valor atualizado pela inflação

Setores presentes

- Tratores, máquinas e implementos agrícolas
- Agricultura de precisão
- Transportes (veículos, aviões, caminhões e utilitários)
- Agricultura familiar
- Armazenagem (silos e armazéns)
- Corretivos
- Sementes, fertilizantes e defensivos
- Irrigação
- Equipamentos de segurança (EPIs)
- Financiamentos
- Máquinas para construção
- Peças, autopeças e pneus
- Equipamentos e produtos para pecuária
- Biodiesel
- Telas, arames e cercas
- Válvulas, bombas e motores

Fonte: Agrishow

Mundo dos tratores abre espaço para carro voador, robô e drone

RIBEIRÃO PRETO Setor que outrora era predominantemente dominado por tratores, colheitadeiras e implementos, o agronegócio agora divide o espaço no campo também com equipamentos como drones, robôs e aviões agrícolas, mas até mesmo um carro voador estará exposto na Agrishow,.

A feira é palco do lançamento de modelos de drones e exibirá, pela primeira vez, um exemplar de carro voador.

A Gohobby apresentará o eVTOL 216-S da chinesa EHang, popularmente conhecido como carro voador, que foi importado pela empresa no fim do ano passado. Além de voar, como o nome sugere, o modelo também tem como característica não precisar de piloto.

O modelo transporta até duas pessoas e bagagem de mão, com carga útil total de 220 quilos, alcance de 30 quilômetros e velocidade máxima de 130 quilômetros por hora. O piloto não voa na aeronave, que é controlada remotamente. O equipamento utiliza 12 baterias independentes e 16 motores.

Já a multinacional brasileira Jacto anunciou a entrada da empresa na produção de drones agrícolas, com equipamentos para pulverização, dispersão de fertilizantes, sementes, produtos microbiológicos e químicos, além de equipamento para produzir imagens aéreas. O lançamento é fruto de uma parceria com a DJI.

Drone da Jacto, usado para pulverização e produção de imagens Divulgação

Um dos equipamentos lançados, o drone de imageamento Mavic 3M, possui câmera para calcular índices vegetativos que indicam e medem a saúde das plantas, a regularidade do crescimento das lavouras e a densidade de plantas na região analisada. A Gohobby também atua com esse equipamento.

No ar também está o modelo que a EAVision lança na Agrishow: um drone que integra sistemas de pulverização, elevação de carga e mapeamento geográfico, com 60 litros de capacidade e que desvia de obstáculos em tempo real controlado por inteligência artificial.

Segundo a empresa, o equipamento —que tem condições de pulverizar até 24 hectares por hora— detecta de forma automática obstáculos que tenham a partir de um centímetro de diâmetro.

A feira em Ribeirão também foi escolhida pela Solinftec para anunciar os primeiros resultados com seu robô Solix, utilizado em lavouras e canaviais.

A empresa, que é especializada em soluções de inteligência artificial, lançou comercialmente o robô há um ano. Ele atua diretamente no campo e, por meio da inteligência artificial, monitora cada pedaço dos talhões, adaptando-se às condições encontradas.

Segundo a Solinftec, foi possível reduzir em mais de 90% o uso de herbicidas em fase de pós-emergência em lavouras de grãos e em 45% nas aplicações, na mesma situação, em canaviais, além de eliminar pragas.

"O sistema de reconhecimento por inteligência artificial do Solix permite que ele identifique, cheque e realize aplicações localizadas", disse o diretor de operações robóticas da empresa, Bruno Pavão.

As novidades tecnológicas apresentadas na Agrishow deste ano incluem ainda a apresentação de um sistema de monitoramento de bovinos por meio de coleiras com geolocalização.

A Belgo Arames investiu R$ 1,5 milhão na Instabov para impulsionar o desenvolvimento do sistema. Por meio dela, é possível identificar comportamentos —como número de passos e deslocamento diário— e identificar mudanças de hábitos que possam representar problemas sanitários ou reprodutivos. O controle é feito via smartphone.

Segundo a Belgo, o sistema inclui uma antena instalada na propriedade, com alcance de dez quilômetros, suficiente para abranger cerca de 31 mil hectares.

Ela capta os sinais digitais emitidos por coleiras colocadas nos bovinos, com atualizações a cada dez minutos.

Embora os tratores hoje dividam espaço com os avanços tecnológicos que chegaram ao agronegócio, entre as 800 marcas expostas na feira agrícola estão dezenas de fabricantes de tratores.

Uma delas é a a chinesa YTO, pela primeira vez na Agrishow, com a BDG Máquinas. A fabricante apresentará de tratores compactos, com 24 cavalos de potência, a máquinas com 240 cavalos.

Já a Agritech, pioneira no país ao produzir máquinas para a agricultura familiar, lança dois tratores na Agrishow, ambos de 75 cavalos, nas versões compacta e agrícola.

Ele é indicado, segundo a fabricante, para o preparo de solo, para atender pequenas e médias propriedades. **MT**

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90009/2024 – O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90009/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00020273/2024-79, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material de uso técnico hospitalar - Solução reagente para gasometria. Data da sessão: 13/05/2024. Horário: 13:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90018/2024

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 90018/2024, cujo objeto é a contratação de serviço de locação de veículos, sem motorista, para atender às demandas de transporte de pessoal e materiais em trechos urbanos e rodoviários. A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, no site **www.gov.br/compras** (Portal de Compras do Governo Federal). Código UASG: 70013. Abertura das propostas: às 13h30 (horário de Brasília) do dia 15.05.2024. O Edital, contendo todas as informações, encontra-se disponível no endereço acima, no site **www.tre-ba.jus.br**, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Outras informações pelo telefone: (71) 3373-7318.

Salvador, 29 de abril de 2024.
Milena Austregésilo Herêda
Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISO

ERRATA N.º 03
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS
NOVA DATA DE ABERTURA: 10/05/2024, às 08h30min
PROCESSO SEI-270042/000255/2023

O Edital e as Erratas encontram-se à disposição dos interessados no site: **www.compras.rj.gov.br** e **www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes**. Informações pelo Tel. (21) 2333-3085 ou pelo e-mail: **licita.sedec@gmail.com**.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL No 01/2024

PROCESSO CMSP no 285/2023
TIPO DE LICITAÇÃO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Contratação de agência de propaganda para a prestação de **SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** a serem realizados sob o regime de execução indireta, na forma de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme condições, descrições e quantidades constantes do Anexo I – Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante deste Edital.

SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA: Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (Invólucros no 1 e no 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do **item 20**, para participar da segunda sessão pública.

SALA, HORÁRIO, E DIA DA SESSÃO PÚBLICA: na Sala Tiradentes – Sala 805, 8 o andar do Edifício da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, sito no Viaduto Jacareí, 100, às **14H30 horas do dia 06/05/2024.**

INFORMAÇÕES RELATIVAS À LICITAÇÃO

• As informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas na CJL - Comissão de Julgamento de Licitações, sala 1307 – 13o andar, do prédio da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, localizado no Viaduto Jacareí, 100, telefones 3396- 3934, de 2a a 6a feira, das 13h às 19h, ou pelo correio eletrônico: **cjl@saopaulo.sp.leg.br**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO DESPESA DE ELEIÇÃO Nº 90022/2024

Objeto: Registro de Preços para confecção e fornecimento de materiais impressos para divulgação de informações, esclarecimentos e orientações aos eleitores, mesários e população em geral relativos às eleições 2024. Envio das propostas: até 13 horas de 10/05/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 29/04/2024, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 25 de abril de 2024. **Claucio Cristiano Abreu Corrêa - Diretor-Geral.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS

REABERTURA DOS PRAZOS - Concorrência Pública DGA nº 90001/2024 - Processo nº 01-P-22090/2023 Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços remanescentes da reforma e ampliação dos Pavilhões I e II: Departamentos de Artes Corporais/DACO e Departamentos de Artes Cênicas/DAC, do Instituto de Artes da Unicamp, incluindo o fornecimento de equipamentos de climatização com sua instalação, manutenção corretiva/garantia e manutenção preventiva. Em virtude das alterações constantes do Adendo I, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 69 da Lei Federal 14.133/2021, o prazo da licitação para a entrega das propostas eletrônicas passará a ser o dia 21/06/2024 às 09:30, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Adendo, na íntegra, está disponível no site **https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/MostraDetalhesLicitacao_14_3.aspx?IdLicitacao=1737928** e no site **https://www.dga.unicamp.br/anexos_licitacoes/.**

Sindicato dos Servidores Municipais de Arujá e Região (SINDISMAR) - Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária com os Vigilantes, Técnicos em Operação de Água, Técnicos de Operação de Bombas, Motoristas de Ambulância e do SAMU, Técnicos de Enfermagem da Ambulância e do SAMU, Recepcionistas, Enfermeiros (as), Técnicos de Enfermagem da Unidade Mista de Saúde período noturno; e cozinheiros (as), Serventes e Auxiliares de Serviços da Unidade Mista de Saúde do período diurno e noturno, Salva Vidas e os Coveiros Municipais da Prefeitura de Bom Jesus dos Perdões/SP. Pelo presente edital, o presidente do **Sindicato dos Servidores Municipais de Arujá e Região (SINDISMAR)**, faz saber que, ficam convocados os Vigilantes, Técnicos em Operação de Água, Técnicos de Operação de Bombas, Motoristas de Ambulância e do SAMU, Técnicos de Enfermagem da Ambulância e do SAMU, Recepcionistas, Enfermeiros (as), Técnicos de Enfermagem da Unidade Mista de Saúde período noturno, os (as) Cozinheiros (as), Serventes e Auxiliares de Serviços da Unidade Mista de Saúde do período diurno e noturno, os Salva Vidas e os Coveiros Municipais da Prefeitura de Bom Jesus dos Perdões/SP para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se às 18:00 horas em primeira chamada e às 18:30 horas com qualquer número de presentes, no dia 02 de Maio de 2024, na subsede do SINDISMAR, Localizada na Rua Padre Nicolau, nº 361, Bairro: Centro, na cidade de Nazaré Paulista/SP, para deliberarem sobre: 1) **Acordo Coletivo de Jornada Especial de Trabalho 12x36.** Arujá/SP - 29/04/2024. Miguel Ângelo Latini

Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Assis, Cruzália/SP, Pedrinhas Paulista/SP, Platina/SP e Tarumã/SP. Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação - O **Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Assis, Cruzália/SP, Pedrinhas Paulista/SP, Platina/SP e Tarumã/SP**, entidade sindical representativa da categoria de primeiro grau inscrita no CNPJ: 64.614.621/0001 - 48, com sede localizada na Rua Dos Comerciários, nº 625, Bairro Jardim Paulista, CEP: 19.815.035, Cidade - Assis-SP. Neste ato, representado por seu Presidente - Paulo Cesar Tito no exercício das suas prerrogativas que lhe são conferidas em conformidade na forma do Estatuto Social **CONVOCA**, todos os associados da entidade sindical em dia com suas obrigações estatutárias para comparecerem e participarem da Assembleia Geral Ordinária na forma do Artigo 14, alínea "a" do Estatuto Social a ser realizada **na data de 07 (terça-feira) de maio de 2024 às 17h00** em **1ª (primeira) convocação** com o quórum mínimo para sua instalação de 50% (cinquenta por cento) dos associados e, não havendo quórum suficiente ao estabelecido, **às 17h30 em 2ª (segunda) convocação e, última chamada na mesma data**, com qualquer número de associados presentes a ser realizada na sede da entidade, localizada na **Rua Dos Comerciários, nº 625, Bairro Jardim Paulista, CEP: 19.815.035, Cidade - Assis-SP**, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de Contas do exercício financeiro de 2023; b) Previsão Orçamentaria para o exercício financeiro do ano de 2025; c) Encaminhamento para votação e deliberação do item **"a"** e **"b"**; c) Encerramento. Assis-SP, 29 de abril de 2024. Paulo Cesar Tito - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAREÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/2024

A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Concorrência nº 02/2024, na forma ELETRÔNICA, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é a contratação de empresa para realização de recapeamento asfáltico em CBUQ, drenagem superficial e sinalização horizontal da Rua Tiradentes, no centro da cidade de GUAREÍ – SP, CONVÊNIO Nº 102624/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Guareí e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, conforme planilha, cronograma e projeto, constantes TERMO DE REFERÊNCIA. Prazo para Recebimento de Propostas até 14/05/2024 às 8h30m. Início da Sessão de Disputa de Preços: 14/05/2024 às 9h00m. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço www.bll.org.br site oficial www.guarei.sp.gov.br ou poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado no Paço Municipal, Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro, no horário de expediente de segunda a sexta feira. Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br. Guareí, 26 de abril de 2024. José Amadeu de Barros – Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 03/2024

A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Concorrência nº 03/2024, na forma ELETRÔNICA, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é a contratação de empresa para realização de recapeamento asfáltico em CBUQ, drenagem superficial e sinalização horizontal da Rua São João, no centro da cidade de GUAREÍ – SP, CONVÊNIO Nº 102618/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Guareí e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, conforme planilha, cronograma e projeto, constantes TERMO DE REFERÊNCIA. Prazo para Recebimento de Propostas até 14/05/2024 às 10h30m. Início da Sessão de Disputa de Preços: 14/05/2024 às 11h00m. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço www.bll.org.br site oficial www.guarei.sp.gov.br ou poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado no Paço Municipal, Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro, no horário de expediente de segunda a sexta feira. Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br. Guareí, 26 de abril de 2024. José Amadeu de Barros – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024-CMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições individuais tipo marmitex, lanches, coquetel e buffet, com variação de cardápio, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santarém-CMS.
JULGAMENTO: Menor preço.
DATA DA SESSÃO: 15/05/2024 às 9h.
LOCAL: Portal de Compras Públicas.
Mais informações podem ser obtidas no endereço: **https://santarem.pa.leg.br/portal-da-transparencia/**.
Santarém-Pará, 26 de abril de 2024.
SILVIO DOS SANTOS NETO
Presidente da Câmara Municipal de Santarém

Sindicato dos Empregados no Comercio de Jaboticabal - Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária - Itinerante - O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores do comércio varejista, atacadista em geral sócios e não-sócios, de sua base territorial integrada pelos Municípios de Jaboticabal, Monte Alto, Guariba, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Barrinha, Taiuva, Taiaçu e Vista Alegre do Alto, no Estado de São Paulo, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária Itinerante**, a ser realizada no dia 29 do mês de Abril do ano de 2024, com início às 18:00 horas às 20:00 horas. A assembleia contará com uma urna fixa na sede do sindicato na Rua São Sebastião, nº 694, Bairro Centro, nesta cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, e com uma urna itinerante que percorrerá os estabelecimentos do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Estado de São Paulo e do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Correlatos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos Toucador no Estado de São Paulo, a fim de deliberar, escrutínio secreto, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: **a - apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho** e, ou a prorrogação do instrumento coletivo vigente, a ser negociada junto às categorias econômicas representantes do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Estado de São Paulo e do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Correlatos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos Toucador no Estado de São Paulo, visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; **b - deliberar e aprovar sobre a contribuição assistencial da categoria profissional beneficiária do resultado da negociação salarial, decidindo sobre o percentual de contribuição e forma de oposição; c - discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; d- votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo para negociar e firmar a norma coletiva**, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso; **e - outros assuntos de interesse da categoria profissional. Na forma do art. 612 c/c o art. 859, da CLT, e em consonância com o Estatuto Social da entidade**, a AGE somente poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença e votação de 2/3 (dois terços) dos sócios e de qualquer número de não sócios, e em segunda convocação, uma hora após, com a presença e votação de 1/3 (um terço) dos sócios e de qualquer número de não sócios. Jaboticabal, SP 29 de Abril de 2.024. - Benedito Oclavio Frizzas - Presidente.

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

PREGÃO ELETRÔNICAO 90015/2024 - UASG 290002

A Defensoria Pública-Geral da União, por intermédio do Pregoeiro, torna público para conhecimento das empresas interessadas, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em sessão a ser realizada **por meio de sistema eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.**

Objeto: Contratação, para o período de 12 (doze) meses, de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender às necessidades da DPU em âmbito nacional, conforme especificações e quantitativos estabelecidos em Edital e anexos.

ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: As propostas deverão ser enviadas do momento da publicação até a data e hora marcadas para abertura da sessão e serão permitidas alterações neste mesmo prazo, exclusivamente por meio de sistema eletrônico (Art. 18, §4°, da Instrução Normativa nº 73/2022). Data de Abertura das Propostas: **14 DE MAIO DE 2024, ÀS 10h** (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF). Informações Gerais: licitacao@dpu.def.br. O Edital estará disponível gratuitamente nos sites **https://www.gov.br/compras/pt-br** e www.dpu.def.br.

João Egidio Moraes Cunha
Pregoeiro

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 10 de Maio de 2024 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 17 de Maio de 2024 a partir das 14h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, sob nº 10000283-8, datado em 20/09/2022, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento nº 206, situado no 1º andar ou 2º pavimento do Bloco A - Edifício Jequitibá, integrante do Edifício Residencial Condomínio Bela Vista, com frente para a Rua Fernando Luiz Baldin, nº 430, no loteamento Vila Bertini, em Americana, composto de entrada, sala de estar/jantar, hall, banheiro, dois dormitórios, cozinha e área de serviço; possuindo a área útil de 58,9600m², área comum de 10,8148m², área da vaga de garagem de 12,50m², (descoberta), total de 69,7748m², correspondendo-lhe a fração ideal no terreno de 1,681727% (56,2506m²), melhor descritor na matrícula do imóvel. Ficando vinculado ao apartamento uma vaga de garagem sob nº 58. Matrícula nº 80182 do Cartório de Registro de Imóveis de Americana/SP. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 13.0072.0204.0036. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 293.522,28 (duzentos e noventa e três mil e quinhentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 239.339,94 (duzentos e trinta e nove mil e trezentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel desocupado, caso aconteça alguma ocupação durante o período de leilão, a desocupação ficará a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97.** Fica o **Devedor/Fiduciante Marcos Vinicius Tarley Estevo,** RG nº 34.010.829-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 276.502.898-26, intimado das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUSP

CNPJ 68.314.830/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial

ATIVO	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	65.952	50.675
Equivalentes de caixa - restrito	289.087	218.655
Adiantamento para projetos	3.722	2.109
Outros ativos	473	229
	359.234	271.669
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outros ativos	3	9
Aplicação financeira - sem restrição	-	7.500
Imobilizado	8.510	2.850
Intangível	63	63
	8.576	10.422
Total do ativo	367.810	282.091

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
Circulante		
Recursos de projetos	275.849	210.969
Contribuições e taxas às unidades e departamentos da USP	13.238	7.685
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.297	3.361
Outros passivos	1.302	3.089
	293.686	225.105
Não circulante		
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.750	6.738
Provisão para contingências	216	123
Créditos a identificar	164	64
	8.130	6.925
Total do passivo	301.816	232.030
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	50.061	38.574
Superávit acumulado	15.933	11.487
Total do patrimônio líquido	65.994	50.061
Total do passivo e do patrimônio líquido	367.810	282.091

Demonstração do Superávit

	2023	2022
Receitas	15.816	16.276
Receitas com trabalhos voluntários	637	628
Receita operacional líquida	16.453	16.904
(-) Custos dos serviços prestados	(3.324)	(3.027)
Resultado operacional bruto	13.129	13.877
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com trabalhos voluntários	(637)	(628)
Despesas gerais e administrativas	(6.955)	(8.351)
Outras despesas/receitas	31	10
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	5.567	4.909
Receitas financeiras	11.338	7.940
Despesas financeiras	(971)	(1.362)
Resultado financeiro	10.366	6.578
Superávit do exercício	15.933	11.487

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	29.974	8.600	38.574
Apropriação do superávit do exercício anterior	8.600	(8.600)	-
Superávit do exercício	-	11.487	11.487
Em 31 de dezembro de 2022	38.574	11.487	50.061
Apropriação do superávit do exercício anterior	11.487	(11.487)	-
Superávit do exercício	-	15.933	15.933
Em 31 de dezembro de 2023	50.061	15.933	65.994

DIRETORIA
Marcilio Alves - Diretor Executivo
Anna Sara Shafferman Levin - Diretora Adjunta
Silvia Pereira de Castro Casa Nova - Diretora Financeira
Mateus Dantas Ramos - CT CRC1SP-331128/O-4

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	15.933	11.487
Ajustes para ajustar o superávit ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	76	47
	16.009	11.534
Variações nos ativos e passivos		
Equivalentes de caixa - restrito	(70.433)	(58.286)
Outros ativos	(237)	(84)
Adiantamentos para projetos	(1.613)	203
Depósitos judiciais	-	131
Recursos de projetos	64.880	18.679
Contribuições e taxas às unidades e departamentos da USP	5.553	(1.152)
Contas a pagar	-	40.759
Obrigações trabalhistas e tributárias	947	4.965
Créditos a identificar	101	64
Outros passivos	(1.787)	1.224
Provisão para contingências	93	(132)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.513	17.905
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(5.735)	(120)
Aplicação Financeira - sem restrição	7.500	(1.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	1.765	(1.120)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.277	16.785
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.675	33.890
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	65.952	50.675

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES SINDICAIS - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MOGI DAS CRUZES - CNPJ 52.569.324/0001-49** - pelo presente Edital, e em cumprimento ao Estatuto desta Entidade, faço saber que, no **dia 26 de abril de 2024, às 12hs**, encerrou-se o prazo para inscrição de chapas, e comunico que foi registrada uma chapa para concorrer à eleição sindical no dia **21 de junho de 2024**, com os seguintes componentes: **Presidente** - Josemar Bernardes André - RG 32.758.968-1 - CPF 826.135.757-00 - PIS 121.68313.26.3 - CTPS 21692 - Série 035-RJ; **Secretaria Geral** - Jose Felipe da Silva Junior - RG 17.696.173-2 - CPF 056.721.038-39 - PIS 108.909.108.52 - CTPS 15770 - Série 00001-SP; **Sec. de Administração, Finanças e Informática** - Luiz Carlos José de Queiroz - RG 21.421.911-2 - CPF 108.706.248-90 - PIS 122.362.439.54 - CTPS 91495 - Série 00074-SP; **Sec. de Assuntos Jurídicos.** - Jorge Mariano Santana - RG 24.317.436-6 - CPF 260.178.178-50 - PIS 122.891.310.85 - CTPS 93858 - Série 00182-SP; **Sec. de Imprensa E Comunicação.** - Thiago Borges de Araujo - RG 46.631.437-1 - CPF 380.075.628-50 - PIS 134.82053.77.3 - CTPS 2777 - Série 00331-SP; **Sec. de Formação** - Dennis Stephan Martins Silva - RG 45.834.286-5 - CPF 378.143.698-51 - PIS 134.523.077.77 - CTPS 96717 - Série 00274-SP; **Sec. de Saúde E Segurança do Trabalho.** - Rivail Nunes de Arruda - RG 33.972.431-6 - CPF 216.227.418-38 - PIS 128.76909.81.4 - CTPS 95022 - Série 00182-SP; **Conselho Fiscal** - Reginaldo Irineu da Silva - RG 16.938.948-0 - CPF 050.652.348-92 - PIS 120.09160.82.9 - CTPS 81235 - Série 00023-SP; **Conselho Fiscal** - Luis Emiliano de Souza - RG 7.258.813-5 - CPF 648.909.618-87 - PIS 102.884.270.30 - CTPS 28182 - Série 00056-SP; **Conselho Fiscal** - Maria Geralda Vieira dos Santos Rocha - RG 21.391.968-0 - CPF 100.700.768-04 - PIS 104.309.444.35 - CTPS 99821 - Série 631-SP; **Suplente do Conselho Fiscal** - Jose Lino Neto - RG 15.368.198-6 - CPF 007.882.378.10 - PIS 107.406.088.16 - CTPS 86194 - Série 492 - SP; **Suplente do Conselho Fiscal** - Valdina Silva Sousa - RG 12.771.010-3 - CPF 047.322.568-99 - PIS 106.98190.93.6 - CTPS 69280 - Série 578-SP; **Conselho de Representantes** - Luiz Carlos Geraldo - RG 12.193.373-8 - CPF 057.855.948-03 - PIS 106.121.725.94 - CTPS 66483 - Série 378ª-SP; **Conselho de Representantes** - Pedro Araujo Macedo - RG 9.615.647-8 - CPF 447.689.668-53 - PIS 103.77804.44.1 - CTPS 10397 - Série 349-SP; **Conselho de Representantes** - Nivaldo Silva de Aquino - RG 17.215.344-X - CPF 051.801.358-85 - PIS 108.561.268.34 - CTPS 83031 - Série 00040-SP; **Suplent. do Conselho de Representantes** - Jose Vieira Dos Santos - RG 3.719.315-6 - CPF 418.971.618-91 - PIS 104.122.914.09 - CTPS 24015 - Série 00574-SP; **Suplent. do Conselho de Representantes** - Roberto Carlos Carolino Lucio - RG 20.113.870-0 - CPF 108.702.428.57 - PIS 122.265.223.11 - CTPS 53303 - Série 00088-SP; **Corpo de Suplentes** - Ivaldo José da Silva - RG 38.151.472-9 - CPF 833.561.264-15 - PIS 124.044.459.89 - CTPS 54646 - Série 078/Pe; **Corpo de Suplentes** - Jose Bispo de Oliveira - RG 28.825.002-3 - CPF 272.198.578-70 - PIS 125.39448.53.6 - CTPS 19327 - Série 00182-SP; **Corpo de Suplentes** - Jose Ricardo Pereira - RG 25.749.741-9 - CPF 250.538.968-36 - PIS 124.22803.02.6 - CTPS 22788 - Série 00134-SP; **Corpo de Suplentes** - Marcos Maciel de Andrade - RG 45.221.835-4 - CPF 353.692.768-89 - PIS 164.063.612.54 - CTPS 45432 - Série 00266-SP; **Corpo de Suplentes** - Jorge Luiz da Costa - RG 23.953.314-8 - CPF 277.262.208-80 - PIS 123.733.131.56 - CTPS 31364 - Série 00098-SP; **Corpo de Suplentes** - Reinaldo Aparecido do Nascimento - RG 26.540.215-3 - CPF 185.944.668-03 - PIS 124.879.461.58 - CTPS 3294 - Série 00182-SP; **Corpo de Suplentes** - Alexandre Aparecido Ferreira - RG 23.080.908-X - CPF 307.442.428-19 - PIS 126.58978.77.6 - CTPS 82253 - SÉRIE 00182-SP. de acordo com o Estatuto, o prazo para impugnação de candidatura é de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Edital. Suzano, 29 de abril de 2024. **Josemar Bernardes André** - Presidente.

5 decisões a tomar no rumo da independência financeira

Idade para aposentadoria e desejo de deixar herança são fatores a ponderar

SÃO PAULO Para garantir autonomia financeira quando parar de trabalhar, a meta é clara: formar uma poupança suficiente para obter uma renda mensal que lhe permita manter um padrão de vida adequado aos seus objetivos.

A **Folha** criou uma calculadora para permitir que você descubra quanto precisa poupar mensalmente para obter uma renda extra desejada no futuro. Nesse simulador de independência financeira, também é possível fazer outra conta: partindo de uma quantia que você já sabe que consegue poupar todo mês, que renda extra você poderia obter no futuro.

Essas contas, no entanto, dependem de reflexões prévias e decisões. Veja o que pode ser ponderado em relação a cinco variáveis que afetam sua aposentadoria.

*

1. Quanto você espera receber quando parar de trabalhar?

Essa decisão afeta a conta porque, quanto maior a renda desejada, maior é o patrimônio que é preciso juntar para garantir esses pagamentos mensais.

Ao refletir sobre esse valor, leve em conta que essa será possivelmente uma renda extra, que vai se somar, por exemplo, à aposentadoria do INSS, a um plano de previdência da empresa em que você trabalha, a uma eventual renda de aluguel ou até mesmo a pagamentos por trabalhos que você pretenda continuar fazendo mesmo depois de aposentado.

Antes de falar de sua poupança privada, vale abrir um parênteses sobre a importância da Previdência Social: quem contribui com o INSS terá, a partir do momento em que atingir os requisitos mínimos, uma renda mensal paga até o final da vida —e aqui está o seu diferencial. Na aposentadoria pública, não há risco de que os recursos acabem antes do tempo: o pagamento será por tempo indefinido.

Por isso, pagar as contribuições é uma forma de reduzir os riscos de dificuldades financeiras no futuro. Na calculadora da aposentadoria do INSS, da **Folha** (folha.com/z8145sh6), é possível simular os valores para quem vai se aposentar no cálculo criado pela reforma da Previdência de 2019.

O valor da aposentadoria pública, no entanto, é proporcional ao valor da contribuição e limitado a um teto (de R$ 7.786,02 mensais, neste ano), e pode não ser suficiente para garantir o padrão de vida desejado.

Por isso, para fazer seus cálculos, você deve estimar qual seria a renda extra que gostaria de somar à aposentadoria pública (e outras possíveis rendas) quando parar de trabalhar.

Por exemplo, se você contribui com o INSS pelo teto, e gostaria de viver na aposentadoria com R$ 10 mil mensais, os cálculos devem levar em conta uma renda extra de cerca de R$ 2.500 (considerando alguma perda no cálculo do teto).

Já se contribui com o INSS pelo piso, sua aposentadoria será equivalente ao salário mínimo (hoje de R$ 1.412), e, para obter os mesmos R$ 10 mil ao parar de trabalhar, deve considerar para os cálculos uma renda extra de cerca de R$ 9.000.

Essa decisão de quanto você quer receber todo mês no futuro afeta seus cálculos porque, quanto maior for esse valor, maior deverá ser sua poupança até chegar ao dia da aposentadoria (veja exemplos no item abaixo).

2. Você quer viver apenas dos juros ou também do que acumulou?

Essa questão afeta não apenas o montante que é preciso acumular como também a duração dos pagamentos.

Quem opta por viver apenas dos juros terá de acumular mais, mas terá uma renda garantida até o fim da vida, uma vez que estará consumindo só o rendimento de suas aplicações sem reduzir o total poupado.

Já quem escolhe usar também parcelas do dinheiro poupado precisará acumular uma quantia menor e, portanto, investir menos no presente. Essa pode ser a escolha de alguém sem filhos ou outros dependentes, que não precisa se preocupar em deixar um valor como herança.

Por exemplo, uma pessoa que espera ter uma renda extra mensal de R$ 10 mil na aposentadoria, para viver apenas dos juros, precisa acumular R$ 6.054.803,35 (considerando que esse dinheiro vá render 2% ao ano, já descontados inflação e impostos).

Já se aceitar gastar também parcelas do total acumulado, para ter renda extra mensal de R$ 10 mil por 30 anos, precisa acumular R$ 2.712.122,69 (com o mesmo rendimento líquido anual de 2%).

Quanto é preciso poupar

Para obter uma renda mensal de R$ 10 mil na aposentadoria*, em R$

	R$
Viver dos juros	6.054.803,35
Consumir o principal	2.712.122,69

* Considerando rendimento líquido de 2% ao ano e, na hipótese de consumir o principal, retiradas mensais ao longo de 30 anos

O esforço nesse segundo caso é menor, mas é preciso ter em mente que existe um risco: o dinheiro pode acabar antes do esperado (algo que não acontece com quem vive apenas dos juros).

Por isso, quem tomar a decisão de gastar também parcelas do total acumulado tem de levar em conta um terceiro parâmetro antes de fazer seus cálculos.

3. Quantos anos você espera viver após a aposentadoria?

Essa é uma decisão que atinge apenas quem pretende consumir também parcelas do dinheiro poupado. Quem prefere viver apenas dos juros não terá de se preocupar com isso, embora precise juntar uma quantia significativamente maior, como vimos no tópico anterior.

A regra aqui é que, quanto mais anos você passar aposentado, maior é o patrimônio que precisa ter juntado para garantir sua renda desejada.

Usando o mesmo exemplo acima, de alguém que deseja ter uma renda extra de R$ 10 mil, veja quanto é preciso ter poupado caso as retiradas mensais durem 15, 20, 30 ou 40 anos (considerando um rendimento líquido anual de 2%, ou seja, já descontando inflação e impostos).

Quando é preciso acumular

Para garantir no futuro uma renda mensal de R$ 10.000; de acordo com a duração da aposentadoria, em R$

* Consumindo não só o rendimento mas também o principal

Ainda que seja preciso um esforço maior para poder receber a renda desejada por mais tempo, ao ponderar essa variável, vale a pena sempre ser bastante otimista em relação à sua longevidade.

Não esqueça que, quanto mais idosos ficamos, maiores podem ser os custos com itens como saúde, e não vale correr o risco de ver nossos recursos acabarem antes da hora.

4. Quando você pretende atingir a liberdade financeira e se aposentar?

Essa variável vai indicar o número de anos durante os quais você acumulará sua poupança para a aposentadoria e, por consequência, qual o valor que será preciso investir todo mês.

Quanto mais tempo você contribuir, menor a quantia mensal que erá de poupar para obter um mesmo patrimônio.

Por exemplo, quem está hoje com 30 anos e pretende se aposentar aos 60 terá um período de acumulação de 30 anos. Já se escolher se aposentar aos 50 anos, o período de poupança se reduz para 20 anos e a quantidade de poupança mensal terá de ser maior para chegar a um mesmo patrimônio.

Quanto é necessário investir

Por mês em poupança para chegar a R$ 3 milhões; por tempo de investimento, em R$

* Considerando um retorno de 2% ao ano, descontados impostos e inflação

Vamos supor que o objetivo é acumular um patrimônio de cerca de R$ 3 milhões. Se os depósitos forem feitos ao longo de 30 anos, é preciso investir todo mês cerca de R$ 6.110. Já se o período for reduzido para 20 anos, para chegar aos mesmos R$ 3 milhões, será preciso poupar todo mês a quantia de R$ 10.200 (sempre considerando um rendimento anual de 2%, descontados impostos e inflação).

É por isso que vale a pena se planejar para começar a poupar o quanto antes: quanto maior for o período de acumulação, menor é o valor necessário de investimento mensal.

5. Quanto você imagina que seus investimentos vão render?

Quando se calculam investimentos, é preciso sempre considerar qual será o rendimento líquido, ou seja, descontando tanto impostos cobrados desse rendimento quanto a desvalorização decorrente da inflação.

Esse valor depende do produto escolhido para investir seus recursos: uma aplicação de renda fixa, por exemplo, como um título do Tesouro Direto, poderá garantir a remuneração de 4% ao ano acima da inflação, descontados os impostos. Já um investimento de renda variável, como ações, pode resultar em uma remuneração de 20% ao ano em determinado período, se os papeis escolhidos tiverem bom desempenho, mas podem também até se desvalorizar, se as condições não tiverem sido favoráveis.

Especialistas costumam recomendar que os investidores não coloquem todos os ovos na mesma cesta, ou seja, distribuam sua poupança em diferentes produtos —e cada um deles tem um nível de risco e uma expectativa diferente de rendimento. Por isso, na hora de ponderar essa variável, é preciso pensar em uma taxa média e ter em mente que ela é a informação mais difícil de prever no presente (porque as taxas de juros —e os rendimentos de aplicações financeiras— podem variar muito num horizonte de tempo tão longo quanto o envolvido na aposentadoria).

Na prática, quanto maior o rendimento esperado, mais rapidamente se chega ao montante desejado (ou menor é a necessidade de poupança mensal para chegar a esse montante). Além disso, quanto maior o rendimento esperado, maior será a renda futura que se poderá conquistar no momento da aposentadoria.

Por outro lado, como essa é uma variável bastante imprevisível, é recomendável ser conservador e escolher uma taxa mais baixa, como 2% ou 3% ao ano (já descontados a inflação e os impostos). Isso porque é melhor se surpreender com rendimentos maiores que o esperado —e gozar de uma aposentadoria mais generosa— que perceber, ao parar de trabalhar, que suas expectativas foram otimistas demais e suas aplicações não renderam tanto quanto o necessário para garantir a renda desejada.

Tomando como exemplo alguém que está disposto a poupar R$ 1.000 ao longo de 30 anos, veja quanto ele conseguirá acumular até a data de sua aposentadoria, considerando diferentes rendimentos anuais líquidos (já descontados a inflação e os impostos): ■

Como os juros afetam sua poupança

Total acumulado com aplicações mensais de R$ 1.000 ao longo de 30 anos; por rendimento anual líquido (%), em R$

Veja também como ficam esses números considerando os retornos observados em algumas aplicações disponíveis no mercado.

Quanto é preciso ter para garantir uma renda de R$ 10 mil

Retorno líquido de IR e acima do IPCA

Aplicação	Anual	Mensal	Em R$
Poupança	1,5%	0,12%	8.054.852,15
CDI ou Selic	2,40%	0,2%	5.054.764,48
Tesouro IPCA	3,40%	0,28%	3.584.079,75
CDB IPCA	4%	0,33%	3.054.610,53
Debênture de infraestrutura	5%	0,41%	2.454.515,51
Fundos imobiliários	6%	0,49%	2.054.421,39
Aluguel de imóvel	3%	0,25%	4.054.706,47
Ações	5%	0,41%	2.454.515,51

Série aborda caminhos para independência financeira

As reportagens da série "Como Ter Independência Financeira" trazem recomendações para quem quer parar de trabalhar e viver apenas do rendimento dos recursos poupados, o sonho de muitos, mas que pode também ser realidade.

CALCULE QUANTO É PRECISO JUNTAR PARA TER INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA
folha.com/drq5ht3s